



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

RAIFRAN ABIDIMAR DE CASTRO

**Estratégias de dominação empresarial e resistências comunitárias na Amazônia
maranhense.**

Belém
2018

RAIFRAN ABIDIMAR DE CASTRO

**Estratégias de dominação empresarial e resistências comunitárias na Amazônia
maranhense.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro

Belém
2018

C355e

Castro, Raifran Abidimar de

Estratégias de dominação empresarial e resistências comunitárias na Amazônia maranhense / Raifran Abidimar de Castro. - 2017.

286 f. : il. color.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro

**Estratégias de dominação empresarial e resistências comunitárias na Amazônia
maranhense.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Ciências Socioambientais.

Aprovada em: ____/____/ 2018

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Edna Maria Ramos de Castro
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Examinador interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Nírvia Ravena
Examinadora Interna - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Marcela Vecchione Gonçalves
Suplente Examinador Interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
Examinador Externo - PPGEO/IFCH/UFPA

Prof. Dr. José Raimundo Barreto Trindade
Examinador Externo – PPGE/UFPA

Belém
2018

Dedico à você minha esposa Eriene Castro, pelo incentivo,
pela compreensão das ausências,
e por tornar esta jornada menos cansativa através da
vossa companhia e com os vossos sorrisos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a intercessão da Nossa Senhora de Nazaré, pela proteção nos quase 20.000 (vinte mil) quilômetros percorridos para a realização desta importante etapa em minha vida.

À minha esposa Erilene, por ter me apoiado nos diversos e adversos momentos deste doutorado, sendo que ele não ocorreria sem seu apoio e compreensão. À minha mãe Maria Laismar, pelas orações por minha proteção. Aos meus irmãos, pelo apoio que sempre me deram, em especial ao Raimundo Castro pelo auxílio nas atividades no assentamento; e ao Antonio Erismar, pelo suporte no contato com algumas organizações, pelas importantes informações sobre diversos temas da região, e por todo o apoio desde o ensino médio.

À professora Edna Castro, pela orientação, e pela paciência com as minhas “fragilidades críticas”, me apoiando e incentivando em transpô-las através do exemplo de brilhante professora e de grande defensora das comunidades amazônicas.

Ao IFMA/Campus Açailândia pela aprovação do afastamento; e também pelo importante apoio financeiro do Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do Instituto Federal do Maranhão (PROQUALIS/IFMA).

Aos professores do PPGDSTU, em especial o professor Silvio Figueiredo, pela importância na definição do objeto de estudo desta tese. E à professora Nírvia Ravena, e os professores João Marcio Palheta e José Raimundo Trindade por aceitarem compor minha banca de defesa.

Aos assentados do Francisco Romão e às quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, que foram atenciosos e aceitaram participar desta pesquisa, sendo os principais incentivadores para a continuidade desta. Em especial às senhoras Luziana Maria, Querubina e Maura, pelos exemplos de lutadoras pelas causas das comunidades rurais maranhenses. E também aos representantes do ICMBio, da Justiça nos Trilhos, do CDVDH, das empresas Vale e Suzano, dos sindicatos e das associações que aceitaram colaborar com esta pesquisa.

Aos companheiros da turma “2014 B”, em especial Aline, Josimar, Ivana, Marcos, Renata, Myrian, Ana Claudia, Wando e David. Obrigado pelos conhecimentos compartilhados, pela atenção, e pelo apoio na resolução das burocracias. (Sobrevivi a 2014). E ao Jondison Rodrigues, pela partilha de informações, textos e conhecimento.

Ao casal Izete e Claudio, proprietários do apartamento onde me hospedei em 2014. Pela atenção e pelo apoio durante aquele ano. À Vanusa Babaçu e ao Padre Dário, pela atenção e pela disponibilidade em compartilhar suas análises sobre a ação das empresas na região.

À professora Eliane Cardoso, pelas constantes palavras de incentivo e encorajamento; e ao professor Fagno Soares, pelas importantes indicações e práticas acadêmicas.

“Quem tá lá em cima, não tá nem aí
Com a gente que tá aqui embaixo.
Se ele puder pisar na nossa cabeça,
Pra nos empurrar mais pra baixo, ele pisa.
Se ele puder afundar nós mais, ele afunda.
Eles chegam, faz o angu.
Se der pra nós comer, nós come.
Se não der... e vão embora.
E nós que fica pra resolver o angú.
Eu mesmo não caio nessa não”.

Quebradeira de coco da RESEX Ciriáco.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a relação entre as empresas Vale S/A e Suzano Papel Celulose S/A, com as respectivas comunidades rurais do assentamento Francisco Romão, em Açailândia (MA), e da Reserva Extrativista do Ciriáco, em Cidelândia (MA). Objetivou-se analisar/interpretar as repercussões destas relações nos cotidianos comunitários, e nas formas de atuação corporativa diante dos assentados e das quebradeiras de coco. Para acessar a todos os meandros destas relações adotou-se a teoria dos campos de Pierre Bourdieu como eixo teórico-metodológico; realizaram-se entrevistas com representantes das comunidades e das empresas; complementando com análises documentais e em campo. Identificou-se que as empresas buscam, com suas estratégias de dominação, e utilizando principalmente dos seus capitais financeiro e cultural, ampliar seus poderes sobre as comunidades. A Vale e a Suzano utilizam estes capitais para instaurar uma representação que fortaleça seus poderes corporativos. Em relação aos assentados e às quebradeiras de coco, destaca-se que é preciso fortalecê-los para as lutas políticas, jurídicas, e principalmente simbólicas, considerando-se que identificaram-se demonstrações de resistências às estratégias empresariais. Constatou-se que, mesmo havendo empenho da Vale e da Suzano em aplicar estratégias de dominação, as comunidades têm acesas nas suas práticas as essências das resistências cotidianas na defesa dos seus direitos.

Palavras-chave: Crenças do Desenvolvimento. Capital Simbólico. Revolução Simbólica. Redes de antidisciplina.

ABSTRACT

This research had as object of study the relationship between the companies Vale S/A and Suzano Papel Celulose S/A, with their rural communities of the settlement Francisco Romão, in Açailândia (MA), and the Extractive Reserve of the Ciriáco, Cidelândia (MA). This study aimed to analyze/interpret the repercussions of these relations in everyday life in the community, and in forms of corporate performance before the settlers and the tappers coconut. To access all the intricacies of these relations adopted the theory of Pierre Bourdieu as a theoretical-methodological axis; interviews were held with representatives of the communities and enterprises; complementing with documentary analysis and in the field. It was identified that companies seek, with its strategies of domination, using mainly their financial and cultural capitals, extend its powers on communities. Vale and Suzano exploit the economic weaknesses of the settlers and the tappers coconut, to establish a representation that strengthens its corporate powers. In relation to the settlers and the tappers coconut, it is noteworthy that it must strengthen them to the political struggles, legal, and mainly symbolic, considering that it was identified important demonstrations of resistance to business strategies. It was found that, while there is commitment of the valley and the Suzano in implementing strategies of domination, the communities have lit in their practices the essences of everyday resistance in defense of their rights.

Keywords: beliefs of development. Symbolic Capital. Symbolic revolution. Antidisciplina networks.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objeto de estudio la relación entre las empresas Vale S/A y Suzano Papel Celulose S/A, con sus comunidades rurales del asentamiento Francisco Romão, en Açailândia (MA), y el de la reserva extractiva Ciriáco, en Cidelândia (MA). Este estudio tiene como objetivo analizar/interpretar las repercusiones de estas relaciones en la vida cotidiana de la Comunidad, y en las formas de actuación corporativa antes de los colonos y los manipuladores de coco. Para acceder a todos los recovecos de estas relaciones adoptó la teoría de Pierre Bourdieu como un eje teórico-metodológico; se celebraron entrevistas con representantes de las comunidades y las empresas; complementando con análisis documental y en el campo. Se identificó que las empresas buscan, con sus estrategias de dominación, utilizando principalmente sus capitales financieros y culturales, ampliar sus competencias en las comunidades. Vale y Suzano explotar las debilidades económicas de los colonos y los manipuladores de coco, para establecer una representación que refuerza sus poderes corporativos. En relación a los colonos y a los manipuladores de coco, es de destacar que se debe fortalecer a las luchas políticas, jurídicas y, sobre todo, simbólico, considerando que se identificaron importantes manifestaciones de resistencia a las estrategias de negocio. Se comprobó que, mientras que no hay compromiso del Vale y la Suzano en la aplicación de estrategias de dominación, las comunidades han iluminado en sus prácticas las esencias de resistencia cotidiana en defensa de sus derechos.

Palabras-clave: Creencias de Desarrollo. Capital Simbólico. Revolución Simbólica. Redes Antidisciplina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa demonstrando a Área de influência dos empreendimentos da Suzano.	22
Figura 2. Representação cartográfica demonstrando a proximidade entre a duplicação da EFC e a comunidade do assentamento Francisco Romão.	22
Figura 3. Mapa indicando a localização dos principais agentes pesquisados nesta tese.	24
Figura 4. Processo de uso do discurso como estratégia.	31
Figura 5. Balneário “Mastigado da Jumenta” no riacho Andirobal.	95
Figura 6. Palmeiras de Babaçu na RESEX Ciriáco.	96
Figura 7. Entrada da RESEX Ciriáco.	98
Figura 8. Placa fixada na entrada da RESEX Ciriáco.	98
Figura 9. Localização das comunidades atendidas pela RESEX Ciriáco.	101
Figura 10. Unidade de Beneficiamento de Babaçu financiada pela Suzano.	106
Figura 11. Localização da Unidade de Beneficiamento de Babaçu financiada pela Suzano.	107
Figura 12. Local de quebra do babaçu antes da construção do novo local próximo à UBB.	108
Figura 13. Localização do antigo local de quebra do babaçu.	108
Figura 14. Unidade de Beneficiamento de Babaçu e novo local para quebra do babaçu.	109
Figura 15. Detalhamento do novo local para quebra do babaçu, e estoque de casca do coco para carbonização.	109
Figura 16. Estoque de casca do coco para carbonização.	110
Figura 17. Tambores utilizados para carbonização da casca do babaçu.	110
Figura 18. Vista do centro da Vila Ciriáco.	111
Figura 19. Principal rua da Vila Ciriáco.	111
Figura 20. Obra inacabada do que seria uma escola municipal.	112
Figura 21. Posto de Saúde recém construído.	112
Figura 22. Proximidade entre a EFC e a agrovila do Assentamento Francisco Romão.	120
Figura 23. Área do Assentamento Francisco Romão.	122

Figura 24. Casas temporárias construídas pelos assentados.....	123
Figura 25. Rua do Assentamento Francisco Romão em período de estiagem.	123
Figura 26. Casas construídas através do "Minha Casa, Minha Vida Rural".	125
Figura 27. Exemplo de casa ainda em construção.....	126
Figura 28. Poço artesiano financiado pela mineradora Vale.	127
Figura 29. Rua do Assentamento Francisco Romão após piçarramento pela Prefeitura Municipal de Açailândia em 2017.	127
Figura 30. Proximidade da EFC e a agrovila do Francisco Romão.	128
Figura 31. Local de travessia da EFC nas proximidades da agrovila do AFR.	129
Figura 32. Assentado aguardando a passagem do trem.....	129
Figura 33. Fotografia da Fábrica da Suzano em Imperatriz.	142
Figura 34. Canteiro de obras da Odebrecht instalada nas proximidades do Novo Oriente....	151
Figura 35. Principais momentos da manifestação do dia 19/01/2012.	158
Figura 36. Representação cartográfica destacando a região do Novo Oriente e obras planejadas pela Vale.....	170
Figura 37. Calendário de 2015 distribuído pela Vale aos assentados do AFR com informes sobre segurança.	194
Figura 38. Calendário de 2016 distribuído pela Vale aos assentados do AFR com informes sobre segurança.	194
Figura 39. Placa de inauguração da UBB da RESEX Ciriáco, financiada pela Suzano.	199
Figura 40. Placa localizada no poço do assentamento Francisco Romão,	202

LISTA DE SIGLAS

AAAFR – Associação dos Agricultores e das Agricultoras do Assentamento Francisco Romão

ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

ACP – Ação Civil Pública

AFR – Assentamento Francisco Romão

AFT – Associação Frutos da Terra

AGU – Advocacia Geral da União

AID – Área de Influência Direta

AII – Área de Influência Indireta

ALBRAS – Alumínio Brasileiro S/A

ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S/A

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão S/A

ANM - Agência Nacional de Mineração

AP – Audiência Pública

ATARECO - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciriáco

BM – Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCSI - Columbia Center on Sustainable Investment

CCSST – Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia

CDC - Conselho de Desenvolvimento Comunitário

CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CELMAR - Indústria de Papel e Celulose do Maranhão S/A

CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CERFLOR – Programa Brasileiro de Certificação Florestal

CGCRE – Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro

CI – Comitê de Interlocução

CIMM – Comissão Internacional de Mineração e Metais

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNPT – Conselho Nacional das Populações Tradicionais

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPAI - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Imperatriz

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEFC – Duplicação da Estrada de Ferro Carajás

DMPF – Diário do Ministério Público Federal

DOEMA – Diário Oficial do Estado do Maranhão

DRC – Departamento de Relacionamento com Comunidades

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EITI - Extractive Industries Transparency Initiative

EMF – Empreendimento de Manejo Florestal

ESALQ - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão

FETAG - Federações de Trabalhadores na Agricultura

FETASE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Sergipe.

FIP – Fundo de Investimento Florestal

FLTTC - Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSC - *Forest Stewardship Council* (Conselho de Manejo Florestal)

FNS – Ferrovia Norte Sul

GEE – Gases do Efeito Estufa

GRC – Guia de Relacionamento com Comunidades

IBÁ – Instituto Brasileiro de Árvores

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração

ICFPA - International Council of Forest & Paper Associations

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMM - International Council on Mining and Metals

ICP – Inquérito Civil Público

IFMA – Instituto Federal de Maranhão

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

IR – Imposto de Renda

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

IUCN - International Union for Conservation of Nature

JnT – Rede Justiça nos Trilhos

MACDV - Movimento Alerta Contra o Deserto Verde

MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIQCB - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MP – Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MPSG - Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela

MST – Movimento dos Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PCS – Programa de Comunicação Social

PFNM – Produtos Florestais Não Madeireiros

PFOC – Programa de Fortalecimento da Organização Comunitária

PGC – Programa Grande Carajás

PICL – Povos Indígenas e Comunidades Locais

PIQUIA – Polo Industrial e Químico de Açailândia

PMA – Prefeitura Municipal de Açailândia

PMC – Prefeitura Municipal de Cidelândia

PN – Parque Nacional

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PNPSB – Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade

PPP-ECOS - Programa Pequenos Projetos Ecosociais

PT – Partido dos Trabalhadores

PRI – Procuradoria da República de Imperatriz

PRM – Procuradoria da República Municipal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RC – RESEX Ciriáco

REDD – Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal

RESEX – Reserva Extrativista

RIMA – Relatório de Impactos ao Meio Ambiente

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SINDSEPUC – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cidelândia

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STTR - Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais

TC – Termo de Cooperação

PCLN - Programa de Capacitação Logística Norte

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Unidade de Conservação

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UEMASUL – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNGC - *United Nations Global Compact*

UUS – Unidade de Uso Sustentável

WBCSD - World Business Council for Sustainable Development

WWF - World Wildlife Fund

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
RESUMEN	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	19
Contextualização e problematização do objeto da pesquisa	20
Pressupostos teórico-metodológicos	25
Procedimentos técnico-metodológicos	31
Estrutura da tese	37
CAPÍTULO 01. Dominação, práticas empresariais de relacionamento, e resistências comunitárias	38
1.1 A teoria dos campos e as estratégias de relação	41
1.2 As práticas “sociais” empresariais e as suas relações com comunidades	54
1.3 As resistências comunitárias contra as práticas empresariais	65
CAPÍTULO 02. Contextualização regional e caracterização histórica, sociológica e territorial dos agentes	74
2.1 O Programa Grande Carajás e as suas repercussões atuais	77
2.2 A ação empresarial, a questão agrária e a resistência comunitária na Amazônia maranhense	85
2.3 As quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco	95
2.4 Os assentados do Francisco Romão	117
2.5 A mineradora Vale S/A	132
2.6 A Suzano Papel e Celulose S/A	137
CAPÍTULO 03. A relação entre as corporações empresariais e as comunidades rurais	145
3.1 Histórico da relação entre a Vale e os trabalhadores rurais do Francisco Romão	146
3.2 Histórico da relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco	173
3.3 A essência das ofensivas empresariais contra os assentados e as quebradeiras de coco	181
3.4 As resistências comunitárias contra a dominação empresarial	204

CAPÍTULO 04. Críticas às bases de fortalecimento das estratégias de dominação empresarial	215
4.1 As redes de fortalecimento das corporações empresariais da mineração e da silvicultura	216
4.2 As estratégias de poder sobre os “postos decisórios” do Estado	221
4.3 A “crença” do desenvolvimento e a dominação corporativa	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS	236
APÊNDICES	278
APÊNDICE 1. Questionário/Base utilizado no Assentamento Francisco Romão.	279
APÊNDICE 2. Questionário/Base utilizado na RESEX Ciriáco.	281
APÊNDICE 3. Modelo do TCLE	283
ANEXOS	284
Anexo 01 – Autorização SISBIO	285

INTRODUÇÃO

O início da década de 1980 é considerado como um marco para a história social e ambiental da Amazônia maranhense. A criação do Programa Grande Carajás (PGC) foi primordial para estas mudanças, marcadas pela intensa exploração das riquezas naturais, do acelerado crescimento da densidade populacional, e pela consequente ampliação das disparidades socioeconômicas entre as populações que ocuparam esta região. De um lado fazendeiros e empresários apoiados pelas políticas de ocupação do governo, de outro, trabalhadores compelidos às agruras do cotidiano marcado pelo descumprimento de direitos.

Passam-se as décadas, mas os processos de exploração sociais e econômicos, bem como suas repercussões na realidade das populações locais, permanecem. Mesmo que as características da região tenham se “alterado”, pois as “elites econômicas” divulgam cotidianamente o quanto foi “desenvolvida” esta região, os alicerces dos poderes que fundamentam a realidade social permanecem. As classes agropecuárias, empresariais e políticas, respondem às críticas de alguns movimentos que reprovam este modelo tradicional de “enriquecimento”, tentando se exaltar como os “propulsores econômicos” da região. Em contrapartida, persistem as pressões contra as populações relegadas por essas “benesses”, que “devem” se adaptar à realidade de favorecimento das grandes empresas; além disso, os trabalhadores devem transpor cotidianamente diversas barreiras políticas e econômicas para a manutenção das suas atividades básicas de convivência e de subsistência.

Mesmo diante desta complexidade, sempre considerei insatisfatório para um professor de Geografia, apenas observar todo este processo, e embasar minha crítica apenas com pesquisas de outros autores, ou sobre outras regiões brasileiras e estrangeiras. Durante as minhas aulas em campo com os estudantes do IFMA/Açailândia, me chamou a atenção que algumas empresas realizavam serviços estruturais em algumas comunidades. Eram bibliotecas, melhorias de estradas vicinais, patrocínios de eventos, “doação” de equipamentos de produção, dentre outros. Isso me inquietou, pois demonstrava uma estranha aproximação entre grupos sociais com históricos, bases ideológicas, e práticas destoantes. Com a entrada no PPGDSTU (NAEA/UFPA), percebi que seria uma ótima possibilidade para aprofundar meus conhecimentos sobre estas preocupantes relações.

Para analisar/interpretar estes processos, foram selecionadas duas relações entre empresas e comunidades: a relação entre os trabalhadores rurais do assentamento Francisco Romão e a mineradora Vale S/A, e entre as quebradeiras de coco da Reserva Extrativista Ciriáco

e a indústria Suzano Papel e Celulose S/A. Contaram como indicadores positivos para a seleção destes agentes: facilidade no contato com os representantes dos quatro agentes; a possibilidade de entrada nas comunidades; o acesso aos agentes do Estado, para obter informações relevantes sobre as comunidades e sobre as empresas; a facilidade de interlocução com as áreas de responsabilidade social das empresas; e a complexidade e representatividade dos dois processos de relação.

Ao ler e avaliar estes critérios de escolha destes agentes, pode-se presumir que são muitas as ligações entre os agentes e este pesquisador. Mas, como citado anteriormente, foram muitos anos em contato com as comunidades rurais; além disso, foram muitas as “visitas técnicas” em áreas empresariais, principalmente no entreposto da mineradora Vale, e nas áreas de plantio de eucalipto da Suzano. Além disso, o Assentamento Francisco Romão e a RESEX Ciriáco foram, nos últimos anos, importantes territórios de conscientização sobre a realidade dos trabalhadores rurais desta região. Com isso, duas etapas de grande importância foram definidas: o problema foco da pesquisa; e os grupos sociais participantes.

Compreendendo a importância do aprofundamento das análises/interpretações que se realizariam durante os estudos necessários nessa etapa, busquei o embasamento teórico-metodológico que melhor alicerçaria a complexidade do tema. A partir da análise de diversas teorias, e com o primordial apoio de orientação da professora Edna Castro, cheguei à “Teoria dos Campos” de Pierre Bourdieu. Esta teoria contribui para identificar as empresas e as comunidades como agentes, na compreensão mais bourdiesiana do conceito; focalizando nas estratégias adotadas pelos agentes.

Espera-se que esta tese contribua para esclarecer duas dimensões destas relações entre corporações empresariais e comunidades rurais: primeiro, ampliar o debate sobre as estratégias empresariais na relação com os trabalhadores rurais das cercanias dos seus aparatos logísticos, industriais e “florestais”; e acrescentar análises sobre as repercussões das ações empresariais nos cotidianos comunitários.

Contextualização e problematização do objeto da pesquisa

Considerando o contexto acima, tem-se uma ideia do contexto socioeconômico em que se encontram os agentes selecionados para as análises desta tese. Identifiquei dois grupos antagônicos: as grandes empresas multinacionais (Vale e Suzano), fortalecidas pelos incentivos econômicos e institucionais do poder público, utilizando seus capitais e seus poderes numa

relação com comunidades rurais; e os assentados e as extrativistas, submetidos à falta de orientação técnica, e à redução dos financiamentos públicos para o exercício das suas atividades produtivas. Estas relações são estabelecidas em momentos de crescimento da logística corporativa, como a Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC)¹, e a ampliação da matriz da monocultura do eucalipto; que são atividades econômicas que repercutem nos cotidianos do Assentamento Francisco Romão e da RESEX Ciriáco.

Em todos os meios de comunicação são destacados os “grandes benefícios” com a DEFC, e com a instalação da fábrica da Suzano em Imperatriz. A população local é persuadida a aprovar estes grandes projetos de “desenvolvimento econômico”, visto que as pressões políticas, econômicas e sociais calcam as intensões dos trabalhadores de desarmonizar todo este aparato elaborado para a ampliação do poder da mineradora e da silvicultora. Enquanto veem-se relegados aos pequenos investimentos paliativos, as comunidades rurais acompanham os trens e as carretas repletas das riquezas extraídas com todo o apoio do Estado. E há um certo entendimento entre as organizações de apoio aos movimentos sociais, e de parte dos pesquisadores que atuam nestas áreas, de que vem ocorrendo uma redução das resistências comunitárias contra as ações empresariais.

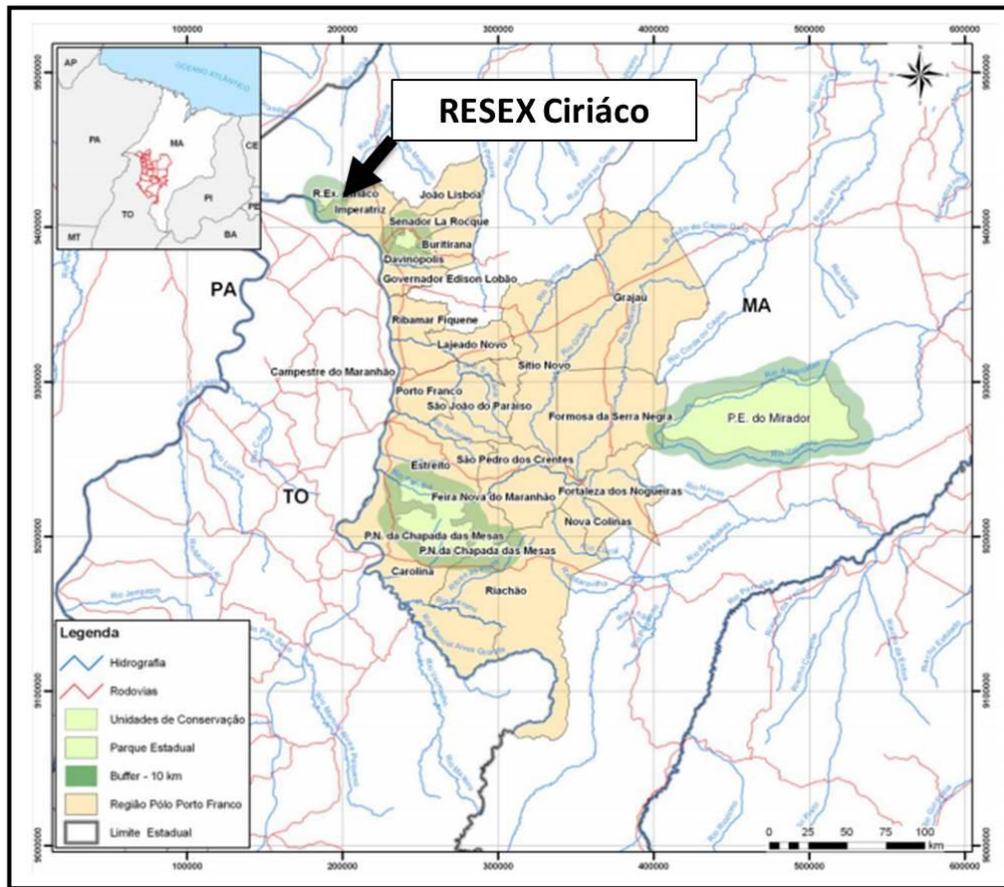
Na Figura 01 há uma ilustração disponibilizada originalmente no “Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da área de implantação do Projeto Florestal da Suzano, na região de Porto Franco, Maranhão” (SUZANO, 2010). Esta demonstra a Unidade de Conservação (UC) RESEX Ciriáco nesta área de influência do empreendimento florestal. Já na Figura 02, há uma representação cartográfica da proximidade da DEFC com a agrovila do Assentamento Francisco Romão (AFR)². A agrovila do AFR localiza-se a menos de 200 metros da EFC; a Ciriáco está a mais de 30 quilômetros da indústria da Suzano, mas as carretas da silvicultora trafegam diariamente nas proximidades da RESEX. Dois fatores importantes para a percepção comunitária dos poderes das duas corporações.

As duas ilustrações demonstram que estes grandes empreendimentos empresariais, desde as etapas de planejamento, já previam a possibilidade de intensificação de relacionamento com estas comunidades rurais. E estas relações entre estes agentes são o foco das análises e interpretações desta tese.

¹ A Vale denomina apenas como “expansão” e não como duplicação. Mas o que está em construção é de fato uma duplicação da EFC.

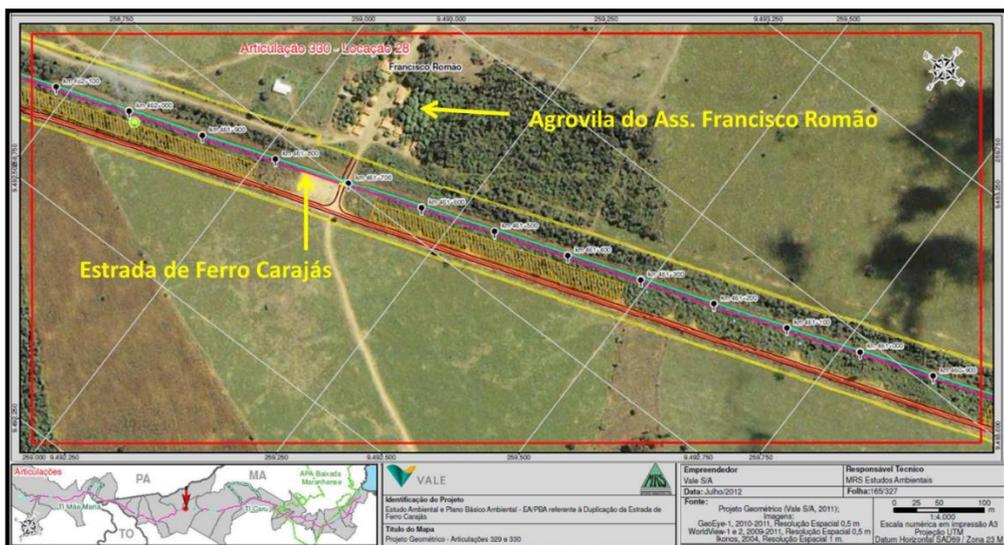
² A área de influência da Suzano foi ampliada com a compra da “Vale Florestar”; processo que será detalhado no item 2.5. Sobre a proximidade entre a EFC e a agrovila do Assentamento Francisco Romão, figuras complementares foram incluídas no item 2.4.

Figura 1. Mapa demonstrando a Área de influência dos empreendimentos da Suzano.



Fonte: STCP (2010 *apud* SUZANO, 2010). Modificada pelo autor.

Figura 2. Representação cartográfica demonstrando a proximidade entre a duplicação da EFC e a comunidade do assentamento Francisco Romão.



Fonte: Vale (2012). Modificada pelo autor.

A Figura 03 possibilita uma maior compreensão do contexto regional em que os agentes estão localizados. As comunidades do Assentamento Francisco Romão (AFR) e da RESEX Ciriáco localizam-se, respectivamente, nos municípios maranhenses de Açailândia e Cidelândia. A fábrica da Suzano foi instalada em Imperatriz (MA), importante centro regional da Amazônia maranhense. Uma “Unidade Operacional” da mineradora Vale funciona do “Distrito Industrial de Piquiá” em Açailândia, onde são instalados os principais escritórios de relacionamento da empresa com as comunidades da região, a cerca de 8 quilômetros do núcleo urbano açailandense, e a cerca de 50 quilômetros da agrovila do AFR.

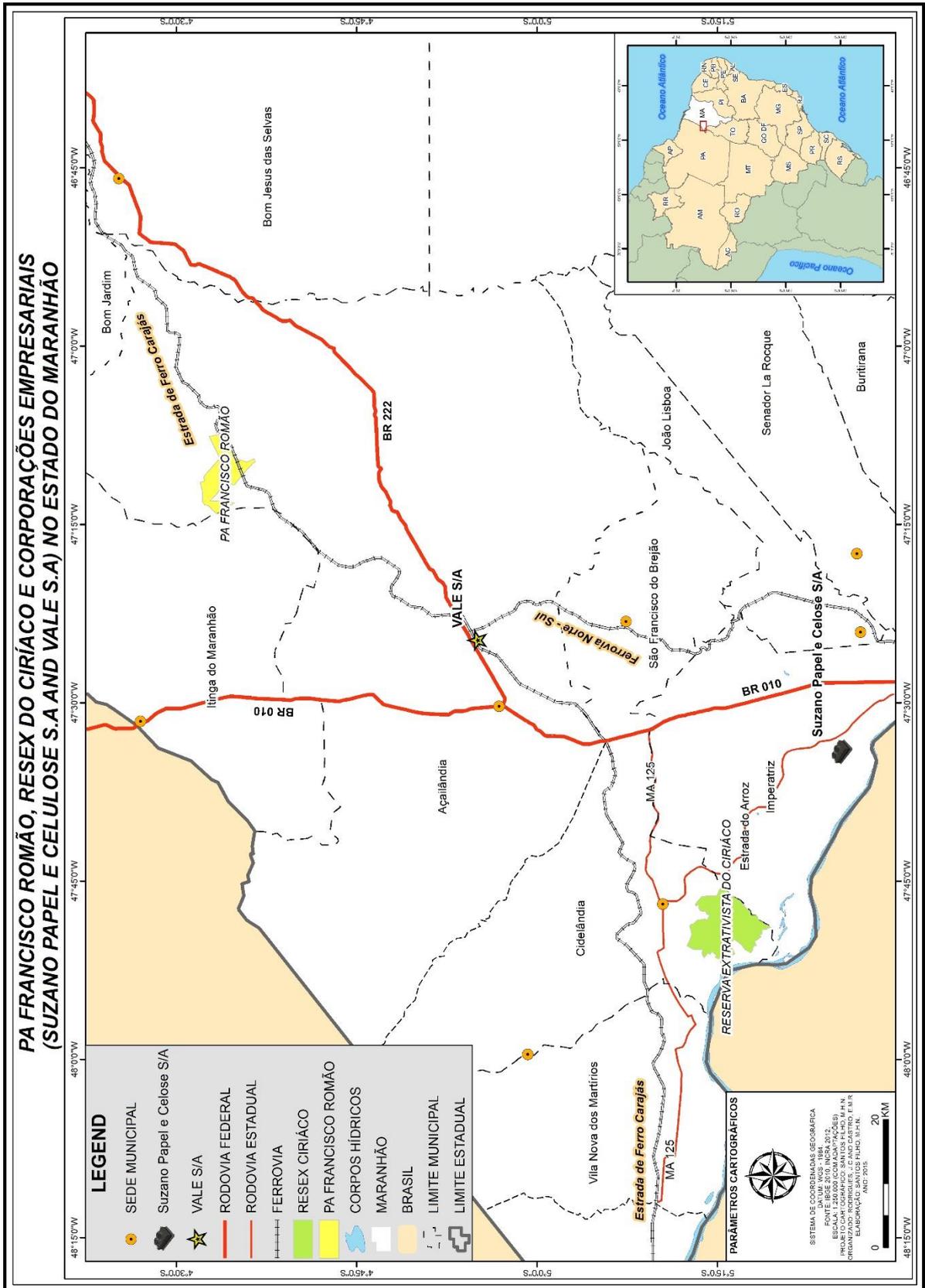
O problema tratado nesta tese é entender a relação entre as empresas Vale S/A e Suzano Papel Celulose S/A, com as respectivas comunidades rurais do assentamento Francisco Romão, em Açailândia, e da Reserva Extrativista do Ciriáco, em Cidelândia; bem como analisar/interpretar as repercussões destas nos cotidianos comunitários, e nas formas de atuação corporativa diante dos assentados e das quebradeiras de coco.

A partir do exposto, destaca-se que esta pesquisa de tese busca responder aos seguintes questionamentos norteadores:

1. Quais as características das relações entre as empresas multinacionais Vale e Suzano, e os trabalhadores (as) do Assentamento Francisco Romão e da RESEX Ciriáco, respectivamente? Como elas são estabelecidas?
2. Quais são as estratégias utilizadas pelas empresas e pelos trabalhadores rurais nestas relações? Como elas são aplicadas?
3. Quais são as repercussões das estratégias aplicadas pelos agentes nestas relações? Como elas influem nos cotidianos dos assentados e das quebradeiras de coco?

A hipótese que norteou esta pesquisa é a de que as empresas, na busca pela ampliação dos seus aparatos logísticos, florestais e industriais, aplicam estratégias para se estabelecerem dominantes diante das comunidades rurais, e direcionadas para a aprovação dos seus investimentos na DEFC e na ampliação da monocultura do eucalipto. Para esta aprovação a Vale e a Suzano visam uma “licença social” dos seus empreendimentos; e aplicam seus capitais financeiro e cultural para a realização de serviços estruturas nos territórios comunitários. Estes serviços são aceitos pelos assentados e pelas quebradeiras de coco, resultando numa redução das resistências comunitárias à atuação destas duas empresas nos seus territórios, ou nas proximidades destes.

Figura 3. Mapa indicando a localização dos principais agentes pesquisados nesta tese.



Fonte: Castro e Rodrigues (2016).

A partir deste enunciado, tem-se que o objetivo geral desta tese é disponibilizar uma análise/interpretação das relações entre empresas multinacionais e comunidades rurais da Amazônia maranhense. Para cumprir este objetivo, como já mencionado anteriormente, foram selecionadas as relações entre a empresa Vale S/A e os assentados do Assentamento Francisco Romão (Açailândia); e entre a empresa Suzano Papel e Celulose S/A e as quebradeiras de coco babaçu da Reserva Extrativista do Ciriáco (Cidelândia). Isto posto, tem-se como objetivos específicos:

- apresentar análises/interpretações sobre as estratégias da Vale e da Suzano na relação com as comunidades rurais;
- demonstrar como os assentados e as quebradeiras de coco avaliam as estratégias da Vale e da Suzano, e como estes comunitários agem diante das ofensivas empresariais;
- apresentar uma análise sobre as repercussões das estratégias empresariais nos cotidianos comunitários.

Pressupostos teórico-metodológicos

A relação entre empresas e comunidades é objeto de estudos em diversas áreas do conhecimento, sendo que a maioria destes trata da análise de conflitos socioambientais, ou até mesmo dos danos causados pelas empresas. Há ainda pesquisadores que se debruçam sobre as influências empresarias no cotidiano das comunidades (NÓBREGA, 2016; OLIVEIRA, LIMA E MONTEIRO, 2011; PÉRES E GONÇALVES, 2012; SILVA, RIBEIRO JUNIOR e SANT'ANA JUNIOR, 2011; VEIGA, PORRO e MOTA, 2011; MARIN E CASTRO, 2009; ZHOURI, 2005).

No caso desta tese, o foco inicial era apenas compreender como as empresas Vale e Suzano atuavam estrategicamente, com a finalidade de reduzir relações conflituosas com as comunidades próximas aos seus empreendimentos. Mas, observei que havia um contexto mais complexo, e que exigiria maior detalhamento nas análises e interpretações.

Nas primeiras observações em campo, e nos primeiros contatos com as lideranças comunitárias ou com os representantes das empresas, percebi que tratavam-se de relações que influíam muito nos cotidianos comunitários; e que eram estrategicamente pensadas pelos representantes empresariais. A identificação das influências foi mais perceptível durante o levantamento das características peculiares, tanto dos agentes, quanto das relações estabelecidas e das estratégias adotadas.

Observei que não se tratava de uma relação inteiramente pacífica, mas que não era de grandes conflitos. Não se tratava de empresas totalmente “benfeitoras”; nem podia-se caracterizar as comunidades como passivas às ações empresariais. O que antes seria analisado numa visão de ação estratégica empresarial, fator que permaneceu, percebi a importância de considerar as comunidades como agentes importantes do processo. Isto considerando-se que os assentados e as quebradeiras de coco também se utilizavam de ações estratégicas para concretizar seus anseios.

Adotei como principal base teórica e metodológica a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, selecionada considerando o entendimento de que as relações entre determinados agentes são pautadas em lutas; e, que são produzidas dentro de um campo, guiando as estratégias a serem utilizadas pelos agentes (BOURDIEU, 2005; 2001; 1989). Realizei significativas complementações teórico-metodológicas, considerando as análises dos dados, as informações e os acontecimentos ligados às relações entre as empresas e as comunidades.

Sabe-se que existem as teorias dos “campos organizacionais” de DiMaggio e Powell (1983) e a de “jogos” desenvolvida por Axelrod (2010). Estas também foram analisadas para possível aplicação ou complementação da base teórica de Pierre Bourdieu. Ainda assim, considerei as análises realizadas por Castro (2015) e Zhouri (2005), ao relacionar o entendimento de campos com as situações de conflitos sociais e ambientais. Este entendimento ampliou a minha avaliação de que a teoria dos campos era a melhor para as análises a serem realizadas, considerando-se principalmente que:

[...] o campo é entendido como o *locus* do conflito entre sujeitos sociais que disputam a legitimidade de certas concepções e ações a partir do domínio de um capital específico; e o *habitus* se refere a um conjunto de disposições estruturadas e estruturantes do campo. Remete, assim, à trajetória de socialização dos sujeitos e o conjunto de valores, crenças, ética, entre outras, que orientam as escolhas e, portanto, as suas ações. (ZHOURI, 2005, p. 02).

[...] o campo, como dimensão teórico-metodológica e relacional, que permite interpretar a produção dos sentidos a partir dos lugares que os agentes ocupam nas relações sociais que conformam um determinado campo. (CASTRO, 2015, p. 226).

Como visto nas citações acima, é importante considerar três principais conceitos de Pierre Bourdieu nestas análises: o de campo; o de capital; e o de *habitus*. Iniciando-se sobre a base teórica dos campos, tem-se que estes são apresentados como “[...] espaço de relações objetivas [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 81), onde “[...] um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças.” (BOURDIEU, 2011, p. 38).

Dentre as análises realizadas nas primeiras etapas desta pesquisa, analisei: a “essência do campo”, que diz respeito ao estudo do histórico deste (BOURDIEU, 1989); dos “efeitos de campo”, que são pressões exercidas sobre as ações dos agentes, dependendo dos capitais disponíveis (BOURDIEU, 2005); e das “forças do campo”, que são forças que tendem a orientar os agentes, a atuarem para manterem-se em suas posições, ou subvertê-las (BOURDIEU, 2005). Além disso, analisei o *nomos* das duas relações, pois Bourdieu (2001) destaca que este “[...] trata em geral de ‘lei’, mas que seria preferível verter por ‘constituição’, que lembra melhor o ato da instituição arbitrária.”. Realizei estas análises considerando as entrevistas com as lideranças das comunidades, com os representantes das empresas, além da análise dos documentos cedidos por ambos³.

A partir destes primeiros resultados, analisei a “crença” (BOURDIEU, 2011) das duas relações. Sobre ela Pierre Bourdieu traz importantes considerações, destacando-se: “O pertencer ao campo assenta-se em uma crença que ultrapassa as oposições constitutivas das lutas que nele se travam.” (BOURDIEU, 2011, p. 87); “Adesão tácita ao *nomos*. Está na raiz do envolvimento no jogo do campo.” (BOURDIEU, 2001, p. 58); “[...] é construída numa lógica além das simples palavras; está relacionada a uma necessidade que a faz sustento de um campo.” (BOURDIEU, 1989, p. 46);

O segundo conceito norteador destas análises, o de capital, foi importante para analisar/interpretar os fatores que influem nas estratégias adotadas pelos agentes. Com isso, busquei compreender como as comunidades e as empresas se utilizavam dos seus capitais nos jogos e nas lutas. Neste sentido, Bourdieu (1999) cita que o capital está relacionado a um trabalho acumulado tanto nas formas materializadas, quanto em suas formas incorporadas, que é apropriado por um agente ou por um grupo de agentes, que “[...] *los capacita para apropiarse de la energia social em la forma de trabajo vivo e reificado.*”⁴ (*op. cit.* p. 05).

De acordo com Pierre Bourdieu existem diversos tipos de capital: o capital cultural; o capital financeiro ou econômico; o capital jurídico; o capital organizacional; o capital político; o capital tecnológico; o capital social; e o capital simbólico (BOURDIEU, 2011; 2005; 2001; 1999; 1998b; 1996b; 1989). Mas, segundo Bourdieu (2011) cada um destes tipos de capital está diretamente relacionado a um campo, tendo os mesmos limites de eficácia e de validade.

³ Estes documentos são descritos no Quadro 04.

⁴ “[...] os capacita para se apropriarem da energia social em forma de trabalho vivo e reificado.” (BOURDIEU, 1999, P. 05). Tradução nossa.

Tendo considerações teóricas citadas, iniciei uma aplicação de todos os capitais ao que seriam os campos específicos tratados nesta tese. A partir das análises em campo, observei que os capitais financeiro, simbólico e social⁵ tinham maior aplicação, devido à importância de cada um destes três para a elaboração e aplicação das estratégias adotadas pelos agentes. O primeiro e o segundo, pelas empresas; o segundo e o terceiro pelas comunidades (No Quadro 01 tem-se uma breve descrição conceitual destes capitais). Entendido este processo, aprofundi na análise da estrutura dos campos.

Quadro 1. Conceituação dos capitais financeiro, social e simbólico, segundo Pierre Bourdieu.

Capital Financeiro	Capital Social	Capital Simbólico
Pode se manifestar na forma de dinheiro ou em direito de propriedade. ⁴	Sempre há uma ligação deste com os capitais financeiro e cultural. ⁵	Reside no controle de recursos simbólicos sobre o conhecimento e o reconhecimento como exemplo da imagem da marca de uma entidade ou empresa. ²
Através deste capital podem ser obtidos diferentes tipos de capital, mas a custa de esforços de transformação que variam de acordo com o campo em que se encontra. ⁴	A reprodução do capital social também é tributária do trabalho de sociabilidade, série contínua de trocas onde se afirma e se reafirma incessantemente o reconhecimento. ⁵	Os capitais jurídico ⁶ (autoridade e implantação das leis) e político ¹ (reputação) são importantes para o fortalecimento deste.
É predisposto a funcionar como capital simbólico. ⁴	Possibilita que certos bens e serviços sejam acessados em virtude da rede de relações estabelecida pelo capital social do agente. ⁴	Assegura formas de dominação que envolvem a dependência perante os que ele permite dominar. ³
Somado ao capital cultural tem significativa importância para construção do espaço social. ⁶	É o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo. ⁵	O capital simbólico não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é desconhecida enquanto capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração, portanto reconhecida como legítima. ³
Existem bens e serviços que podem ser acessados apenas com o capital financeiro. ⁴	O volume deste capital depende da extensão da rede de relações que se pode efetivamente mobilizar, e do volume do capital que é posse exclusiva de cada um aos quais está ligado. ⁵	É uma propriedade qualquer percebida pelos agentes cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. ⁶

Fonte: Elaborado a partir das obras de Bourdieu (1. 2011; 2. 2005; 3. 2001; 4. 1999; 5. 1998b; 6. 1996b).

A estrutura dos campos é definida pelas distribuições desiguais dos capitais (BOURDIEU, 2001), influenciando na tomada de decisão e nas estratégias dos agentes

⁵ A respeito do capital social, é importante citar que estudei os escritos de autores como Elionor Ostrom (2000; 1993), Robert Putnam (1995) e James Coleman (1988). Estes se destacam como os que elaboram os fundamentos teóricos deste tipo de capital de maneiras fundamentalmente diferenciadas da análise realizada por Pierre Bourdieu.

(BOURDIEU, 2005). As tensões entre agentes em posições diferentes no campo (BOURDIEU, 1996b), e as leis de funcionamentos destes (BOURDIEU, 1974) também fazem parte do estudo destas estruturas. O volume e a estrutura dos capitais é que definem a posição e a importância dos agentes em um campo, como salienta Bourdieu (1989).

Em relação ao terceiro conceito, o de *habitus*, cito que, apesar da complexidade deste, e da necessidade de análises aprofundadas das duas relações em destaque nesta tese, a interpretação destas características foi de grande valia. Considerei que, para fazer parte de um campo, os agentes são levados a adotar o *habitus* deste (BOURDIEU, 2001). Se trata do que Bourdieu (1999, p. 58) denomina de “[...] *la intervención del habitus, como una capacidad cognitiva socialmente constituída.*”⁶

É importante saber que o *habitus* não se relaciona com reações imediatas, mas sim às respostas pensadas de acordo com a situação em que o agente esteja envolvido. “O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação [...]” (BOURDIEU, 1996b, p. 34). Para Pierre Bourdieu (2005, p. 20) ele “[...] é a inércia, rastro de sua trajetória passada, que os agentes opõem às forças imediatas do campo, e que faz com que suas estratégias não possam ser deduzidas diretamente nem da posição nem da situação imediatas.”

Com o aprofundamento dos estudos bibliográficos sobre o *habitus*, identifiquei outros autores, com destaque para Norbet Elias (1998a; 1998b; 1994). Mas novamente ressalto a escolha pela compreensão de Bourdieu, considerando que Elias trabalha este conceito como sendo uma “segunda natureza”, sem considerar o que Bourdieu denomina de campo e as suas estruturas. Mas as contribuições dadas por Wacquant (2009; 2003) foram de grande valia, acrescentando que o *habitus* pode ser analisado a partir de estudos metódicos e de observações empíricas; o que amplia a capacidade de compreensão dos campos considerados nesta tese.

Ao tratar o campo como um espaço de relações baseadas em lutas com forças desigualmente distribuídas entre os agentes, entra em destaque o conceito de “estratégias” e as suas aplicações. Na maioria dos casos as estratégias são pensadas e elaboradas “[...] na e por meio das lutas internas de cada grupo de agentes [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 93), tendo-se as suas aplicações para possibilitar a existência do grupo. Além disso, as estratégias são adotadas para lograr êxito em pelo menos duas possibilidades a serem alcançadas pelos agentes em posições distintas, que como se sabe, detêm diferentes estruturas de capitais, como cita Bourdieu (1996b, p. 112): “[...] seja a conservar, seja a transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las.”

⁶ “[...] a intervenção do *habitus*, como uma capacidade cognitiva socialmente construída.” (BOURDIEU, 1999, p. 58). Tradução nossa.

As estratégias utilizadas pelos agentes estão baseadas no que Bourdieu denomina de “poderes”; pois “[...] os agentes têm poderes (definidos pelo volume e pela estrutura de seu capital) bastante desiguais.” (BOURDIEU, 2001, p. 41). Há diversos poderes aplicáveis de acordo com as necessidades estratégicas do campo no qual o agente está inserido. Dentre os poderes citados por Pierre Bourdieu, destacam-se: o poder absoluto; o poder estrutural; o poder político; o poder material (BOURDIEU, 2005; 2001; 1989); e tem-se o poder simbólico, considerado como “[...] forma irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder.” (BOURDIEU, 1989, p. 72).

Após as primeiras análises em campo, constatei que as empresas e as comunidades se utilizavam dos seus principais capitais para fortalecer poderes específicos; e estes poderes exerciam uma grande influência nas estratégias adotadas. Considerando-se também que, devido à complexidade da relação, os capitais eram utilizados para estruturar diferentes poderes importantes na execução das estratégias dos representantes empresariais e dos comunitários, que se pautavam nas relações estabelecidas, principalmente o poder simbólico.

O discurso, considerando-se uma análise sociológica, passou a ter destaque nesta tese. Considerei que, como destaca Bourdieu (1989), o discurso é uma das principais formas de expressar suas visões e aspirações diante da realidade construída, tornando-se uma estratégia importante na relação entre agentes.

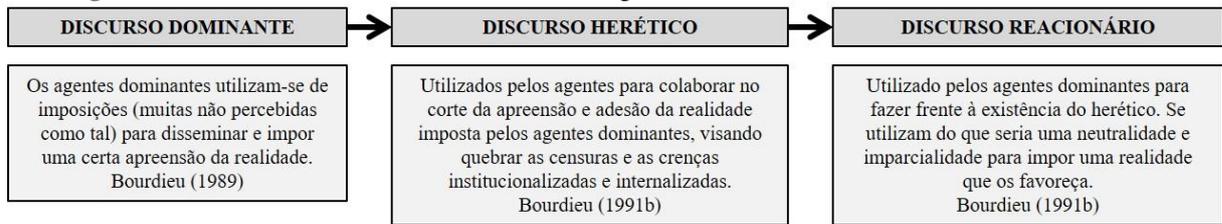
Relacionando com a teoria sobre campos, Bourdieu (1991a, p. 137) destaca que todo discurso é “[...] *the product of a compromise between an expressive interest and a censorship constituted by the very structure of the field in which the discourse is produced and circulates.*”⁷ E complementa ainda que nos discursos, “[...] *the use of language, the manner as much as the substance of discourse, depends on the social position of the speaker, which governs the access he can have to the language of the institution [...]*”⁸ (BOURDIEU, 1991b, p. 109).

Como se observa, Pierre Bourdieu apresenta o discurso como uma das estratégias de luta nos campos. Através dele os agentes podem “[...] assegurar o domínio simbólico dos princípios praticamente dominados do *habitus* de classe.” (BOURDIEU, 1983a, p. 48). Para Bourdieu há o seguinte movimento estratégico de uso do discurso (Figura 04):

⁷ “[...] o produto de uma relação de compromisso entre um expressivo interesse e uma censura constituída pela própria estrutura do campo no qual o discurso é produzido e circula.” (BOURDIEU, 1991a, p. 137). (Tradução nossa).

⁸ “[...] o uso da linguagem, a forma do conteúdo do discurso, depende da posição social do alto-falante, que regula o acesso, ele pode ter a linguagem da instituição [...]

Figura 4. Processo de uso do discurso como estratégia.



Fonte: Bourdieu (1991b; 1989). Elaborado pelo autor.

Como citado, a principal base teórico-metodológica para análises da relação entre as empresas e as comunidades selecionadas foi a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. Mas, além disso, adotei os procedimentos técnico-metodológico descritos a seguir.

Procedimentos técnico-metodológicos

Os procedimentos metodológicos que adotei nesta tese seguem o entendimento do pluralismo metodológico apresentado por Santos (1989, p. 83), que considera possível a implementação dos "[...] métodos qualitativos e os quantitativos e a articulação de várias técnicas de investigação [...]"; e esta pesquisa é exploratória (GIL, 2008, p. 38). Em relação às análises qualitativas, apliquei os procedimentos propostos por Bauer e Gaskell (2003), com destaque para a construção do *corpus*, para cuidados na elaboração do questionário/base e das entrevistas, e ainda para as análises dos documentos.

A variável tempo situa-se principalmente no período a partir de 2010, quando são iniciadas as obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás. Também neste ano a Suzano Papel e Celulose S/A recebeu sua licença de atividade industrial da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA). Alguns fatos ocorridos antes de 2010 são citados, mas são considerados de maior relevância os que ocorreram a partir de 2010, considerando-se que os dois empreendimentos recebem maior visibilidade, e iniciam suas ações a partir deste ano.

Realizei entrevistas estruturadas, entrevistas não-estruturadas (GIL, 1996) e focalizadas (MARCONI; LAKATOS, 2003). Participaram destas os assentados e as quebradeiras de coco babaçu, conforme Quadro 3, onde também há uma explicação sobre a quantidade e os critérios utilizados para a realização das entrevistas; bem como para a aplicação dos questionários. Ambos foram realizados nas próprias comunidades, destacando-se os seguintes temas: visão do comunitário sobre a empresa; como é percebida a atuação da empresa na comunidade; como o

comunitário avalia a relação entre a empresa e a comunidade. O mesmo procedimento foi utilizado na RESEX Ciriáco⁹.

As entrevistas com os comunitários foram realizadas no momento da aplicação do questionário/base (Apêndices 01 e 02). No AFR realizei as entrevistas entre os dias 18 e 20 de agosto de 2016; na Ciriáco ocorreram nos dias 29 e 30 de agosto de 2016. Visitei as comunidades para entrevistas com as lideranças, bem como observações participantes, que ocorreram em junho de 2015, novembro de 2015, outubro de 2016, e julho e novembro de 2017 nas duas comunidades. Todas as questões referentes à pesquisa foram apresentadas aos entrevistados, conforme o Apêndice 03.

Quadro 2. Quantidade de participantes das entrevistas e dos questionários.

Comunidade	Quantidade	Crítérios
Francisco Romão	50 (26 mulheres e 24 homens).	- Assentados que participam, que participam esporadicamente, ou que não participam das reuniões na comunidade, em destaque as de negociação com a Vale; - Equiparação entre homens e mulheres.
RESEX Ciriáco	14 (Todas mulheres).	- Quebradeiras de coco que participam ativamente dos projetos com a Suzano; - Quebradeiras que têm suas atividades produtivas realizadas exclusivamente no território da RESEX.

Fonte: o autor.

Não foi possível aplicar estas técnicas com todas as famílias e/ou todos os atores envolvidos na relação com as empresas. A Ciriáco tem em torno de 40 quebradeiras, segundo informações da direção da reserva vinculada ao ICMBio; e o Francisco Romão tem 102 famílias, segundo informações da associação da comunidade. Considerando-se estes contextos, utilizei as técnicas de amostragem classificadas como “estratificada”, “por tipicidade” e “por cotas” (MARCONI; LAKATOS, 2003; GIL, 1996), que somadas deram mais confiabilidade às informações e dados coletados. Analisei referências bibliográficas que destacam o cotidiano e as formas de atuação, tanto dos assentados, quanto das quebradeiras de coco. Em destaque cito o uso do processo de coleta e análise de narrativas, como demonstrado em Marin e Castro (1999).

Ainda em relação à quantidade de entrevistas e/ou questionários aplicados, considerei o que destaca Nogueira (2001), ao citar que a quantidade elevada não é importante, e sim a representatividade de cada indivíduo participante da pesquisa. Este entendimento foi o mesmo adotado junto aos representantes das empresas, onde priorizei os funcionários diretamente

⁹ A autorização do SISBIO consta nos Anexo 01 (Este substitui os liberados para os anos de 2015 e 2016).

relacionados com as ações de responsabilidade social e de relacionamento com as comunidades. No Quadro 04 apresento as variáveis consideradas neste estudo, bem como os respectivos materiais utilizados.

Quadro 3. Variáveis da pesquisa e respectivas especificações.

ESTRATÉGIAS DE RELAÇÃO			
Categoria de análise: ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS			
Variável	Especificação	Materiais de análise	Quantificação/ Qualificação
Recursos investidos pela empresa na comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Valores investidos nas comunidades pelas empresas; - Objetivos de cada investimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios disponibilizados pelas empresas; - Informações das comunidades e do Estado (prefeituras, INCRA ou ICMBio). 	<ul style="list-style-type: none"> - Em reais; - Análise dos relatórios, dos contratos e das informações cedidas pelas empresas.
Recursos investidos pelo Estado na comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Valores investidos nas comunidades pelo Estado; - Objetivos de cada investimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios disponibilizados pelo INCRA, prefeituras e ICMBio; - Relatórios e informações das comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em reais. - Análise dos resultados destes investimentos, e como estes influem na relação da comunidade com a empresa.
Estabelecimento de referenciais simbólicos.	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de ritos de instituição/organização, dos elementos arquitetônicos e das imagens como símbolos para estabelecimento de uma representação positiva diante das comunidades; - Ampliação da capacidade de permanência empresarial nos territórios comunitários; - Ampliação dos poderes empresariais a partir do estabelecimento dos referenciais simbólicos positivos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atas das reuniões das comunidades com as empresas; - Identificação dos principais símbolos representacionais empresariais; - Análise dos contratos de convênios entre as empresas e as comunidades, para execução das obras; - Entrevistas aos representantes das empresas e das comunidades; 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação das aplicações das reuniões e dos ritos utilizados nestas para estabelecimento de uma simbologia empresarial positiva; - Levantamento das características dos contratos que evidenciam a busca pela ampliação dos poderes empresariais;
Categoria de análise: ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS			
Variável	Especificação	Materiais de análise	Quantificação/ Qualificação
Reconhecimento, inter-reconhecimento e homogeneidade objetiva entre os comunitários.	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da comunidade como um agente ativo nos movimentos; - Inter-reconhecimento dos comunitários como partícipes de uma comunidade legítima; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atas das reuniões realizadas pela comunidade; - Entrevistas aos representantes das comunidades; 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de como são estabelecidas as relações entre os trabalhadores, e destes com as lideranças e ... <p style="text-align: right;">Continua...</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Homogeneidade na avaliação da ação das empresas na comunidade; - Homogeneidade na ação da comunidade perante as empresas; - Capacidade das comunidades de aplicarem estratégias de investimento, sejam elas individuais e/ou coletivas, que fortaleçam seus poderes delegados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas e questionários aplicados aos trabalhadores assentados (Ass. Francisco Romão) e quebradeiras de coco babaçu (RESEX Ciriáco). 	<p>... continuação.</p> <p>... organizações da comunidade, como por exemplo, as associações.</p>
Ligações permanentes e úteis entre os comunitários	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de realização do trabalho tributário de sociabilidade; - Rendimento do trabalho de acumulação e manutenção do capital social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas aos representantes das comunidades; - Entrevistas e questionários aplicados aos assentados e as quebradeiras de coco babaçu. 	<ul style="list-style-type: none"> - Eventos realizados na comunidade; - Receptividade dos eventos; - Avaliação dos eventos;
Redes de relações das comunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de mobilização de agentes; - Capacidade de agregação dos capitais dos agentes mobilizados; - Capacidade das comunidades de utilizarem “atos de instituição” que ampliem ou fortaleçam a rede de relações; - Capacidade das comunidades de aplicarem estratégias de investimento, individuais e/ou coletivos, que fortaleçam suas redes de relação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas aos representantes das comunidades; - Entrevistas e questionários aplicados aos os assentados e as quebradeiras de coco babaçu; - Entrevistas aos representantes dos agentes parceiros das comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos mecanismos de mobilização utilizados pelas comunidades e os resultados destes sobre a rede de relações de cada uma delas.
Concentração do capital social nas lideranças.	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de regulação dos mecanismos de distribuição do capital social; - Capacidade das lideranças de concentrar este capital através da delegação e da representação; - Capacidade de obter lucros para a comunidade utilizando o capital delegado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas aos representantes das comunidades; - Entrevistas e questionários aplicados aos assentados e as quebradeiras de coco babaçu; - Entrevistas aos representantes dos agentes parceiros das comunidades; 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo das maneiras utilizadas pelas lideranças para atuarem junto às comunidades; - Análise das formas de concentração do capital social nas lideranças, e os usos feitos dele. <p style="text-align: right;">Continua...</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de uso da delegação para proteger a comunidade de possíveis descréditos, e de membros indesejáveis; - Indícios de apropriação indevida do capital delegado. 		... continuação.
Concorrência pela apropriação da concentração do capital social	- Desrespeito aos mecanismos de concentração do capital social nos representantes das comunidades;	- ver item anterior	- Observação dos momentos de conflito entre os comunitários, e as repercussões destas nos mecanismos de concentração do capital social.
Valor do capital social da comunidade	- Capacidade das comunidades de dar suporte aos membros (representantes ou não);	- ver item anterior	- Identificação dos momentos de uso do capital social pelas lideranças e o resultado deste.
Reprodução do capital social	- Capacidade da comunidade e das lideranças de manterem o reconhecimento nas trocas de capital com outras organizações;	- ver item anterior	- Análise das trocas de capital com outros agentes e como esta tem influenciando no capital social da comunidade.
Categoria de análise: CAPITAL SIMBÓLICO EMPRESARIAL E COMUNITÁRIO			
Variável	Especificação	Materiais de análise	Quantificação/ Qualificação
Lucros simbólicos	<ul style="list-style-type: none"> - Comportamento do lucro simbólico das empresas; - Capacidade das empresas e do Estado em transformar o investimento de capital financeiro em retorno simbólico positivo; - Comportamento dos lucros simbólicos das comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas e questionários aplicados aos trabalhadores assentados (Ass. Francisco Romão) e quebradeiras de coco (RESEX Ciriáco); - Entrevistas aos representantes das empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão dos mecanismos utilizados pelas empresas para transformar Os investimentos financeiros em retorno simbólico positivo; - Análise da repercussão dos investimentos privados no poder simbólico das comunidades.
Concentração do capital jurídico	- Uso do capital jurídico para ampliar o capital simbólico.	- Entrevistas aos representantes das empresas, e das comunidades.	- Identificação dos principais agentes jurídicos envolvidos no campo, e a influência destes sobre o poder simbólico das empresas e das comunidades.
Continua...			

			... continuação.
Lutas simbólicas e formas de capital simbólico utilizadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de uso e controle de recursos simbólicos; - Capacidade do agente de ampliar o conhecimento e o reconhecimento perante os demais agentes; - Uso das seguintes formas: prestígio, carisma, legitimidade, notoriedade, respeitabilidade, dentre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas e questionários aplicados aos trabalhadores assentados (Ass. Francisco Romão) e quebradeiras de coco (RESEX Ciriáco); - Observações nas comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos mecanismos utilizados pelos agentes para ampliar seu poder simbólico no campo.
Discursos (relações de comunicação) e competência das práticas de linguagem.	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de concentração dos capitais nas relações de comunicação; - Censuras estabelecidas pelos agentes nas relações de comunicação; - Capacidade de uso do discurso como estratégia de relação utilizando-se de: discurso neutralizado; discurso adequado às situações; o legítimo; o ideológico; e o dominante; além dos discursos herético, autoritário e performático; - Condições sociais de aceitabilidade e as leis sociais do dizível; - <i>Habitus</i> linguístico dos principais agentes e dos principais detentores dos direitos do discurso (portavozes) e do poder da relação de comunicação (discurso autorizado); 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas aos representantes das empresas e das comunidades; - Entrevistas e questionários aplicados com trabalhadores assentados (Ass. Francisco Romão) e quebradeiras de coco babaçu (RESEX Ciriáco); - Análise de atas das reuniões, e de materiais de cunho publicitário das empresas, além de bibliografia que destaque falas dos comunitários envolvidos no campo; - Análise dos lugares e situações em que os discursos são realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos momentos de censura e quais as condicionantes destes; - Identificação dos emissores e destinatários legítimos (reconhecidos e reconhecedores); - Análise das condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e receptores do discurso; - Identificação dos possíveis limites entre o dizível e o indizível.

Estrutura da tese

Utilizei a INTRODUÇÃO para descrever a contextualização e a problematização desta pesquisa de tese; bem como a hipótese, o objetivo geral e os objetivos específicos. Além disso, apresento os pressupostos teórico-metodológicos, enfatizando a contribuição da teoria de campos de Pierre Bourdieu; e descrevo os procedimentos técnico-metodológicos que apoiaram nas análises.

No CAPÍTULO 01 (Dominação, práticas empresariais de relacionamento e resistências comunitárias) começo aprofundando teoricamente sobre o conceito de dominação de Pierre Bourdieu. Em seguida destaco as principais práticas empresariais de relações com comunidades, principalmente as classificadas como “ações sociais”. Finalizo descrevendo algumas das principais estratégias das comunidades rurais brasileiras contra as estratégias corporativas.

O contexto regional e o histórico dos agentes são destacados no CAPÍTULO 02 (Contextualização regional e caracterização histórica, sociológica e territorial dos agentes). Início relatando os principais acontecimentos relacionados com o Programa Grande Carajás (PGC), bem como as repercussões destes na região analisada nesta tese. Apresento importantes referências bibliográficas sobre a ação empresarial na região, além de contextualizar a problemática das questões agrárias do oeste maranhense. Para apresentar melhor os agentes estudados nesta tese, descrevo uma caracterização histórica, sociológica e territorial das duas comunidades e das duas empresas.

No CAPÍTULO 03 (A relação entre as empresas e as comunidades rurais), destaco como é estabelecida a relação entre estes dois agentes empresariais (Vale e Suzano) e as comunidades rurais analisadas. Nos dois primeiros subcapítulos (3.1 e 3.2) descrevo os históricos das relações, destacando os acontecimentos que mais influíram e que mais representam as estratégias dos agentes. Em seguida aprofundo a análise das estratégias empresariais considerando os referenciais simbólicos utilizados pelas empresas na busca pela dominação. Finalizo com uma análise dos processos de resistência dos assentados e das quebradeiras de coco contra as estratégias da Vale e da Suzano.

No CAPÍTULO 04 (Críticas às bases de fortalecimento das estratégias de dominação empresarial), apresento uma crítica às bases organizacionais de apoio às estratégias de comunicação/relacionamento das grandes empresas internacionais. O foco é demonstrar como são estabelecidas as nocivas redes de fortalecimento ampliadoras das possibilidades de êxitos das empresas Vale e Suzano, no relacionamento com comunidades rurais.

CAPÍTULO 01. Dominação, práticas empresariais de relacionamento, e resistências comunitárias

Para Bourdieu (2001) a dominação é, em alguns casos, fortalecida pelos próprios agentes dominados; seja “à sua revelia”, ou sem a sua percepção, o que contribui para a sujeição aos dominantes. Considera-se, inclusive, que isto está embasado na aplicação pelos dominados de “estruturas de percepção” inter-relacionadas aos atos dos dominantes (BOURDIEU, 1996b); apoiando-se em “sistemas ideológicos” que tornam-se sistemas estruturantes (BOURDIEU, 1989). Todo este processo apoiado nas “forças do campo”, que orientam os agentes para o estabelecimento da dominação (BOURDIEU, 2005), considerando-se ainda que:

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes ("a classe dominante") investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros. (BOURDIEU, 1996b, p. 85).

Um dos capitais que ampliam esta possibilidade é justamente o capital simbólico (BOURDIEU, 2001); considerando-se que a dominação sempre está relacionada com a dimensão simbólica (BOURDIEU, 2001). Um fator importante nesta dimensão é a estratégia de comunicação adotada, pois possibilita a transformação da dominação em “[...] dependência pessoal, até em devotamento [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 92) ou a “[...] submissão em relações afetivas, transformação do poder em carisma [...]” (BOURDIEU, 1996b, p. 64); considerando-se que pautam-se nos “sistemas simbólicos” (BOURDIEU, 1989) utilizados para legitimar esta dominação.

Apresenta-se como principal estratégia aos dominados a “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989). Um fator que amplia este entendimento é justamente a necessidade de aceitação/recusa das “essências tácitas” do campo (BOURDIEU, 1996b). Ao aceitá-las, receia-se que as estratégias da dominação ampliem a resignação destes agentes (BOURDIEU, 2001).

Por outro lado, Bourdieu (2001, p. 89) destaca que as ações de “[...] indignação, a revolta, e as transgressões [...]” são difíceis, mas não as classifica como impossíveis. Como dito, as estratégias de “revolução simbólica” (BOURDIEU, 2001) são complicadas, mas caso a “força subversiva” (BOURDIEU, 1991b) e a “competência crítica” (BOURDIEU, 1996b) ainda estejam vivas, os agentes propensos a dominação podem aplicá-las.

Se não há “[...] esquemas de percepção e de apreciação [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 92) partilhados pelas empresas e pelos comunitários, não se pode caracterizar a relação entre ambos como de dominação, considerando-se ainda que há a possibilidade de que as comunidades podem realizar uma “valorização” (BOURDIEU, 2005) dos seus capitais, principalmente o capital social. Processos que apoiam nos movimentos de resistência comunitária, sejam eles de grande repercussão, ou através de articulações e demonstrações cotidianas.

Neste sentido, outra importante contribuição para a compreensão das estratégias de resistência é dada por Scott (2013; 2002). São adotados nesta tese os conceitos de: “discurso oculto” (SCOTT, 2013), que relaciona-se às demandas dos agentes com menor poder, mas que não podem ser publicamente requeridas, mas que se apresenta como importante estratégia contra a dominação; a “anti-hegemonia” (SCOTT, 2013), que trata dos movimentos realizados pelos agentes com menor poder, principalmente em momentos onde os “dominantes” não percebem esta movimentação; além do conceito de “infrapolítica” (SCOTT, 2013), que são “[...] formas de resistência simbólica, que dificilmente podem ser reprimidas [...]” (SCOTT, 2013, p. 112).

Relacionando estas estratégias à realidade dos trabalhadores rurais, Scott (2002, p. 11) cita que: “Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes.” Dentre as estratégias utilizadas nesta resistência tem-se “[...] forma de resistência passiva, expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano.” (SCOTT, 2002, p. 12). Para Scott (2002),

A resistência que descobrimos não está relacionada com movimentos políticos amplos, ideologias, ou nenhuma estrutura revolucionária [...] requerem pouca coordenação, para não mencionar organização política, embora estas possam influenciar as ações dos camponeses. Podemos dizer que tais atividades são, em resumo, formas de luta quase que inteiramente voltadas para a esfera local. Implica, apenas, que essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições. (SCOTT, 2002, p. 24).

As diferentes concepções da realidade social e das atuações estratégicas, estão relacionadas com as formas de perceber e de trabalhar com as pessoas e com as coisas; entrelaçadas com construções culturais. Para Henriques (2007, p. 96) os movimentos sociais, sejam rurais ou urbanos, atuam em duas principais frentes de estratégias comunicativas: “[...] na manutenção de estruturas mobilizadoras horizontais – criação de condições de ação em rede e de coesão entre os atores mobilizados; e no processo de visibilidade de causa, do movimento

e seu posicionamento público.”. Em contrapartida, as corporações representam uma das maiores concentrações de poder que se pode observar atualmente (TRAGTENERG, 2005).

Os autores Henriques (2007) e Tragtenberg (2005) apresentam as principais formas de atuação destes dois grupos. Às populações excluídas economicamente, há a possibilidade do fortalecimento das redes de colaboração. Às empresas multinacionais, há o uso do seu capital financeiro para ampliar sua capacidade de ação. Diante disso, pensemos nos casos analisados nesta tese: uma das maiores mineradoras do mundo e um pequeno assentamento rural; uma das principais silvicultoras e indústrias de celulose do mundo e um grupo de quebradeiras de coco de uma RESEX. Em termos de capital financeiro (BOURDIEU, 2011; 2005) não há como estabelecer estratégias para as comunidades. A alternativa para estes pequenos grupos é a organização das manifestações, como já citado, e o estabelecimento das redes de relações. Redes que são veementemente combatidas pelas grandes empresas, pois como cita Afonso (2012):

A premência do diálogo das empresas, sobretudo com representantes de comunidades é nova, e ganha importância na medida exata em que, pelo mundo, os movimentos sociais ou mesmo pequenos grupos que emergem e se organizam por conta dos impactos sofridos, começam a paralisar, impedir ou exigir determinadas condições das atividades empresariais. A procura empresarial por diálogo com comunidades é fruto das estratégias, ferramentas e normas de responsabilidade social que foram desenvolvidas para responder a estes movimentos preventivamente (AFONSO, 2012, p. 190).

Considerando-se a citação de Afonso (2012), tem-se que, planejar e agir estrategicamente são as principais ferramentas empresariais, principalmente para antecipar as ações dos movimentos sociais. Com isso, ao se debruçar sobre estas relações, “[...] um dos passos a ser analisado é, justamente, como o sistema de interação é estabelecido, e que regras são postas como parte do processo de negociação dos interesses considerados como válidos para o debate”. (FERREIRA, 2011, p. 72).

Esta é uma questão complexa, pois se deve considerar que, como cita Castells (1999), há uma luta pela manipulação dos símbolos, onde se valorizam novas representações que influenciam nas formulações da realidade realizadas pelos indivíduos. Complementando-se com Bourdieu (2011; 1989), os agentes instauram mecanismos de “inculcação” e “constrangimentos”, para favorecerem-se. Este processo é especificado por Acselrad, Barros e Giffone Pinto (2015), que citam alguns exemplos das ações destes agentes:

Ao lado da infiltração de agentes privados de informação nos movimentos sociais, denunciada publicamente a partir de 2013, temos visto também constituir-se uma espécie de “ciência” destinada a enfrentar e desmobilizar estes movimentos: são, por exemplo, realizados estudos ditos de “risco social”, para determinar em que medida as populações atingidas pelos grandes projetos podem vir a gerar risco aos empreendimentos, caso elas venham a ser, com sucesso, mobilizadas para o debate e o questionamento dos projetos. Cientistas sociais e comunicadores são contratados para estudar os grupos atingidos e desenvolver programas de relações comunitárias. É possível observar, assim, um forte parentesco entre as ações ditas de “responsabilidade social empresarial” e aquelas que são conhecidas como “ações cívico-sociais” das forças armadas (ACSELRAD; BARROS; GIFFONE PINTO, 2015, p. 105).

Com isso, o objetivo deste capítulo é apresentar as principais bases teóricas que apoiaram na compreensão das relações entre corporações empresariais e comunidades rurais. São apresentadas contribuições teóricas de Pierre Bourdieu que complementam o entendimento sobre as estratégias utilizadas pelos agentes. Além disso, discorre-se sobre as práticas tradicionais, e as “novas ações”, de relacionamento das empresas com comunidades; e como ocorrem as resistências comunitárias contra as estratégias corporativas.

1.1 A teoria dos campos e as estratégias de relação

A noção de campos em Pierre Bourdieu já foi detalhada na introdução. Agora o destaque é dado à base teórica das principais estratégias adotadas pelas empresas Vale e Suzano, bem como pelos trabalhadores rurais do Assentamento Francisco Romão, e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco. Neste capítulo são consideradas as estratégias: a luta política; a cooptação; os constrangimentos; a revolução simbólica; o trabalho simbólico; a manipulação legítima dos bens simbólicos; e a inculcação. Todas aplicadas nas relações aqui analisadas.

A aplicação destas estratégias pelas corporações visa uma dominação empresarial, pois a Vale e a Suzano empenham-se na obtenção de resultados mais eficazes na relação com comunidades rurais. Mas há uma importante articulação e uma resistência dos assentados e das quebradeiras de coco, que, apesar de reduzirem as grandes manifestações contra as empresas, não são passíveis às atuações corporativas, elaborando também suas estratégias. Há casos em que os quatro agentes agem segundo estratégias definidas, em destaque a “luta política” (BOURDIEU, 2011), utilizada pelas empresas e pelos comunitários para evidenciar as visões de mundo que os beneficia.

Para Bourdieu (2011, p. 39) “[...] as lutas políticas envolvem disputas intelectuais, princípios de visão e de divisão.” Estas relacionam-se a “[...] uma luta cognitiva (prática e

teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 121). É importante considerar que para Bourdieu (1991b), há momentos em que os agentes podem se utilizar da “neutralidade” e da “negação” desta luta política, com a finalidade de estabelecer-se simbolicamente como “ético” diante das estratégias dos seus antagonistas.

Para Harisson (2001) a luta política é importante por possibilitar, aos grupos marginalizados pelas políticas econômicas, uma maior visibilidade às suas demandas. Com isso, tem-se que a luta política, nos moldes teóricos adotados nesta tese, recebe destaque como uma potencial e importante estratégia de resistência comunitária. Esta agrega capacidade de ação aos trabalhadores rurais por dois fatores: amplia a força das suas estruturas de capital social; e possibilita o estabelecimento das redes de relações que fortalecem os assentados e as quebradeiras de coco.

Nas análises sobre os agentes dominantes e as ações destes nos processos de luta política, Bourdieu (1991b, p. 49) cita que estes se utilizam de uma estratégia de “[...] minar a política em um discurso político despolitizado, produzidos através de um processo de neutralização [...]”. Tem-se ainda que eles intentam “[...] a negação da luta política como luta [...]” (BOURDIEU, 1991b, p. 49). Como já mencionado anteriormente, esta é uma importante estratégia das grandes empresas, visto que pleiteiam evidenciar-se como “benfeitoras desinteressadas”; esforçando-se em despolitizar suas ações, e principalmente, suas falas nas reuniões com os comunitários. Todas as ações destas grandes corporações têm interesses econômicos, e buscam uma maior influência social que as favoreçam; em consequência disso, ampliam as suas atuações políticas.

Considerando-se a ação política empresarial, que é um dos objetos de análise desta tese, Mancuso (2007, p. 143) evidencia dois focos: “[...] em primeiro lugar, mudar o *status quo* para melhor, tanto quanto possível (atitude ofensiva). Em segundo lugar, impedir a piora do *status quo*, tanto quanto possível (atitude defensiva)”. Em relação à Vale e à Suzano, é importante mencionar que o diálogo que as duas estabeleceram com o AFR e com a Ciriáco, foram requeridos por órgãos ambientais (IBAMA e SEMA)¹⁰ e pelo MPF.

Sabe-se que a luta política figura no cotidiano de todos os movimentos sociais, sejam eles urbanos ou rurais. Mas como destaca Fagnani (2014), estas lutas são setorizadas, o que prejudica a compreensão dos problemas estruturais. Dentre estes problemas situam-se: a compreensão de que as desigualdades atuais têm raízes históricas; e que as problemáticas locais

¹⁰ O Licenciamento da DEFC é acompanhado pelo IBAMA; o licenciamento da Suzano é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), ainda que existam alguns questionamentos das organizações ambientais, acadêmicos, e também do MPF sobre a responsabilização destes órgãos.

têm suas bases e fundamentos engendrados em um contexto mundial, principalmente em se tratando de grandes corporações.

Apesar de toda essa demonstração de poder e de articulação empresarial, e considerando-se a luta dos trabalhadores rurais por políticas públicas e pelo direito à terra, Ros (2006) cita alguns exemplos das lutas políticas realizadas pelos movimentos sociais do campo, destacando a grande influência deles nos planos do governo federal e dos governos estaduais para a política agrária. Neste sentido, se deve considerar a colocação de Kriesi *et al.* (1995), quando indicam que as análises das lutas políticas dos movimentos sociais devem abarcar os apoios recebidos de outros agentes. Isto deve ser considerado, ainda que a setorização mencionada por Fagnani (2014) persista. Questão que amplia a necessidade de compreensão da rede de relações comunitárias, considerando-se a base teórica de Bourdieu.

Nas análises sobre a luta política pela redução do poder empresarial nas atividades agrícolas, como destaca Machado (2007), deve-se considerar a dificuldade dos movimentos sociais do campo pela reforma agrária. Tem-se ainda a realidade em que estes se dividem entre os embates políticos, e a “[...] luta pela sobrevivência material [...]” (MACHADO, 2007, p. 81). Araújo (2007, p. 65) complementa ainda que “[...] o movimento vive o dilema entre a luta política e a inserção no mundo do capital.”. Com isso, identifica-se um dos grandes dilemas dos movimentos sociais do campo: como obter resultados políticos significativos, se estes debruçam-se diariamente com os problemas socioeconômicos nas suas comunidades?

As duas comunidades aqui analisadas podem ser inseridas no contexto citado por Machado (2007) e Araújo (2007). O Assentamento Francisco Romão não recebe grande apoio do Estado, seja através do INCRA ou da Prefeitura de Açailândia. Os extrativistas da Ciriáco passam por problemas semelhantes, e em certa medida mais graves, considerando-se que para atender suas necessidades financeiras básicas, recorrem historicamente à carbonização da casca do babaçu. Além da falta do apoio financeiro dos órgãos públicos, há o agravante dos danos causados por esta atividade. Além disso há o reflexo disto na questão social e na articulação política, pois reduz-se a visibilidade positiva da comunidade, a partir do momento em que carbonizam partes do coco, pois tornam-se, para os demais movimentos sociais, agentes de degradação ambiental. Contextos que fragilizam as comunidades para a ação contra os grandes empreendimentos econômicos.

É importante mencionar que o MST, a CUT, os sindicatos, e as diversas organizações que se apresentam como representantes dos movimentos sociais do campo, se identificam como articuladores das ações pela reforma agrária, e pela organização das comunidades assentadas. O problema é que estas mesmas organizações enfrentam dificuldades estruturais e financeiras

para ampliar a capacidade produtiva nas comunidades, causadas pela inoperância do Estado, ou devido à precária estrutura logística e humana disponível.

No Assentamento Francisco Romão identificou-se uma estreita relação com o STTR/Açailândia; considerando-se que esta organização apoia, sempre que há condições financeiras e logísticas, nas atividades produtivas e cotidianas dos trabalhadores. Este sindicato apoiou nos momentos em que os trabalhadores rurais precisaram, principalmente durante o período dos acampamentos às margens das rodovias locais¹¹.

O maior apoio que a ATARECO concede às quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, diz respeito à viabilização dos documentos necessários para o recebimento de recursos das empresas, como a Suzano; ou apoiam na organização do Conselho Deliberativo da RESEX. Os representantes da associação ainda trabalham junto com o ICMBio, participando de editais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e de outras organizações que disponibilizam recursos para as comunidades tradicionais¹².

Como resultado há um grande enfraquecimento destes movimentos sociais, no assentamento e na RESEX. Além da questão financeira, há o entrave do capital cultural. Uma boa parte dos integrantes destes movimentos se vêem acuados nos embates com as grandes empresas, principalmente devido à força simbólica estabelecida pela estrutura jurídica delas. Por dependerem da “orientação” jurídica de outras organizações, ou de pessoas sem ligação direta com as comunidades, receia-se que os processos judiciais tragam prejuízos pessoais, sejam eles financeiros e/ou sociais.

Sabe-se que os movimentos detêm maior capacidade de articulação e agregação de pessoas, mas as empresas contam com um grande potencial para reduzir esta “estratégia de investimento social” (BOURDIEU, 1998a) dos trabalhadores. O fator que mais contribui é a judicialização das relações, pois toda empresa destaca que busca o “diálogo”, mas caso suas ações sejam severamente questionadas, principalmente por meio de grandes manifestações, estas se utilizam do seu capital jurídico para impor seu poder. Por isso que o capital cultural é de grande importância para reduzir os “constrangimentos” (BOURDIEU, 1983a) e ampliar a capacidade de resistência, principalmente para as comunidades que estabelecem relações com grandes empresas.

Sobre o capital cultural, Bourdieu (1983a) salienta que a escolarização traz consigo uma emancipação de grupos marginalizados, e pressionados por constrangimentos relacionados com

¹¹ O detalhamento deste apoio é descrito nos itens 2.4 e 3.1.

¹² Informações sobre a participação da ATARECO nestes editais são detalhadas no item 2.3.

este capital. Antunes (1995) complementa que a escola deve ser vinculada à comunidade, por se tornar um mecanismo de ascensão da cidadania dos estudantes e do seu entorno. Estas duas questões são de grande importância para os trabalhadores rurais, mas há diversos problemas que interferem na concretização destes resultados.

Em termos de capital cultural, Silva (2002) destaca que a educação deve seguir processos que possibilitem às classes dominadas a possibilidade de agregar instrumental cultural na luta política cotidiana. Neste sentido, Cury (2002, p. 254) cita que a educação, para além da formal, torna-se como “[...] um canal de acesso aos bens sociais e à luta política [...]”. Este acesso ocorre considerando-se que os agentes, independente da sua posição no campo, podem desenvolver capacidades para analisar com maior profundidade a estratégia empresarial, e tentar manipular a luta política diante das resistências dos movimentos sociais.

Há casos em que a luta política se torna em luta simbólica, com a finalidade de impor uma leitura da realidade, subestimando a força das demais interpretações (SÁNCHEZ, 2001). Deve-se considerar ainda que “[...] os mecanismos de apropriação e desapropriação de significados são parte constitutiva da luta política.” (DAGNINO, 1994, p. 115). Somando-se as contribuições destes dois autores, chega-se a uma importante questão dessa tese: o uso dos capitais como estratégia para o estabelecimento de um poder, principalmente simbólico.

Percebe-se que as empresas buscam não apenas mostrar-se como poderosas fora dos cotidianos comunitários. Elas ambicionam estabelecer seu poder nos territórios que representam possibilidade de perdas financeiras, neste caso o assentamento e a RESEX. A Vale e a Suzano têm como “essência inegável” (BOURDIEU, 1991d) modificar os processos de avaliação comunitários. Além da questão do capital cultural, tem-se ainda a grande influência do capital financeiro, utilizado para estabelecer os “constrangimentos” (BOURDIEU, 1989) aos trabalhadores rurais.

Não é sempre que os serviços estruturais, a contratação de lideranças comunitárias, ou a contratação dos demais trabalhadores rurais, resultam nos níveis de cooptação esperados pelas empresas. Caso seja necessário intensificar as estratégias de relacionamento com as comunidades, as empresas utilizam-se dos constrangimentos. Eles são utilizados para ampliar a capacidade corporativa de agir diante das comunidades circunvizinhas aos seus empreendimentos industriais, logísticos e florestais.

No entendimento de Bourdieu (1989), estes constrangimentos estão relacionados com a desigual distribuição dos capitais. Os agentes utilizam um determinado capital que mais os favoreçam na busca pela dominação sobre o outro. Em se tratando dos embates entre comunidades rurais e grandes empresas internacionais, fica evidente que as primeiras tentam

se utilizar do seu capital social; as segundas, do seu capital financeiro. Ambas empenham-se em converter seu capital mais forte em um capital simbólico.

Para Coletti (2003) a queda dos “constrangimentos econômicos” integram as oportunidades que possibilitam maior ação para as classes trabalhadoras excluídas nas lutas políticas. Citando os movimentos históricos de base marxista, Oliveira (2015) destaca que estes já se preocupavam para que as lutas econômicas não se sobressaíssem às lutas políticas de transformação da realidade social. Nesta tese, observa-se esta problemática, principalmente por se tratarem de lutas travadas entre empresas multinacionais e comunidades pobres. Considera-se que a estrutura financeira empresarial, na grande maioria dos casos, é utilizada inclusive como ferramenta de cooptação.

Sobre cooptação, Bourdieu (2001) a relaciona à observação de um agente, sejam em características corporais ou relacionadas à competência, com a finalidade de obter ganhos no uso das suas habilidades, ou na “parceria” com este. Em termos de ação empresarial e cooptação de comunidades, podem-se citar as pesquisas de Sousa e Peixoto (2015), Deus, Miranda e Castro (2012) e Pérez e Gonçalves (2012). Em todos os casos estudados por estes autores, as empresas empenham-se na redução das relações conflituosas. Processo observado principalmente quando se trata de grandes empresas de visibilidade internacional.

Esse destaque relaciona-se aos grandes investimentos empresariais, e à sua expectativa de lucratividade; ou aos danos socioambientais que causam às cercanias dos empreendimentos industriais, logísticos ou florestais. O último fator é a maior preocupação das comunidades, pois a maior busca por informações sobre os possíveis danos ambientais destes empreendimentos, explicita estes impactos. Com isso, quanto mais qualificada/informada a comunidade, maior a sua capacidade de obtenção de dados e avaliações sobre estes danos, podendo reduzir o efeito das estratégias de legitimação das ações empresariais. Mas, quando se sentem ameaçadas, as grandes empresas se utilizam dos seus capitais jurídicos.

Dentre os exemplos de uso do capital jurídico como meio de constrangimento direto ou indireto de trabalhadores rurais, tem-se os estudados por Azar (2013), Mombelli (2013), Bossi (2010), Bunker (2007) e Bogo (1999). Estes destacam que o capital jurídico empresarial é um dos principais mecanismos de redução da articulação nas comunidades. Isto ocorre, pois os processos judiciais funcionam como estratégias de amedrontamento dos trabalhadores. Mas também há diversos casos em que as comunidades, com o apoio das suas redes de relações, conseguem agregar capital jurídico, principalmente quando recebem o apoio do Ministério Público, seja ele Estadual ou Federal (MPF/MPE).

Dentre os casos em que as comunidades recebem apoio do MPF/MPE citam-se os casos analisados por Stori, Abessa e Nordi (2013), Nascimento e Bursztyn (2012), Fernandes, Enríquez e Alamino (2011) e Oliveira (2010). Considerando-se estes exemplos, o apoio às comunidades se divide em duas situações: o Ministério Público (MP) aciona a empresa pelos danos causados, mesmo que não seja uma iniciativa das comunidades, solicitando que a corporação ajuste suas condutas; por outro lado, o MP pode ser acionado pelas comunidades, através de denúncias ou pelas organizações parceiras dos movimentos sociais rurais. Nos dois casos há uma dupla interpretação, onde os processos contra as empresas sevem para dois objetivos: para o fortalecimento das comunidades, e conseqüentemente da resistência aos grandes projetos; ou apenas como meio de adequação da ação empresarial diante das localidades, através da redução dos seus danos socioambientais.

Ao tratar das possibilidades de serem instauradas respostas dos agentes aos constrangimentos, e interligando com o conceito de *habitus*, Wacquant (2009) destaca que a interação dos indivíduos com a sociedade, pode resultar em “[...] disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados [...]”. Processo que apoia a elaboração das estratégias a serem adotadas. Neste sentido, cita-se que para Bourdieu (2001), este entendimento é complementado pela interiorização que os agentes realizam do meio social ao qual fazem parte, adicionando características a estas disposições do *habitus*; processos que apoiam na configuração dos “efeitos dos campos” (BOURDIEU, 2005; 2001) aqui analisados.

Considerando-se as bases teóricas citadas, duas questões devem ser relacionadas: a dominação “sutil”, porém violenta; e a estigmatização dos trabalhadores rurais. Nos dois casos, há contribuições para que as empresas busquem a dominantes na relação com as comunidades. As “sutilezas” estão relacionadas principalmente às formas de “enquadramento às regras” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1983b) para que comunidades recebam os recursos financeiros. Já os estigmas são mais complexos, considerando-se que são apenas uma parcela dos efeitos das “classificações” (BOURDIEU, 2001; 1996b; 1989) impostas aos dois grupos comunitários.

Apesar de ser uma região onde a maioria da população não é originária de famílias com grandes riquezas, na Amazônia maranhense há um intenso movimento de classificação das comunidades rurais como meras receptoras dos “benefícios” do Estado. Os pecuaristas, os profissionais liberais, e principalmente boa parte da classe empresarial, disseminam as ideias de que estes grupos sociais não contribuem com o propalado “desenvolvimento econômico” da região. Ao sofrerem com esta estigmatização, as comunidades rurais veem-se envolvidas em

um emaranhado de dificuldades, que situam-se para além das fronteiras do assentamento e da RESEX.

Os assentados e as quebradeiras de coco sofrem com as classificações do tipo económica, ao serem enquadrados em grupo que seria “desqualificado”; ou, para além disso, são apontados como “preguiçosos” ou “encostados” nas políticas públicas. Ainda que demonstrem capacidade de trabalho e de organização social, estes convivem com momentos humilhantes de classificação (VILLELA, 2016; MELO; SCOPINHO, 2015).

Essa “desqualificação” dos comunitários, somada às “sutilizas” de ampliação do preconceito empresarial, ampliam os prejuízos e as fraquezas dos trabalhadores rurais. No outro extremo, aumentam a capacidade de ação estratégica das corporações empresariais; e elas têm suas capacidades de atuação ampliadas, na medida em que contam com uma maior possibilidade de manipulação legítima dos bens simbólicos.

A manipulação legítima é tratada por Bourdieu (2011, p. 87) como “[...] manipulação de bens para se obter o poder sobre um determinado ente da luta política.”. Para Prado (2011) os agentes se utilizam desta possibilidade para ampliar seu poder simbólico, e, conseqüentemente, para legitimar suas ações de manipulação das crenças de um campo. Podem ser utilizados mecanismos de ampliação do capital cultural, que possibilitam a certos agentes esta manipulação (PINTO, 2000).

Ao analisar a interligação entre os capitais, a constituição destes como capital simbólico, e a percepção destes como símbolos, Bourdieu (2001, p. 87) cita que estes passam por processos de conhecimento e reconhecimento; isto “[...] em função de estruturas cognitivas aptas e tendentes a lhe conceder o reconhecimento pelo fato de estarem em harmonia com o que ele é.” (*op. cit.*). Todo este processo relacionado com um “*habitus* predisposto” a perceber estes capitais como “signos de importância” (*op. cit.*).

A ação empresarial nas relações em destaque nesta tese, podem ser analisadas considerando-se as colocações citadas por Bourdieu (2001), por dois fatores: 1) além de utilizarem suas estruturas de capitais estrategicamente, elas também agem para que as comunidades as percebam como símbolos do poder económicos e político a disposição das grandes empresas; 2) a Vale e a Suzano “inculcam” no seio comunitário o *habitus* de receptor dos “investimentos financeiros sociais” delas; bem como o de avaliadores positivos destes. Apoiam este processo na inclusão de novas representações das suas ações como corporações empresariais. Nos dois casos, busca-se intercambiar estas estruturas físicas e dos ritos como símbolos.

O processo de relação entre agentes, sejam do mesmo grupo social ou de grupos diferentes, também pode transformar em símbolos as coisas intercambiadas, sejam objetos, gestos ou palavras (BOURDIEU, 1999). Sabendo disso, os agentes os utilizam para concretizar suas estratégias. Os signos têm sua utilização e existência relacionadas à uma determinada realidade social (BOURDIEU, 1996a), pois até as posições ocupadas pelos agentes no meio social podem ser utilizadas como signos, especificamente como “signos distintivos” (BOURDIEU, 1996b). Além disso, a aceitação a esta disposição dos agentes na sociedade passa a ser melhor recebida, de acordo com a inclinação deles em conhecer e reconhecer os signos que demonstram esta representação (*op. cit.*).

Para Bourdieu (2013), através dos mecanismos de instauração de poder e de criação de crenças sociais, objetos materiais podem ser “consagrados” como referenciais simbólicos de certas crenças; e o autor destaca ainda que certos agentes podem “ser tornados” transformadores das representações dos que delegam esta possibilidade a eles.

Ao relacionar o uso dessas simbologias, que apoiam a imposição de certas compreensões da realidade social, Bourdieu (2001) relaciona a luta política entre os agentes em diferentes posições em um campo, ao estabelecimento de uma significação do mundo social atual; e de como esta deve atribuir sentido às mudanças que ocorram. Cita ainda que os agentes dominantes buscam estabelecer seu poder sobre este processo, trazendo significados de consenso que os favoreçam (BOURDIEU, 1991b).

Há ainda a possibilidade de que esta manipulação seja delegada à um ente que represente os interesses de quem delega tal representação (BOURDIEU, 2001). Tudo isso tendo-se em mente que há uma necessidade de intenso controle, ou seja, da manipulação dos bens que mais influenciam na dominação em um determinado campo (BOURDIEU, 2008). Processos também apoiados pelas estratégias de inculcação.

Para Bourdieu (1991a) a inculcação envolve um trabalho de naturalização das arbitrariedades, onde se busca que certos agentes se avaliem como expropriados dos direitos de reivindicação de novas posições. Podem-se utilizar de “sinais distintivos” (BOURDIEU, 1991a, p. 48) para que os agentes se reconheçam partícipes dos ideais dominantes, ou para afastá-los. Estabelece-se uma relação nos moldes das coloniais, que como destaca Castro (2014), são:

Relações de poder que são ambivalentes, que sustentam as visões estereotipadas do outro, que se processam através de processos de subjetivação e, por isso, estrategicamente impostos pelo dominante sobre o dominado. Enfim, liga mimetismo a hibridismo como partes da relação de alteridade, visando argumentar como ambos afetam as representações e os significados. (CASTRO, 2014, p. 112).

Dentre as principais formas de aplicação das estratégias de inculcação utilizadas por empresas, está a disseminação dos ideais de passividade, de ordem e de liberdade (MOTTA, 1984). Além disso, a maioria das escolas, mesmo que sejam da educação no campo, passam por processos de disseminação dos ideais da produção empresarial, como destacam Coutinho, Muniz e Nascimento (2012). Com isso, as empresas estabelecem mecanismos de “ação pedagógica” que ampliam o poder das suas estratégias de dominação nas regiões onde atuam (ROSA; BRITO, 2009).

Todas estas estratégias visam aumentar os poderes das empresas sobre as comunidades. Poderes que, além influenciarem no cotidiano dos movimentos sociais do campo, intentam uma “capacitação” (BOURDIEU, 2001; 1999; 1991c) das empresas a ampliarem seus poderes sobre os territórios comunitários.

Ao referir-se sobre o território, Santos (2007, p. 13) o conceitua como “[...] o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.”. Medeiros (2007) acrescenta ainda que neste processo, são utilizadas as forças de cunho social, econômico e político, com a finalidade de manter ou excluir grupos, de acordo com a necessidade do momento. Sobre esta relação de grupos que visam estabelecer esse poder nos territórios, Haesbaert (2012) destaca que:

[...] cada grupo social, classe ou instituição pode ‘territorializar-se’ através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os ‘seus’ espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrarem dentro desse jogo de territorialidade. (HAESBAERT, 2012, p. 96).

O território tem suas bases assentadas nas relações sociais, e estas se configuram em territorialidade, sendo que “[...] ocorrem tanto nas relações econômicas como nas políticas e culturais [...]” (SAQUET; SINHORINI, 2008, p. 185). Para Haesbaert (2004, p. 235) o território é “[...] fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).”. Há autores como Lopes (2012), Zhouri e Laschefski (2010) e Acselrad (2004) que estabelecem uma relação entre os territórios e os estudos dos conflitos socioambientais.

Traz-se o conceito do território para esta tese, considerando-se que, ao agir pela posição de agentes dominantes, a Vale e a Suzano perseguem, como parte das suas estratégias, a ampliação do seu poder sobre os territórios comunitários. Elas não têm o interesse em fixarem-

se fisicamente, ou até mesmo adquirirem as terras, no sentido “prático”. Elas querem, acima de tudo, “transfigurar” (BOURDIEU, 1989) o entendimento que os comunitários têm das suas ações. Buscam estabelecer novas compreensões da ação empresarial, e possibilitar o uso da “parceria/diálogo” com os comunitários, instaurando seu poder numa dimensão mais simbólica.

Para Haesbaert e Limonad (2007) os territórios podem ser estruturados a partir de duas dimensões principais: a político-econômica, ligada a questões mais materiais e concretas; e a simbólica, relacionada com a cultura, ou identidades culturais, e “[...] do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social.” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 49).

Com o decorrer da leitura do processo de ação das empresas Vale e Suzano nos territórios comunitários, será possível perceber como a dimensões simbólica estrutura-se de maneira significativa. Principalmente ao identificar, como cita Corrêa (2002), que estas empresas, como corporações detentoras de importantes estruturas de capitais, empenham-se em estabelecer os seus poderes através de um conjunto de práticas materiais e simbólicas; e que são direcionadas para influir na territorialidade camponesa.

A territorialidade refere-se às relações sociais que ocorrem em um dado território, e que têm a função de mantê-lo (FERNANDES, 1998). Little (2002) acrescenta que a territorialidade está interligada com a ação coletiva que visa controlar, ocupar e usar certa porção territorial. Ela se relaciona com os mecanismos de fortalecimento das coletividades na defesa dos seus territórios (ALMEIDA, 2006).

A territorialidade é mais complexa do que apenas relações de poder em um dado espaço. É importante considerar como atuam os atores que exercem este poder, e como eles utilizam seus mecanismos de atuação, ou seja, suas estratégias, pois “[...] a territorialidade não traduz, portanto, apenas uma relação com o meio: ela é uma relação triangular entre os atores sociais, mediada pelo espaço.” (ALBAGLI, 2004, p. 62). Ao relacionar a questão simbólica com a territorialidade, Dal Pozzo (2012) cita que, dentre outros mecanismos, os símbolos-representacionais contribuem para estabelecerem relações de poder sobre os territórios.

Por estarem relacionadas com o entendimento de espaço de poder, estas relações vinculam-se às produções sociais e políticas do território (RAFFESTIN, 1993). Isto considerando-se que “[...] o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos.” (RAFFESTIN, 1993, p. 60). Dentre estes chamados “trunfos”, ou adaptados a esta tese para o sentido de estratégias, cita-se a capacidade dos agentes de elaborarem referenciais simbólicos para estabelecer uma representação adequada aos seus objetivos.

Tratando-se da representação, Bourdieu (1991d) destaca que os símbolos, sejam eles aplicados através de palavras, cerimônias, *slogans*, “[...] ou qualquer outra forma de simbolização de divisões ou oposições [...]” (*op. cit.*, p. 251), influem nas formas de ver e sentir o mundo social. Considera-se que, se um agente tem a capacidade de estabelecer este trabalho político de representação, há uma grande possibilidade deste de ampliar sua avaliação positiva no meio social.

Neste contexto de uso dos símbolos para o estabelecimento do poder na busca pela dominação, Bourdieu (2001, p. 87) acrescenta ainda que “[...] as lutas simbólicas são utilizadas pelos agentes, onde cada um persegue não apenas a imposição de uma representação vantajosa de si, como as estratégias de “apresentação de si” [...]; deve-se considerá-las como lutas políticas e lutas cognitivas, estando estas lutas relacionadas com o trabalho político. Bourdieu (1991b) cita ainda que:

The political labour of representation (not only in words or theories but also in demonstrations, ceremonies or any other form of symbolization of divisions or oppositions) gives the objectivity of public discourse and exemplary practice to a way of seeing or of experiencing the social world that was previously relegated to the state of a practical disposition of a tacit and often confused experience (unease, rebelliousness, etc.).¹³ (BOURDIEU, 1991b, p. 55).

O estabelecimento das representações simbólicas tem o poder de se tornar o definidor e o instrumento de diferenciação entre certos grupos (SARTRE, 2009). Como destaca Bourdieu (2001), tem ainda a capacidade de dividi-los, e também de possibilitar as disseminações dos ideais dos grupos dominantes. Todos estes processos têm como foco estratégico a ação política de representação, neste sentido, Bourdieu (1991b) destaca que:

This action aims to produce and impose representations (mental, verbal, visual or theatrical) of the social world which may be capable of acting on this world by acting on agents' representation of it. Or, more precisely, it aims to make or unmake groups - and, by the same token, the collective actions they can undertake to transform the social world in accordance with their interests - by producing, reproducing or destroying the representations that make groups visible for themselves and for others¹⁴. (BOURDIEU, 1991b, p. 58).

¹³ “O trabalho político de representação (não só em palavras ou teorias, mas também em manifestações, cerimônias ou qualquer outra forma de simbolização de divisões ou oposições) dá a objetividade do discurso público, e exemplos práticos para um modo de ver ou de sentir o mundo social, que anteriormente foi relegado para o estado de uma disposição prática de uma experiência tácita, e muitas vezes confuso (mal-estar, a rebeldia, etc.)”. (BOURDIEU, 1991b, p. 55). Tradução nossa.

¹⁴ “Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, visuais ou teatrais) do mundo social, que pode ser capaz de agir sobre este mundo, agindo sobre a representação dos agentes dele. Ou, mais precisamente, pretende fazer ou desfazer grupos - e, pelo mesmo motivo, as ações coletivas que podem comprometer-se a transformar o mundo social, de acordo com os seus interesses - por produção, reprodução ou destruir as representações que fazem grupos visível para si e para os outros.” (BOURDIEU, 1991b, p. 58). Tradução nossa.

As representações podem ser manipuladas com a finalidade de disseminar ideais de sociedade considerados necessários pelos grupos com poder político, e também simbólico. Os agentes acessam diferentes mecanismos de significação, e, a partir deles, analisam os referenciais que mais apoiam na estruturação da sua avaliação sobre o mundo social (BOURDIEU, 2012). Evidencia-se a possibilidade do uso de referenciais simbólicos para o estabelecimento do poder.

Dentre os elementos materiais que são “transfigurados” em elementos simbólicos para o estabelecimento da dominação nas lutas políticas e simbólicas (BOURDIEU, 1999), e que são destaque nesta tese, citam-se os elementos arquitetônicos. Autores como Sánchez (2007), Andrade (2003), Alvarez (1991), e Harvey (2005; 1989), já demonstraram que há na história da humanidade um esforço em transformar elementos arquitetônicos, sejam eles de grande porte ou não, em símbolos de poder.

Para Bezerra (2001), as obras arquitetônicas, sejam elas públicas ou privadas, devem ser analisadas considerando-se duas situações: a primeira é que as obras de fato podem representar ganhos coletivos; a segunda é que há um esforço em relacioná-las ao político/empresa que se apresenta como responsável pelo “benefício”. Rodrigues (2001, p. 06), ao identificá-las como testemunhos de poder, destaca ainda que: “Poder esse que deseja ser legado à memória coletiva a fim de tentar perpetuar-se, ‘fazendo recordar’ às gerações futuras de sua existência, e, mais que isso, ‘avisando’ e ‘instruindo-as’ sobre sua força.” Autores como Sánchez (2007), Ohtake (2000) e Harvey (1989) salientam ainda que este poder está vinculado, principalmente, ao poder econômico disponível para estas obras.

Como destacam Andrade (2003), Rodrigues (2001) e Harvey (1989), os elementos arquitetônicos são utilizados pelos agentes de grande poder econômico, inclusive para a disseminação das suas ideologias. São agentes poderosos, buscando disseminar seus ideais de sociedade para uma maioria da população (RODRIGUES, 2001). Processo que, complementado com a adoção de ritos, ampliam a abrangência desta estratégia.

Os ritos apresentam-se como importantes fatores a serem analisados, e tem recebido destaque as contribuições de North (2006). Este os conceitua como o conjunto de conceitos, de padrões e de dogmas a serem seguidos na vivência em sociedade. Já Goffman (2001) os apresenta como os ajustamentos de instituição, que são mecanismos associados às ideias das regras internas, das premiações e das punições que são estabelecidas nas organizações.

Para Bourdieu (1999), os ritos podem ser utilizados para o estabelecimento de “relações úteis e duráveis”, e que resultem em ganhos materiais e simbólicos. Bourdieu (1991c) cita que eles podem ser utilizados para a demonstração de autoridade de um agente; e ainda para tornar

limites arbitrários de entendimento do mundo social, em limites “legítimos”, principalmente se utilizando da eficácia simbólica que estes podem receber (BOURDIEU, 1991d). Bourdieu (1991d) destaca que os sinais incorporados, que vão para além de adornos corporais, apresentam-se como as referências para os que recebem algum poder pela delegação e pelos ritos de instituição.

Os ritos de instituição são importantes mecanismos para o estabelecimento de referenciais simbólicos, e são utilizados pelas pessoas que recebem o poder para representar um agente, seja ele um indivíduo, ou uma organização. Na relação entre dois agentes, primeiramente, busca-se utilizar essa investidura de representação para impor autoridade e respeito às suas ações e enunciados; além de elaborá-los para que se relacionem com os objetivos esperados a partir da representação à qual foi investido (BOURDIEU, 1991d). Para Laclau (1996, p. 21), a representação considerada perfeita deve ser “[...] um processo direto de transferência da vontade do representado, quando o ato de representação der perfeita transparência àquela vontade.”

Como visto, a relação entre agentes envolve uma série de entendimentos teóricos, conjugados com análises de situações práticas. O uso dos capitais, dos poderes, das redes de relações, e mais precisamente dos serviços (elementos arquitetônicos/obras) e dos ritos, alicerça complexas estratégias. Mas, tratando-se das relações entre grandes empresas e comunidades rurais, é importante elencar as principais práticas adotadas por estes agentes.

1.2 As práticas “sociais” empresariais e as suas relações com comunidades

Considerando o ponto de vista empresarial, Burkle (1999, p. 101) destaca que uma relação de vizinhança confiável pode ser estabelecida seguindo-se estas estratégias: ampliando o relacionamento com as comunidades; identificando e monitorando os anseios e preocupações das comunidades que podem impactar a empresa; e planejando ações que estejam vinculadas às suas necessidades. O autor cita ainda que uma “relação sustentável” (BURKLE, 1999, p. 102, tradução nossa), pode ser estabelecida com o fortalecimento de uma imagem de empresa “íntegra”. Para Harvey (2012, p. 65) há uma busca da classe capitalista em estabelecer seu poder sobre as sociedades, principalmente sobre as suas “[...] concepções mentais do mundo [...]”

Nesta tese é adotado o entendimento teórico do sistema mundial capitalista apresentado por Harvey (2012; 2004; 1992) e Wallerstein (2001; 1998), para complementar as análises sobre as estratégias adotadas pelas empresas, e que são ancoradas numa concepção de sistema-mundo

de atuação do mercado no meio social. Como cita o autor, “Como o capitalismo é centrado em si mesmo, nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão.” (WALLERSTEINS, 2001, p. 15). E sobre as estratégias de relação das grandes empresas com comunidades, entende-se que:

“As forças dominantes do sistema mundial têm sustentado, desde pelo menos o início do século XIX, que o desenvolvimento econômico foi um processo muito natural, que tudo o que se requer para realizá-lo é liberar as forças de produção e permitir aos elementos capitalistas crescer rapidamente, sem impedimentos.” Immanuel WALLERSTEIN (1998)

Para Harvey (2004) as grandes corporações empresariais atuam através de uma “acumulação via espoliação”. Nesta tese entende-se que as grandes empresas buscam sobretudo estabelecer seus poderes dos territórios comunitários, considerando-se que não há possibilidade de aquisição destas terras. Wallerstein (2003) chama atenção para a transformação de tudo em mercadoria, incluindo nisto o território como numa situação de inclusão no mercado de consumo, transformando-o em algo a ser explorado e/ou consumido. Harvey (1992) cita inclusive a incessante busca das grandes empresas em tornar o cidadão apenas um “cidadão-cliente”, onde o objetivo é fazer com que a sociedade busque apenas concretizar suas necessidades básicas de consumo, sem entender todo o engendramento social que envolve a produção desta empresa.

No Brasil, a ação social das empresas é caracterizada pela cooperação, e pela interdependência destas com outras organizações; principalmente com as do terceiro setor, comumente denominadas de “Organizações Não-Governamentais (ONG)” (SCHOMMER, 2000). Como exemplo disso, há os casos em que as empresas criam organizações/fundações diretamente ligadas às suas estruturas corporativas, visando sua atuação alicerçada pelos interesses da empresa.

Para Ferreira, Afonso e Bartholo (2008b) existem três formas estruturais de implantação das “ações sociais”: quando os projetos sociais são realizados utilizando-se a estrutura organizacional da própria empresa; quando as empresas criam fundações para realizarem estes trabalhos sociais; e quando a empresa se utiliza de doações e contratos com outras organizações que se responsabilizam pelos projetos sociais. Já Schommer (2000, p. 147) destaca ainda que as ações sociais empresariais vinculam-se às ações estratégicas, “[...] já que os consumidores passam a valorizar comportamentos nesse sentido, representando um diferencial competitivo para as que investem na área.” Para ele as empresas atuam de duas principais formas:

[...] buscando adotar comportamentos socialmente responsáveis e exercer a cidadania enquanto relação de direitos e deveres para com todos os seus parceiros, e respeitar posturas éticas em todas as esferas de seus negócios; investindo recursos financeiros e competências em ações voltadas para a comunidade, através da criação de organizações específicas para esse fim ou apoiando outras organizações voltadas à área social (SCHOMMER, 2000, p. 158).

No caso das empresas analisadas nesta tese, tem-se a Fundação Vale, ligada à mineradora Vale S/A; e o Instituto Eco Futuro, ligado à Suzano Papel e Celulose S/A. Nos dois casos, estas organizações são as principais responsáveis pelas ações sociais destas corporações. Mas, os principais serviços realizados no assentamento e na RESEX são relacionados aos recursos da Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC)¹⁵; da operação da fábrica de papel e celulose no município de Imperatriz, e da expansão da monocultura do eucalipto para a Suzano. Nos dois casos há uma interligação com as áreas sociais e ambientais das empresas. A Vale e a Suzano empenham-se em relacionar as ações realizadas com seus interesses na melhoria da qualidade de vida das populações locais. Mas deve-se considerar que, como destaca Teodósio (2008, 58), há um objetivo nestas ações, pois

[...] é evidente que a ação social das empresas, como de qualquer ator social, dificilmente será totalmente desinteressada, mas existem diferenças entre a empresa obter ganhos com seus projetos sociais e impor seus valores, filosofia e abordagens à comunidade. (TEODÓSIO, 2008, p. 58).

Para Rosseti (2007, p. 259) as empresas devem buscar o reconhecimento de “organizações independentes”, pois este amplia a divulgação das ações da empresa e “[...] constitui importante instrumento para validar seu plano de relacionamento com a comunidade.” E ao tratar de processos de interação entre empresas e comunidades, Ferreira (2011) destaca que:

A comunicação é o ambiente e o instrumento de modelagem das relações estabelecidas nesse contexto e o diálogo social se apresenta como um recurso estratégico de negociação dos interesses e significados estabelecidos, portanto é um recurso a ser usado no desenvolvimento da reputação da organização, como parte das estratégias organizacionais (FERREIRA, 2011, p. 48).

Das contribuições teóricas acima citadas, há uma ênfase na necessidade de que as empresas estabeleçam uma visibilidade positiva. Como cita Burkle (1999), deve-se identificar qualquer ação comunitária que represente danos à empresa; estes podem ser de cunho financeiro, ou mesmo simbólico. Além disso, pode-se aplicar a estratégia da articulação de

¹⁵ Um poço artesiano foi perfurado no Assentamento Francisco Romão com recursos da Fundação Vale. As informações, os dados e as análises desta ação são detalhados no item 3.1.

agentes que contribuam para a disseminação de simbologias positivas, como é o caso das organizações certificadoras, ou até mesmo as que recebem recursos financeiros destas empresas. Elas devem apoiar as corporações na divulgação das suas “ações socioambientais”, e podem fortalecer o que Ferreira (2011) denomina de “reputação empresarial”. Estas estratégias potencializam o estabelecimento do poder empresarial sobre as comunidades. Dentre as estratégias mais adotadas, Oliveira, Lima e Monteiro (2011) destacam a busca pela construção de uma “simbologia positiva”, pois:

As empresas contemporâneas tentam construir simbolicamente as suas identidades para, assim, alcançarem legitimidade social, pelo discurso, com o uso de temáticas específicas que integram um quadro de referências cultural compartilhado por seus interlocutores. Logo, por meio do discurso, tentam legitimar sua ação social, sofrendo os constrangimentos dos processos de significação empreendidos pelos demais atores que com elas se relacionam (OLIVEIRA; LIMA; MONTEIRO, 2011, p. 571).

O poder, seja ele político ou simbólico, quando relacionado ao meio empresarial, também tem suas características e processos de dominação. Sobre o poder estabelecido pelas empresas nas localidades, Santos e Silveira (2001, p. 292) destacam que: “[...] o papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação [...]. Bases que são abandonadas no momento em que perdem o valor para as grandes empresas.

Estes fatores devem ser considerados, pois como se sabe, as empresas empenham-se pela posição de comando no mercado em que atuam. As questões socioambientais são avaliadas/atendidas, desde que estejam ligadas à possibilidade das empresas em estabelecerem-se como dominantes.

Considerando este sentido de atuação estratégica, Afonso (2012, p. 82) cita que, em termos de questões socioambientais, a ação empresarial “[...] tem se revestido de um sentido econômico-financeiro, vinculado a uma necessidade de posicionamento no mercado, por meio da diferenciação competitiva.”. Na busca por esta posição, investe-se em demonstrar adequação às regras do mercado. Para Boltanski e Chiapello (2009), a literatura voltada para a gestão empresarial empenha-se em disseminar um discurso demonstrando que as empresas adequam-se às novas exigências, dentre elas à da atuação social corporativa. Neste sentido, Boje (2002) cita que há uma disputa entre o discurso praticado pelas elites, dentre elas as grandes corporações econômicas, e o discurso elaborado pelos movimentos sociais. Nos dois extremos está a luta entre o divulgado e a realidade das ações sociais empresariais.

Ao relacionar a globalização com os mecanismos macroeconômicos de gerenciamento empresarial, Cardoso (2006, p. 1133) destaca que “[...] as organizações empresariais lidam com públicos com demandas não só de produtos e serviços, mas também com claras demandas de diálogo.” Neste sentido, destaca-se que estes mecanismos de relacionamento com comunidades, não podem ser tratados apenas como estratégia de *marketing*, “[...] tática comum entre as empresas que se apresentam como naturalistas.” (ROSSETI, 2007, p. 251). Deve-se considerar que de fato há casos em que elas atuam, e se observa certos ganhos sociais, que são explorados para ampliar a simbologia positiva da empresa, interna e externamente. Para Ferreira, Afonso e Bartholo (2008a) ao valorizar os princípios de uma atuação “socialmente responsável” na empresa, esta

[...] cria espaços de diálogo, nos quais podem ocorrer juízos críticos para o reconhecimento de limites à sua atuação. O reconhecimento desses limites potencializa a promoção de motivações e transformações para a concretização de programas e ações socialmente responsáveis pela estratégia e pela estrutura das organizações (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008a, p. 30).

Para Altman (1998a; 1998b), é necessário que as ações sociais vinculem-se às necessidades econômicas competitivas das empresas. Neste entendimento, é importante considerar que estas: “[...] ações descontinuadas e desconectadas do planejamento da instituição, revestem-se do caráter de filantropia, e não indicam necessariamente que a instituição está no caminho para a implantação da responsabilidade social.” (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b, p.75). E sobre esta “filantropia empresarial”, Melo Neto e Froes (2001) destacam que ela visa o lucro, pois intenta em satisfazer anseios e necessidades dos clientes e dos investidores; além das demandas do mercado, reduzindo os riscos sociais de atuação em determinadas regiões.

Ao tratar do “risco social”¹⁶, Acselrad e Giffone Pinto (2010) destacam que certas “ações sociais” empresariais obtêm relevância quando estes riscos significam danos à reputação e aos mecanismos operacionais. Neste sentido, Gaviria (2015) acrescenta ainda que esta temática vincula-se às ações empresariais voltadas para a ampliação dos seus poderes nos territórios, pois

¹⁶ Diz respeito aos riscos a serem considerados por uma empresa ao planejar suas ações em uma localidade. “Em entrevista à mídia brasileira, o pesquisador e consultor canadense Ian Thomson – visto, por vezes, como sendo, atualmente, a figura mais representativa nessa matéria – diz que a ‘licença social para operar’ é ‘uma espécie de aprovação da comunidade em relação às operações de uma determinada empresa’ (THOMSON, 2014).” (GAVIRIA, 2015, p. 138).

A “licença social para operar”¹⁷ surge, sem dúvida, como uma ativa aposta empresarial de intervenção sociopolítica para o acondicionamento dos territórios às necessidades do capital extrativo. Ela possibilita nomear, legitimar e dar conteúdo concreto às formas de combate aos riscos que a sociedade representa para os negócios. É através de estratégias desse tipo, isto é, de gestão empresarial do consentimento, que as empresas mineradoras desenvolvem e complexificam seus mecanismos de territorialização na atualidade (GAVIRIA, 2015, p. 150).

Para Rajak (2009) as ações sociais são utilizadas para estabelecer uma relação de dependência das comunidades em relação às empresas, tornando-as “gratas” pelos “benefícios” recebidos. Acrescenta-se que, para Halliday (1987), quando as multinacionais passam por processos de “deslegitimações” das suas ações, estas recorrem a discursos e defesas ideológicas para recuperar sua legitimidade. Ao não serem reconhecidas como “benfeitoras”, recorrem-se aos discursos que vislumbrem esta possibilidade, tendo-se a propaganda como uma importante ferramenta.

Complementando as análises de Rajak (2009) e Halliday (1987), cita-se Freitas (2000), que, ao avaliar as constantes mudanças na sociedade, e a repercussão destas nas organizações, especialmente nas grandes empresas privadas, menciona que estas, ao direcionar os seus objetivos na busca pela ampliação do seu poder, “[...] respondem não apenas de maneira operacional, mas também de forma simbólica, via cultura organizacional e repasse de todo um imaginário.” (FREITAS, 2000, p. 09). Guedes (2000) também relaciona estas estratégias empresariais às ações de propaganda, pois

A empresa através de suas ações de *marketing* socialmente responsável, opera com a visão da maximização do resultado, ou seja, ao invés de gastar em uma campanha publicitária tradicional para lançar um produto ou serviço, o faz através da associação a uma causa de relevância para a sociedade (GUEDES, 2000, p. 59).

Citando o uso da comunicação para divulgar ações sociais, Bueno (2010) as relaciona à uma nova visão dos consumidores, que cobram investimentos em projetos sociais nas comunidades. “As empresas querem ser reconhecidas não apenas por sua marca ou por suas atividades específicas, mas por sua atuação como empresas cidadãs.” (CARDOSO, 2006, p. 1140). Com isso, a comunicação organizacional recebe uma dimensão estratégica nas organizações empresarias, como destaca Cardoso (2006). Estas são encarregadas de divulgar as

¹⁷ “O que os agentes do mundo corporativo vêm chamando de licença para operar não se refere apenas à licença dos órgãos públicos, mas fundamentalmente à ‘licença social’, ao apoio da sociedade local ao empreendimento, ao ambiente estável à sua realização.” (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2010, p. 57-58).

ações segundo as visibilidades a serem disseminadas em cada comunidade, município ou região.

Existem grupos ligados aos movimentos sociais, aos ambientais, ao meio acadêmico, dentre outras categorias/movimentos, que defendem formas diferenciadas de ação empresarial na área social. Destacam-se dois principais entendimentos: de um lado estão os que defendem estes investimentos, avaliando que eles representam uma redução de disparidades sociais; de outro, estão os grupos que denunciam o uso midiático destas ações em benefício das corporações, principalmente as que têm maior poder econômico e político. Para entender a complexidade desta questão, Teodósio (2008) destaca que:

A alternativa de provisão de políticas sociais através do capital privado também carrega em si possibilidades e ameaças. Se por um lado a crítica ao papel social dos empreendimentos capitalistas aponta para a prevalência de interesses privados sobre os públicos como motivadores da ação social, por outro esse tipo de provisão pode resultar em maior controle social sobre as empresas e distribuição mais equitativa da apropriação de riquezas. Ponto fundamental para tal discussão, que parece passar distante do discurso empresarial que atribui a si mesmo o papel de liderança da mudança social é a concepção da relação entre capital privado e sociedade civil como um jogo de interesses cruzados, ora convergentes, ora divergentes, tanto por fatores estruturais, quanto conjunturais. Do embate dessas forças na sociedade podem resultar tantos avanços da cidadania, quanto sua captura por formas pouco consistentes e excludentes de exercício da consciência social (TEODÓSIO, 2008, p. 61).

Apoiadas por um contexto regional de favorecimento às multinacionais, e amparadas pela classe política local, as empresas empenham-se para somar forças na difusão de uma simbologia positiva para os seus empreendimentos, e para os políticos locais (COSTA; LOPES, 2017). Uma das repercussões desse processo é a ampliação do poder de ação empresarial nos territórios comunitários.

Sobre as organizações empresariais, Srouf (2012) cita ainda que estas combinam agentes sociais e recursos que se convertem em instrumentos estratégicos para a ação. Considera-se também o que Aktouf (1993) coloca como “cultura organizacional”, quando este a classifica como um emaranhado de conhecimentos e evidências disseminados pelos componentes das organizações, na busca pela ampliação do conhecimento sobre onde atuam. Conjugadas, estas ações visam ampliar a capacidade das empresas de potencializar seu capital simbólico, ainda que se utilizando da “cooptação” (BOURDIEU, 2001) de agentes internos e externos. Caso seja necessário, devido às pressões externas, as empresas adotam, mesmo que estrategicamente, ações classificadas como “socialmente responsáveis”, para reduzir os relacionamentos conflituosos (SROUR, 2000).

Para Freitas (1997) as grandes empresas têm grande capacidade em perceber as mudanças sociais e de responder a elas. Elas “[...] respondem não apenas de maneira operacional, funcional, mas também de maneira simbólica, através de sua cultura organizacional e do repasse de todo um imaginário.” (FREITAS, 1997, p. 70). Já Nassar (2008) destaca que, além dos símbolos, as formas de atuação na sociedade também fazem parte da formação da identidade de uma organização empresarial.

Portanto, ao aplicarem suas estratégias de relacionamento com as comunidades rurais, a mineradora e a silvicultora aqui analisadas levam em consideração todo um contexto político, econômico e ambiental regional. Aplicam seus ritos, considerando-se as relações locais, mas, acima de tudo, buscam disseminar novas simbologias que atendam às necessidades de uma nova representação. Fazem isto, ainda que apenas para fins de ampliação de lucros, adotando procedimentos estratégicos de representação do/no meio social.

Sabendo desta possibilidade estratégica, os departamentos especializados na relação com comunidades e com os movimentos sociais, buscam confrontar os referenciais estabelecidos por estes movimentos, com os referenciais do mercado. Para Bittencourt e Carrieri (2005) e Cheibub e Locke (2002) as estratégias de busca pela ampliação da influência empresarial nos territórios comunitários veem situando-se para além da dependência financeira, ou do estabelecimento de obrigações contratuais; se tem utilizado das estratégias mais complexas de poder, como a simbologia positiva de empresa “socialmente justa” e “ambientalmente responsável”.

Para Laclau (1996, p. 22) “[...] o representante também está transformando a identidade do representado.” Como destaca Selznick (1972), a ação dos representantes de uma organização segue padrões racionais, ainda que influenciados pelos padrões institucionais, nos quais se conjugam as demandas da empresa, e as suas como pessoa.

As aspirações pessoais devem ser consideradas, pois ao se adaptarem às exigências e aos objetivos corporativos, e ao obterem resultados positivos com suas estratégias de relacionamento, os representantes das empresas ampliam seu poder dentro delas (CAPPELLE; MELO; BRITO, 2005). Não se pode deixar de mencionar que, é importante identificar se ocorre e/ou como ocorre a transferência destes poderes, antes ou durante o relacionamento.

Ao se relacionar com estas comunidades, os representantes das corporações empresariais, identificam-se como um “porta-voz autorizado” da corporação. Bourdieu (1991c, p. 110) cita que ele só tem o poder de utilizar as palavras, e a partir delas buscar que os outros ajam de acordo com seus objetivos, “[...] porque o seu discurso concentra em si o capital simbólico do grupo que tenha delegado a ele, e do qual ele é o mandatário.” Para ele: “O porta-

voz autorizado é aquele a quem cabe e sobre quem cabe falar em nome da coletividade. É ao mesmo tempo o seu privilégio e seu dever [...]” (BOURDIEU, 1991b, p. 131). Privilégio, considerando-se que há a possibilidade de ampliação do poder dentro da empresa; e dever, pois não se trata de uma escolha, mas de uma obrigação para a qual foi delegado.

No caso da relação entre grandes empresas e comunidades, principalmente em momentos de luta política e/ou simbólica, a principal obrigação a ser realizada é a redução dos conflitos. Para isso eles recebem os investimentos institucionais, agindo como líderes, apesar de serem na realidade interlocutores entre os interesses dos seus representados, e os que são foco das suas estratégias (FERNANDES, 2010). Devem agir tendo em mente os possíveis problemas nesta relação, prevendo-os, informando-os às instâncias superiores, e até exterminando qualquer possibilidade de ocorrência (FERNANDES, 2010). Para a concretização destes objetivos, no âmbito do meio empresarial, são defendidos os mecanismos do “diálogo” e das estratégias de comunicação, ambos compreendidos como possibilidades de ação estratégica.

Ao tratar das estratégias de comunicação, Almeida e Nunes (2007) salientam que estas só obterão resultados positivos se forem ratificadas pelos altos escalões das empresas. Já Kunsch (2003) menciona que há a necessidade de que estas ações considerem não apenas os objetivos da organização que aplica este “diálogo”, mas também os dos seus interlocutores.

Como observado, numa breve demonstração de uma base teórica sobre a ação dos representantes, sejam empresariais ou de outras organizações como um todo, se devem considerar os anseios de todas as partes interessadas, como destacado por Fernandes (2010), Kunsch (2003). Mas, no entendimento de Bourdieu (1999), dentre as regras a serem seguidas pelos representantes de um grupo, ou de uma organização, situa-se justamente a de defender os anseios dos seus representados. Para obter resultados positivos, este deve receber os “atos de autoridade”, para que de fato possa responder pelos agentes que os delegam esta função (BOURDIEU, 1991c). Esta última análise é o fundamento da interpretação, tanto da delegação, como dos mecanismos do investimento, ou do não-investimento, das empresas em seus representantes. Processo que varia de acordo com o setor econômico da corporação empresarial.

Com isso, depois de apresentada essa base teórica sobre as ações sociais empresariais, tem-se um estreitamento dessa análise, considerando os ramos de atividade econômica que são foco nesta tese. Analisam-se ações das empresas Vale S/A e Suzano Papel e Celulose S/A; e são destacadas a seguir algumas situações analisadas por diversos pesquisadores empenhados na análise das “ações sociais” dos ramos industriais ligados às empresas (mineração e silvicultura).

Em relação à mineração, Pombo e Magrini (2008) citam que as empresas deste setor investem em modificações nos procedimentos internos, para obter as certificações. Mas, ainda persistem os problemas relacionados com a divulgação adequadas das informações financeiras, relacionadas aos projetos socioambientais (HOLTZ *et al.*, 2014).

Autores como Kneipp *et al.* (2012, p. 42) destacam que as empresas mineradoras no Brasil, “[...] promovem o desenvolvimento das comunidades nas quais estão inseridas por meio de ações sociais e também desenvolvem práticas de melhoria contínua nas áreas de saúde e segurança.” Mas, eles citam que em termos de sustentabilidade ambiental, as mesmas empresas se empenham apenas em cumprir requisitos legais, e normas para contemplação com selos ambientais (KNEIPP *et al.*, 2012). Demonstrando que não há um padrão estratégico, Enríquez e Drummond (2007) citam que as certificações das empresas da mineração, especificamente no leste do Pará, pautam-se mais nos parâmetros ecológicos do que nos sociais.

Em relação à ação das empresas do setor florestal em comunidades circunvizinhas, Gomes (2005) destaca o empenho destas em reduzir a ocorrência de conflitos; além da busca pela agregação de valor através de ações classificadas como “socialmente responsáveis”. Gomes *et al.* (2006) destacam que, para reduzir os conflitos com comunidades, sejam elas direta ou indiretamente impactadas pelos empreendimentos da indústria florestal, estabelecem-se processos de “relações positivas”.

Para Giffoni Pinto (2013), diferentemente das ações impositivas e pouco populares realizadas pelas silviculturas, especialmente nos anos de 1960, a partir da década de 2000 há uma aproximação com as comunidades circunvizinhas. Este tipo de aproximação é avaliado por Gomes *et al.* (2006) como uma necessidade para obterem as “licenças sociais” para instalação dos seus empreendimentos, e para operarem sem grandes conflitos. Dentre as estratégias mais utilizadas, está a divulgação da possibilidade de oferta de empregos. Discordando dessa propaganda, Morelli (2011) cita que a melhoria da oferta de empregos, e a ampliação da renda através dos projetos socioambientais, não tem se concretizado pela atuação das grandes empresas que investem na monocultura do eucalipto, como é o caso da Suzano.

Sabendo que as suas estratégias de propaganda podem não trazer os resultados esperados, as empresas silvicultoras investem na cooptação de comunidades e organizações locais. Bittencourt e Carrieri (2005) salientam que as empresas relacionadas com estas monoculturas, demonstram, através das suas estratégias de “ação social”, uma grande preocupação com os agentes externos que podem influenciar nas relações com as populações circunvizinhas. Buscam dar uma conotação diferenciada para os extensos plantios de árvores

exóticas, classificando-os como “florestas” (PAGOTTO, 2013). Tem-se ainda as estratégias destacadas por Acselrad e Giffoni Pinto (2010), que visam reduzir danos simbólicos negativos:

O setor dito ‘florestal’, notadamente monocultor de eucalipto e pinus, esteve envolvido, desde o final da ditadura, em diversos conflitos com as populações tradicionais e trabalhadores rurais. O crescimento e a visibilidade destes conflitos motivaram a disposição a se fazer frente as críticas dos movimentos sociais. Esta preocupação se traduziu em diversas iniciativas – ora de peças publicitárias, ora de materiais incorporando discurso científico – anunciando ‘o impacto positivo do eucalipto’ sobre o meio ambiente e a oferta de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor, propondo-se a gerir o risco social, monitorar comunidades do entorno etc (ACSELRAD; GIFFONI PINTO, 2010, p. 57).

Devem-se considerar os seguintes fatores, para se conhecer como as “ações sociais” podem ampliar a dominação empresarial: se os investimentos nas comunidades resultam em lucros (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b); quais as interligações das ações nas comunidades com os interesses de mercado, principalmente relacionados com a competitividade (ALTMAN, 1998a; 1998b); como estes projetos são planejados, e se estão vinculados ao programa geral de investimentos das empresas (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b); se há redução dos riscos à reputação (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2010); e se é estabelecida uma relação de dependência e de “gratidão” para as comunidades (RAJAK, 2009).

Neste sentido, Bernardes (2003, p. 56) destaca que as empresas buscam ampliar a “[...] lógica empresarial e o domínio sobre o espaço [...]”. Além disso, utilizam as “[...] estratégias e articulações políticas, parcerias, alianças, tendo como parceiros/instrumentos o conhecimento técnico-científico [...]” (SANTOS, 2015, p. 51); destacando também a busca pela redução do poder das comunidades locais (*op. cit.*, p. 53).

O “diálogo”, tratado pelo viés da ação estratégica, na maioria dos casos não resulta numa relação favorável para as grandes corporações; muito menos para as pequenas comunidades. Grande parte das relações entre estes dois grupos são resolvidas nas instâncias jurídicas, devido à dificuldade em se estabelecer critérios que resultem em benefícios para ambos. Chega-se a esse entendimento, considerando-se que autores como Castells (1999) e Hofsted (1997) relacionam estes processos conflituosos com as diferentes formas de pensar, e de avaliar o mundo que estes grupos sociais estabelecem. Correlacionando com a base teórica de Bourdieu (2011; 2007; 2001), tem-se que a dificuldade de resolução destes conflitos se relaciona às constantes investidas empresariais em estabelecerem-se como dominantes, e, identificando isso, os trabalhadores rurais organizam-se para resistir às estratégias corporativas.

1.3 As resistências comunitárias contra as práticas empresariais

As “ações sociais” são utilizadas como estratégia empresarial em diversos sentidos. Nesta tese destacam-se os interesses corporativos na busca pela posição de dominação, e no estabelecimento de referenciais simbólicos que ampliem suas avaliações positivas por trabalhadores rurais, situados nas cercanias dos seus aparatos logísticos, industriais e florestais. Mas é importante considerar que os movimentos sociais não são passivos a estes dois mecanismos, pois empenham-se na ampliação das suas capacidades de ação, visando a redução dos ganhos simbólicos empresariais.

Para Gohn (2011), há uma articulação entre os movimentos sociais urbanos e rurais, principalmente quando se buscam ampliar as visibilidades dos problemas enfrentados no campo. Deve-se considerar que estes caracterizam-se como “[...] formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas.” (ALONSO, 2009, p. 52).

Os movimentos sociais do campo ampliam sua participação em diversas temáticas importantes para seu cotidiano. Dentre estas destacam-se: a luta pela melhoria da educação (DAMASCENO; BESERRA, 2004); por melhorias na agricultura camponesa (FERNANDES, 2000); realizam debates sobre um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil (CALDART, 2001); além da busca pela distribuição de terras e riquezas (VENDRAMINI, 2007). Scherer-Warren (2005, p. 68) destaca que movimentos “[...] valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física”. E ainda se unem pela ampliação dos investimentos públicos na agricultura familiar.

Para Fernandes (2000, p. 66), depois de passarem por momentos de intensos embates com diversos setores, os movimentos sociais do campo receberam mais atenção, e “[...] esses camponeses sem-terra falam suas próprias linguagens, conquistando o respeito e a admiração de alguns e a aversão de outros.”. Além disso, estabelecem redes de solidariedade para o fortalecimento da luta política (SANTOS, 2014).

Considerando-se o processo de relação entre comunidades rurais e empresas, há sempre uma discordância entre os ganhos e as perdas para os trabalhadores rurais. Para Abramovay (2007, p. 96) cabe ao Estado possibilitar que os pequenos agricultores acessem as modernas tecnologias. Kautsky (1980) enfatiza que a ampliação dos investimentos públicos traria maiores benefícios do que a dependência às empresas. Considera-se também que as políticas de investimento público em atividades do campo devem garantir a participação dos movimentos

sociais, e a efetiva atuação na elaboração e na realização dos projetos de desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, 2008a). Destacando a pluriatividade na agricultura familiar, Schneider (2003) cita que o Estado tem papel significativo na participação das famílias rurais em outras atividades que não as restritas à agricultura; ao reduzir os investimentos nestas comunidades, reduz-se suas possibilidades de subsistência.

Sobre os problemas econômicos relacionados com a viabilidade das comunidades rurais, Coletti (2005) cita uma deficiência na contribuição necessária a estes movimentos, pois priorizam-se os investimentos em grandes projetos empresariais. Mas, para Sennet (2006), observa-se uma individualização das pessoas, repercutindo intensamente nos processos de “comunitarismo” e de “partilha” de ideias e motivações. Esta é uma importante situação a ser considerada, pois ocorre uma desarticulação, não das lideranças ou das organizações que defendem políticas de melhoria da agricultura familiar, mas nos seus componentes de base. Ao perceberem que não há apoio do Estado para suas atividades, estes, na maioria dos casos, afastam-se das suas atividades agrícolas, ou até mesmo “vendem o direito de uso” da terra recebida. Questões de desestabilização de bases que se tornou um dos pontos centrais desta tese.

A relação entre as colocações de Sennet (2006) e Colletti (2005) são possíveis e justificáveis, considerando-se que, mesmo sabendo que os investimentos em comunidades rurais beneficiam diretamente uma maior quantidade de pessoas, o Estado prioriza os grandes projetos econômicos que, na maioria dos casos, resultam em danos às populações pobres. Ao contratarem trabalhadores rurais das cercanias destes grandes investimentos, as grandes empresas estimulam a entrada de outro entendimento sobre as relações de trabalho, e, principalmente, de vivência coletiva, e de compreensão da importância dessas comunidades.

Na luta contra essa “desarticulação” dos movimentos em defesa da agricultura familiar, certos setores da igreja católica apoiam as resistências comunitárias. Ainda que sejam apenas os representantes dos seus ramos mais “engajadas socialmente”, estes contribuem nas lutas, e na organização dos movimentos sociais do campo (IOKOI, 1996). Para Bogo (1999), estes representantes da igreja apoiam os movimentos adotando-se o ecumenismo, ampliando o poder conjunto na luta política; e reduzindo a divisão por questões religiosas, mesmo que na prática, ainda se perceba uma maior influência católica. Prioriza-se a luta pela terra, e pela viabilização das atividades agrícolas, mas cresce o receio sobre a expansão empresarial no cotidiano das comunidades.

Ao considerar a expansão da ação empresarial junto às comunidades rurais, Zhouri (2008) nos apresenta análises importantes, destacando que todo o processo de investimentos na

primarização das economias, resulta na concentração de terras e no baixo nível de empregabilidade; além do baixo investimento nas pequenas propriedades. Dentre estes projetos se destacam os “[...] projetos envolvendo mineração, hidrelétricas, monoculturas de eucalipto, de soja, entre outros concentradores de grandes extensões territoriais.” (ZHOURI, 2008, p. 06).

Ilustrando a problemática citada por Zhouri (2008), Sousa (2012, p. 240) destaca que, prevendo a exaustão das minas de ferro de Carajás no Pará, o Estado e a mineradora Vale batalham para resolver questões econômicas; mas não se esforçam com a mesma intensidade na resolução dos problemas socioeconômicos que surgem na região, principalmente no meio rural. Incentivam pesquisas de inovação para a sustentabilidade financeira das grandes empresas no mercado internacional, mas pouco se investe na geração de renda para as pequenas comunidades.

Em termos de análise do contexto social, e da avaliação que os trabalhadores rurais fazem dele, é importante considerar as representações disseminadas pelas empresas, objetivando os ganhos materiais, políticos e simbólicos. Deve-se considerar que “[...] a relação com o mercado, longe de poder ser apenas vista pelo aspecto da subordinação e da estratégia de minimização dos efeitos perversos, deve ser lida como fator importante na constituição econômica e política dos assentados.” (NEVES, 1999, p. 21).

Ao identificar articulações e as resistências dos trabalhadores rurais, Marin e Castro (2009) destacam que novas configurações políticas, como a ampliação das mobilizações, a elaboração de coordenações estruturadas junto às organizações de nível nacional, e a busca pelo estreitamento do diálogo com o Estado, fortalecem os movimentos de permanência no campo. Considerando-se ainda que estes movimentos “[...] constroem seus espaços e se espacializam para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.” (FERNANDES, 2005, p. 32).

Ao tratar da necessidade da ação estratégica em resposta aos agentes públicos e privados, Silva e Fagundes (2011, p. 70) citam que o movimento social do campo, “[...] precisa se colocar primordialmente como um ente planejador de seu território, caso contrário, ficará sempre a margem da lógica do planejamento do Estado, que, pela experiência, entendemos que é a lógica do capital.” Arguedas (2017) acrescenta ainda que três dimensões devem estar relacionadas, quando as comunidades rurais decidem defender seus territórios: o fortalecimento da identidade comunitária; o relacionamento com os movimentos sociais; e as lutas em defesa do território.

Como se percebe, a ação do Estado e a relação deste com os movimentos sociais do campo pautam a análise da questão agrária no Brasil. Principalmente quando se trata de áreas

de uso comum, como assentamentos de reforma agrária e reservas extrativistas, por exemplo. A partir dos anos de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁸, o sindicalismo rural brasileiro passou a cobrar do Estado políticas públicas voltadas especificamente para sua categoria, como por exemplo, juros menores, maior apoio institucional, dentre outros (SCHNEIDER, 2003, p. 100). Mas como cita Martins (2000), há um histórico movimento de “deslegitimação” do Estado no seio do Movimento dos Sem Terra (MST).

Os problemas da ação do Estado e das empresas junto aos trabalhadores da agricultura familiar são objeto de estudo em todo o mundo. Como já mencionava Marx (1996b), a ação de controle do Estado foi de grande importância para a transformação dos pequenos agricultores em proletariado, ainda em tempos de constituição do trabalho, e no nascimento da sociedade capitalista. Atualizando este entendimento, Ferrante e Silva (1988, p. 35) citam que, em termos de antagonismos e interesses conflitantes, “[...] a política estatal frente aos trabalhadores não pode ser analisada somente da ótica das suas reivindicações, das suas necessidades, mas deve, necessariamente, ser articulada às necessidades de reprodução do capital.”

De qualquer forma, é importante citar que os movimentos sociais, em geral, se articulam e resistem. Buscam aplicar o que Certeau (1998) chama de “rede de antidisciplina”, que visa aplicar estratégias para fazer frente à toda tentativa de disciplinação por parte das empresas e dos órgãos estatais. E sobre esta busca pela articulação, Ferreira (2011) cita que

Os movimentos sociais, conectados à rede informacional, articulam, em um ambiente midiático, difuso, em tempo real, agentes dispersos no território físico, mas que estão em relação (impactam e são impactados), por uma mesma organização, área da indústria ou entidade governamental, mesmo com diferentes posições, visões de mundo, perspectivas culturais e políticas, ganham força, legitimidade e voz, em função de sua articulação, capacidade de mobilização e ramificação da própria rede. Passam a constituir uma inteligência coletiva com potencial transformador, se isolados desaparecem, mas se conectados, ganham visibilidade e força (FERREIRA, 2011, p. 53).

Ainda que exista a estratégia da articulação entre os movimentos, como citado por Ferreira (2011), há uma investida empresarial para que estas comunidades relacionem-se também com os agentes do mercado. Para Morsello (2002) a relação entre as empresas e as comunidades rurais é estabelecida segundo duas principais realidades: o crescimento da comercialização de produtos com “selos verdes”; e a ampliação da tendência de que as empresas

¹⁸ Programa governamental lançado em 1995, com o objetivo de reduzir os custos de produção, e ampliar os financiamentos para os pequenos agricultores, principalmente familiares (GUANZIROLI, 2007).

multinacionais invistam mais em “ações sociais”. O objetivo é sempre a ampliação da visibilidade positiva das empresas. Elas ganham em duas frentes: na cooptação das comunidades que participam dos seus projetos; e na ampliação da inculcação destinada à população em geral, que avalia estes projetos como incentivos aos pequenos produtores locais.

A maioria das parcerias entre empresas e comunidades de reservas extrativistas são voltadas para a comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros - PFM (FIGUEIREDO, 2005). Dentre os resultados desta parceria, Nahum e Santos (2016), Figueiredo (2005) e Ros-Tonen *et. al.* (2008) destacam: alteração das relações comunitárias de convivência e de produção; potencialização da exploração dos recursos, independente do auxílio financeiro do Estado; e possibilidades de ganhos financeiros para as empresas e as comunidades. Alguns exemplos desta parceria são analisados por Anderson e Clay (2002), que trazem outra avaliação: indicam que estes podem se tornar meios para ampliação da renda nas comunidades, inclusive contanto com o apoio de instituições públicas de ensino e pesquisa.

Como citado, existem avaliações diferentes sobre este tema. Mas estas parcerias entre empresas e comunidades rurais, sejam elas assentamentos de reforma agrária ou comunidades extrativistas, são “mediatizadas” como meios para a melhoria da qualidade de vida no campo. Isto, principalmente pelos baixos investimentos realizados pelo Estado, verdadeiro responsável por estas áreas, e pelos recursos existentes nelas. Todavia, o que ocorre de fato, considerando as análises dos dois casos de relação estudados nesta tese, é uma incessante busca de assentados e quebradeiras de coco por melhores condições de vida. Seja através de investimentos públicos, ou até mesmo privados. Como cita Fernandes (2008b):

Um fator importante da territorialização do campesinato é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses. Todavia, a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas. (FERNANDES, 2008b, p. 296).

A luta, seja ela política, organizacional, ou simbólica, demonstra a capacidade das comunidades rurais na busca pela ampliação do seu poder de decisão, o que influi nos seus cotidianos. Buscam, acima de tudo, ampliar seu poder decisório, mas também sua capacidade de estabelecer seu legítimo poder sobre os seus territórios. A estratégia de ampliação do poder do movimento camponês, historicamente, tem uma vertente pautada na ocupação espacial,

principalmente de babaçuais, seringais, castanhais, e outras expressões extrativistas destes movimentos (ALMEIDA, 2004b). Oliveira (1991) cita que o próprio MST tem como estratégias, tanto o processo de ocupação de áreas, que é a espacialização, quanto o estabelecimento do poder comunitário. Como destaca Shiraishi Neto (2011), as lutas cotidianas podem influenciar nas estratégias destes grupos de trabalhadores de diversas formas, dentre elas citam-se:

Os deslocamentos das ações e estratégias para o plano jurídico local, especificamente para o da elaboração e proposição de leis vêm servindo para reconhecer a existência social dos grupos sociais e, sobretudo legitimar as suas ações. Trata-se de promover a passagem de uma situação de “invisibilidade” para a de “visibilidade” jurídica, pois o direito somente protege os visíveis. Contudo, esse processo é pouco refletido, em função dos resultados positivos até aqui alcançados. Os grupos sociais vêm apostando suas lutas nesse processo que, sem dúvida, contribui com a construção de suas identidades. A elaboração e proposição dos dispositivos legais auxiliam no reforço e atualização dos laços sociais. Os indivíduos passam a se identificar enquanto membro do grupo. (SHIRAISHI NETO, 2011, p. 35).

Sobre a luta pela posse da terra, especificamente a dos sem-terra, Fernandes (2000) a caracteriza como uma luta por terra e o trabalho, em contrapartida da posse para a exploração, que integra o cotidiano dos grandes latifúndios. Ao tratar do processo de resistência dos movimentos sociais do campo, Almeida (2004a, p. 10) cita que, “[...] funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável [...]”.

Apesar das dificuldades, e de serem evidenciados os exemplos de derrotas comunitárias, há casos em que se observam vitórias, e elas devem ser consideradas, pois “[...] muitas sociedades rurais estão reivindicando com sucesso seus próprios espaços, territorial e/ou político, onde eles estão procurando construir suas próprias alternativas ao ataque violento da globalização.” (BARKIN, 2004, p. 281, tradução nossa). E Tavares, L. (2008) demonstra que a luta dos movimentos camponeses em defesa do seu território, pode ser realizada através do estabelecimento de redes de enfrentamento das ofensivas empresariais.

Como Lopes (2012) destaca, a organização dos agentes sociais é de grande relevância para que as comunidades apliquem suas estratégias de resistência contra a dominação empresarial. Almeida (2003) destaca que, mesmo com as constantes investidas das empresas agroindustriais, os movimentos de defesa da agricultura familiar conseguem estimular resistências que logram êxitos nos processos de estabelecimento do poder camponês em seus territórios. Como exemplo destas possibilidades, Batista (2014) cita o caso da Via Campesina que se tornou uma das principais organizações na luta contra a hegemonia das grandes

corporações no campo. E ao tratar dos movimentos sociais camponeses, e suas buscas pela manutenção do poder sobre seus territórios, Marques (2008) cita que

Há um processo de recriação e territorialização camponesa em curso que corta o território brasileiro e lhe impõe novos conteúdos, decorrentes das novas maneiras como se organizam e se autodefinem os diferentes grupos. Os movimentos sociais acima mencionados objetivam sujeitos em existência coletiva, que apresentam territorialidades específicas e desenvolvem um conjunto de práticas organizativas que traduzem transformações políticas profundas na capacidade de mobilização destes grupos em face do poder do Estado. São estruturadas redes de organizações, contrapondo-se à fragmentação e dispersão que marcam o período inicial dessas lutas, podendo uma mesma entidade estar vinculada a mais de uma rede. (MARQUES, 2008, p. 64).

No caso do MST, segundo Fernandes (1998), o processo de resistência é pautado na luta pela posse da terra. Cita-se os estudos realizados por Alves, Silveira e Ferreira (2007) que destacam a luta de famílias agricultoras contra a hegemonia do latifúndio e da monocultura; bem como os casos citados por Martins e Cleps Júnior (2012), que tratam das mudanças ocorridas e das lutas cotidianas com a retirada de comunidades rurais para assentamentos, devido à formação de uma Unidade de Conservação no estado de Minas Gerais.

Para Brito e Almeida (2017), a luta pelo fortalecimento identitário das quebradeiras de coco, compreende o cotidiano destas trabalhadoras; além da constante luta com o Estado, que são fundamentadas “[...] pela garantia de direitos sociais, econômicos e ambientais, como forma de preservar suas identidades coletivas.” (NOVAES; ARAÚJO, 2016, p. 185). Barbosa, V. (2013) e Lopes (2007) destacam o MIQCB¹⁹ como um exemplo de luta pelo fortalecimento das suas identidades e das suas resistências, bem como na busca pela defesa dos seus territórios de vivência e de trabalho, citando que:

O MIQCB foi fundado em consonância com as experiências de mulheres dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, de localidades muitas vezes geográfica e culturalmente descontínuas. Fruto de conjuntura sociopolíticas e econômicas da segunda metade do século XX, o movimento de quebradeiras de coco se gestou no período em que o sindicalismo tradicional havia cedido espaço ao novo sindicalismo, em que a agricultura familiar se tornava objeto de novas políticas desenvolvimentistas e a política das identidades, tanto quanto a identidade na política, apresentava-se mais múltipla e acentuadamente. (BARBOSA V., 2013, p. 192).

¹⁹ Maiores informações sobre o MIQCB, da atual relação das quebradeiras de coco da Ciriáco, e das estratégias da Suzano em relação a este movimento, são analisadas no item 3.2.

Inserido em relações de conflitos sociais, de forma ambivalente, esse movimento empreende “exercícios pedagógicos” de formação política que têm por características a articulação das diferenças econômicas das localidades em torno de uma identidade em construção, orientada para garantir o controle das áreas de babaçuais e da produção de seus derivados, como estratégia para conquistar melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, o MIQCB tem realizado encontros interestaduais das quebradeiras de coco, anualmente, onde se discutem e planejam as atividades das coletividades, assim como do próprio Movimento. Em tais encontros, evidenciam-se estratégias de enfrentamento de conflitos cotidianos e estruturais, dialogicamente refletidas, fazendo com que a estrutura do Movimento harmonize as decisões de base com uma organização que também é construída e toma forma na medida em que cresce o Movimento. (LOPES, 2007, p. 22-23).

Em relação ao caso específico da mineradora Vale, Santos e Milanez (2015, p. 762) destacam que as comunidades rurais prejudicadas pela DEFC, mas apoiadas por diversos movimentos sociais, pressionam a empresa através da “[...] disrupção de atividades operacionais [...]”. De acordo com dados disponibilizados por Almeida (2015), foram realizadas três grandes manifestações em 2012, seis em 2013 e quinze em 2014. Todas destacando os problemas socioambientais relacionados com a DEFC. Para Hanna *et al.* (2015):

Protest is thus a legitimate and necessary way for communities to seek redress for the issues being ignored by decision-makers. In such mobilization processes, social capital and collective identity is built, and communities ultimately enhance their collective wellbeing by ensuring improvements in the assessment of impacts, the distribution of benefits, and the implementation of mitigation and enhancement measures. (HANNA *et al.*, 2015, p. 22).²⁰

Ainda que se desenvolvam capacidades das comunidades realizarem estratégias de enfrentamento às investidas empresariais, Almeida (2004b) destaca que o processo de dominação corporativo, causa a perda das “territorialidades de referência” das comunidades, principalmente rurais. Mas uma alternativa que cresce nos debates dos movimentos sociais é a estruturação de resistências em rede, utilizando-se dos meios digitais para ampliar, tanto a visibilidade das ações, quanto os agentes participantes, sejam eles individuais ou organizações (CASTELLS, 2013). Sant’Ana Junior (2016) acrescenta que:

A luta por manter o controle do território por parte de comunidades tradicionais é também a luta para não permitir que o avanço do desenvolvimento funcione como rolo compressor, relegando seus moradores para processos de periferização e, portanto, de ampliação da miséria. A manutenção dos territórios significa a manutenção da dignidade e o combate à ampliação de injustiças sociais e ambientais. (SANT’ANA JUNIOR, 2016, p. 292).

²⁰ “O protesto/manifestação é, portanto, uma maneira legítima e necessária para as comunidades buscarem a reparação para que as questões que forem ignoradas pelos tomadores de decisão. Em tais processos de mobilização, o capital social e a identidade coletiva são construídas, e as comunidades melhoram seu bem-estar coletivo, assegurando melhorias na avaliação de impactos, na distribuição dos benefícios, e a implementação de medidas de mitigação e aprimoramento.” (HANNA *et al.*, 2015, p. 22). Tradução nossa.

Não se pode desconsiderar que as empresas vêm logrando êxitos com suas estratégias de dominação. Mas os movimentos de resistência comunitária também conseguem estabelecer estratégias reacionárias aos poderes das multinacionais. Sejam elas de grande repercussão, como as manifestações públicas, ou as resistências “infrapolíticas” (SCOTT, 2013).

Apesar das históricas lutas de assentados e quebradeiras de coco por investimentos nas suas atividades de subsistência, o Estado brasileiro demonstra grande desinteresse em aplicar os recursos necessários. Em alguns casos, os trabalhadores rurais veem-se envolvidos em projetos com ONG, que Berrêdo (2017), demonstrando a realidade de algumas quebradeiras de coco do Maranhão, destaca que:

As ONGs têm explorado projetos de empreendedorismo, muitas vezes, sem condições de competir no mercado, estimulando as trabalhadoras a integrar grupos produtivos, acessando linhas de créditos como estratégia de empreender e atingir o desenvolvimento local. Porém, as estratégias de vendas dos produtos muitas vezes tendem à falência, pois o valor de venda dos produtos no atacado não tem condições de superar o do mercado, não tendo saída, gerando estoque e endividamento das mulheres. (BERRÊDO, 2017, p. 97).

Considerando a problemática das relações com o Estado e com as ONG, e a conseqüente deficiência dos investimentos destes, as comunidades avaliam como positiva a possibilidade de conseguirem apoio financeiro, “pressionando”, ou mesmo “dialogando” com as empresas causadoras de danos nos seus territórios, ou nas cercanias destes. As empresas investem, mas se utilizam disto para aplicar estratégias de ampliação do seu poder sobre as comunidades, buscando principalmente uma “licença social” para as suas operações. Para a maioria das organizações de apoio aos movimentos sociais, tem-se uma redução das resistências comunitárias, processo densamente analisado nesta tese, através das relações entre as empresas e as comunidades selecionadas.

Como visto, a relação entre grandes empresas e comunidades está relacionado a questões mais abrangentes. Estas envolvem os grandes investimentos públicos em projetos corporativos; além dos projetos de desenvolvimento regional, que favorecem as empresas como a Vale e a Suzano. Todos estes mecanismos governamentais, financeiros e políticos, entrelaçam-se na ampliação das estratégias de dominação empresarial, mas, como será demonstrado nesta tese, não representa a perda da capacidade de resistência dos assentados e das quebradeiras de coco.

CAPÍTULO 02. Contextualização regional e caracterização histórica, sociológica e territorial dos agentes

Para entender o atual contexto regional em que ocorrem as relações entre as comunidades rurais e as empresas analisados nesta tese, é importante compreender, primeiramente, algumas circunstâncias que levaram a região da Amazônia maranhense a ser caracterizada socioeconomicamente como é nos dias atuais. Deve-se compreender a importância do Programa Grande Carajás (PGC), implantado na década de 1980, bem como as suas repercussões cotidianas. Os investimentos públicos e privados realizados nos últimos anos são interligados à necessidade de continuidade, e de expansão/diversificação das atividades implantadas na Amazônia maranhense.

Esta região foi ocupada a partir dos programas governamentais de povoamento. Classificada entre as regiões “espaços vazios”, o início da sua ocupação ocorreu nas décadas de 1950 e 1960. Um dos resultados foi a séria redução dos povos indígenas, e a ampliação do desmatamento e da degradação ambiental. Dentre os autores que analisaram o contexto socioeconômico das políticas de ocupação desta região, a partir da implantação de projetos econômicos, destacam-se Castro (2017; 2016), Penha e Nogueira (2015), Rodrigues (2014), Monteiro (2012; 2006; 2005; 2004; 1996), Castro (2005; 1992), Ab’Saber (2004), Abelem e Hebette (1998), Coelho e Cota (1997) e Hebette e Marin (1981).

Com o decorrer da ocupação, os conflitos estabeleceram-se entre grileiros e latifundiários de um lado, e agricultores familiares do outro. Problemática que resultou numa grande concentração de terras; tudo incentivado, financiado e regularizado por representantes do poder público. Depois das tradicionais formas de intervenção na região, introduziram-se outros mecanismos, agora voltados para a indústria, principalmente, da extração mineral e florestal.

No início da década de 1980 é criado o Programa Grande Carajás (PGC). O objetivo deste foi estabelecer a estrutura logística para extração, e para a comercialização das riquezas minerais da Serra dos Carajás, na época recém “descoberta” no estado do Pará. Dentre estas estruturas destaca-se a Estrada de Ferro Carajás (EFC), ferrovia que, aliada à proximidade com a mina de Carajás, potencializou a instalação de cinco siderúrgicas no município de Açailândia – MA.

No início da década de 2000, com a divulgação dos dados de organizações ambientais, percebeu-se a grande pressão das siderúrgicas sobre o que ainda restava da floresta amazônica na região. Pressionou-se para que estas guserias investissem em outras fontes de carvão para

produção do ferro gusa. Empresas e governos realizaram grandes investimentos em plantios de eucalipto.

Os investimentos nesta monocultura, ainda no início da década de 1990, e para a produção de carvão, somados aos projetos de produção de celulose²¹ também da mesma época, contribuíram para que as pressões sobre as comunidades rurais ampliassem. E todo esse contexto de investimento na monocultura do eucalipto, resulta, em 2008, na escolha desta região para a implantação da fábrica da Suzano Papel e Celulose S/A, no município de Imperatriz - MA.

A instalação da Suzano, aliada à Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC), destacam-se como os dois maiores investimentos privados na região a partir de 2010. Privados, mas que contam com empréstimos bilionários do governo brasileiro. Enquanto isso, e paradoxalmente, os investimentos na estruturação das pequenas comunidades rurais é praticamente inexistente. Destaca-se que apesar das constantes manifestações e resistências populares, os órgãos públicos não ampliaram os investimentos em assentamentos e reservas extrativistas.

Considerando a atuação empresarial, visualiza-se uma estratégia de uso da capacidade financeira do Estado, ampliando os grandes investimentos em empresas privadas. Justifica-se com uma suposta geração de empregos para legitimá-los. As empresas acrescentam ainda que seus investimentos em ações sociais podem trazer ganhos para a população, inclusive para as comunidades rurais; estratégias pautadas nas “crenças do desenvolvimento” (RIST, 2003).

É estabelecida uma luta política entre os representantes das grandes corporações, que visam assegurar os empreendimentos com grandes financiamentos estatais, de um lado; e, no outro extremo, os movimentos sociais e boa parte do meio acadêmico, que conhecem as repercussões negativas atreladas a estes grandes projetos econômicos.

As lutas de classe sobre o Estado são evidentes, assim como é possível observar em Marx (2012), quando este chama a atenção para o que seria a “iniciativa governamental”. Esta é entendida como a capacidade real e efetiva de decisão nas ações do Estado; além da ideia de “postos decisórios”²² (MARX, 2012). Tem-se que a classe empresarial nacional/internacional, aliadas às classes dominantes locais, sejam elas políticas ou também empresariais, se articulam

²¹ Projetos ligados à Indústria de Celulose do Maranhão S/A (CELMAR), e que são detalhados por Nóbrega e Lima (2016).

²² São posições, ou níveis de dominação, onde se tem uma grande influência sobre os mecanismos de ação do Estado.

para disseminar na região que os bilhões investidos nos grandes projetos econômicos, retornam em benefícios reais para a grande maioria da população.

Considerando estas colocações de Karl Marx (2012), os pesquisadores Lessa e Tonet (2008, p. 53) acrescentam ainda que: “[...] o Estado capitalista afirma a igualdade formal, política e jurídica, com o objetivo real e velado de manter a dominação da burguesia sobre os trabalhadores.”. Situação observável cotidianamente da região analisada nesta tese, desde os primeiros investimentos estatais, ainda no planejamento do PGC, até a DEFC e a instalação da fábrica da Suzano, que ocorrem atualmente.

Apesar de não ser o principal agente nestas relações, o Estado deve ser considerado. Isto é mencionado não apenas pelos baixos, ou quase inexistentes investimentos públicos nas comunidades; mas considerando-se que esta falta de apoio governamental se tornou um dos propulsores para o estreitamento das relações comunitárias com as empresas. Identifica-se que o Estado enquadra-se como um agente que historicamente amplia o poder das grandes empresas na região estudada nesta tese, como é o caso do Programa Grande Carajás (PGC), que é um marco histórico na região.

No caso da Amazônia maranhense, autores como Azar (2013), Carneiro (2010) e Ab’Saber (2004)²³, destacam que o padrão de financiamento público para exportação de *commodities* dissemina uma ideia de desenvolvimento econômico, sem trazer reais ganhos para as comunidades pobres. Ainda assim, os setores corporativos voltados para a realização de ações enquadradas como “sociais”, empenham-se nos discursos paradoxais a esta realidade, e seus setores de comunicação e relacionamento são importantes nesta ação de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989) e de trabalho simbólico (BOURDIEU, 1996b; 1989).

A ocupação desta região é pautada por políticas tradicionais de degradação ambiental e de favorecimento das classes políticas e econômicas mais poderosas. Realidade que persiste até os dias atuais, pois como citam Marx e Engels (1998, p. 68), “[...] não é o Estado que subsiste por meio da vontade dominante, mas o Estado que procede do modo de vida material dos indivíduos que tem também a forma de uma vontade soberana.” Os grandes investimentos na monocultura do eucalipto, a DEFC e a instalação/operação da Suzano, são bons exemplos desta realidade.

Ao analisar a ação capitalista na sociedade, Braudel (1987, p. 70) destaca que: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado.”. Contextualizando com a realidade aqui estudada, percebe-se que as grandes empresas Vale e

²³ Outros autores são citados e analisados no item 2.1.

Suzano, se utilizam dos grandes investimentos públicos recebidos para ampliar seu poder sobre a região.

Considerando o contexto exposto, o objetivo deste capítulo é apresentar o processo de formação do PGC, e suas repercussões nas atuais relações entre as empresas e as comunidades rurais. Além disso, são descritos os principais fatos relacionados à história, e à atuação sociológica e territorial dos agentes empresariais, Vale e Suzano, e dos agentes comunitários, Assentamento Francisco Romão e RESEX Ciriáco.

2.1 O Programa Grande Carajás e as suas repercussões atuais

As relações entre A Vale e os assentados do Francisco Romão, e da Suzano com as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, pautam-se em um complexo contexto de desenvolvimento regional. Mesmo que o referencial temporal aqui tratado considere apenas as ações empresariais a partir de 2010, é importante destacar que a problemática atual remonta ao início das iniciativas governamentais para o “desenvolvimento econômico” da Amazônia oriental, principalmente do Pará e do Maranhão. É importante iniciar as análises com o entendimento do desenvolvimento regional, considerando-se que este foi pautado em teorias tradicionais.

Sobre desenvolvimento regional tradicional, Boisier (1989, p. 598) cita que, para uma região alcançar ganhos econômicos significativos, deve pautar sua gestão em três aspectos: 1) na participação da região na alocação de recursos do Estado, principalmente nacional; 2) na interligação desta com o mercado global; 3) além da capacidade de autonomia nas decisões e na gestão das melhorias sociais e ambientais.

Estes aspectos são defendidos como critérios políticos para que as regiões consideradas “menos desenvolvidas”, passem por mecanismos que alterem esta realidade. Mas, há de fato o uso do poder financeiro e político do Estado para estabelecer mecanismos de desenvolvimento regional. Na maioria dos casos, as repercussões sociais não são alcançadas para a ampla população. Há apenas o uso da estrutura estatal em benefício de organizações já favorecidas, principalmente vinculadas ao mercado.

Sobre a relação entre o mercado e o Estado, Borón (2003, p. 203) destaca que o primeiro busca uma contínua expansão do segundo, principalmente em momentos em que há a dependência do financiamento estatal; mesmo que esta relação tenha se tornado hostil. Apesar de parecer um paradoxo em tempos de amplo empenho pelo neoliberalismo, este processo é

entendível no contexto do desenvolvimento regional. Quando há o interesse em obter lucros atuando em regiões de baixa representatividade econômica, busca-se a intervenção do Estado, através do financiamento público nos grandes projetos. Passa-se às organizações públicas o risco do prejuízo financeiro, social e dos danos ambientais causados por estas obras.

Ao analisar o papel do Estado nas ações de desenvolvimento regional, Lima (2006) o apresenta como um “agente de intervenção”, com o dever de apresentar regulamentações direcionadas para “o ordenamento territorial”, e para a “regulamentação das externalidades negativas”; mas que também deve atuar como “[...] promotor do crescimento econômico e do desenvolvimento [...]” do que ele denomina de “regiões mais atrasadas” (*op cit.*, p. 81).

A região da Amazônia maranhense foi enquadrada neste contexto de “atraso”. O PGC foi pensado e realizado com o objetivo de estruturar a região para explorar os minérios da Serra dos Carajás, e, como resultado, implantar o que se entendia como “desenvolvimento econômico”. Mas, como destacado por Castro (2014, p. 101), a dominação do Estado e dos agentes ligados ao mercado, resultaram em “[...] violência e constrangimentos aos direitos humanos [...]”.

Esta região recebe, nas últimas décadas, maior destaque acadêmico e político, pois representa, como classificam Coelho e Monteiro (2007, p. 22), uma área de “[...] desestruturação e reestruturação socioespacial e físico ambiental impulsionada pela mineração industrial.” Representação ampliada com o PGC, que destaca-se na história do Brasil entre os programas de desenvolvimento regional de maior “destaque”.

Dentre os estudos que analisam o PGC e suas repercussões citam-se Barbosa e Mesquita (2017), Castro (2017; 2016), Azar e Araújo (2016), Santos (2016), Coelho (2015a), Ottati (2013), Castro (2012; 2005; 1999; 1994; 1992), Monteiro (2012; 2006; 2005; 2004; 1996), Ab’Saber (2004), Anderson e Clay (2002), Diegues (1999), Hébette (1991); e outros que relacionam estas problemáticas com a realidade atual. Temas como o crescimento econômico, os problemas ambientais, a influência na urbanização, e as relações de trabalho são destaque. Problemáticas que evidenciam a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a relação entre as comunidades e as grandes empresas, que como cita Sant’Ana Junior (2009), são caracterizadas como conflitos socioambientais.

O PGC abrangeu outros três projetos específicos: o Projeto Carajás (PC), que tratou especificamente dos assuntos sobre a exploração da mina; o complexo de alumínio instalado em Barcarena (PA), que envolve a ALBRAS/ALUNORTE; e a ALUMAR no Maranhão, voltada para o beneficiamento de alumina-alumínio (SANTOS, 2009). No caso desta tese, inclui-se a Estrada de Ferro Carajás (EFC) como meio de exportação do minério proveniente

do PC. Todos estes projetos foram comandados pelo governo brasileiro, mas que beneficiaram empresas estatais e privadas.

A ação do Estado foi primordial para a realização do PGC. Como Marx (1996a, p. 423) enfatiza, nas primeiras etapas da produção de certas empresas, o Estado acaba subsidiando os primeiros investimentos, e diante dos fatos citados, conclui-se que isso ocorreu com o PGC, e ainda é uma desastrosa realidade da região. As empresas se beneficiam dos financiamentos públicos, e que atualmente referem-se a bilhões de reais, sendo 2,3 bilhões para a Suzano se instalar em Imperatriz (BNDES, 2011), e 6,2 bilhões para a Vale investir na expansão das atividades no Pará e no Maranhão (BNDES, 2014). Todos estes investimentos visam adequar a estrutura das duas empresas às exigências internacionais, e também para torná-las mais competitivas mundialmente. Estes fatos condizem com o destacado por Marx (1996b, p. 118): “[...] o capital, assim que fica sujeito ao controle do Estado apenas em alguns pontos da periferia social, se ressarce tanto mais desmesuradamente nos outros pontos [...]”.

Há uma relação entre o PGC e as colocações de Marx, considerando-se que a grande maioria dos investimentos realizados no início deste, foram resultados de pressões sobre Estado brasileiro, além de um sôfrego empenho de alguns atores públicos, beneficiando grandes empresas. Dentre elas tem-se a Vale, e mais recentemente a Suzano. Para Sant’Ana Júnior *et al.* (2012) há diversos indicativos de que esta função, no caso do PGC e dos empreendimentos instalados, seguiu trâmites tradicionais de beneficiamento empresarial. Os autores citam que o Estado atuou como beneficiador das empresas, através dos grandes projetos e “[...] oferecendo incentivos fiscais e financiamentos para novos investimentos, mas permanecendo cúmplice e corresponsável pelo impacto socioambiental” (SANT’ANA JUNIOR *et al.*, 2012, p. 188). Como destaca Andrade (2015), o objetivo maior era explorar os recursos naturais, justificando com uma suposta necessidade de ocupação do que seriam “espaços vazios”.

Como destacam Castro e Santos (2016), o PGC atraiu milhares de famílias para a região, em busca de emprego e habitação, que associado à instalação dos aparatos industriais e logísticos, alteraram significativamente a paisagem regional; além de acentuar os problemas sociais urbanos e rurais (ROCHA; SILVA; LOIOLA 2015; CRUZ; CASTRO; SÁ, 2011). Os problemas socioambientais relacionados com a implantação do PGC são destacados por Becker (2009) como resultado das ações governamentais, devido ao

[...] privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecnopolítica, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos nas áreas onde essa malha foi implantada, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos [...] (BECKER, 2009. p. 79).

Em termos de impactos nas áreas rurais, citam-se os conflitos agrários relacionados com a distribuição de terras sem claros critérios sociais (BRUZAÇA; SOUSA, 2015). Além da questão do Grupo Especial de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado para reduzir a articulação dos trabalhadores rurais, e dos pequenos agricultores familiares na luta pela distribuição justa das terras (PEREIRA, 2008).

Os municípios de Açailândia e Imperatriz se destacam entre os que mais passaram, e ainda passam, por transformações socioambientais devido aos investimentos públicos e privados nos grandes projetos empresariais, sejam nas áreas urbanas ou rurais. Cita-se o caso da siderurgia, que ainda influi no cotidiano de Açailândia, e da recente instalação da Suzano em Imperatriz, tornando a área de influência dos dois municípios um dos principais centros urbanos da Amazônia Oriental, como destacam Sousa e Soares (2016). Estes municípios tornaram-se símbolos de um “desenvolvimento econômico” pregado pelos governos, e pelos empresários que se beneficiam desta região, transformando-a em um eixo favorável para investimentos logísticos e industriais (TRINDADE JÚNIOR; MADEIRA, 2016).

Contextualizando com a temática desta tese, cita-se o exemplo dos interesses da Vale S/A, da Suzano Papel e Celulose S/A e de outros grupos empresariais, que são “confundidos” com os interesses nacionais e populares, e assim as empresas são atendidas em suas demandas. O governo e as empresas disseminam informes sobre os investimentos nestes grandes empreendimentos, como se estes fossem voltados para a maioria da população pobre. Busca-se inculcar na população local, que todos são beneficiados.

No caso da mineradora, Sousa (2012, p. 89) destaca que: “[...] é como se o povo brasileiro também tenha suas necessidades cumpridas pelo Estado, e são construídas obras, créditos são concedidos em tempo recorde e com juros menores, e leis são reduzidas a meras formalidades para beneficiar esta empresa.” Identifica-se, se utilizando do conceito de “hibridização” de Bhabha (1995), uma transformação dos símbolos da dominação empresarial, em símbolos de uma ascensão social das classes dominadas, característica das práticas pós-coloniais.

Citando o aparato financeiro e logístico resultantes dos investimentos do Estado brasileiro na região do PGC, para, segundo os discursos oficiais, explorar as riquezas minerais, Bunker (2007, p. 134) relacionou-as a um conjunto de “[...] ambiciosos programas para integrar o desenvolvimento industrial e agrícola, investindo pesadamente na construção de estradas, ferrovias, portos, hidrelétricas, linhas de transmissão, sistemas de comunicação e novas cidades inteiras [...]”. Para Azar (2013, p. 323) estes empreendimentos, apoiados pelo Estado, “[...]”

desarticulam a organização social e produtiva das famílias camponesas [...]”, e ainda “[...] estabelecem novas relações de trabalho e alteram a questão agrária.” Pantoja e Pereira (2016), ao analisar a repercussão destes projetos no Maranhão, acrescentam que:

Os desdobramentos que as políticas desenvolvimentistas do governo federal assumem neste estado não são diferentes daqueles em outras paragens da Amazônia, pois fazem parte do processo global de reestruturação das relações produtivas que, no campo, ganha contornos bastante desastrosos para as populações camponesas, visto que significa a desestruturação das formas de produção em todos os sentidos. (PANTOJA; PEREIRA, 2016, p. 330).

Além de não gerar os expressivos ganhos econômicos e sociais propalados na época da implantação, o PGC, ao ampliar a exploração dos recursos naturais da Amazônia maranhense, tornou a região em um “[...] corredor de problemas sociais [...]” com a construção da EFC (PALHETA; SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 291). Coelho (2015a, p. 41) destaca ainda que “[...] o trajeto da EFC é uma fonte permanente de conflitos entre a empresa e as comunidades locais.”. Como retrato dessa realidade, tem-se a constante emigração de maranhenses para a região de Parauapebas, onde buscam por vagas de empregos não oferecidas nos municípios maranhenses abrangidos pela EFC (SOUZA; ELD, 2015).

Como estratégia para legitimar estes investimentos, os resultados positivos na economia ofuscam a problemática social, principalmente quando ocorrem conflitos com comunidades. Ao relacionar a questão dos grandes projetos implantados no Maranhão, e que geram conflitos socioambientais, Tavares, J. (2008, p. 213) destaca que “[...] quanto mais aparecem investimentos empresariais, os chamados grandes projetos, mais se explica a miséria da maioria da população.” Para Barbosa, Z. (2013, p. 126), ainda que sejam divulgados todos os resultados econômicos, apresentados como positivos, passados trinta anos do PGC “[...] o Maranhão continua sendo um dos estados mais pobres do Brasil, ostentando indicadores sociais baixíssimos e altos índices de concentração de terras, riquezas e poder político.” E trazendo as problemáticas associadas à DEFC, Santos (2016) e Bruzaca e Sousa (2015) destacam ainda que:

Contingentes populacionais urbanos, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, crianças e mulheres, trabalhadores na mineração e na siderurgia a carvão vegetal, todos afetados de modo assimétrico pela duplicação da EFC em suas condições de reprodução, tendem a experimentar o desenvolvimento a partir de parâmetros normativos profundamente diversos. (SANTOS, 2016, p. 309).

O PGC e a EFC refletiram um modelo de exploração voltada para a satisfação do mercado e para a exclusão da população local, incentivado por um aparato jurídico-administrativo sem o devido estudo, sem consulta e sem participação dos afetados, tal como foi observado na duplicação da ferrovia (BRUZAÇA; SOUSA, 2015, p. 167).

Há em todo esse processo marcantes características de uma “relação colonial”, onde os agentes do mercado, apoiados pelo Estado, estabelecem sua dominação numa região rica nas suas características ambientais e culturais, mas que, na visão destes “colonizadores”, estaria atrasada para o mundo capitalista. O objetivo é sempre o favorecimento das corporações internacionais, e das classes políticas e empresariais que as apoiam.

Os “símbolos do desenvolvimento”, ao menos nos moldes desses grupos, que seriam os empregos, a renda e a ampliação da capacidade logística, servem aos interesses do mercado. À população local, resta adequar-se à essa “nova realidade do desenvolvimento econômico”, pois ao vislumbrar as pequenas parcelas de “investimentos sociais” que os restam, devem se sentir beneficiados. Como destacado por SOUSA SANTOS (2006) e Bhabha (1992):

[...] colonialismo son todos los trueques, los intercambios, las relaciones, donde una parte más débil es expropiada de su humanidad. Hay muchas sociedades hoy que no podemos entender realmente sin esta idea de privación de la humanidad de la gente²⁴. (SOUSA SANTOS, 2006, p. 50)

O poder colonial produz o colonizado com uma realidade fixa que é imediatamente em “outro” e ainda inteiramente conhecível e visível. Isto assemelha-se a um tipo de narrativa em que produtividade circulação de matérias e signos encontram-se ressaltadas numa totalidade reformada e reconhecível. Emprega um sistema de representação, um regime de verdade, que estruturalmente se parece com o realismo. (BHABHA, 1992, p. 186).

Nesta relação “colonizadora”, nas bases do “pós-colonialismo”, como descrito por Harvey (2004) e SOUSA SANTOS (2006), os recursos naturais são transformados em meios para a ampliação do poder financeiro e político das grandes corporações. Considerando a relação entre a Vale e os assentados do Francisco Romão, os recursos minerais retirados em território paraense, servem como para a ampliação da participação da mineradora no mercado mundial. A DEFC tem a função de ampliar esta possibilidade, mesmo que os danos desta obra sejam sentidos nas dezenas de comunidades próximas a ela; como é o caso dos trabalhadores rurais citados, que moram a menos de 200 metros da ferrovia.

Para Monteiro (2012), diante do acompanhamento institucional dos processos de fluxos tecnológicos, informacionais e de capitais, as grandes empresas da região são fortalecidas, no sentido político institucional e de força econômica. Com isso, “[...] passam a ter dificuldade de

²⁴ [...] colonialismo são todos os truques, os intercâmbios, as relações, onde uma parte mais fraca é expropriada da sua humanidade. Há muitas sociedades hoje que não podemos entender realmente sem esta ideia de privação da humanidade das pessoas. (SOUSA SANTOS, 2006, p. 50). Tradução nossa.

interagir com a diversidade regional, e com muitos de seus segmentos (índios, camponeses, empresários locais etc.) [...]” (MONTEIRO, 2012. p. 03).

Para Costa (2006), o processo de colonialismo atual, perpassa pela tentativa constante dos dominantes em desqualificar qualquer estratégia realizada pelos dominados, resultando em um “silenciamento” de diversos grupos sociais. Como destaca Scherer-Warren (2010, p. 20) os processos de colonização devem ser analisados considerando as “[...] múltiplas formas de dominação que vão do econômico ao social, do social ao cultural, do cultural ao ideológico, do ideológico ao político e virse-versa.” E estas são estratégias das grandes corporações em relação ao PGC.

Ao receberem os apoios financeiros e políticos dos representantes do Estado, introduzem representações que ampliem sua capacidade de articular/vincular agentes aos seus interesses. As comunidades rurais tornam-se focos de ação, no momento em que tornam-se impasses à ampliação dos lucros empresariais e políticos. Esta é a lastimável realidade desta região amazônica maranhense nos últimos trinta anos.

Todo o investimento resultou em certo destaque econômico, seja ele real, na visão dos políticos, empresários locais e das grandes empresas, ou “simbólico”, resultado das estratégias de dominação destes. Um dos resultados desse processo é a disseminação da simbologia de região “vantajosa” aos grandes empreendimentos, principalmente voltados ao mercado internacional de produtos primários. Como destacam Fernandes e Negreiro (2004, p. 35), o Maranhão é destaque quando se analisam as vendas internacionais, principalmente de *commodities* (minério de ferro, aço e celulose).

Percebendo esta realidade, e considerando a possibilidade da ampliação dos lucros, atuando numa área já predisposta política e socialmente à aceitação dos grandes projetos, Borlina Filho (2011) destaca que a Suzano Energia Renovável identificou a Amazônia e o Cerrado maranhense como possíveis áreas de implantação de uma grande fábrica, e, agiu para concretizar um investimento de 1 bilhão de reais em Imperatriz, para a formação de “florestas”, a partir da transformação de “pastagens inutilizadas”²⁵.

Em 2009, esta fábrica, que até então encontrava-se em licenciamento ambiental para instalação, já era bastante destacada no mercado de *commodities* florestais, e pelos governos

²⁵ A classificação das áreas de pastagens em “áreas inutilizadas” é uma estratégia aplicada desde a implantação dos primeiros projetos de monocultura de eucalipto, ainda na década de 1980. Busca-se com isso, divulgar que estes plantios são realizados em áreas “degradadas” e “sem uso econômico”.

estaduais²⁶ da região (COMMODITY FLORESTAL, 2009). A indústria Suzano é destacada como um grande investimento no desenvolvimento econômico da região. As repercussões diretas deste projeto, que é apresentado como um “novo fôlego” ao desenvolvimento regional na área de abrangência do PGC, são difundidas inclusive por alguns setores acadêmicos. Autores como Pereira e Coronel (2013), correlacionando com o processo de industrialização no estado do Maranhão, mencionam a indústria da Suzano Papel e Celulose S/A como um dos grandes investimentos deste setor no Maranhão.

Apesar de ser vinculada ao setor industrial, os investimentos desta empresa são voltados também para a ampliação da monocultura do eucalipto, sua principal matéria prima. Além da problemática ligada à produção industrial, que é localizada, e de certa forma de fácil enquadramento espacial, há ainda todo o contexto socioambiental relacionado com os seus projetos florestais. Além estabelecerem-se econômica e politicamente, tem-se mais um projeto que amplia a influência espacial, e conseqüentemente a ampliação do poder das corporações nas terras maranhenses, e que são estratégias historicamente conhecidas pela população local.

O plantio desta monocultura na região de Açailândia remonta ao início da década de 1990. Monteiro (2006) destaca que implantação destas “florestas” visou diminuir as críticas à siderurgia como impulsionador da degradação da floresta nativa, contando “[...] inclusive com parcerias com pequenos agricultores e firmando compromissos perante órgãos governamentais.” (MONTEIRO, 2006 p. 56). Depois de anos, grande parte do plantio foi direcionado para a fábrica da Suzano Papel e Celulose S/A, instalada em Imperatriz. Isto é feito através da compra das áreas, ou através de parcerias entre a silvicultora e as siderúrgicas de Açailândia.

Analisando o Relatório de Impactos ao Meio Ambiente (RIMA) deste empreendimento, especificamente o direcionado para o que seus representantes denominam de "Região de Porto Franco" (SUZANO, 2010), há o objetivo de todo esse investimento:

O empreendimento florestal tem como objetivo o plantio comercial de eucalipto para atender as necessidades da produção de celulose e o auto abastecimento da nova unidade industrial a ser instalada na região. [...] A capacidade de produção prevista para a nova unidade é de 1,3 milhão de toneladas de celulose ao ano. Para atender a essa demanda, o empreendedor prevê a necessidade de plantio efetivo de uma área de 60.000 hectares na região de Porto Franco (MA). (SUZANO, 2010., p. 15).

²⁶ Diz-se “governos estaduais”, pois já considerava-se que a influência desta fábrica, e dos projetos florestais necessários para sua manutenção, abrangeriam áreas maranhenses, mas também do Pará, Piauí e do Tocantins.

A “região de Porto Franco” citada acima abrange 21 municípios (SUZANO, 2010), mas diante da aceleração da demanda por matéria prima, a empresa adquiriu e arrendou áreas em outros municípios, como Açailândia (Maranhão) e Dom Eliseu (Pará)²⁷. Junto com este “empreendimento florestal”, bem como com a divulgação da expansão das suas áreas de plantio, ampliaram-se os receios comunitários sobre os possíveis danos sociais e ambientais atrelados a este tipo de cultura. Como citam Pantoja e Pereira (2016), as atividades de plantio da monocultura do eucalipto trazem repercussões para além dos problemas ambientais de maior destaque, pois

Numa perspectiva mais ampla, a chegada desse empreendimento na região e seu funcionamento a partir do ano de 2013 faz parte daquilo que conhecemos como implantação dos Grandes Projetos (GPs) na Amazônia Legal. A forma como o projeto se instala e como opera obedece aos mesmos mecanismos de qualquer outro grande empreendimento que, trazendo a reboque o discurso do desenvolvimento, necessita realizar grandes alterações sócio espaciais para que possa se implantar. Nesse processo, a vida das populações trabalhadoras do campo sofre grandes transformações. Considerando que a instalação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz se insere diretamente no processo de expansão e modernização da economia no estado, é importante frisar que os efeitos sócio espaciais das políticas de desenvolvimento para o Maranhão não são diferentes das experiências de outras populações e lugares que passaram por esse processo, a exemplo da comunidade Piquiá de Baixo, no município de Açailândia -MA que, impactada diretamente pelo empreendimento da Vale – a ferrovia que transporta o minério de ferro para o Porto de Itaqui atravessa a comunidade causando morte e afetando a saúde dos moradores – luta pelo direito de ser remanejada. (PANTOJA; PEREIRA, 2016, p. 337-338).

Todas as características socioeconômicas citadas fortalecem o entendimento de uma região interligada no que tange a questão financeira. Se traduz também no que seria a região economicamente mais “próspera” do estado do Maranhão, caracterizando-se inclusive como o processo da “[...] mitificação do El Dorado [...]” da Amazônia maranhense contemporânea, como apresenta Castro (2010). Dentre estes “El Dorados” situam-se os investimentos das empresas Vale e Suzano, que são os símbolos do “desenvolvimento econômico” da região. Em contrapartida, há os movimentos sociais que diuturnamente resistem, divulgando dos danos socioambientais causados pela mineradora e pela silvicultura.

2.2 A ação empresarial, a questão agrária e a resistência comunitária na Amazônia maranhense

O Maranhão é citado entre os estados com os piores indicadores sociais e econômicos. Com a justificativa de reduzir este quadro, há, em diversos momentos da sua história recente,

²⁷ A expansão desta atuação espacial da Suzano é detalhada no item 2.5.

iniciativas mais favoráveis aos ganhos empresariais, do que à melhoria da qualidade de vida da maior parcela populacional pobre. Além disso, estas políticas, na maioria dos casos, seguindo trâmites estrategicamente “colonialistas” (BHABHA, 1995), e que resultam numa dominação (BOURDIEU, 1998a; 1989) prioritariamente das grandes corporações, pauta-se numa crescente deterioração da dinâmica econômica local. Priorizam-se os investimentos em atividades substancialmente primárias, e que não contribuem para a melhoria das condições de vida.

Para Zhouri (2005) todo o processo de investimentos na primarização das economias resultou na concentração de terras e no baixo nível de empregabilidade e de investimentos nas pequenas propriedades. Sendo estes relacionados com “[...] projetos envolvendo mineração, hidrelétricas, monoculturas de eucalipto, de soja, entre outros concentradores de grandes extensões territoriais.” (ZHOURI, 2005, p. 06).

Os investimentos empresariais visam estruturar a logística necessária para a ampliação dos seus lucros, mesmo que eles signifiquem perdas para a maioria da população. Há o exemplo mencionado por Sousa (2012, p. 240), que, prevendo a exaustão das minas de ferro de Carajás no Pará, o Estado e a mineradora Vale se empenham em resolver questões econômicas, mas não se esforçam na mesma intensidade na resolução dos problemas socioeconômicos que surgem na região, principalmente no meio rural. Nóbrega e Lima (2016), analisando o ciclo dos investimentos na monocultura, e os interesses dominantes que os legitimam, destacam que:

No início da década de 1990 para abastecimento energético do complexo agroindustrial das siderúrgicas, houve intensa demanda por carvão vegetal, contribuindo com uma intensa e desordenada substituição da paisagem natural e implantação de cultivos monolíticos, tendo como espécie vegetal o eucalipto. Esse processo foi inicialmente capitaneado pela CELMAR (Indústria do ramo de papel e celulose), que após a privatização da Vale do Rio Doce, foi substituída pela Ferro-Gusa Carajás sendo responsável pela implantação e cultivo de centenas de hectares de eucalipto entre os municípios de Imperatriz e Cidelândia. E que em 2008 seria dirigida pela empresa Suzano Papel e Celulose, ao qual é até hoje. (NÓBREGA; LIMA, 2016, p. 63 – 64).

Observa-se que os grandes projetos influem sobre a questão agrária da região, bem como nas comunidades rurais. Por isso, e mesmo sabendo o quão complexa é a política da reforma agrária brasileira, fatores como os investimentos públicos, a regularização fundiária, as manifestações dos movimentos sociais, dentre outros, devem ser considerados.

O processo de pressão sobre as comunidades rurais que ocorre na Amazônia maranhense, é, em certa medida, resultado das políticas desenvolvimentistas, agrárias e sociais adotadas pelo Estado brasileiro. Os trabalhadores rurais, que têm suas lutas cotidianas pelo

acesso aos seus direitos básicos, são envolvidos em complexas estruturas de poder, que fragilizam suas estratégias de ação.

Como se sabe, é grande a parcela dos assentamentos rurais brasileiros relacionada com processos de conflito com fazendeiros, empresas, e com agentes públicos; sem contar com o baixo investimento estatal na manutenção destes (SPAROVEK, 2003). Como citam Guanziroli *et al.* (2001), em muitos casos a questão da reforma agrária brasileira é tratada quase que exclusivamente como uma política social de combate à pobreza. Considera-se que, ao distribuir terras, dá-se a oportunidade a estes povos, que recebem o estereótipo de “pobres”, de “sem instrução” e de “propensos” ao trabalho manual, de modificarem sua realidade de carências financeiras.

Para que ocorra esta ascensão social por meio da independência econômica dos trabalhadores rurais, há se aplicar políticas que estruturam a produção agrícola destes. Caso ocorra nos moldes da justiça social necessários, os ganhos coletivos sobressaem-se sobre os individuais, pois como destaca Stédile (2005, p. 215) “[...] a reforma agrária é também fundamental para dinamizar as economias locais e regionais.” Mas, ao priorizar os grandes projetos econômicos, retira-se dos cofres públicos a possibilidade de investimento nas pequenas propriedades, ou abre-se um precedente para que se apresentem justificativas para a não realização destes. Numa sociedade onde são priorizados os grandes projetos “[...] as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial.” (OLIVEIRA, 2007, p. 148).

Ao tratar das complexidades que envolvem a formação de um assentamento rural, Neves (1999, p. 06) menciona que há uma luta política entre os movimentos sociais em defesa da reforma agrária e os representantes do Estado, pois o que se percebe é que ainda existem os privilegiados pelos investimentos governamentais. Nogueira (2012, p. 199) acrescenta que, na busca pelos seus territórios, estes trabalhadores legitimam seus direitos à terra, ao trabalho e às políticas públicas necessárias para a manutenção das suas atividades. Por mais que ocorram as relações entre os assentados e outros agentes políticos e econômicos, ainda se pode observar a persistência na coletividade e no engajamento político contra a dominação.

Nessa coletividade, novas práticas sociais são incorporadas ao cotidiano dos assentados, principalmente pela vivência cotidiana. Bergamasco (1997, p. 47) cita que as “[...] alterações socioculturais e econômico-institucionais, no entanto, nem sempre contam com um adequado suporte das políticas públicas, uma decorrência das próprias relações de forças políticas presentes no interior do Estado.” (*op. cit.*, p. 47). Percebe-se que os assentados, ao receberem o direito do uso da terra, tornam-se agentes otimistas com a possibilidade da melhoria das suas

atividades de subsistência. Mas, com o passar dos anos, e com a inoperância do Estado, reduzem-se os empenhos pessoais na manutenção destes assentamentos; principalmente quando estes trabalhadores rurais percebem que para os grandes projetos econômicos não falta recursos.

A incapacidade do Estado, voluntária ou não, ou a falta de priorização deste em gerir projetos de assentamentos, é destacada por Martins (1999) como um dos principais fatores do insucesso destes. Ao tratar da ação do Estado junto às comunidades rurais no sul do Brasil, ainda no início do Século XX, Schreiner (2002) cita que este atuou no fortalecimento das empresas e das oligarquias que atuavam na região. Schreiner (2002, p. 77) cita a construção da “[...] ferrovia São Paulo-Rio Grande como um fator de fortalecimento das grandes produções agrícolas e empresariais”; contexto semelhante ao da EFC. Para Silva (2006, p. 129), no caso do Maranhão, a formação dos assentamentos está relacionada mais à “[...] ação direta do movimento social organizado, e não de uma estratégia de desenvolvimento (políticas públicas) do poder público [...]”.

As problemáticas citadas por Silva (2006), Schreiner (2002), Martins (1999) e Guimarães (1998), resumem as dificuldades em que os trabalhadores rurais brasileiros estão envolvidos. Primeiramente, é necessário a luta para que os projetos de assentamentos rurais sejam elaborados e implementados. Para isso os trabalhadores travam, em alguns casos, verdadeiros confrontos diretos com os latifundiários, para que seu direito à terra seja respeitado. Caso esta barreira seja rompida, veem as manifestações para que o Estado cumpra a sua função de regularizar, e de estruturar estas áreas. Neste momento surgem algumas das barreiras mais complicadas de entender e de transpor, por dois motivos: 1) os responsáveis pela implantação das políticas públicas básicas nestes territórios, sempre encontram entraves jurídicos, políticos, e na maioria dos casos, justificativas financeiras, deixando os assentamentos a mercê das suas próprias forças; 2) enquanto isso, no caso da região aqui analisada, a DEFC e os projetos florestais da Suzano recebem vultosos aportes financeiros do governo brasileiro, demonstrando que a agricultura familiar não é prioridade.

A proximidade espacial destes grandes projetos empresariais às comunidades rurais, amplia a simbologia do poder destes sobre o Estado, e sobre grande parcela da população que aprova estes empreendimentos. Resta aos trabalhadores do campo adequar-se a esta realidade, ou, na medida das suas forças e dos seus capitais, diante das corporações e das organizações públicas, manifestar-se e resistir, e divulgar o contexto danoso destas obras nos seus cotidianos.

Não se fala em subordinação, pois esta realidade é reduzida com o fortalecimento político-cultural dos movimentos sociais do campo, principalmente em relação às ações das grandes empresas e do Estado. Isso demonstra a importância dos capitais cultural e político para

essas comunidades. Mas, como destaca Ruschel (2010, p. 188), a ineficiência do processo de “[...] educação política no processo de luta [...]” pode trazer instabilidades à organização em comunidades assentadas. Para Neves (1999, p. 22), a principal forma dos assentados atuarem diretamente no meio em que vivem, principalmente nos momentos de relação com as empresas ou com os representantes públicos, é através da “[...] qualificação do assentado como ator político [...]”. Ferrante e Silva (1988) destacam a importância das lutas destes movimentos, pois

As lutas dos trabalhadores rurais impõem o reconhecimento da potencialidade de construção de um projeto social e político, capaz de desvendar as contradições profundas no regime de propriedade que sustenta a exploração capitalista na sociedade brasileira, acenando-lhes com uma vivência significativa em termos de conquista de autonomia. (FERRANTE; SILVA, 1988, p. 40).

Conhecendo esta capacidade de luta e de manifestação e resistência contra os grandes projetos econômicos, as empresas, contanto com a omissão do Estado, ou com uma “escarniciosa parceria” com ele, empenham-se em estreitar a relação com as comunidades rurais. Buscam, utilizando suas estratégias de “cooptação”, de “inculcação” e “luta simbólica” (BOURDIEU, 2013; 2012; 2007; 1989; 1974), enfraquecer estas capacidades contestatórias dos trabalhadores rurais, que, com muita dificuldade, foram historicamente construídas. Usam as justificativas do diálogo e do relacionamento comunitário para tentar estabelecer seus poderes sobre estes trabalhadores.

Ainda há os setores que defendem o “diálogo” entre as grandes empresas e as comunidades rurais, pois a inclusão das empresas agroindustriais nos debates sobre a dinamização econômica em assentamentos rurais e em reservas extrativistas, juntamente com todos os segmentos sociais em que estes se encontram, é considerado importante (GUMIER-COSTA *et al.*, 2016; BECKER, 2007; NAVARRO, 1997). Mas, os exemplos citados por Gemaque *et al.* (2017), Nahum e Santos (2016), e Sousa e Vasconcellos (2010), demonstram que pode até haver algum ganho financeiro para as comunidades, mas, não se observa uma melhoria nas demais dimensões da vida comunitária, como por exemplo a melhoria do acesso aos serviços públicos.

Identifica-se que, ainda que haja retorno financeiro para os trabalhadores do campo, os maiores ganhos são conquistados pelas empresas. Em muitos casos, os representantes do poder público conhecem, acompanham e até aprovam esta desrespeitosa/trágica realidade.

Os exemplos citados tratam-se de relações onde as grandes empresas estabeleceram estratégias exitosas, convencendo as comunidades rurais às receberem como “parceiras”, principalmente nas “parcerias” comerciais. Normalmente este estágio é precedido por

momentos tensos, em que os dois agentes aplicam suas estratégias, considerando fatores como: se há necessidade de “diálogo” entre ambos; os possíveis danos socioambientais dos investimentos empresariais; as vantagens comunitárias e as empresariais atreladas a esta relação; e, principalmente, se há possibilidade de conflito. O último fator sendo o mais significativo para que uma empresa invista em “ações sociais” numa comunidade.

O foco de uma grande empresa sempre é o lucro das suas atividades. Não se pode esperar que uma corporação invista em ações classificadas como “sociais”, se elas não representam ganhos à empresa. Tornar uma relação com comunidades, inicialmente propensas ao conflito, em favoráveis aos seus interesses econômicos, sempre será o foco dos representantes do mercado.

Como citado no capítulo anterior, as estratégias utilizadas pelas empresas são vinculadas aos ideais de sociedade capitalista disseminados internamente. Seus representantes também agem segundo esses princípios. Na maioria dos casos, classificam os trabalhadores rurais de acordo com o risco que estes representam às atividades da empresa. Contam inclusive com o apoio das classes empresariais e agropecuárias das localidades.

Citando o caso do assentamento Califórnia, localizado no município de Açailândia – MA, Azar (2013) destaca que a articulação do agronegócio junto aos setores conservadores da sociedade, resultam na disseminação descaracterizada e distorcida, do que seriam as práticas dos movimentos dos trabalhadores rurais, bem como da luta pelo direito à terra. Apoiando a visão dominante e elitizada das corporações, estes retransmitem o discurso do que seria a “[...] incompetência da agricultura familiar camponesa [...]” (AZAR, 2013, p. 152).

Somadas aos baixos investimentos públicos, os comunitários veem suas possibilidades de ação enfraquecidas. Sabendo disso, as grandes empresas passam para o processo de “[...] cooptação das famílias, seja inserindo-as na produção, com o trabalho direto, ou com o arrendamento dos lotes; seja com projetos sociais ou com a relação direta com lideranças.” (AZAR, 2013, p. 269); como a autora destaca:

O intento é a ‘conquista’ do assentamento como aliado do modelo de desenvolvimento adotado hegemonicamente na região. Na dinâmica de Açailândia fica bem demarcada a estreita relação entre o agronegócio, o latifúndio e o capital internacional e, se por um lado, o agronegócio assume uma faceta moderna, por outro reconcentra a terra, expulsando as famílias do campo, tanto por conta do não acesso destas à terra quanto por conta do tipo de produção que não absorve a força de trabalho disponibilizada. (AZAR, 2013, p. 325).

Como visto, a questão agrária envolve uma série de problemas sociais, em destaque as questões políticas, sejam elas práticas ou ideológicas. Além disso, a recente aproximação, com o setor empresarial, forçada ou estrategicamente pensada, torna esta realidade ainda mais complexa. Tem-se questionado a influência destas corporações empresariais nas comunidades, não apenas do ponto de vista social, mas também ambiental. Dourado (2015), Azar (2013), Machado (2013), Sousa (2013) e Bezerra (2012) apresentam pesquisas recentes e detalhadas sobre a ação dos grupos empresariais ligados ao mercado das *commodities*, em diversas regiões do Brasil.

É incontestável que as estratégias adotadas pelas empresas mascaram a concentração das terras produtivas, da renda e do acesso aos investimentos públicos. Mas os danos socioambientais são distribuídos, principalmente entre as classes pobres da cidade e do campo. As populações em Unidades de Conservação, em destaque as Reservas Extrativistas, também são impactadas por essas ações empresariais.

Para Martins (2008), há diversos problemas nas “parcerias” estabelecidas entre extrativistas e grandes empresas, dentre eles a quase inexistente presença do Estado, o que amplia as possibilidades dos ganhos empresariais. Neste cenário de “parceria” entre empresas e comunidades extrativistas, Allegretti (2002) cita a possibilidade das empresas comprarem os produtos provenientes de UC, e pagarem *royalties* pelo uso da referência de origem do produto; o que não garante uma renda adequada aos extrativistas. Mas, ao avaliar a necessidade de ampliação da renda destes trabalhadores rurais, e que têm suas restrições por estarem em RESEX, Diegues (2000) salienta que:

Os comunitários das reservas extrativistas, por meio de suas organizações representativas, estão conscientes de que não basta garantir legalmente seu território contra agressões de grandes interesses econômicos. É fundamental que sua produção extrativista tenha viabilidade econômica, pois atualmente dependem sobretudo de poucos produtos, seja a borracha, a castanha ou o babaçu. (DIEGUES, 2000, p. 148).

A sustentabilidade destas áreas, em seus desdobramentos econômicos, sociais e ambientais, é destaque devido às polêmicas que envolvem algumas avaliações discordantes sobre os ganhos socioambientais com as RESEX (GERHARDT, 2008). Para Santilli (2005, p. 146), estas áreas são importantes para se concretizar “[...] a proteção aos recursos naturais, por meio de sua utilização sustentável, e a diversidade cultural, representada por populações tradicionais [...]”. Mas, devido ao baixo acompanhamento do Estado, seja fiscalizando/acompanhando, ou investindo financeiramente nos projetos de geração de renda nestes territórios, os extrativistas são pressionados a adotar dois caminhos: implantar atividades

degradadoras, como a pecuária (FREITAS; RIVAS, 2014), ou estabelecem parceria com as grandes empresas internacionais (SOUSA; VASCONCELLOS, 2010). Com isso, a falta de políticas públicas adequadas reduz a importância destas unidades de conservação (VALLEJO, 2009).

Citando a RESEX Ciriáco, Alexandre (2002, p. 16) menciona que estas áreas “[...] são somente explicadas levando-se em consideração o agravamento dos conflitos socioambientais relacionados com a expansão do domínio de propriedade privada, típico dos modelos agrícolas e de pecuária brasileiros.” Esterci (2010) acrescenta que estas tornam-se um meio para a reprodução das dominações já existentes, ou um elemento que fortalece nas lutas contra elas.

Ainda que não se observem grandes ganhos socioambientais com estas RESEX, elas representam uma possibilidade para que os territórios, de comunidades tradicionais e de alguns grupos de trabalhadores rurais, sejam protegidos. Para além das questões ambientais, há a garantia do território comunitário, e, conseqüentemente, das suas identidades, e das garantias dos seus direitos como trabalhadores rurais, considerando as constantes investidas do capital internacional.

Ao analisar casos da ação empresarial e suas repercussões em comunidades maranhenses, Carvalho (2011, p. 28) destaca que os grupos de maior poder econômico obtêm maior acesso aos recursos naturais, e também os degradam com maior voracidade; em contrapartida, as comunidades pobres, além do menor acesso, sofrem mais com a degradação. Em relação às *commodities*, Leroy e Acselrade (2000) destacam que nas regiões onde há um grande investimento neste tipo de produção, estas trazem problemas, pois

[...] o modelo encontra resistência de atores sociais ligados às atividades extrativas e camponesas, que se organizam para defender suas formas tradicionais de trabalho ante a expansão da especulação fundiária, das monoculturas ou dos grandes projetos hidrelétricos. (LEROY; ACSELRADE, 2000, p. 195).

Apesar do poder das multinacionais, não se pode falar em passividade dos trabalhadores do campo. Há uma organização, e são estabelecidas redes de relacionamento e de resistências para frear a ação destas empresas. São movimentos que se organizam numa escala mundial, e que segundo Harvey (2012) são de extrema importância para a coletividade, tornando-se a configuração de espaços de resistência. Não se tratam de redes voltadas apenas para as temáticas sociais, pois como destaca Alier (2012, p. 33), o movimento ambiental por ele denominado como “[...] ecologismo dos pobres, ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental [...] ”, vem trazer uma nova vertente para os estudos e para a atuação ambiental,

contrapondo as ideias “[...] do culto ao silvestre e o credo à ecoeficiência [...]” (ALIER, 2012, p. 32). São movimentos que buscam estabelecer novas fronteiras para o debate socioambiental, visando a compreensão das necessidades econômicas, políticas e territoriais das comunidades rurais.

Neste sentido, Ramalho e Carneiro (2013, p. 24) trazem o exemplo dos movimentos de resistência no município de Açailândia – MA, onde diversas organizações sociais se uniram para “[...] contestar as desigualdades da sociedade local, as estratégias de desenvolvimento implementadas autoritariamente e o predomínio da lógica dos principais agentes econômicos.”; ainda que o foco destas mobilizações tenha sido preferencialmente social, como a ampliação da oferta de empregos e a melhoria das condições de trabalho. Em contrapartida, as grandes empresas, como a Vale e a Suzano, tentam se sobrepor a estas estratégias comunitárias, utilizando-se do “mito da geração de empregos”, que é disseminado na mídia por seus representantes (PERPETUA, 2016).

Sobre a questão da ampliação do poder da Vale, e dos seus investimentos na extração dos minérios do Pará, além do uso da EFC no Maranhão, Pantoja (2012, p. 42) destaca que “[...] a questão territorial emerge e se torna central, principalmente quando a discussão abarca os efeitos regionais dos impactos do complexo [...]”. Complementando, cita que a mineradora, investe e consegue

[...] configurar novas territorialidades no espaço político-social, uma vez que age articulando indivíduos, movimentos sociais, instituições e recursos de maneira a lhe permitir que, logo depois, possa agir sozinha em busca de seus objetivos. (PANTOJA, 2012, p. 45).

Mas as resistências comunitárias estão vivas. Como resultado da organização dos movimentos sociais, para denunciar os impactos ambientais das atividades da indústria e do agronegócio, e reduzi-los, surgem os impasses entre os dois grupos; principalmente pela articulação entre as grandes empresas destes setores e os representantes do Estado. Surgem assim os conflitos socioambientais, que, para Little (2001, p. 108), podem ser classificados em: “[...] o conflito em torno do controle dos recursos naturais; os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana, e naturais; e os em torno do uso dos conhecimentos naturais.”. Como destaca Leff (2001) estes

[...] são movimentos pela reapropriação social da natureza, vinculados a processos de democratização, à defesa de seus territórios, de suas identidades étnicas, de sua autonomia política e sua capacidade de autogerir suas formas de vida [...]. (LEFF, 2001, p. 111).

Tratando dos problemas relacionados à “resolução de conflitos”, Bredariol (2001, p. 224) destaca que, na maioria dos casos, não há solução, devido “[...] à estrutura autoritária do Estado, à falta de tradição de negociação entre mercado e sociedade, à falta de tradição democrática, à representação ainda incipiente dos diferentes interesses, em especial aqueles dos grupos sociais mais pobres.” Acselrad e Bezerra (2007, p. 13) destacam que tem crescido a busca pela “resolução negociada”; e eles reprovam esta prática, citando que ela pode ser drasticamente nociva, principalmente “[...] pelo fato de que nela, certos atores apresentam-se como dotados de autoridade para dirimir litígios [...]” (*op cit.*, p. 15).

No conflito entre comunidades rurais e empresas, analisado por Esterici (1987), os agentes do Estado podem se dividir em dois grupos: os que arbitram em favor da empresa; e os que fortalecem a resistência da comunitária. Os interesses econômicos são grandes pesos nestes tipos de correlações de forças, e os objetivos individuais são paradoxalmente impostos aos interesses coletivos; principalmente quando se trata dos conflitos entre estes dois grupos de agentes.

Nestes casos, as corporações ou os representantes do Estado “[...] disputam entre si a autoridade/perícia legítima para arbitrar os conflitos especificamente ambientais.” (ACSELRAD; BEZERRA, 2007, p. 20). Mas Araújo e Nóbrega (2014) citam, considerando a realidade da Amazônia maranhense, que ainda existem movimentos que se rebelam e resistem a este contexto, pois:

Percebe-se que, em busca do reconhecimento e da legitimidade de suas identidades coletivas, os povos e comunidades tradicionais, representados ou não por movimentos sociais, reinventam a mobilização e ação coletiva, atuando por dentro e fora do Estado. Sendo assim, a luta social muda de lugar, assim como também mudam as formas de mediação, processo que precisa ser melhor compreendido sociologicamente. Na Amazônia maranhense, nos últimos anos, as formas de pressão sobre o poder público e sobre empresas de iniciativa privada instaladas na região, têm sofrido variações, envolvendo grupos e agentes sociais diferenciados, quer seja por meio de ocupações de instituições públicas (STTRs, quilombolas, MST), bloqueios de estradas e ferrovias (indígenas), marchas (mulheres, MST). (ARAÚJO; NÓBREGA, 2014, p. 2201).

Na Amazônia maranhense os conflitos socioambientais, combinados com deslocamentos compulsórios de aparatos logísticos, de plantas industriais e a respectiva migração populacional, se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos. As características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante permanecem, mesmo que discursivamente amenizadas. Processo realizado através da incorporação das noções como “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “responsabilidade social e ambiental” (MENDONÇA, 2013; SANT’ANA JUNIOR, 2009; SANT’ANA JUNIOR *et al.*, 2009).

Apesar do grande poder da Vale e da Suzano, existem movimentos sociais do campo que lutam cotidianamente por seus direitos. Como exemplo desta realidade, Pantoja (2012), Santos (2010) e Tavares, J. (2008) citam as resistências das quebradeiras de coco que atuam no Maranhão. Nesta tese, o destaque é dado às trabalhadoras diretamente ligadas à RESEX Ciriáco.

2.3 As quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco

O início do que era apenas um povoado remonta à década de 1950, quando um trabalhador rural, chamado de José Ciriáco, veio do Piauí em busca de terras para o sustento da sua família. Este se instalou às margens do hoje denominado riacho Andirobal (Figura 05). Este curso d'água que tem sua nascente em território cidelandense, atravessa toda a reserva, e deságua no rio Tocantins. O local ilustrado é hoje uma das referências de lazer da comunidade.

Conhecido como “Mastigado da Jumenta”, tornou-se um balneário onde as famílias juntam-se para momentos de entretenimento, pois fica próximo às residências da Vila Ciriáco, que é a principal vila da RESEX. Há barracas cobertas de palha que também são utilizadas pela equipe do ICMBio na realização de palestras para estudantes que visitam a RESEX.

Figura 5. Balneário “Mastigado da Jumenta” no riacho Andirobal.



Fonte: o autor (2013).

Com o tempo, outros trabalhadores rurais se instalaram no local, fossem eles familiares, amigos e/ou conhecidos do José Ciriáco (LIMA, 2010). Mas a ocupação, que começou lentamente, não foi pacífica. O contexto regional do município de Cidelândia, onde se encontra

100% da área da reserva, é marcado por conflitos entre comunidade rurais e grandes proprietários de terras.

Este município teve sua ocupação incentivada pelos governos federais das décadas de 1960, onde o lema era ocupar e desmatar para a pecuária. Processo que causou danos aos recursos naturais florestais da região, inclusive às castanheiras e aos babaçuais, que hoje são os símbolos desta reserva. Principalmente as palmeiras de babaçu, que como se pode observar na Figura 06, são abundantes em praticamente toda a área da Ciriáco.

Esta é a riqueza que torna a atividade da quebra do babaçu viável para as trabalhadoras rurais, pois não precisam se deslocar para conseguir os frutos para o seu trabalho. Esta facilidade é lembrada por elas como uma das maiores riquezas da reserva, pois a história das famílias é marcada por lutas por esta área.

Figura 6. Palmeiras de Babaçu na RESEX Ciriáco.



Fonte: o autor (2013).

Durante anos as famílias que hoje estão na área tiveram que estabelecer lutas políticas para a devida ocupação, e para a regularização da área como reserva extrativista. Mas Droulers *et al.* (2008) citam que a regularização da Ciriáco foi mais uma tentativa do Governo Federal de demonstrar preocupação com questões ambientais, do que uma busca dos comunitários.

Tem-se ainda que o processo de ocupação da área foi uma estratégia para a distribuição das terras, ainda que estivesse presente nos discursos comunitários da época, a busca pelo

extrativismo social e ambientalmente sustentáveis. Questão também citada por Vanusa Babaçu²⁸ em entrevista.

Mas é importante citar que houve uma luta comunitária por esta área. Havia conflitos judiciais e políticos, onde, de um lado estavam os fazendeiros e políticos da região, e os trabalhadores rurais do outro. Podem-se citar as pesquisas apresentadas por Nóbrega (2015), Sousa (2015), Santos (2010), Santos e Andrade (2009), e Almeida (1994), que destacam os graves momentos de conflitos entre trabalhadores rurais, dentre eles os extrativistas, e os grandes fazendeiros, políticos e coronéis da região.

Ainda que existam estas discordâncias a respeito dos reais objetivos desta, o fato é que o território foi enquadrado como Unidade de Conservação (UC), na classificação de “uso sustentável”. A RESEX Ciriáco foi criada através do Decreto Nº 534, de 26 de maio de 1992 da Presidência da República (BRASIL, 1992). Este foi revogado pelo Decreto de 17 de junho de 2010 (BRASIL, 2010), onde são definidas as fronteiras e a área que atualmente estão disponíveis para os trabalhadores.

Na Figura 07 se destaque a estrada vicinal que liga a Vila Ciriáco à “Estrada do Arroz” (MA 386)²⁹. Desta rodovia estadual até este local, que serve de referência como “entrada” na RESEX são cerca de 5 quilômetros, e que se encontra a placa onde são citados os decretos de criação (Figura 08).

Como principais objetivos da área são definidos: a defesa dos babaçuais, tornando-se uma área de pesquisa e de uso sustentável desta palmeira; e o incentivo à agricultura familiar de subsistência. Sobre a importância ambiental desta reserva, Greissing, Nasuti e Machand (2010) destacam que:

Em 1992, a reserva extrativista (RESEX) do Ciriaco (8084 ha., 150 famílias) foi delimitada, em uma zona de antiga frente pioneira que hoje apresenta 80% de desmatamento. Esta foi instituída em nome da proteção à palmeira de babaçu (*Orbignya spp.*), que constitui para as famílias agroextrativistas da região uma fonte de renda muito comum, tornando-a importante na paisagem cultural local (GREISSING; NASUTI; MARCHAND, 2010, p. 03).

²⁸ Vanusa Babaçu é Vanusa Silva Lima, pesquisadora e fotógrafa que há mais de vinte anos pesquisa e registra com fotografias o cotidiano das quebradeiras de coco.

²⁹ Esta rodovia estadual liga o núcleo urbano de Imperatriz ao núcleo urbano de Cidelândia, passando por diversas comunidades

Figura 7. Entrada da RESEX Ciriáco.



Fonte: o autor (2017).

Figura 8. Placa fixada na entrada da RESEX Ciriáco.



Fonte: o autor (2017).

Segundo Behr (1995, p. 107) participaram como colaboradores da criação da Ciriáco: a Procuradoria Geral da República (PGR); a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo do Maranhão; o Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; o Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Imperatriz (STRI); o CENTRU³⁰; a Paróquia Santa Tereza D'Ávila (Sediada em Imperatriz – MA); e a Cáritas Brasileira³¹.

Em 1995 foi criada a “Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciriáco” (ATARECO). Esta se tornou a organização de maior capacidade de articulação dentro da RESEX; mesmo que tenha sido fundada com o objetivo de cumprir as exigências legais para recebimento de recursos do Governo Federal. As decisões sobre as parcerias com as empresas são acompanhadas pelo ICMBio, mas devem ser aprovadas e realizadas com a concordância desta associação.

No ano de 2000, a Presidência da República autorizou a desapropriação dos imóveis que integravam parte do território da agora reserva extrativista. Isto feito através do Decreto de 11 de outubro (BRASIL, 2000). A partir de então o IBAMA iniciou os trabalhos de desapropriação, sendo que estas áreas foram consideradas de interesse social. Apesar dos conflitos passados, a equipe do IBAMA, responsável pela área na época, conseguiu articular esta desapropriação sem grandes problemas com os antigos proprietários.

Com a Portaria N° 66 de 06 de julho de 2004 (IBAMA, 2004a), foi criado o Conselho Deliberativo da RESEX. Nesta, consta que sua composição deve ser: um representante do IBAMA; um representante da Gerência da Pré-Amazônia do Governo do Estado do Maranhão; um representante da Prefeitura Municipal de Cidelândia e outro da Câmara Municipal de Vereadores; da ATARECO; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cidelândia; um representante da Cáritas Brasileira: Diocese da Igreja Católica de Imperatriz; da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Imperatriz, a COOPAI; do CENTRU; e do MIQCB.

A Portaria n° 67 (IBAMA, 2004b), da mesma data que a anterior, aprovou o primeiro Regimento Interno do Conselho Deliberativo da RESEX. Constava neste que a direção deveria ser exercida pelo representante o IBAMA, como presidente, e por um representante da ATARECO, tornando-se vice-presidente. Neste já constava que:

Art. 7º - Todas as organizações, nacionais ou estrangeiras, públicas e privadas que desejarem fazer projetos ou programas na RESEX, deverão ter o acordo da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas de Ciriáco, onde os projetos serão desenvolvidos e a posterior aprovação do Conselho deliberativo. (IBAMA, 2004a).

³⁰ “O CENTRU existe há 30 anos e já esteve em cinco estados em todo o Brasil, e hoje, só têm em Pernambuco e Maranhão. Esse não é um movimento de líderes de massa como Movimento dos Sem Terra (MST). É uma organização política, de educação e cultura do trabalhador rural. É uma escola informal e não tem investidor.mma”. (LIMA, 2010 *apud* BANDEIRA; FERNANDES, 2010).

³¹ “A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.” (CÁRITAS, 2016). Fundada em 1956, é uma organização ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Mesmo depois da regularização da RESEX, persistiam os problemas de gestão. O IBAMA, responsável na época pela organização e orientação dos extrativistas, não recebia recursos que possibilitassem um maior apoio. Até que em 2002, com o apoio do STTR de Imperatriz, do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e do MIQCB, os extrativistas da Ciriáco realizaram uma manifestação na sede do IBAMA em Brasília, reivindicando a adequada distribuição dos lotes, e o início dos investimentos na reserva (DROULERS *et al.* (2008). Com isso, a demarcação dos lotes foi iniciada, mas os investimentos continuaram praticamente inexistentes, pois a comunidade contava apenas com a orientação dos servidores do IBAMA.³²

No ano de 2003 foram realizados os processos de loteamento e de distribuição dos lotes entre os sócios da ATARECO. Atualmente são em torno de 150 famílias ligadas diretamente à RESEX, segundo dados fornecidos pelo ICMBio. A UC Abrange as seguintes comunidades: Alto Bonito, Ciriáco, Centro do Olímpio, Rua Nova, Vila Fiquene e Viração; como demonstrado na Figura 09.

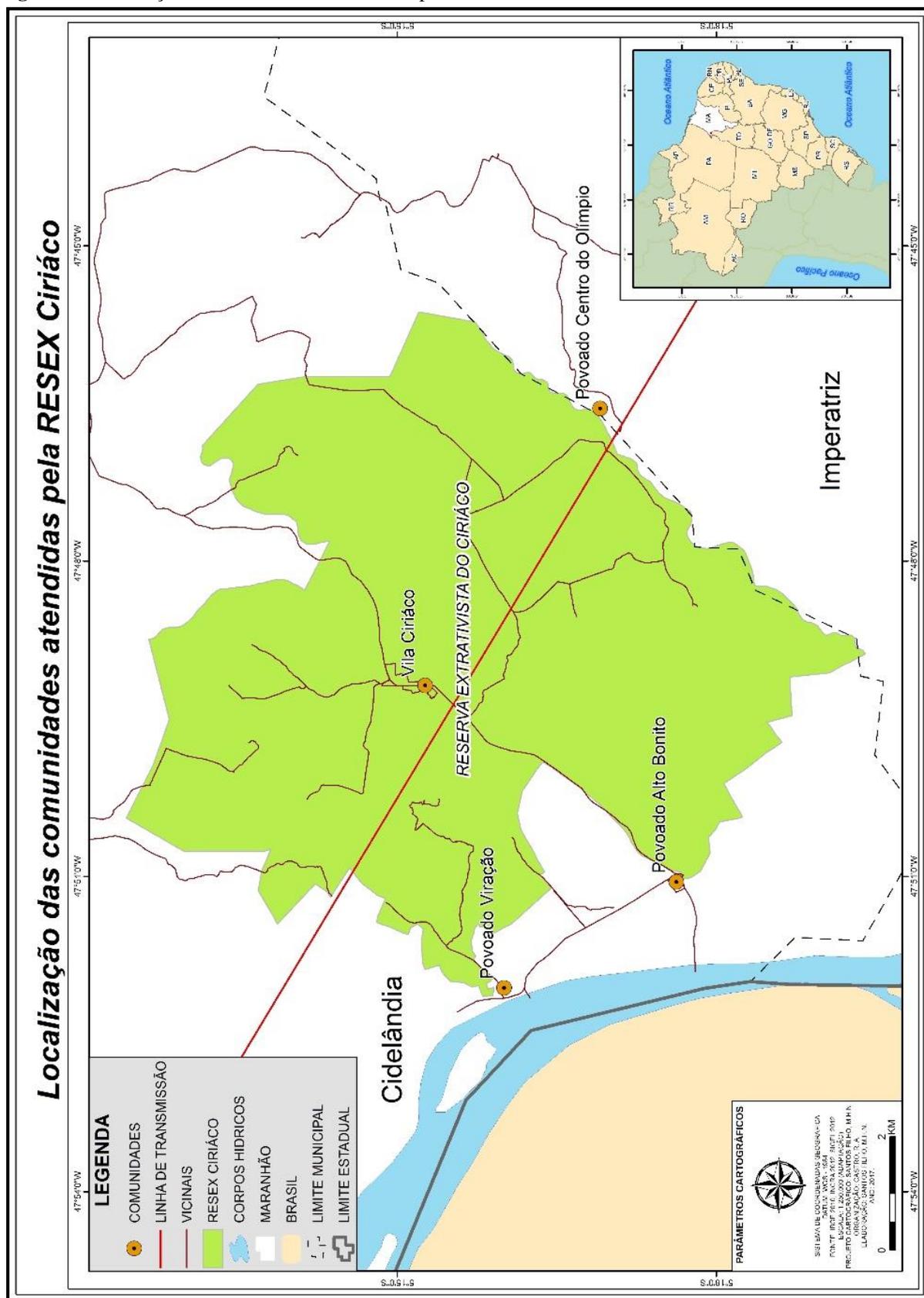
Dois componentes da Figura 09 merecem destaque: a localização da RESEX nas proximidades do rio Tocantins; e a linha de transmissão da Eletronorte que corta toda a Ciriáco. Por sua localização, e por permitir o trânsito livre de pessoas e de veículos por sua estrada vicinal principal, a reserva é acesso ao balneário “Viração”, mesmo nome da comunidade mais próxima ao local. Em época de “veraneio”, entre os meses de junho e outubro, a movimentação de carros de passeio e de ônibus é grande. Alguns extrativistas aproveitam para complementar suas rendas comercializando produtos provindos da área da reserva, como frutos, em destaque as “Castanhas do Pará” e os óleos do babaçu.

Em relação ao uso do território da Ciriáco pela Eletronorte, não há relatos de qualquer compensação para os trabalhadores rurais. Há apenas o receio de que algum rompimento ocorra, representando risco de incêndio. Tem-se uma faixa desmatada em toda a proximidade desta linha de transmissão de energia, para que este risco seja reduzido, apesar de não haver relatos deste tipo de acidente. As quebradeiras de coco citam o receio de coletar o babaçu nos limites estabelecidos pela empresa, com medo de aproximarem-se das torres de sustentação.

Dentre os parceiros históricos destacam-se: o Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Imperatriz; o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU); e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O MIQCB é apresentado por Droulers *et al.* (2008, p. 07) como o parceiro mais influente na comunidade. Sobre estes parceiros Greissing, Nasuti e Marchand (2010) destacam que:

³² As informações aqui citadas serão analisadas no 3.2.

Figura 9. Localização das comunidades atendidas pela RESEX Ciriáco.



Fonte: ICMBio. Organização do autor.

Ainda hoje, o coco do babaçu é quebrado manualmente pelas mulheres, usando machado e macete, porém, sua saída no mercado enfraquece cada vez mais. Além disto, a atividade da “quebradeira de coco” está fortemente desvalorizada no imaginário local por ser associada à indignidade da pobreza. Em consequência, os agro-extrativistas da RESEX do Ciriaco preferiram se dedicar cada vez mais à agricultura e à agropecuária, com o apoio do IBAMA, seu órgão de tutela, e da associação local (ATARECO). Porém, apesar de declinar nas economias domésticas, este mesmo recurso passou a ser ativamente usado como símbolo nos discursos identitários e políticos das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB). (GREISSING; NASUTI; MARCHAND, 2010, p. 03 – 04).

Dentre as principais análises de Cordeiro (2008) sobre o MIQCB tem-se que: apresenta-se como uma organização de defesa dos direitos das quebradeiras de coco; participa de grupos que defendem a ampliação do processo de regularização das reservas extrativistas; e nas lutas políticas que envolvem as temáticas ambientais, da reforma agrária, as trabalhistas e as de gênero. Além disso, utilizam o babaçu e seus produtos derivados como meios de divulgação das comunidades e das quebradeiras, buscando ampliar sua visibilidade na luta política do movimento (NASUTI, 2010).

Com a organização da comunidade, somada à ampliação da visibilidade da função socioambiental das quebradeiras, associada à articulação destas trabalhadoras na região, e apoiadas pelo MIQCB, no ano de 2005 é aprovada a Lei Municipal nº 001, que trata da defesa dos babaçuais presentes no município de Cidelândia. Esta “[...] dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Cidelândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências.” (CIDELÂNDIA, 2005).

A aprovação desta lei acompanhou a tendência dos diversos outros municípios que aprovavam legislações semelhantes, como é o caso de Imperatriz (Lei Nº 1.084/2003), São Luis Gonzaga (Lei Nº 309/2001), dentre outros. No caso da lei de Cidelândia, destaca-se que:

Art. 1º As palmeiras de coco babaçu existentes no Município de Cidelândia, Estado do Maranhão, são de livre acesso e uso comum das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias que as exploram em regime de economia familiar e comunitária. Art. 2º No Município de Cidelândia é terminantemente proibida a realização de qualquer ato que venha causar danos diretos ou indiretos às palmeiras de coco babaçu, como derrubada, corte do cacho, queimada, uso de agrotóxicos, cultivo de plantações que tragam algum prejuízo ao seu desenvolvimento, entre outras ações. (CIDELÂNDIA, 2005).

Também no ano de 2005, a Superintendência do INCRA no Maranhão reconhece a comunidade da RESEX como potencial beneficiada com os recursos do Programa de Crédito

de Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF³³ – A). Isto feito através da Portaria nº 144, de 09 de agosto de 2005 (INCRA, 2005).

Um dos destaques da articulação da RESEX Ciriáco e das reservas vizinhas, RESEX Mata Grande (MA) e Extremo Norte (TO), foi a inclusão da necessidade de regularização destas nos debates da “Marcha das Margaridas”, realizada em 2007 em Brasília (DF). Isto considerando que depois de 12 anos de fundação, estas reservas ainda não recebiam o apoio do Governo Federal. Além disso, a busca pela ampliação do apoio do MDA ampliou.

Depois de muitas cobranças feitas ao governo, os comunitários da área foram enquadrados como Extrativistas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável; e 191 trabalhadores da Ciriáco foram beneficiados com atividades de capacitação e articulação, entre os anos de 2009 e 2010. Estas foram realizadas no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (MELO, 2012).

Outro resultado apresentado como fruto desses trabalhos foi a articulação para a ampliação da área de RESEX. Esta ampliação era uma demanda antiga, pois se tratava da inclusão de importantes áreas produtivas no território da RESEX; ricas, principalmente em babaçuais. De acordo com o Decreto Presidencial de 17 de junho de 2010, a RESEX Ciriáco passa a ter 8.084,79ha (BRASIL, 2010). Segundo informações do Relatório de Gestão de 2011 (ICMBIO, 2011a), foram iniciados processos de desapropriação de cinco imóveis referentes à Ciriáco. Para esta ampliação, foi iniciado um processo judicial, pois os proprietários se negavam a concluir a negociação, alegando que só foram procurados pelo poder público em setembro de 2012, quando o prazo do processo de desapropriação já teria vencido.

Em setembro de 2016 foi divulgado o resultado, em primeira instância, quando a Quarta Turma Tribunal Regional Federal (TRF) indeferiu o pedido do ICMBio para concretizar o processo de desapropriação para a ampliação da RESEX. A decisão foi baseada no Art. 3º da Lei Federal 4.132 de 1962 (BRASIL, 1962), onde é citado o prazo de dois anos para que seja realizado todo o processo. Mas a equipe do ICMBio informou que está em fase de recursos. Enquanto isso o Instituto e a ATARECO continuam empenhados na ampliação das atividades de geração de renda na reserva.

No ano de 2010, a empresa “Naturais da Amazônia”, sediada em Benevides – PA, estabeleceu uma parceria com a comunidade para adquirir o óleo do babaçu produzido na Ciriáco. Esta empresa realizou trabalhos de apresentação da proposta e de formação para o

³³ “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.” (MDA, 2014).

beneficiamento do babaçu. O então gerente da reserva era o Sr. Euvaldo Pereira, que buscou concretizar esta parceria. A parceria foi iniciada, mas devido a problemas logísticos, foi encerrada em pouco tempo.

Em 2011 os representantes do ICMBio responsáveis pela Ciriáco, em parceria com a fotógrafa Vanusa Babaçu, realizaram uma “Oficina para a Construção do Inventário Histórico-Social” da reserva; e o público alvo foram os jovens. Estes receberam instruções sobre: as ações do órgão; sobre a importância desta RESEX; e diversos outros assuntos de cunho socioambiental. Não há dados ou publicações sobre este projeto.

Apesar dos recentes investimentos em outras atividades econômicas como o beneficiamento da farinha do mesocarpo, historicamente os trabalhadores comercializam carvão proveniente da queima do carvão do babaçu, vendendo-o às siderúrgicas de Açailândia (MA), e, em alguns casos, até para as de Marabá (PA). Para Shiraishi Neto (2017), além do aumento da criação de gado na RESEX, este contexto do carvão é complexo, pois:

A expansão da produção de ferro-gusa, com as denúncias de trabalho escravo nas carvoarias, fez com que as indústrias passassem a se interessar pela produção do carvão do coco do babaçu. O ICMBio, por meio de seu técnico, levou e incentivou a produção do carvão do coco na área da reserva extrativista do Ciriáco. Como as indústrias são muitas e a produção do carvão deve acompanhar essas necessidades, esse fato levou à coleta indistinta dos cocos, mesmo que os produtores do carvão alegassem o contrário, que estavam produzindo o carvão a partir dos cocos maduros e podres. A coleta não seletiva do coco para a produção do carvão, sem qualquer cuidado com as garantias de reprodução das palmeiras, tem contribuído com o processo de devastação dos babaçuais na região. Apesar das denúncias e dos reclamos, a atividade de produção do carvão do coco prosperou e perdura no interior da reserva do Ciriáco. (SHIRAISHI NETO, 2017, p. 161).

Além do babaçu, e os diversos usos dessa palmeira, a comunidade valoriza o uso das castanheiras para ampliação da renda dos extrativistas. Segundo Droulers *et al.* (2011, p. 169) “[...] 90% dos com mais de 45 anos praticam uma atividade do setor primário (agricultura, extrativismo), enquanto é o caso somente para 54% dos mais jovens.”

O baixo preço do quilo da amêndoa do babaçu é citado pelas extrativistas como um importante fator para a redução da quantidade de quebradeiras. Chega-se a conseguir no máximo entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00 reais por quilo. Alguns comunitários que queimam o babaçu, justificam essa atividade com a falta de incentivo dos responsáveis pela reserva, neste caso o poder público. Indicam que não há ações efetivas para que eles trabalhem em outras atividades que gerem renda. Mas o fato é que a equipe do ICMBio tem realizado campanhas educativas, e intensificado a fiscalização para que a queima do babaçu inteiro seja extinta na reserva. Sobre esse contexto, Lima (2009) destaca que:

Chamo atenção para a reserva e preservação dos cocais, eles estão lá de pé. O babaçu abunda em Ciriáco, só falta ali quebradeira, o que justifica a ação dos carvoeiros que trabalham de sol a sol para carbonizar o maior número de sacas de babaçu com amêndoa, mesocarpo e casca, ou seja, o coco é queimado inteiro. Toda demanda de carvão de coco inteiro abarrotam as carretas que por sua vez, são abastecidas em frente a sede da associação dos extrativistas sob os olhos de que ali passar pra ver. (LIMA, 2009, p. 01).

Em relação ao Conselho Deliberativo (CD), ocorreram duas importantes mudanças, e que correspondem à sua criação ainda em 2004. Ocorreu uma reestruturação em 2011, como citado na Portaria nº 114, de 26 de dezembro de 2011 (ICMBio, 2011b), e outra em 2015, de acordo com Portaria nº 2, de 30 de outubro de 2015 (ICMBio, 2015)³⁴. As diferenças entre as duas composições são destacadas no Quadro 05.

Quadro 4. Diferenças entre os Conselhos Deliberativos de 2011 e 2015.

PORTARIA Nº 114/2011	PORTARIA Nº 2/2015
Órgãos governamentais	Poder Público
ICMBio	ICMBio
Câmara de Vereadores de Imperatriz	Câmara de Vereadores de Imperatriz
IFMA, Campus de Imperatriz	Prefeitura Municipal de Cidelândia
CCSST/UFMA, Campus de Imperatriz	Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESI, UEMA de Imperatriz	UFMA, Campus de Imperatriz
SEMA, escritório de Imperatriz	UEMA, Campus de Imperatriz
Prefeitura Municipal de Cidelândia	Comunidades locais e Organizações da Sociedade Civil
Sociedade Civil	MIQCB
Regional Tocantins do CNS	CNS
Regional Tocantins do MIQCB	ATARECO
CENTRU	Povoado Ciriáco (Criadores de caprinos e ovinos)
ATARECO	Povoado Ciriáco (Extrativistas)
STTR	Povoado Ciriáco (Produtores rurais)
SINDSEPUC	Povoado Alto Bonito
Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Cidelândia	Povoado Bom Jesus
Comunidade Viração	Centro do Olímpio
Comunidade Alto Bonito	Povoado Viração
Comunidade Ciriáco	-----
Comunidade Bom Jesus	-----

Fonte: ICMBio (2015) e ICMBio (2011b). Elaborado pelo autor.

Em relação ao poder público observa-se que o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), não integra mais o conselho; mas explicações específicas não foram relatadas. Apenas foi mencionado pelas quebradeiras de coco que as universidades são atuantes na área. Também não foram esclarecidas as saídas do STTR e da paróquia católica local. A única informação que se

³⁴ Esta composição do conselho visa se adequar às orientações constantes na Instrução Normativa do ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014 (ICMBio, 2014).

tem, é que os novos componentes deveriam demonstrar interesse através de uma resposta formal, por escrito, direcionada à direção da RESEX.

Atualmente a população da reserva não tem problemas com acesso à área urbana, pois, como demonstrado nas figuras acima, há uma estrada vicinal que liga a Vila Ciriáco, comunidade com maior quantidade de moradores dentro da reserva, ao núcleo urbano de Cidelândia. A distância entre os dois é de apenas 12 km.

Em relação à BR 010 (Belém/Brasília), a distância desta área urbana é em torno de 28 km; percurso feito pela rodovia MA 125. No caminho de Cidelândia à BR 010 são observadas duas principais realidades: a pecuária; e os grandes plantios de eucalipto. Antes a monocultura era transformada em carvão para as siderúrgicas de Açailândia. Hoje fazem parte dos projetos florestais da Suzano.

O primeiro resultado da relação entre a comunidade e a silvicultura, ainda em 2012³⁵, foi a construção da Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB), ilustrada na Figura 10. Segundo as quebradeiras de coco, esta construção ajudou a estruturar a produção do óleo e do sabão. Além disso, possibilitou que as máquinas fossem acomodadas com mais segurança. Esta UBB tem um grande salão, uma pequena sala para montagem de um escritório e um banheiro. A planta foi pensada pelos ICMBio e pelas trabalhadoras; e construída numa área de central da Vila Ciriáco, próximo às residências da maioria das quebradeiras de coco (Figura 11).

Figura 10. Unidade de Beneficiamento de Babaçu financiada pela Suzano.



Fonte: o autor (2017).

³⁵ O processo de aprovação e construção dessa UBB é descrito detalhadamente no item 5.3.

Figura 11. Localização da Unidade de Beneficiamento de Babaçu financiada pela Suzano.



Fonte: o autor (2017).

Em 2013 a ATARECO, com a orientação técnica da equipe do ICMBio, aprovou o “Projeto Produtivo para Produção de Óleo de Amêndoa de Babaçu”, junto ao PPP-ECOS³⁶; e o valor aprovado foi de R\$ 58.400,00. Este valor foi utilizado para a aquisição de um veículo destinado ao transporte das amêndoas para a UBB. Além disso, adquiriram embalagens, uma balança, e um decantador, segundo informações do instituto.

Mesmo com o apoio do veículo citado, um dos empecilhos para as quebradeiras de coco era a distância entre as áreas de coleta e de quebra do coco, em relação à UBB. Nas Figuras 12 e 13 ilustram-se a atividade das trabalhadoras, e da localidade onde elas a realizavam. Percebe-se que, apesar de demonstrar uma tradição, as condições estruturas não favoreciam a segurança e a extração das amêndoas. Havia o problema do transporte destas, e do retorno das mulheres para suas residências.

Elas relatam que recebiam em permanecer nesta área em pequenos grupos, devido à insegurança, considerando-se que não há um controle rígido no trânsito das vicinias da RESEX; e também pelo isolamento deste local, como ilustrado na Figura 13. Por esses fatores a demanda

³⁶ O PPP-ECOS (Programa de Pequenos Projetos Ecológicos) é vinculado ao ISPN. “O ISPN é um centro de pesquisa e documentação independente, sem fins lucrativos, sediado em Brasília, e tem como objetivo central contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com maior equidade social e equilíbrio ambiental. O Instituto atua no campo ecossocial, com foco nos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e suas organizações.” ISPN (2015).

por uma estrutura mais próxima da UBB passou a ser analisada entre elas e os representantes do ICMBio.

Figura 12. Local de quebra do babaçu antes da construção do novo local próximo à UBB.



Fonte: o autor (2013).

Figura 13. Localização do antigo local de quebra do babaçu.



Fonte: o autor (2013).

Diante dos problemas citados, as quebradeiras de coco solicitaram o apoio financeiro da Suzano para a construção da área de “quebra do babaçu” ao lado da UBB. Esta foi construída em 2017, como ilustrado na Figura 14. Nas Figuras 15 e 16 demonstra-se que além de usarem

esta estrutura para a quebra do coco, elas armazenam a cascas para carbonização. O carvão proveniente é utilizado exclusivamente em atividades domésticas.

Figura 14. Unidade de Beneficiamento de Babaçu e novo local para quebra do babaçu.



Fonte: o autor (2017).

Figura 15. Detalhamento do novo local para quebra do babaçu, e estoque de casca do coco para carbonização.



Fonte: o autor (2017).

Figura 16. Estoque de casca do coco para carbonização.



Fonte: o autor (2017).

Para a carbonização das cascas do babaçu destinaram-se vários tambores (Figura 17), que é o método tradicionalmente adotada na RESEX. Estes tambores também foram fixados nas proximidades da UBB. Em 2017, este processo estava em fase de testes, pois havia o receio de que a fumaça proveniente fosse levada pelo vento em direção às residências mais próximas.

Figura 17. Tambores utilizados para carbonização da casca do babaçu.



Fonte: o autor (2017).

A vila Ciriáco (Figuras 18 e 19) tem alguns pequenos comércios, e em torno de 140 residências. Entre os investimentos públicos na estrutura da comunidade destacam-se a construção inacabada de uma escola municipal (Figura 20); e a recente construção do Posto de Saúde (Figura 21).

Figura 18. Vista do centro da Vila Ciriáco.



Fonte: o autor (2017).

Figura 19. Principal rua da Vila Ciriáco.



Fonte: o autor (2017).

Figura 20. Obra inacabada do que seria uma escola municipal.



Fonte: o autor (2017).

Figura 21. Posto de Saúde recém construído.



Fonte: o autor (2017).

As fotografias acima demonstram como esta vila se enquadra nos referenciais estruturais das comunidades rurais brasileiras. A precariedade das condições da rua principal, ilustra que os investimentos financeiros públicos são poucos, até mesmo nos pequenos serviços, como asfaltamento. Mas ao menos as residências de boa parte dos extrativistas é construída em alvenaria, e não as antigas casas de madeira, “pau a pique” ou “taipa”, e cobertas de palha, como no início da ocupação.

Mas isso não representa que as quebradeiras de coco babaçu desta vila tenham conquistado uma verdadeira melhoria nas suas qualidades de vida. As idosas, já aposentadas, vivem geralmente do dinheiro da previdência. As mais novas têm o sustento básico vinculado aos ganhos dos esposos; e também da complementação de renda dos programas estaduais e federais, como o Bolsa Família.

Estas trabalhadoras rurais veem seus filhos ansiarem por melhores condições de obtenção de renda. Eles buscam empregos na área urbana, seja em Cidelândia, em outros municípios como Imperatriz, ou até mesmo em outros estados e capitais como Goiânia – GO e Brasília – DF. Mudam-se, pois têm como referência de investimento público na educação, a obra que iniciou em 2014 no centro da RESEX, em meados das eleições, e não foi concluída (Figura 20 acima). O que deveria ser uma esperança de melhoria dos investimentos no ensino, torna-se um símbolo do desperdício dos recursos públicos. Esta é citada pelas quebradeiras de coco como um exemplo da dificuldade na concretização de obras públicas na Ciriáco.

Na Figura 21 tem-se em destaque o Posto de Saúde Municipal recém inaugurado³⁷. Segundo relatos das quebradeiras de coco, o recurso é proveniente do Ministério da Saúde. Foi selecionada esta comunidade para sua construção, pois o antigo prédio não comportava mais as necessidades do local. Foi construído nesta área destinada pelo ICMBio para as atividades das quebradeiras de coco, em virtude da dificuldade em construí-lo em outra área, que seria próximo da escola inacabada. Por isso o órgão gerenciador, a associação dos extrativistas e as quebradeiras aprovaram a construção deste.

Dentre as principais considerações sobre as quebradeiras de coco da Ciriáco, podem-se citar que a maioria já compõe o movimento de defesa dos babaçuais da região há mais de 20 anos. Algumas delas participaram inclusive das manifestações pela regularização da reserva; outras, que chagaram mais recentemente, conhecem a história de luta enfrentada pelas demais.

Todas as que participaram das entrevistas relatam que se interessam em permanecer na RESEX, mas que para isso precisam de atividades que complementem suas rendas. O consenso principal é o orgulho em serem quebradeiras de coco, mas há um grande receio de que, pela falta do estímulo às mais jovens, esta atividade seja esquecida; e que elas percam esta identidade como trabalhadoras do campo.

Na rede de relações das quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, e que repercute na estrutura dos capitais para relação com a empresa Suzano, têm destaque as parcerias com instituições públicas de ensino; além do relacionamento as comunidades situadas próximo à

³⁷ Ao fundo observa-se a UBB financiada pela Suzano, que é o principal investimento da empresa na RESEX. Este é analisado no item 3.2.

“Estrada do Arroz”; e a já esperada ação da equipe do ICMBio responsável pela reserva. Portanto, as características dos capitais da RESEX são:

- a) Capital financeiro: as quebradeiras de coco são na maioria donas de casa, aposentadas ou beneficiárias do Bolsa Família do governo federal; em geral seus maridos trabalham em atividades de agricultura familiar, produção do carvão, ou criação de pequena quantidade de animais de grande porte (bovinos), ou são aposentados; algumas recebem apoio financeiro de parentes (principalmente filhos), que trabalham em outras atividades fora da reserva; há um retorno com o beneficiamento do coco babaçu, mas que depende de apoio do ICMBio e da empresa Suzano; participam, através da iniciativa do ICMBio, de editais como os do Programa Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS) do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); entre os anos de 2014/2015, quarenta extrativistas recebiam o “Bolsa Verde”³⁸ do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e desde 2016 são 38 beneficiários.
- b) Capital cultural: em geral não há muitos anos de estudo; são pessoas com Ensino Fundamental completo ou incompleto, e uma minoria com Ensino Médio completo/incompleto, segundo informações do ICMBio; todas já participaram de atos e de movimentos de formação para comunidades rurais promovidas pelo CENTRU, pelo STTR, e pelo MIQCB; o ICMBio realiza ações de formação sobre temáticas ambientais, cooperativistas e sobre economia ecológica; nestas formações participam parceiros como a UEMA, UFMA e IFMA; algumas já participaram de formações sobre negócios e meio ambiente, realizadas em parceria entre o SEBRAE, a prefeitura de Cidelândia, e a ATARECO; algumas participam de tradicionais movimentos em defesa das mulheres do campo, como a “Marcha das Margaridas”³⁹,

³⁸ “O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. Funciona como um incentivo às comunidades, para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem. O programa concede R\$ 300 reais, de três em três meses, para as famílias que sejam beneficiárias em áreas de conservação ambiental, respeitando as regras de utilização dos recursos. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado. O Bolsa Verde foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011.”. (MMA, 2016, p. 01).

³⁹ “A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida

tornando-se um importante momento de compreensão da importância da organização comunitária;

- c) Capital político: por se tratar de uma importante comunidade rural do município de Cidelândia, e também devido à proximidade desta ao núcleo urbano, são realizadas constantes visitas de vereadores que objetivam estreitar os laços com a comunidade; sem grandes resultados, e também nada que traga influência na relação com a empresa; o Conselho Deliberativo da RESEX conta com assentos para representantes da SEMA, da Prefeitura de Cidelândia e da Câmara Municipal deste município. Caso haja uma apresentação de demanda importante por parte da equipe do ICMBio, há possibilidade de apoio por parte da Prefeitura Municipal de Cidelândia (PMC).
- d) Capital Jurídico: A comunidade conta com apoio jurídico de um advogado vinculado à ATARECO. Quando necessário recorrem ao Ministério Público ou às ONG que historicamente às apoiam, como o MIQCB; podem ainda recorrer ao apoio da assessoria do ICMBio, que, se estiver envolvido no problema jurídico em questão, solicita apoio da Advocacia Geral da União (AGU), através da Procuradoria da RESEX.
- e) Capital tecnológico: devido à pouca assistência do Estado, as atividades desenvolvidas contam com baixa capacidade tecnológica; até o maquinário simples passa por constantes problemas de manutenção, pois não há, até 2017, na comunidade pessoal especializado para reparos; nos últimos anos houve uma redução desse problema, pois a equipe do ICMBio tem investido na manutenção destas máquinas.

As Universidades Federal (UFMA) a Estadual do Maranhão (UEMA), e o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) campus Imperatriz, contribuem com a comunidade através de parcerias protagonizadas pelo ICMBio ou pela empresa Suzano. Apesar de fortalecer as

das mulheres do campo e da floresta. [...] A Marcha das Margaridas é coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres parceiras.”. (FETASE, 2016, p.01).

organizações demandantes/promotoras da parceria, percebe-se que as ações realizadas ampliam o conhecimento das comunitárias sobre temas relacionados com o seu cotidiano.

Tem-se como *habitus* das quebradeiras de coco da Ciriáco: seguidoras das orientações do ICMBio; receptoras dos serviços estruturais da Suzano, voltados para o beneficiamento do babaçu; e avaliadoras das ações dos representantes da silvicultura, bem como dos parceiros desta empresa, como o instituto “A Gente Transforma” (A participação deste instituto é detalhada no item 3.2).

Como se sabe, em qualquer RESEX o órgão responsável pela gestão do território é o ICMBio; sendo, inclusive, o presidente do conselho destas. Além de apoiar na gestão, ele é responsável pela fiscalização das reservas. No caso da Ciriáco, é sempre destacado pela diretoria que a comunidade tem autonomia para decidir em quais projetos participar. Por mais que as parcerias com a Suzano sejam realizadas através da ATARECO, a equipe do ICMBio acompanha todo o processo; e deve enviar relatórios⁴⁰ de acompanhamento desta à sede do órgão em Brasília.

Considerando os investimentos públicos, e que são praticamente inexistentes, as trabalhadoras rurais assumem o *habitus* de receptora dos investimentos privados, pois são influenciadas a avaliar estes recursos como necessários para a melhoria a viabilidade econômica da comunidade. Isto ocorre de duas maneiras: pela ação direta dos representantes do ICMBio⁴¹, que divulgam esta parceria como um meio viável para a comunidade; e também pela ação dos representantes da empresa, que destacam constantemente os possíveis ganhos econômicos com o recebimento destes recursos.

Ao receberem a autorização do Estado para implantarem atividades produtivas sustentáveis, as quebradeiras de coco da Ciriáco e os demais extrativistas conhecem as suas responsabilidades. Estas são constantemente destacadas pela equipe do ICMBio, que atua na área diariamente, combatendo atividades ilegais de produção de carvão com o coco inteiro; ações que podem causar incêndios e/ou desmatamento⁴²; e a criação de animais de grande porte (gado) fora dos limites autorizados⁴³.

⁴⁰ Não foram acessados nesta pesquisa.

⁴¹ Estes sempre citam que a melhor maneira de ampliar a qualidade de vida das quebradeiras de coco, é através do investimento em políticas públicas, e o financiamento público das atividades produtivas. Mas como não há aporte do recurso necessário para isso, eles avaliam que o apoio financeiro da Suzano é uma alternativa.

⁴² Os representantes do ICMBio relatam que não há ocorrência de desmatamento acima dos limites estabelecido para cada lote, que é de 10%.

⁴³ Segundo os representantes do ICMBio, é autorizado para cada família a criação de até 30 unidades de gado, mas a grande maioria não tem estrutura financeira para manter esta atividade.

O único apoio recebido por estas trabalhadoras são os vinculados com os programas de distribuição de renda do Governo Federal (Bolsa Família), e de pagamento por serviços ambientais como o Bolsa Verde (MMA). Os dois somados, não garantem uma qualidade básica de sobrevivência. O ideal é que se investisse em projetos de geração de renda que valorizassem as atividades tradicionais realizadas na reserva, o que paulatinamente a equipe do ICMBio e as extrativistas realizam, através da aprovação de projetos, como citado anteriormente.

A questão o Estado não realiza os investimentos necessários, e as trabalhadoras precisam obter recursos para manter suas atividades cotidianas fundamentais, como a alimentação. Pressionados pelos pesquisadores e pela população em geral, veem como alternativa dialogar com grandes empresas como a Suzano, vislumbrando a possibilidade de melhorar sua condição financeira, sem agredir o ambiente natural que é fortemente defendido por elas.

2.4 Os assentados do Francisco Romão

Em termos de contexto regional, o início dos anos 2000 é marcado como um dos períodos de poucos assentamentos sendo regularizados na região de Açailândia. Isto ampliou a articulação entre as diversas famílias que hoje fazem parte do Francisco Romão. Este assentamento é fruto da mobilização e da organização de trabalhadores rurais que se encontravam sem-terra para realizar suas atividades.

Antes de ocuparem a área que hoje se encontram, ficaram cerca de um ano acampados às margens das rodovias que cortam o município de Açailândia (BR 010 – Belém/Brasília; e a BR 222 - Fortaleza/Marabá); além de dois períodos na sede do INCRA, no mesmo município, já no ano de 2007.

Cerca de 120 famílias ficaram acampadas na área da fazenda “Monte Cristo”, nas proximidades da ponte que passa sobre o rio Pindaré, e que também abrange o percurso da BR 222.⁴⁴ Estas famílias ficaram cerca de 30 dias nesta localidade, quando foram despejados por ordem da justiça, a pedido dos proprietários. No período em que estiveram neste acampamento, não tiveram apoio, o que ampliou a necessidade de mudança para outro local. Para o novo acampamento foi escolhida uma localidade às margens da BR 010.

⁴⁴ Este rio foi utilizado para estabelecer a fronteira entre os municípios maranhenses de Açailândia e Bom Jesus das Selvas.

A escolha da BR 010, próximo ao antigo posto de combustíveis “Jacaré”⁴⁵, município de Açailândia, se deu por dois principais motivos: a possibilidade de ampliar a visibilidade para o movimento, considerando que esta é uma das principais rodovias das regiões Norte/Nordeste; e a informação dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, de que havia diversas propriedades que não recebiam o uso econômico devido pelos seus proprietários.

Durante o tempo em que estiveram neste acampamento, surgiram divergências entre os assentados, pois alguns não aceitavam que as ações do grupo fossem coordenadas pelo STTR. Com isso, cerca de 20 comunitários resolveram se instalar mais próximo da área urbana de Açailândia. Escolhendo desta vez se instalar novamente às margens da BR 010, mas agora, nas proximidades do bairro “Barra Azul”, já no núcleo urbano.

A primeira ação depois de instalados foi ampliar a luta por terra. Foram em emissoras de rádio, divulgando o acampamento e os objetivos desse, que eram a posse da terra para o trabalho. Neste momento, este grupo ainda contava com o apoio do STTR. Depois desse processo de divulgação, houve um aumento para cerca de 90 famílias no acampamento. Estas conheceram a luta do movimento e a entenderam como era a luta política a ser travada para concretizar seus objetivos; além das atividades organizadas para pressionar o INCRA.

Sem retorno dos órgãos públicos, os assentados articularam a primeira ocupação da sede do INCRA em Açailândia; que ocorreu no dia 30 de junho de 2004. Este movimento foi pacífico, e as famílias permaneceram no órgão apenas um dia. Cobrou-se a liberação da posse de duas localidades: uma conhecida como “Toca da Raposa”; e a outra era uma área, que segundos as lideranças, constava como destinada à União, na fazenda “Corguinho”, ambas em Açailândia. Como resultado, eles conseguiram a realização de uma vistoria na primeira área, sendo informados de que esta fazenda era improdutiva. Com isso, os acampados ficaram aguardando a sua desapropriação.

Os meses se passaram, e os acampados não recebiam retorno destes processos. Enquanto isso continuavam os trabalhos de formação e de recepção das famílias que vinham participar do movimento. Depois de cerca de dois meses sem retorno, e com um pouco mais de 100 famílias, eles ocuparam novamente a sede do INCRA, até que um retorno mais preciso fosse dado. Já estavam no local há três dias, quando a Polícia Militar e a Polícia Federal chegaram com uma solicitação de reintegração de posse. Os acampados foram despejados e as lideranças foram detidas. A solução encontrada foi retornarem para as proximidades do bairro “Barra Azul”, onde reergueram a estrutura física básica do acampamento.

⁴⁵ Localidade distante cerca de 20 Km da sede do município de Açailândia, sentido para Belém (PA).

Devido à pressão exercida pelos policiais, mesmo sem agressão física, e o receio de que viessem a responder processos judiciais, vários acampados desistiram do movimento. As lideranças realizaram um novo movimento de agregação de trabalhadores. Depois de todo o trabalho dos acampados, chegaram novamente ao número de 128 famílias que se empenharam na luta por terra. Este grupo realizou protestos em Açailândia, bem como nas sedes do INCRA em São Luís e em Brasília.

As lideranças sofreram duas pressões: de um lado, os acampados cobravam a regularização das suas situações, reivindicando maior agilidade na regularização de uma terra para serem assentados; de outro, as pressões jurídicas que enfraqueciam o movimento. Com isso, adotaram estratégias menos críticas, buscando o diálogo principalmente com os representantes do INCRA. Ao mesmo tempo, mobilizavam os trabalhadores para que o movimento não reduzisse sua força novamente. Somando os períodos acampados nas proximidades da BR 222 e da BR 010, já se passavam três anos de luta por terra.

Sem conseguir êxito novamente, os acampados ocupam uma área da fazenda “Toca da Raposa”. No dia 20 de julho de 2006 eles ocuparam uma área que, de acordo com as avaliações que realizaram, pertencia à União, e era abrangida por esta fazenda; informação que foi confirmada a eles pelo INCRA. Os representantes do órgão informaram que as famílias poderiam ficar na área até que a fazenda fosse toda desapropriada, e destinada ao futuro assentamento.

Os acampados recebiam cestas básicas do INCRA, bem como o apoio no abastecimento de água; e com lonas para as construções provisórias. Ainda assim, se sentiam isolados, tanto dos demais movimentos, quanto do próprio órgão. Depois de uma semana no local, o fazendeiro apareceu com pessoas armadas e os pressionou para que retornassem para a sede do INCRA em Açailândia. Os trabalhadores denunciaram as fortes ameaças que receberam; e estas denúncias foram destaque a nível estadual, mas não há relatos de que algo tenha sido feito. Com isso, passaram dez meses acampados novamente na área do órgão, em Açailândia.

Diante do desconforto, e da falta de providências dos órgãos públicos, pesquisaram outras áreas rurais para acampar. Foram informados pelo STTR, que existia outra fazenda com área da União. Esta nova área se tratava das imediações de onde se encontram atualmente, próximo também ao então já existente Assentamento Planalto I. Decidiram ocupar a área no dia 26 de maio de 2007, e o fizeram. Outros trabalhadores rurais ligados ao MST também já estavam articulando uma ocupação na área, mas as duas ocupações não foram articuladas conjuntamente.

Diante de todo o problema de manutenção das famílias, e do receio de problemas com fazendeiros ou com processos judiciais, apenas 36 famílias participaram da ocupação para o acampamento. Receberam o apoio da Prefeitura Municipal de Açailândia (PMA) no abastecimento de água, com um carro pipa; além da construção de um tanque para guardar a água necessária para as atividades diárias. Mas as condições de vida ainda eram muito difíceis, o que ampliou a necessidade de obter uma área com uma estrutura mais adequada às necessidades das famílias.

No mês de janeiro de 2008 se instalaram na sede da fazenda “Conquista I” localizada em Açailândia, e distante apenas 200 metros da EFC, como demonstrado na Figura 22. O processo de ocupação foi conflituoso com o proprietário da fazenda, mas para resguardar os envolvidos, maiores detalhes não serão citados. Hoje a sede da fazenda é utilizada para a realização de reuniões. Uma das casas desta sede foi aprovada pela comunidade para se tornar a residência de uma das lideranças do assentamento. A agrovila foi instalada nas proximidades das casas que já existiam.

Depois de instalados, decidiram que o assentamento se chamaria Francisco Romão, em homenagem a um trabalhador que faleceu por picada de cobra durante a ocupação. Hoje se tem no assentamento de 102 famílias. Dentre os parceiros históricos têm destaque o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Açailândia, o Movimentos dos Sem Terra (MST), e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Figura 22. Proximidade entre a EFC e a agrovila do Assentamento Francisco Romão.



Fonte: o autor (2017).

Como se pode observar na Figura 23, tem-se a agrovila dos “Baianos”⁴⁶. Esta se situa a três quilômetros da principal agrovila do AFR. Estes assentados fazem parte da Associação Boa Esperança (ABE), fundada em 2010, mas situam-se no território do Francisco Romão. Esta divisão ocorreu ainda em 2007, no período em que estavam acampados próximos da área em que se encontram hoje. Esta foi ocasionada por problemas relacionados com questões de manutenção do acampamento. Ao conseguirem organizar o assentamento, o grupo de 19 famílias preferiu instalar sua agrovila em um local separado dos demais assentados.

Depois de divididos os lotes na agrovila, os trabalhadores construíram suas casas (Figura 24). As ruas foram abertas em parceria com a prefeitura de Açailândia, mas as condições e manutenção eram complicadas e os assentados eram obrigados a transitar por ruas sem uma estrutura mínima. Tem-se a lama no período de chuva, e muita poeira no período de estiagem (Figura 25). As figuras ilustram a simplicidade das residências, que foram construídas com argila e madeira da área do assentamento. A melhoria das residências é destaca nos relatos dos assentados como umas das prioridades para a agrovila, pois representa melhores condições de saúde e segurança para as famílias. Com isso, os representantes da comunidade empenharam-se para concretizar esta demanda.

Em junho de 2012⁴⁷ ocorreu no assentamento a “Festa da colheita”⁴⁸. Neste dia os assentamentos aproveitaram para protestar contra os danos causados pelo uso da EFC nesta, e em outras comunidades. Momento em que os trabalhadores do Francisco Romão buscaram ampliar o apoio recebido pelas pessoas presentes, seja diretamente, participando das manifestações, seja indiretamente, divulgando os problemas do seu cotidiano.

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) foi liberado pelo INCRA em 2013; iniciando a regularização das associações. Atualmente são três: a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Francisco Romão (AAAFR), fundada em 2010; a Associação Frutos da Terra (AFT), fundada em 2013; e a Associação Boa Esperança (ABE)⁴⁹, citada anteriormente.

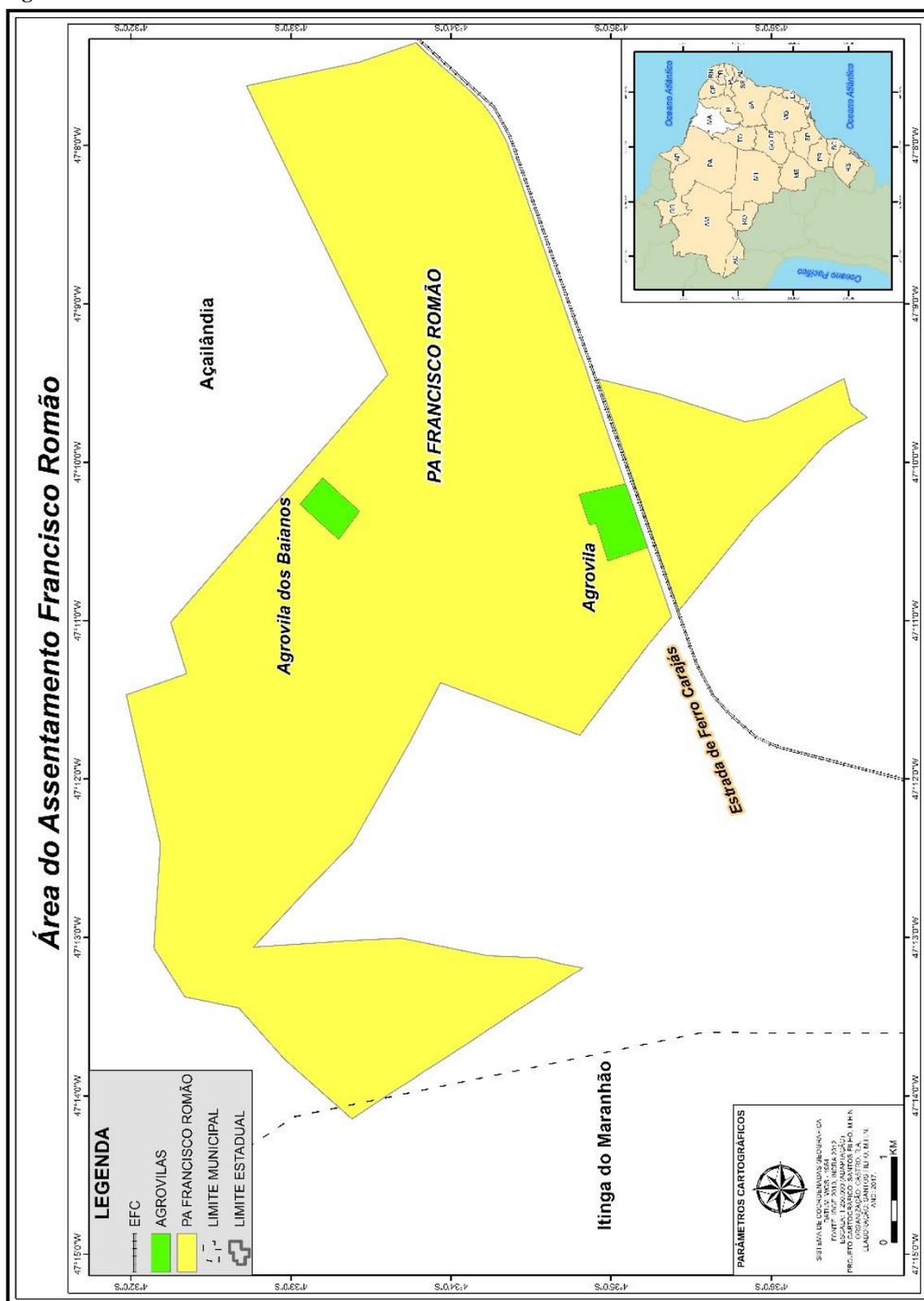
⁴⁶ Eles são chamados de “Baianos”, pois são constituídos por 14 famílias originárias do estado da Bahia, e que eram parentes, entre pai, filhos, tias, dentre outros. Além deles, mais 5 famílias os acompanharam, integrando assim um grupo de 19 famílias nesta agrovila.

⁴⁷ Neste ano ocorrem importantes eventos que influem na relação com a Vale. Estes são analisados no item 3.1.

⁴⁸ Festa realizada todos os anos em localidades diferentes. Momento em que os trabalhadores rurais festejam a colheita obtida nos assentamentos, e aproveitam para reivindicar maior atenção do Estado e da sociedade em geral.

⁴⁹ Não há muito contato entre esta e as demais, devido aos problemas citados anteriormente.

Figura 23. Área do Assentamento Francisco Romão.



Fonte: INCRA e observações em campo. Organização do autor.

Figura 24. Casas temporárias construídas pelos assentados.



Fonte: Autor (2012).

Figura 25. Rua do Assentamento Francisco Romão em período de estiagem.



Fonte: o autor (2012).

Ainda que tenham três associações nas comunidades, os assentados não recebem grande apoio por parte do Estado. Citam-se apenas a doação de sementes de feijão que ocorreu em 2013⁵⁰. Neste ano, acompanhados de lideranças de outros assentamentos e acampamentos da

⁵⁰ Estas sementes são provenientes do programa do governo do estado “Viva Sementes”. A distribuição fica a cargo das prefeituras municipais.

região, ocuparam a sede do INCRA de Imperatriz no mês de junho; chegando a ficar cinco dias acampados no local. Na época a equipe do órgão garantiu que instalaria o poço artesiano, ficando no aguardo do projeto a ser realizado pela prefeitura de Açailândia. O que não foi realizado por nenhum dos órgãos públicos envolvidos.

Ainda em 2013 a comunidade foi relacionada entre as que receberiam os benefícios do convênio 792099/2013. Como destaca o INCRA (2013, p. 40) este tinha como objetivo “[...] realização de ações de recuperação de áreas degradadas por meio da implantação e do manejo de sistemas agroflorestais e de outras alternativas sustentáveis de produção em assentamentos de Reforma Agrária do INCRA [...]”, nas comunidades sediadas em municípios maranhenses. Mas não há relatos comunitários sobre este convênio.

No ano de 2014, em parceria com famílias do assentamento Agro-Planalto, as lideranças do AFR ocuparam novamente a sede do INCRA em Imperatriz. Cobravam informações sobre os possíveis investimentos na área, além da regularização dos assentamentos, neste caso a conclusão dos processos de desapropriação.

Ainda em 2014 participaram do curso “Negócio Certo Rural”, realizado pelo SEBRAE de Açailândia, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Neste mesmo ano o INCRA anunciou a participação da comunidade no “Programa Assentamentos Verdes”⁵¹. Mas nada foi realizado pelo órgão no AFR.

Em 2015 cerca de 40 famílias receberam um pequeno financiamento do INCRA, através da linha de crédito “Crédito de Instalação”⁵². O valor foi de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais). Como alguns representantes das famílias tiveram seus cadastros reprovados por pendências diversas, não foram todos os beneficiados. Uma segunda parcela está prevista para ser implementada ainda em 2017/2018, como complemento do financiamento recebido

⁵¹ O “Programa Assentamentos Verdes” é uma iniciativa do Governo Federal para tentar reduzir o desmatamento nos assentamentos da Amazônia Legal.

⁵² “Os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) têm à disposição linhas de crédito que permitem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes. O Crédito de Instalação é a primeira etapa de financiamento disponibilizada aos assentados. A concessão desses recursos está prevista no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629/1993. O atual modelo foi instituído pela Lei 13.001/2014 e o trâmite para acesso aos valores disponibilizados em cada modalidade é iniciado com a seleção dos assentados conforme os parâmetros definidos no Decreto 9.066/2017. O Incra encaminha as informações sobre os beneficiários ao Banco do Brasil, onde é feito o cadastro e a confecção dos cartões daqueles que foram considerados aptos a fazer parte do programa. Após a assinatura dos contratos, o Instituto autoriza o Banco do Brasil a creditar o valor referente à modalidade selecionada nas contas abertas em nome dos assentados, que fazem a movimentação por meio de cartão magnético individual.”. (INCRA, 2017).

anteriormente. Além disso, outras famílias que não receberam o recurso em 2015, estão listadas para recebimento de R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais) ainda em 2017/2018.⁵³

Como visto, o apoio do INCRA, mesmo que já tenham decorrido quase dez anos da ocupação, ainda é inicial, e sem grande retorno aos assentados. Até o início de 2015 dependiam exclusivamente do poço artesiano que já existia no momento da ocupação. Mas, existiam problemas de abastecimento, devido principalmente aos problemas com a manutenção da bomba hidráulica, e do encanamento para a distribuição da água para a agrovila.

Desde o início de 2015 eles recebem a construção de 110 casas pelo programa “Minha Casa, Minha Vida Rural”; fruto do empenho das lideranças em conseguir o financiamento via Caixa Econômica Federal. Como estratégia de ação, pois os recursos são liberados em parcelas para a Associação (AAAFR)⁵⁴, decidiu-se por construir 60 casas⁵⁵, e depois o restante. Estas primeiras foram concluídas em 2016 (Figura 26).

Figura 26. Casas construídas através do "Minha Casa, Minha Vida Rural".



Fonte: o autor (2017).

Estas casas foram construídas ao lado das primeiras construções, e tornaram-se símbolos da melhoria de vida dos assentados. Eles às apresentam como a concretização de um sonho, e como representação de que a vida no campo pode melhorar, desde que tenham o apoio

⁵³ A aplicação destes recursos não foi pesquisada.

⁵⁴ Os assentados a Associação Frutos da Terra não são contemplados neste processo. Estes buscam o financiamento das suas casas.

⁵⁵ A lista dos primeiros beneficiados foi definida por sorteio na própria comunidade.

necessário do Estado. As demais casas ainda estão em construção (Figura 27), mas há um grande atraso nas obras, por dois motivos: problemas na empresa construtora; e atraso no repasse dos recursos para a associação. Com isso, há residências em estágios de construção distintos.

Figura 27. Exemplo de casa ainda em construção.



Fonte: o autor (2017).

No início de 2016 é concluída a perfuração e a distribuição da água do poço artesiano financiado pela mineradora Vale⁵⁶, ilustrado pela Figura 28. Toda a estrutura foi financiada pela empresa; e foi instalada no centro do assentamento, numa área destinada pelas lideranças para a construção de obras de benefício coletivo, onde também já foi construída a Escola Municipal Gerusamar Costa Moura, inaugurada em 2013.

Ainda em 2016 a mineradora financiou a compra de um “trator de esteira” usado, atendendo a uma demanda da comunidade. Este teve como objetivo ampliar a produção agrícola, mas, segundo informações dos assentados, observou-se que não tem capacidade técnica para atender às necessidades de todas as atividades produtivas da comunidade.

No mês de agosto de 2016 ocorreu uma manifestação para cobrar, principalmente da Prefeitura Municipal de Açailândia (PMA), mas também das empresas Vale, Suzano e Queiroz Galvão, o piçarramento da estrada vicinal que é utilizada como principal acesso aos assentamentos da região; e que é conhecida como Estrada da “Sunil”. Ocorreram diversas

⁵⁶ Destaca-se que o histórico da relação da empresa com este assentamento é descrito no item 3.1.

reuniões, dentre elas uma Audiência Pública realizada em novembro de 2016, e que foi requerida pelo Ministério Público Estadual⁵⁷. Os trabalhos foram executados pela Prefeitura Municipal de Açailândia nos primeiros meses de 2017 (Figura 29), mas demonstram a dificuldade dos comunitários em concretizar serviços básicos, como a melhoria das vias de acesso às comunidades.

Figura 28. Poço artesiano financiado pela mineradora Vale.



Fonte: o autor (2017).

Figura 29. Rua do Assentamento Francisco Romão após piçarramento pela Prefeitura Municipal de Açailândia em 2017.



Fonte: o autor (2017).

⁵⁷ Os principais acontecimentos posteriores a esta manifestação são analisados/interpretados no item 3.1, pois identificaram-se momentos em que a dominação da mineradora Vale conta positivamente a seu favor para apresentar-se como “parceira” dos assentados nestes requerimentos à PMA.

Como ainda se encontra na fase de implantação, são poucos os trabalhadores que já têm algum retorno financeiro dos trabalhos com a terra; e que são pequenos por conta do pouco apoio das instituições públicas. Na maioria dos casos, os trabalhadores vivem do apoio dos governos estadual e federal, por meio de políticas de ampliação de renda (Bolsa Família), e de cestas básicas pelo INCRA. O plantio e a criação de animais estão em fase inicial, mas como não são todos os beneficiados pelos primeiros financiamentos públicos, ainda há dificuldade de trabalho conjunto.

As Figuras 30, 31 e 32 ilustram algumas das situações vividas cotidianamente pelos assentados. A residência em destaque nas duas primeiras fotografias já existia no momento da ocupação; e esta passagem sobre a EFC já era utilizada pelos antigos proprietários. Estes dois fatores foram decisivos para que os trabalhadores rurais decidissem pela construção da agrovila neste local. Demonstram também como os trens da mineradora Vale fazem parte da paisagem deste local, pois em dias “normais” de movimentação destes trens, a cada duas horas escuta-se o barulho das suas passagens pelo território do AFR.

Nas Figuras 31 e 32 ilustra-se como as famílias dessa comunidade devem ser adaptar aos horários da passagem dos trens. Algumas áreas de cultivo estão do outro lado da ferrovia. Para ter acesso à elas, os assentados devem atravessar a EFC.

Figura 30. Proximidade da EFC e a agrovila do Francisco Romão.



Fonte: o autor (2017).

Figura 31. Local de travessia da EFC nas proximidades da agrovila do AFR.



Fonte: o autor (2017).

Figura 32. Assentado aguardando a passagem do trem.



Fonte: o autor (2017).

Segundo relatos dos comunitários, há cerca de três anos os representantes da mineradora buscam estabelecer uma logística em que as máquinas não parem e obstruam esta passagem; demanda apresentada pelos representantes do assentamento. Mas esta convivência “forçada” é

estabelecida desde os primeiros dias da ocupação e da instalação das famílias; e demonstra a força da mineradora no cotidiano comunitário.

Com as análises dos documentos, dos relatos das lideranças comunitárias e dos demais assentados, complementados com as observações em campo, tem-se a seguinte estrutura dos capitais do Assentamento Francisco Romão:

- a) Capital financeiro: como toda comunidade rural proveniente de assentamento do INCRA, esta é caracterizada por trabalhadores rurais sem grandes posses. Há assentados que têm outra residência na área urbana, e trabalhadores que recebem apoio dos familiares para a manutenção das atividades no campo; uma pequena parcela dos assentados tem criação de animais de médio e grande porte (ovinos e bovinos), mas que ainda não têm grandes retornos financeiros; têm-se cerca de 15 pessoas que são servidores públicos municipais, principalmente da área de educação, vinculados à escola municipal situada na agrovila do assentamento. Cerca de 45 mulheres recebem o “Bolsa Família” do Governo Federal. Esporadicamente são distribuídos alimentos e sementes, através de cestas básicas do INCRA⁵⁸;
- b) Capital cultural: em torno de 90% dos comunitários têm no máximo o Ensino Fundamental completo; alguns professores têm curso superior; a maioria dos assentados já passou por formações políticas realizadas pela própria comunidade, pela CUT, pelo STTR ou pelo MST. Além de eventos organizados pela JnT e pelo MST, como a “I Jornada das Juventudes do Campo”, realizada em julho de 2015; alguns já participaram de cursos de formação nas áreas de produção e de comercialização, como o curso “Negócio Certo Rural” que foi realizado em 2014 pelo SEBRAE de Açailândia, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); este capital é fortalecido quando ocorrem parcerias com organizações como a CUT, o STTR e a JnT, que apoiam ações da comunidade, e colaboram nas reuniões com os representantes da Vale, principalmente em momentos mais críticos, como a manifestação de janeiro de 2012.
- c) Capital político: a comunidade teve apoio dos representantes do campo político através da Prefeitura Municipal de Açailândia (PMA) entre os anos de 2009 e 2011;

⁵⁸ Não há dados precisos sobre as ações do INCRA na comunidade.

no fim de 2011 foi apoiada pela PMA na realização da reunião que resultou nas reivindicações à Vale, e que, ao não serem atendidas, impulsionou a manifestação de janeiro de 2012; além deste momento, não há menção de qualquer apoio político dado à comunidade na relação com a empresa Vale; a principal representante da comunidade se candidatou a vereadora em 2012, mas não conseguiu ser eleita; esta também foi vice presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) do município de Açailândia, mas em dezembro de 2015 teve que se afastar devido ao assassinato do seu esposo⁵⁹;

- d) Capital jurídico: o primeiro apoio do campo jurídico à comunidade foi a orientação dada pelos advogados da Justiça nos Trilhos, principalmente sobre os possíveis danos relacionados com a DEFC; a divulgação destes, e as denúncias realizadas pelas lideranças do AFR ao Ministério Público Federal (MPF/Imperatriz), sediado no município de Imperatriz, resultou na abertura da Ação Civil Pública (APC) e a realização da Reunião Pública (RP); além disso, em momentos de maior pressão da mineradora, são acompanhados pelos advogados da JnT ou os do STTR;
- e) Capital tecnológico: a falta de uma assessoria técnica mais próxima, e talvez mais eficiente por parte dos órgãos públicos, resulta numa severa dificuldade na realização de ações/investimentos produtivos para subsistência no assentamento; os baixos capitais financeiro e cultural resultam no rebaixamento do potencial técnico-científico da comunidade, repercutindo no capital tecnológico.

Em relação ao *habitus* dos trabalhadores rurais do AFR, estes se colocam como avaliadores da implantação dos aparatos estruturais e logísticos da empresa. A partir do momento em que a comunidade percebe os efeitos da proximidade com a ferrovia, os trabalhadores definem que um acompanhamento mais rígido será necessário. A aproximação da obra da DEFC da sede do assentamento ampliou a percepção dos problemas, e também a necessidade de acompanhamento. Com isso, observam todos os movimentos da mineradora que visam instalar estruturas para essa obra.

⁵⁹ Não são citados indícios de que este assassinato tenha ligações diretas com cotidiano da comunidade.

2.5 A mineradora Vale S/A

A mineradora Vale S/A, fundada em 1942 através do Decreto-Lei 4.352, passou a se interessar pela região norte do país a partir dos anos de 1970, quando pesquisas geológicas indicavam que haveria cerca de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro na Serra dos Carajás, no sul do Pará. Em 1978 se inicia a construção da EFC, que liga a mina de ferro N4E, situada no município de Parauapebas – PA ao Porto da Madeira em São Luís – MA. Neste percurso passa pelo território do município de Açailândia - MA. Maiores informações sobre o processo de criação e expansão da empresa podem ser obtidas em Ribeiro Junior e Marinho (2013), Carneiro (2010), Zagallo (2010), Godeiro (2007), Monteiro (2005).

Pelo fato de ser o entroncamento entre as rodovias BR 010 e BR 222, e do destaque dado ao entroncamento entre as ferrovias EFC e Norte-Sul, o município de Açailândia sempre teve evidência nos investimentos da empresa. Inclusive foi construído um complexo educacional para atender às demandas de educação dos funcionários e dos filhos destes (hoje de propriedade da UEMASUL). As parcerias entre a empresa e as siderúrgicas também foram importantes para a implantação da Vale no município.

Em Açailândia a mineradora Vale mantém uma “Unidade Operacional”, ou entreposto ferroviário, no bairro Piquiá (distante cerca de 15 Km da sede do município). Nesta são realizadas atividades administrativas, trabalhos de manutenção nas máquinas e de controle logístico. Há também a estação para embarque e desembarque de passageiros. Mas o destaque fica por conta do pátio de descarga de minério vindo de Carajás (PA), e de carga de ferro gusa vindo das siderúrgicas do município, que têm como destinos principais alguns países da Europa e a China.

A partir da descoberta da mina de minério de ferro chamada de S11D⁶⁰, localizada na região do município de Canaã dos Carajás – PA, a empresa investiu em toda a logística necessária para a extração e a comercialização das 90 milhões de toneladas de minério que serão retiradas desta mina, segundo dados da própria Vale (VALE, 2012). Em meados 2008 começaram os estudos sobre a duplicação da EFC, o que impulsionou diversas especulações sobre esta obra, que foi iniciada em 2011. No caso da mineradora Vale S/A, há um financiamento de R\$ 6,2 bilhões para investimentos no Complexo Carajás e na Capacitação Logística Norte (CLN) que envolve a DEFC (BNDES, 2014).

⁶⁰ A divulgação da licença de exploração desta área ocorreu no dia 09 de dezembro de 2016. Nela a Vale recebeu a autorização para explorar até 90 milhões de toneladas/ano de minério (MMA, 2016).

A partir da avaliação do processo histórico de atuação da Vale, tem-se que, dentre os principais objetivos da ação desta junto às comunidades onde atua são: aumentar o conhecimento do cotidiano das comunidades; acompanhar processos que resultem em riscos operacionais; ampliar a visibilidade positiva da empresa; ampliar o atendimento das demandas, reduzindo possibilidades de conflito. Todos esses pautados numa ação estratégica.

Os representantes da empresa informaram que existem, além do “Guia de Relacionamento com Comunidades – GRC”⁶¹, diversas diretrizes a serem seguidas. Estas vão desde os processos de mobilização e encontro com as comunidades, até os processos de repasse dos investimentos, bem como a “entrega” das obras. Mas, mesmo com essa grande quantidade de procedimentos e orientações, ainda ocorrem os momentos de tensão na relação com as comunidades.

Dentre as relações conflituosas entre a empresa Vale e movimentos sociais pelo Brasil, e que têm destaque em pesquisas acadêmicas, se tem a disputa com o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG), no estado de Minas Gerais. Nesta área a empresa tem o “Projeto de Mina Apolo”, mas o MPSG busca a aprovação da transformação desta área em Parque Nacional (PN) (COELHO-DE-SOUSA, 2015). Ambos disputam o poder de decisão sobre a área a ser delimitada, visto que é consenso a aprovação do PN.

Há também o caso do município paraense, Barcarena, onde segundo Ribeiro Junior e Sant’Ana Junior (2011, p. 09): “[...] a ação das subsidiárias da Vale tem gerado impactos relevantes no que tange a emissão de poluentes (gases cáusticos e poeiras corrosivas, bem como a liberação de dióxido e trióxido de enxofre) e aos acidentes ocorridos.”

Os problemas com pescadores artesanais e quilombolas na baía de Sepetiba, que passam por problemas relacionados com a Vale e a parceira Thyssen Krupp, também são destacados por Bossi *et al.* (2009). Também são conhecidos problemas sociais, ambientais e trabalhistas em países como o Peru, a Indonésia, o Canadá, dentre outros onde a empresa Vale atua (GARCIA, 2009).

Um importante exemplo brasileiro de relação desta empresa com comunidades é apresentado por Oliveira, Lima e Monteiro (2011), que analisaram a relação entre a mineradora e duas comunidades no município de Nova Lima, no estado de Minas Gerais. As comunidades analisadas foram o “Jardim Canadá” e o condomínio “Jardim Monte Verde”, que, segundo os autores, sofrem impactos ambientais devido à proximidade à mina do Capão Xavier. Nesta relação são destaques: a falta de autonomia do profissional indicado pela empresa para

⁶¹ Informação obtida durante as entrevistas com o Representante Vale 04 (RV04), que será citado no item 3.1.

intermediar a relação, que dificulta os processos de negociação; a interdependência entre a empresa e as comunidades, que se tornou ponto primordial para as tomadas de decisão; ao atender às demandas comunitárias que são obrigações do poder público, instala-se uma relação ambígua entre os agentes (OLIVEIRA; LIMA; MONTEIRO, 2011).

Em termos gerais, e para reduzir os problemas ligados ao relacionamento com comunidades, a Vale criou no ano de 2011 a “Ferramenta de Gestão de Demandas da Comunidade”⁶². Com isso, o atendimento das demandas é realizado em meio “*on line*”, com integração de dados de todo o Brasil. Desde então adotou-se a metodologia dos planos plurianuais das ações sociais da empresa. Mas, ao avaliar o relatório de sustentabilidade da Vale do ano de 2012, Gonçalves *et al.* (2014, p. 91) citam que a empresa “[...] não evidencia contas de caráter ambiental na ‘Demonstração do Resultado’, como receitas/despesas ambientais, custos ambientais, investimentos ambientais, entre outros”.

Sobre a atuação da Vale junto às comunidades próximas à EFC, Pantoja (2012) destaca que a “Fundação Vale” e o “Departamento de Relações e Comunitárias - DRC” são os principais meios de interlocução com as comunidades. No caso deste último, a mineradora conta com analistas de campo, que são funcionários da própria Vale, e que fazem o relacionamento com representantes da sociedade civil e do poder público nos municípios da Estrada de Ferro Carajás (*op. cit.*).

Percebe-se também que a divulgação das “ações sociais” avaliadas internamente como positivas, é uma estratégia constante da empresa. Mas, ao analisar algumas peças publicitárias da mineradora, Aquino (2013) menciona que mesmo com todo o investimento publicitário em campanhas que divulguem a imagem de empresa social e ambientalmente sustentável, os investimentos logísticos, e o aumento de conflitos nas obras de logística da empresa, demonstram que há um paradoxo entre o divulgado e as suas ações.

Na tentativa de reduzir estes tipos de avaliações, a mineradora adota ações direcionadas, e que ampliem a avaliação positiva dos seus “investimentos” em responsabilidade social. Seja através de investimentos diretos, ou através de ações da Fundação Vale⁶³. E neste sentido, Pillar (2006 *apud* PANTOJA, 2012) relaciona estas ações com objetivos estratégicos, pois:

⁶² Informação obtida durante as entrevistas com o Representante Vale 04 (RV04), que será citado no item 3.1.

⁶³ A Fundação Vale, fundada na década de 1970, tem como objetivo “[...] contribuir para o desenvolvimento territorial e para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades localizadas em áreas de operação da Vale, por meio de iniciativas sociais voluntárias e de caráter estruturante.”. (FUNDAÇÃO VALE, 2016, p. 01).

Responsabilidade social para a Vale do Rio Doce é uma questão estratégica. Porque você não sustenta uma empresa de recursos naturais no longo prazo se não for bem aceito na comunidade, se não for bem percebido e não atuar de forma decisiva no destino daquela comunidade onde você está. (PILLAR, 2006, p. 47 *apud* PANTOJA, 2012).

Atualmente a empresa utiliza mecanismos gerenciais como “Programas de Comunicação Social – PCS”, que são previstos nos Relatórios de Impacto Ambiental das suas respectivas obras/atividades logísticas/econômicas. O PCS da Vale trabalha com três linhas estruturantes de ação (Quadro 07):

Quadro 5. Linhas de ação do PCS da Vale.

1ª Linha de ação	2ª Linha de ação	3ª Linha de ação
Estabelecer processos de comunicação entre o empreendimento e demais órgãos do poder público local e junto aos organismos não-governamentais para criar visibilidade positiva do empreendimento; voltados para o “marketing” institucional do projeto, destinado aos agentes políticos, entidades representativas da sociedade civil, entidades de classe, comunidade técnica e científica, e a população em geral.	Destinada especificamente à população da AID, particularmente aquela localizada nas localidades próximas às obras, que receberá informações permanentes em consonância com as frentes de trabalho e com as atividades de cada componente do empreendimento; assim o PCS apresenta-se como um canal para dirimir dúvidas, denunciar problemas com interferência de obras, segurança e outros.	Voltada para o conjunto de colaboradores envolvidos nas obras das linhas tronco fase 1 e fase 2 com o objetivo de se contribuir com o Sistema de Gestão Ambiental e Social do empreendimento através do desenvolvimento de atividades de Comunicação Social para a informação de todo o corpo funcional, e colaboradores em geral quanto à necessidade da conservação ambiental e respeito aos grupos sociais pertencentes à AID, particularmente aqueles localizados próximos às frentes de obras.

Fonte: VALE (2010).

No caso da Amazônia, especificamente a região entre os estados do Pará e Maranhão, que tem grande influência da atividade mineradora, Wanderley (2012) cita que a empresa assumiu o poder hegemônico regional, e menciona ainda que, com a atuação dela “[...] os processos potencializadores e deflagradores dos movimentos populares foram desencadeados por impactos e ameaças provenientes da mineração industrial, que reconfiguraram as relações de poder e os arranjos territoriais em detrimento das populações locais.” (WANDERLEY, 2012, p. 82). Considera-se ainda que: “Em volta da mina de Carajás, muitas comunidades rurais são expulsas pela duplicação que a Vale faz do sistema ferroviário.” (BITTENCOURT; BOSSI; SANTOS, 2012, p. 15).

Analisando a atuação da empresa Vale nos conflitos socioambientais no Maranhão, Ribeiro Junior e San’Ana Junior (2011, p. 121) apresentam que esta “[...] lança mão de estratégias de Responsabilidade Social [...]” para que estes conflitos sejam amenizados e que não tragam grandes problemas econômicos. Estes citam ainda que, em termos de relações conflituosas: “No Maranhão, assim como no Brasil, muitos conflitos ambientais pululam e,

apesar da existência de leis que buscam impor limites e normatizar a sociedade, são pouco eficientes quando se trata de gigantes econômicas, como é o caso da Vale.” (*op. cit.*, 2011, p. 122).

Para Bossi *et al.* (2009), a interligação entre o Estado brasileiro e a empresa Vale tem se acentuado, principalmente em relação aos crescentes financiamentos disponibilizados através do BNDES. Estas ações impulsionam diversos problemas socioambientais, “[...] como exploração de madeira, produção de carvão vegetal e ferro gusa. Esses impactos podem ser observados claramente ao longo da Estrada de Ferro de Carajás, no Pará e Maranhão.” (BOSSI, 2010, p. 164). E Sobre a DEFC no Maranhão, Ribeiro Junior e Marinho (2013), destacam que:

A falta de diálogo da empreendedora com as comunidades locais torna os conflitos mais constantes. São recorrentes os casos em que as comunidades têm de ameaçar fechar a Estrada de Ferro para que a empreendedora envie algum técnico para dialogar com os moradores sobre algum problema relacionado à EFC (RIBEIRO JUNIOR; MARINHO, 2013, p. 36).

Ao avaliar o processo de relação entre a empresa e as comunidades do Maranhão e do Pará, além das análises da ação desta em países como Moçambique, Vitti (2014, p. 132) menciona que “[...] a ação desta empresa é deflagradora de processos de organização social, assim como a exploração do trabalho determina a revolta da classe trabalhadora.” Além disso há os problemas entre a empresa e a comunidade do assentamento Palmares II, no município de Parauapebas (PA), onde a relação é marcada por “[...] uma longa história de tensões e enfrentamentos com a mineradora” (MICHELOTTI; SOUZA; ALMEIDA, 2010, p. 04). No mesmo município há também o conflito histórico com a comunidade do assentamento Carajás II (FAUSTINO; FURTADO, 2013).

Para Silva, Ribeiro Junior, Sant’Ana Junior (2011) a DEFC tem simbolizado para as classes política e empresarial, desenvolvimento econômico; para as comunidades rurais, “[...] ela representa a destruição, a violação, a incerteza quanto ao futuro, a vida posta em risco.” (*et al.*, p. 18). Neste sentido, AIAV (2015, p. 30) cita ainda que “[...] o aumento do volume das exportações eleva também de forma dramática os conflitos ao longo da Estrada de Ferro de Carajás”.

Citando que há conflitos entre a empresa e algumas comunidades, pois a população tende a confundir a responsabilidade do Estado como responsabilidade da empresa, Bismarchi e Soares (2009) destacam que a Vale, para evitar este tipo de conflito adota os seguintes procedimentos:

[...] a empresa mantém um relacionamento permanente com todas as comunidades do entorno das unidades operacionais e um acompanhamento rigoroso dos aspectos socioambientais deste entorno de acordo com os mais exigentes padrões internacionais, a fim de evitar conflitos e ao mesmo tempo atender às necessidades das comunidades locais, da comunidade internacional (seja mídia, governos ou clientes) e assegurar a segurança ambiental e a sustentabilidade das operações. (BISMARCHI; SOARES, 2009, p. 35).

Autores como Penha e Nogueira (2015) destacam que as obras da DEFC ampliaram os conflitos entre a Vale e as comunidades. Estes citam que, para fazer frente à crescente influência desta obra “[...] os sujeitos que compõem as áreas atingidas pela EFC se organizam e lutam contra essa política de desenvolvimento. Essas lutas vêm, principalmente, com a ação de cobrança de reparos e indenizações por parte da Vale S.A.” (PENHA; NOGUEIRA, 2015, p. 178). No caso do assentamento Francisco Romão, Faustino e Furtado (2013) destacam a existência de diversas denúncias de danos causados pela obra.

Existem situações conflituosas na região do AFR, como a citada pela Procuradoria da República do Maranhão (PRM). Depois de vistorias no assentamento a PRM propôs uma Ação Civil Pública (ACP) contra a Vale, devido às rachaduras nas casas, que segundo este órgão “[...] são decorrentes da vibração ocasionada pela passagem dos trens pela estrada de ferro.” (PREM, 2013).

Como observado nas Figuras 22, 30, 31 e 32⁶⁴ demonstrada anteriormente, a proximidade entre a EFC e a agrovila do assentamento Francisco Romão é de menos de 200 metros. Devido a isso, esta relação não é opcional, e sim obrigatória. A questão a ser analisada é como os dois agentes, empresa e comunidade, estabelecem esta relação; e quais os resultados desta para a empresa e para a comunidade.

2.6 A Suzano Papel e Celulose S/A

Fundada em 1924 no interior de São Paulo, a Suzano Papel e Celulose S/A passou a se interessar pela região oeste do Maranhão depois de confirmar que poderia obter resultados positivos com a expansão da exportação da celulose; Esta proveniente das centenas de milhares de hectares de eucalipto que já existiam na área⁶⁵. Além da existência de uma logística que potencializaria a exportação; e uma redução de 75% do Imposto de Renda (IR) por dez anos.

⁶⁴ Encontram-se no item 2.3.

⁶⁵ Como descrito anteriormente, realizada na década de 1980 e que seriam para a fabricação de celulose; mas que foram ampliadas entre as décadas de 1990 e 2000 para possibilitar a fabricação do Ferro Gusa.

Segundo Ribeiro Júnior (2014), as justificativas para a escolha desta região para a instalação da fábrica são:

1) Existência de um espaço para o desenvolvimento de uma base florestal capaz de suprir as necessidades de madeira para a indústria de celulose; 2) Existência de características regionais adequadas para permitir o desenvolvimento de um projeto economicamente viável; 3) Situação socioeconômica que possa ser melhorada e potencializada a partir do desenvolvimento do projeto; 4) Características ambientais favoráveis ao projeto e em conformidade com a legislação ambiental. (RIBEIRO JUNIOR, 2014, 164).

A construção da fábrica foi anunciada em 2008, ano em que também se iniciaram os plantios de eucalipto para atender à demanda da empresa. Foram investidos cerca 2,3 bilhões de reais na obra, e em torno de 600 milhões de reais na base florestal; grande parte deste montante financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2011). Além disso, a Suzano adquiriu uma área equivalente a 84,7 mil hectares de terras, por 235 milhões de reais para plantio de eucalipto (MADEIRA FILHO *et al*, 2013).

Inicialmente a matriz energética seria garantida por uma parceria com a Vale, pois a Suzano utilizaria o excedente de produção da “Vale Florestar”, fundada e até então mantida pela mineradora e empresas sócias. Mas esta base foi comprada pela própria Suzano em 2014, como destaca Marques (2016), citando que:

Em 2009 a Suzano fechou um acordo com a Vale Florestar para a compra de madeira de uma área de 50 mil ha no Pará, voltada ao abastecimento de sua fábrica em Imperatriz no período de 2014 a 2028. Além disso, foi efetuada a compra de 84,7 mil ha de terras da Vale, dos quais 34,5 mil ha com plantios de eucaliptos no Maranhão. (MARQUES, 2016, p. 141).

Além da possibilidade de não ter problemas com o abastecimento de eucalipto, a proximidade com a Ferrovia Norte Sul (FNS) e a ligação desta com a EFC no município de Açailândia, foram fundamentais para a escolha do município de Imperatriz. Cita-se também que as rodovias BR 010 e BR 222 contaram como ponto positivo para que a matéria prima chegue até a fábrica; além da proximidade com o rio Tocantins, o que garante o abastecimento de água para a produção.

A construção da planta industrial começou em abril de 2011, e entrou em funcionamento em dezembro de 2013. Sua capacidade é estimada em 1,5 milhão de toneladas de celulose de eucalipto por ano; e os mercados consumidores são Estados Unidos e Europa.

Atualmente a principal fonte de matéria prima é vinda do estado do Pará, principalmente de Dom Eliseu e municípios próximos, fruto da compra da “Vale Florestar”; além de plantios no município de Açailândia. Há cerca de 3,5 mil trabalhadores na fábrica, sendo que em torno de 2,1 mil são maranhenses, segundo informações colhidas com representantes da empresa.

Sobre a influência desta silvicultora na oferta de postos de trabalho na região, Borges (2015) salienta que:

O programa de capacitação de mão de obra possibilitou a inserção de mais de 4.000 pessoas no mercado de trabalho, cujos ganhos financeiros aqueceram a economia local e regional, de modo especial em segmentos como a construção civil e o consumo de bens e serviços por essa parcela da população, antes excluída do sistema produtivo, a qual passou a ter uma qualidade de vida mais digna. Além disso, muitas dessas pessoas, mesmo após o término das obras de construção da fábrica, estão aptas a conquistar novas vagas no mercado de trabalho. (BORGES, 2015, p. 179).

A respeito do processo de crescimento econômico da Suzano, da sua expansão no Brasil e em outros países, além dos seus investimentos no Maranhão, são encontradas análises em Ribeiro Junior, Oliveira e Costa (2014), Taveira (2014), Botelho, Almeida e Ferreira (2012), Oliveira (2011), Lins e Silva (2009), Rover *et al.* (2008), Reynaud (2007) e Ouchi (2006). Estes autores tratam das questões socioeconômicas e ambientais da atuação desta empresa.

Sobre a questão ambiental, ao avaliar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), a partir dos relatórios de sustentabilidade de algumas empresas do ramo de papel e celulose, destacando a empresa Suzano Papel e Celulose S/A, Lins e Silva (2009, p. 103) citam que a Suzano tem um baixo índice de “[...] evidenciação e transparência das informações relacionadas ao meio ambiente.” E citam ainda que “[...] os pontos onde não obteve pontuação foram relacionados à evidenciação de multas e processos judiciais, patrocínios e a prestação de contas das metas ambientais.” (LINS; SILVA, 2009, p. 102). Em contrapartida, Oro, Renner e Braun (2013) destacam a empresa como uma das que mais investiram em ações e projetos voltados para o desenvolvimento interno na organização.

Pela “forma responsável” com que seus executivos vêm tratando a instalação da empresa no Maranhão e no Piauí, na avaliação de Barbieri e Cajazeira (2010), eles a citam como um exemplo de empresa com práticas operacionais e administrativas social e ambientalmente sustentáveis. Em contrapartida, ao citar a ação de empresas que utilizam o plantio do eucalipto, dentre elas a Suzano no Alto Jequitinhonha (estado de Minas Gerais), Calixto e Ribeiro (2007, p. 447) citam que “[...] a forma autoritária como as firmas se instalaram na década de 1970 – amparadas pelo Estado – tem dado lugar a uma busca por canais de diálogo, numa procura constante de evitar conflitos com a comunidade de entorno.” Estes autores destacam que esta mudança é o resultado do embate entre as empresas e as comunidades rurais, e pela busca das empresas pela certificação florestal. No caso da empresa Suzano, esta recebeu a certificação *Forest Stewardship Council (FSC)*⁶⁶, em 2005.

⁶⁶ “O certificado FSC é emitido a empresas que seguem dez princípios relacionados à gestão florestal: obediência às leis e aos princípios do FSC, responsabilidades e direitos de posse e uso da terra, direitos dos povos indígenas,

Na área da responsabilidade social, Reynaud (2007, p. 49) destaca que: “A unidade de distribuição da empresa Suzano na Bahia, obteve em 2003 a Certificação SA 8000⁶⁷ relativa à Responsabilidade Social. Em 2004, a empresa foi citada dentre as dez empresas-modelo do Ranking Exame de Cidadania Corporativa.” A empresa também se destaca pela execução de “[...] projetos que auxiliam a conscientização para preservação do meio ambiente.” (ROVER *et al.*, 2008, p. 17).

Ao avaliarem o processo estratégico de ações sociais da Suzano, e sua interligação com a certificação do FSC, Ometto, Bulgacov e May (2015), citam as seguintes características: busca-se a coletivização das ações por todos os agentes da organização; dá-se importância à sensibilização individual; “[...] os agentes de nível hierárquico mais elevado utilizam preferencialmente a agência projetiva, enquanto os demais níveis hierárquicos utilizam mais a agência prática avaliativa.” (*op cit.*, p. 437).

Há análises que destacam avaliações negativas sobre as atividades desta empresa. Problemas como a redução dos empregos para moradores próximos às fazendas que foram arrendadas para a Suzano, e a destruição das igrejas que eram pontos de encontro das comunidades, e ainda bloqueios de acesso a certas localidades (FARINACI; FERREIRA; BATISTELLA, 2013), são exemplos negativos da ação em áreas rurais na região de São Luiz do Paraitinga, São Paulo. Mas para Reynaud (2007):

O compromisso da empresa Suzano Papel e Celulose com a conservação ambiental e com as comunidades encontra-se presente em sua história, e tem sido reconhecido internacionalmente pelas certificações e prêmios conquistados. Em 1995, a Suzano foi a primeira empresa mundial a obter as Certificações ISO 9002 e BS 7750 (*British Standard*) e, em 1996, obteve a Certificação ISO 14001⁶⁸, primeira empresa das Américas a obter tal certificação, em qualquer segmento, e a primeira do setor de celulose e papel, no mundo. (REYNAUD, 2007, p. 48).

relações comunitárias e direitos dos trabalhadores, benefícios da floresta, impacto ambiental, plano de manejo, monitoramento e avaliação, manutenção de florestas de alto valor de conservação e plantações.” (OMETTO; BULGACOV; MAY, 2015, p. 429).

⁶⁷ “A SA 8000 é uma norma que estabelece padrões para as relações de trabalho, passível de auditoria e certificação. Foi elaborada em 1997 pela organização não-governamental norte-americana Council on Economic Priorities Accreditation Agency (Cepaa), hoje chamada Social Accountability International (SAI) e que ficou responsável pelo seu desenvolvimento e pela sua supervisão. Elaborada por grupos de trabalhos que incluem especialistas e representantes de stakeholders, a SA 8000 é a primeira certificação internacional de responsabilidade social e foi revisada em 2001”. (INSTITUTO ATKWHH, 2017).

⁶⁸ “A comprovação de que uma empresa possui um gerenciamento ambiental correto se dá através da certificação em conformidade com a norma ISO 14001:2004, que é a única norma da série ISO 14000 certificável e que diz respeito ao sistema de gestão ambiental (SGA) da organização, sendo este último a parte de seu sistema global de gerenciamento usada para desenvolver e implementar sua política ambiental e para manejar seus aspectos ambientais”. (POMBO; MAGRINI, 2008).

Com relação à adoção de medidas de redução de impactos ambientais, Oliveira (2011) destaca que a busca pela ampliação das vendas no mercado externo impulsionou a adoção de novas tecnologias de produção; e principalmente a busca por inovações que causem menos danos ambientais, ou pelo menos, a redução da percepção destes. “Verificou-se, portanto, que o meio ambiente tornou-se ao longo dos últimos anos uma questão estratégica para a competitividade e permanência no mercado para a empresa Suzano de Papel e Celulose.” (OLIVEIRA, 2011, p. 99). Observa-se ainda que a empresa Suzano menciona em seus documentos que realiza ações de educação ambiental em escolas da rede pública, “[...] com o objetivo de estimular a consciência e as práticas de preservação ambiental dos alunos e de suas comunidades.” (ROVER *et al.*, 2008, p. 67).

Sobre a atuação da empresa Suzano no Maranhão, Taveira (2014, p. 84) cita que esta tem potencializado um processo chamado pela autora de “reconcentração de terras”. E ao avaliar suas ações em duas comunidades rurais de Açailândia, os assentamentos Califórnia e Sudelândia, a autora destaca que:

A empresa Suzano insere-se no contexto de expansão dos grandes projetos, tendo como eixo articulador do seu discurso a preservação ambiental pelo uso do reflorestamento com a plantação de eucaliptos. No entanto, a realidade vem demonstrando que sua principal consequência é a concentração de terras e a apropriação dos recursos naturais (TAVEIRA, 2014, p. 147).

Para Ribeiro Junior e Marinho (2014, p. 30), “[...] a Suzano ao se territorializar no Maranhão tem entrado em conflito com camponeses que possuem uma lógica distinta da empresa na forma de se apropriar do conteúdo do território.” Kröger (2011) destaca que, as organizações dos trabalhadores rurais, ao se utilizarem das manifestações e das suas redes de relações contra grandes empresas como a Suzano, podem conseguir uma redução da expansão das monoculturas no Brasil. Sobre a problemática da relação entre a silvicultura e as comunidades rurais, Veiga, Porro e Mota (2011) destacam que:

[...] na regional do MIQCB, no entorno da cidade de Imperatriz/MA, nos últimos anos, grupos de quebradeiras que já viviam em situação de expropriação começam a se organizar contra a empresa Suzano Papel e Celulose, que vem se apropriando das terras nos territórios tradicionalmente ocupados e usados pelas quebradeiras de coco. (VEIGA; PORRO; MOTA, 2011, p. 09).

O que se tem é que a empresa Suzano está em fase de grande ampliação, e o estado do Maranhão recebe grande parte dos seus investimentos. Como é uma empresa com décadas de atuação no ramo do papel e da celulose, já conhece os conflitos com comunidades, e sabe quais os mecanismos a serem adotados para reduzir de ocorrência destes. Seus representantes, neste

caso os altos executivos, sabem que a estratégia exitosa é o uso dos recursos financeiros aplicados em comunidades de baixo investimento público.

No caso do Maranhão, divulgado como um dos estados menos desenvolvidos economicamente do Brasil, a empresa conta com um grande poder simbólico impulsionado por políticos e por empresários. Estes, interessados nos ganhos eleitorais e financeiros com a manutenção desta fábrica (Figura 33). Neste sentido, Marques (2016) destaca ainda que:

Quanto mais a produção de celulose da Suzano ganha espaço no mercado internacional, mais a empresa amplia a sua territorialização no país, controlando imensas áreas de monocultura de árvores, impactando - em extensão e profundidade - a economia, a política, o meio ambiente, a cultura, enfim, a vida em um grande número de municípios nas regiões em que atua. (MARQUES, 2016, p. 143).

Figura 33. Fotografia da Fábrica da Suzano em Imperatriz.



Fonte: Suzano Papel e Celulose (Divulgação).

Como se percebe, a instalação desta empresa em Imperatriz é acompanhada por uma série de estratégias de defesa do empreendimento. Uma delas é destaca por Kröger (2013), citando que os representantes dessa buscaram vincular a mudança da destinação das plantações de eucalipto, que seriam destinadas à produção de carvão, e que agora são matéria prima para a celulose; vinculando como algo ambiental e socialmente menos impactante. Com isso, há uma importante elevação do poder desta no território. Em termos de ampliação do poder da Suzano, Marques (2016) e Ribeiro Júnior (2014) destacam os benefícios que a possibilitaram, que são:

[...] o baixo preço da terra, que chega a ser *sete vezes mais barato* do que no Estado de São Paulo; conjuntura política favorável à instalação de projetos de desenvolvimento; a proximidade da infraestrutura de escoamento (rodovias, como a BR 135; proximidade com o Porto do Itaqui, em São Luis); bem como a maior parte das terras do Maranhão serem classificadas como de boa aptidão para a silvicultura [...] (RIBEIRO JUNIOR, 2014, p. 205). (Grifos do autor).

Na região de Imperatriz o projeto de instalação da fábrica foi bem recebido pela população em geral pois trouxe a perspectiva de geração de empregos e a promessa de desenvolvimento para a região. No que diz respeito às comunidades rurais, houve muitos casos de deslocamentos e expulsão de comunidades de suas posses. Porém, a Suzano adotou uma estratégia de aproximação mais cuidadosa, contratando pessoas com reconhecido trabalho junto a comunidades rurais na região e propondo projetos sociais vários, inclusive cedendo pequenas áreas em suas terras para o cultivo de milho, feijão e arroz. Tal estratégia parece ter sido exitosa até o momento, poupando a empresa de maiores conflitos e processos judiciais. Curiosamente, isso se deu mesmo sendo a região reconhecida por sua tradição de lutas e organização social no campo. (MARQUES, 2016, P. 225).

Uma das estratégias destes grandes empreendimentos, é estabelecer “diálogos” que resultem em ganhos. E como todas as grandes empresas, esta também conta com um importante Programa de Comunicação Social (PCS). No caso da SUZANO o PCS tem como objetivo:

[...] estabelecer um canal de comunicação com as comunidades próximas às unidades de plantio, visando o repasse de informações relevantes sobre os aspectos da implantação e operação dos projetos (dados técnicos, licenciamento, impactos, medidas e programas ambientais), buscando identificar e minimizar potenciais conflitos e desentendimentos (SUZANO, 2010, p. 49).

Um resultado desse processo de “diálogo” entre a SUZANO e a comunidade da Ciriáco é o projeto “Extrativismo Sustentável” que envolve outras comunidades vizinhas. Este visa “[...] fortalecer o desenvolvimento do extrativismo vegetal e demais sistemas produtivos de agricultura familiar, proporcionando aos grupos participantes – em especial povos e comunidades tradicionais – condições de desenvolvimento local e fortalecimento da produção rural.” (SUZANO, 2012, p. 83). Ao citar este exemplo o diretor de recursos humanos da empresa, Carlos Alberto Griner, explica que:

Colocado em prática já na Bahia e no Maranhão, os Conselhos Comunitários da Suzano abordam um modelo participativo de relacionamento com as comunidades onde atuamos e têm como principal objetivo transformar a realidade socioeconômica dessas comunidades, criando nelas uma cultura empreendedora. Para tanto, a empresa organiza espaços de discussão e diálogo que permitam criar projetos que estejam diretamente relacionados à cultura local, de modo que se leve o desenvolvimento sem exigir que estas comunidades abram mão de suas tradições e costumes (PÁGINA SUSTENTÁVEL, 2014, p. 02).

Mas, para além das questões citadas, é importante avaliar as estratégias adotadas pela empresa para ampliar seu poder, principalmente no relacionamento com os movimentos sociais do campo. Ampliando este debate, e buscando entender como os investimentos apresentados, e que são classificados como ações sociais, interferem no cotidiano comunitário. E esta tese vem aprofundar as análises a respeito da ação desta na relação com os trabalhadores rurais, considerando que foram enfatizadas as ações da silvicultura junto às quebradeiras de coco babaçu da RESEX Ciriáco, em Cidelândia (MA). Além de analisar as estratégias da mineradora Vale S/A, junto à comunidade do Assentamento Francisco Romão, em Açailândia (MA).

CAPÍTULO 03. A relação entre as corporações empresariais e as comunidades rurais

Influir no meio social é um dos objetivos das empresas ao se relacionarem com pequenas comunidades rurais. O foco é a redução de qualquer possibilidade de conflito que cause desgastes à imagem, e conseqüentemente aos lucros das corporações. Mas, para ampliar sua capacidade de prevenção destes conflitos, a Vale e a Suzano estabelecem estratégias de relacionamento focando na alteração da simbologia negativa das suas imagens, das suas empresas parceiras, e do seu aparato logístico.

Como visto nos capítulos anteriores, há um grande empenho na alteração da representação negativa de ferrovias, no caso da mineradora, e das extensas áreas com monocultura de eucalipto, que é o caso da Suzano. Busca-se transformá-los em símbolos de desenvolvimento econômico “para todos”, visando a ampliação dos seus poderes sobre as regiões onde atuam. Como destacam Mignolo (2008; 2005) e Quijano (2002), este processo de “desenvolvimento” atrela-se à colonialidade do poder e do saber.

Acrescentam-se as análises de Esterci (1994) e Sutton (1994), que tratam dos problemas enfrentados por comunidades rurais, em destaque: imposições pela modificação na organização, nas tradições e nos valores comunitários; a ampliação da exclusão e discriminação destes grupos; e a intensa tentativa de manter estes trabalhadores rurais dependentes dos agentes dominantes.

A redução da organização comunitária contra os grandes empreendimentos é um dos principais focos da ação empresarial. Busca-se, principalmente, reduzir a capacidade de somatória/agregação de forças que os movimentos sociais do campo demonstram historicamente; força observável nas manifestações que ocorrem contra os grandes empreendimentos industriais. As grandes empresas multinacionais esperam que seus investimentos consigam desmobilizar estes movimentos, e, além disso, isolar as comunidades situadas nas cercanias dos seus aparatos logísticos e industriais.

Para Clemente e Jeunon (2013, p. 65), nos casos de relação entre as corporações empresariais e os pequenos grupos socialmente desfavorecidos “[...] a dominação é, em geral, não explícita, mas sutil e violenta [...]”. Há o caso da Vale, no qual Minayo (2004) destaca que as comunidades situadas nas suas cercanias, são levadas a valorizar os sentimentos de gratidão e respeito à empresa; estratégia empresarial que tornou-se habitual no cotidiano amazônico.

As classes com maior poder financeiro, em destaque a classe empresarial da região amazônica, empenham-se na formação dos estigmas das classes trabalhadoras. Visam ampliar

a dominação empresarial frente às comunidades rurais (BRUMER; SANTOS, 2006). Para Rabello (2013) esta região é submetida aos processos de classificação realizados pelas classes dominantes, que compelem poder sobre os povos da Amazônia; além das imposições culturais a que são submetidas as comunidades tradicionais (MENEZES; BRUNO, 2013).

Por outro lado, Castro (2012, p. 52) destaca o fortalecimento da dinâmica de resistência dos movimentos sociais, que ampliaram as “[...] lutas pontuais em resposta a processos de desterritorialização, deslocamentos compulsórios, supressão de direitos e criminalização de grupos diversos [...]”. Para Castro, Alonso e Nascimento (2016, p. 176) são muitos os grupos que se empenham na resistência “[...] contra o modelo de desenvolvimento neo-extrativista [...]”, e que lutam pela “[...] construção da democracia, e da renovação do campo de direitos sociais e étnicos [...]” (*op cit.*). Neste sentido, Sant’Anna Júnior e Cardoso (2016) destacam que:

A expansão da acumulação de capital através de processos produtivos apresentados como sendo de desenvolvimento, resultando no confronto de lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos, leva a processos conflituos, na medida em que os questionamentos das decisões políticas e das ações associadas aos projetos de desenvolvimento se expressam em forma de resistência por meio da mobilização coletiva. (SANT’ANNA JÚNIOR; CARDOSO, 2016, p. 190)

Considerando este contexto, o objetivo deste capítulo é demonstrar, primeiramente, como é estabelecida a relação entre as empresas (Vale e Suzano) e as comunidades (AFR e Ciriáco), destacando os principais momentos históricos desde as primeiras aproximações entre eles. Em seguida são apresentadas análises sobre as estratégias da Vale e da Suzano, aplicadas com o propósito de estabelecer uma relação de dominação com os assentados e as quebradeiras de coco, respectivamente. Finaliza-se com uma análise sobre as repercussões das estratégias corporativas nos cotidianos comunitários, e como estes trabalhadores rurais resistem a todos as estratégias de imposição do poder empresarial.

3.1 Histórico da relação entre a Vale e os trabalhadores rurais do Francisco Romão

Ao ocupar a sede da fazenda onde hoje se encontra a agrovila do assentamento, ainda em 2007, os trabalhadores avaliaram que a proximidade com a EFC traria problemas à comunidade. Eles sabiam dos riscos de construir suas residências nas proximidades da ferrovia, mas, a estrutura básica de tanques, caixas d’água, construções da sede da fazenda, e a instalação

elétrica já estavam estruturadas neste local. Como eles não tinham recursos financeiros, preferiam continuar na mesma localidade para aproveitar estes equipamentos.

Ao construírem seus “barracos” improvisados, perceberam que a convivência nas imediações da ferrovia seria tumultuada. O trânsito dos trens interferia em parte do cotidiano dos trabalhadores rurais, e estes não sabiam como lidar com a situação. A distribuição dos lotes ainda não fora realizada, mas a única forma de ter acesso à BR 222, e conseqüentemente às áreas urbanas mais próximas, era, e ainda é, atravessando a ferrovia.

Da sua instalação até os primeiros contatos com a equipe da Vale, a única preocupação das lideranças era manter os acampados em segurança; tanto em relação à travessia da ferrovia, mas também contra possíveis investidas dos proprietários em reintegrar a posse da área. Além disso, buscava-se o reconhecimento da comunidade como assentamento.

A rotina de solicitações de apoio político e financeiro para a comunidade era constante, considerando que havia em torno de 90 famílias até então; e que buscavam melhores condições de vida no meio rural. Até aquele momento o que mais importava era a segurança e a regularização da situação jurídica da área ocupada.

Entre 2007 e 2009, houve uma rotatividade de acampados, pois algumas famílias desistiram de permanecer na área devido às precárias condições de vida. Os que saíram foram substituídos por outras famílias que mantinham contato com as lideranças, e que estavam acampadas no INCRA de Açailândia, ou em outras localidades nas proximidades do mesmo município.

No ano de 2009 o assentamento recebeu as primeiras visitas de uma representante da mineradora Vale S/A. Esta será denominada nesta tese de Representante Vale 01⁶⁹ (RV01). O objetivo da RV01 foi identificar as lideranças, e as principais características sociais e econômicas da comunidade. No mesmo ano, outros funcionários da mineradora, acompanhados desta representante, iniciaram um processo de conversas para repassar aos moradores informações sobre as obras da DEFC.

As lideranças e os demais trabalhadores relatam que não receberam os esclarecimentos devidos, principalmente sobre os danos a serem causados ao cotidiano do assentamento. Eles foram informados apenas que a obra ocorreria, além de algumas previsões de prazos para o início e o término das obras na região; e que os canteiros de obras seriam instalados nas redondezas da comunidade.

⁶⁹ “Vale 01”, significa que ela foi a primeira representante da mineradora a estabelecer relações com a comunidade.

Não eram mencionados os investimentos sociais a serem realizados nos assentamentos. O objetivo era apenas informá-los que a DEFC em breve chegaria até eles.

Nos moldes do estabelecimento de relações coloniais citado por Castro (2014), a Vale se coloca como um agente dominante, e age apenas “noticiando” que os seus investimentos chegariam. Identificou-se que na visão da corporação, às comunidades resta o “dever” de se “adequar” às regras que serão alteradas com a DEFC, e se preparar para a grande movimentação das máquinas e dos trabalhadores das terceirizadas responsáveis pela obra.

Considerando a base teórica de Bhabha (1992), a mineradora já inculca uma simbologia para os assentados, que é a de povo passível de recepção das suas ações. Inicia-se a relação, considerando-os expropriados do direito de ser contra a obra, privando-os, assim, da sua “capacidade reivindicatória de humanidade” (SOUSA SANTOS, 2006).

A falta de informações dos trabalhadores sobre este tipo de estratégia, que é a coleta de informações pelas empresas, possibilitou que características importantes sobre o cotidiano da comunidade fossem repassadas. Além disto, a equipe da Vale disseminou informações extremamente positivas sobre a DEFC; fatores que integraram parte dos principais assuntos diários, e também das reuniões comunitárias.

Temas como “desenvolvimento”, “empregos” e “geração de renda”, passam a ser vinculados à simbologia da DEFC. Os representantes da mineradora investiram seu capital cultural nesta atividade, e tentaram “inculcar” (BOURDIEU, 2001;1989) nos trabalhadores certos ideais necessários para que, ao precisarem instalar seus aparatos para a construção, não houvesse conflitos, e, conseqüentemente, prejuízos à empresa. Por tornar-se o assunto mais comentado pelos assentados, em relação à EFC, este estendeu-se à rede de relações da comunidade.

Durante as reuniões comunitárias a ampliação das ações da mineradora junto aos assentados torna-se um dos assuntos principais. Isto preocupa os representantes do STTR e do MST, pois a Vale realiza reuniões para demonstrar às comunidades⁷⁰ os procedimentos da obra, e os “ganhos” com a realização desta, como citado acima. Também preocupados com as pressões que a empresa realizaria com uma possível parceira com a comunidade, e sabendo das fragilidades financeiras e reivindicatórias dos trabalhadores do AFR, representantes da Igreja Católica (RIC) passaram a visitá-los, tentando ampliar a capacidade de articulação dos assentados.

⁷⁰ Quando se fala em comunidades, se refere ao Assentamento Francisco Romão e os demais assentamentos vizinhos como o Novo Oriente, o Planalto I e II, e o João do Vale.

Com a entrada do agente RIC, que entram na relação com todo o seu capital cultural, a comunidade amplia sua capacidade de entendimento sobre a DEFC. Este agente, ao aproximar-se da comunidade, explica os problemas relacionados com a obra; além de estabelecer um contato mais estreito com as lideranças, visando principalmente capacitá-los para situações de conflito.

Estes RIC fazem parte da organização “Rede Justiça nos Trilhos” (JnT), que se destaca entre os movimentos sociais que travam lutas políticas contra os grandes empreendimentos, seja na Amazônia brasileira, no restante do Brasil, ou em outros países, principalmente africanos. Esta é mencionada por Santos (2017), Couto e Alves (2016), Dias (2016), Felix (2016), González (2016), Losekann (2016), Rodrigues (2014), Ferreira (2013) e Ramalho e Carneiro (2013), como uma das organizações que contribuem para a formação, a organização e a defesa, inclusive jurídica, dos movimentos sociais e das suas reivindicações. Como destaca Bossi (2010):

A campanha visa desmascarar a violência da companhia Vale e seus impactos socioambientais. Além disso, propõe mecanismos concretos de repartição do lucro ao longo dos trilhos e articula as vítimas da multinacional em nível de Brasil e exterior. Nasceu no final de 2007 sob a coordenação de Missionários Combonianos, Fórum Carajás, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Fórum Reage São Luís, Cáritas Maranhão, Sindicato dos Ferroviários e CUT. A campanha alcançou em breve tempo os atingidos pela Vale em MA, MG, PA, RJ, Peru, Argentina, Chile, Equador, Moçambique e Canadá. (BOSSI, 2010, p. 30-31.)

Neste primeiro contato com a JnT, o assentamento contou especificamente com o apoio dos padres combonianos de Açailândia⁷¹. A primeira estratégia adotada pela organização foi articular a formação de um “Grupo de Trabalho”, tendo como objetivo esclarecer os trabalhadores sobre os investimentos da Vale na DEFC, e as consequências destes na região. Isto foi realizado em todas as comunidades da região do Novo Oriente.⁷²

Além do grupo de trabalho, os RIC incentivaram e apoiaram na formação de uma comissão para potencializar a capacidade de reivindicação à empresa. O objetivo era estabelecer uma rede entre as comunidades locais, para que as decisões fossem tomadas em conjunto, sempre que houvesse demandas a serem apresentadas para a mineradora. Assim, as comunidades demonstrariam uma organização, reduzindo a capacidade da Vale em influenciar

⁷¹ Missionários católicos, padres, freiras, ou “leigos”, que seguem os ensinamentos de atuação social de São Daniel Comboni; e que são um dos principais articuladores da Rede Justiça nos Trilhos (JnT).

⁷² A ação dos representantes da Igreja Católica não se restringiu à comunidade do Francisco Romão, mas também abrangeu as comunidades do entorno deste.

nas comunidades. Desta comissão participaram os trabalhadores rurais do assentamento Francisco Romão, além dos funcionários da escola municipal (professores e demais servidores).

Após a organização do grupo de trabalho e da comissão, ainda em 2009, a RV01 ainda realizou visitas no AFR. Mas, logo após tomar conhecimento da organização desta e das demais comunidades, esta representante não realizou mais trabalhos em campo. Após alguns meses, e sem nenhum esclarecimento à comunidade, a RV01 é retirada da relação. No lugar surge a denominada de Representante Vale 02 (RV02), que continua acompanhando e avaliando os trabalhos realizados por sua antecessora nas comunidades. Esta segunda representante atua no assentamento até outubro de 2010, quando é substituída por outro, o agora Representante Vale 03 (RV03).

Além do apoio do RIC, o acesso a área urbana, aos meios de comunicação, e às conversas com organizações parcerias, como o STTR e o MST, e a vivência cotidiana, demonstraram que danos seriam causados à comunidade, pelo intenso uso da EFC e sua duplicação. A partir de então os assentados buscaram melhores informações em instituições como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O foco era obter dados e informações que esclarecessem sobre as licenças ambientais da DEFC.

Concomitante com o grupo de trabalho, empenhado nos estudos das licenças ambientais, iniciou-se uma parceria com as comunidades vizinhas, principalmente os assentamentos Novo Oriente e Planalto I e II. Estas quatro comunidades conseguiram um maior engajamento, pois suas lideranças compartilhavam de uma maior confiança e de parceria. Além disso, a proximidade física entre ambas foi outro facilitador.

Somando forças, as quatro comunidades souberam realizar os “trabalhos tributários de sociabilidade” (BOURDIEU, 1998b), na medida em que empenhavam-se em engajar os demais trabalhadores dos seus assentamentos nas ações de formação, e de discussão sobre a DEFC. Como resultado, iniciou-se um fortalecimento conjunto entre as comunidades, principalmente para o relacionamento com a Vale. Paralelamente, a empresa ampliou os trabalhos de reconhecimento das comunidades, das atividades cotidianas realizadas, bem como identificando quem são, e como atuam as respectivas lideranças⁷³.

No ano de 2011 as obras da DEFC chegam às proximidades da comunidade Novo Oriente, distante em torno de 5 quilômetros da agrovila do Francisco Romão. Para isso foi

⁷³ Realizada, agora, durante as visitas da RV03 às comunidades.

construído um canteiro de obras, como ilustrado na Figura 34. Este foi envolto a problemas jurídicos⁷⁴, pois como cita a Justiça nos Trilhos (2015):

[...] a empresa na tentativa de acelerar as obras de duplicação da estrada de ferro, negociou individualmente com um morador do assentamento, sem a autorização dos demais, alugando um terreno para instalar o canteiro de obras da duplicação da Estrada de Ferro na área do assentamento. (JUSTIÇA NOS TRILHO, 2015, p. 06).

Figura 34. Canteiro de obras da Odebrecht instalada nas proximidades do Novo Oriente.



Fonte: o autor (2012).

A Figura 34 acima torna-se uma ilustração importante do tipo de relação estabelecida. A grande empresa (Odebrecht), aqui assumindo a responsabilidade de representante da mineradora, pois foi contratada para isso, adentra um território comunitário. Instala uma grande estrutura, nos moldes da obra a ser executada, que é a DEFC. A licença de instalação foi expedida e divulgada. Mas houve uma averiguação cuidadosa da solicitante, para saber se a área selecionada poderia servir para este fim? A SEMA averiguou antes de emitir a licença? Ou os dois agentes, empresa e Estado, foram “enganados” por um dos componentes do assentamento Novo Oriente?

Em contrapartida, a equipe da construtora Odebrecht divulgou no Diário Oficial do Estado do Maranhão (DOEMA), a licença de instalação do canteiro de obras. Neste comunicado constava que a empresa:

⁷⁴ Abre-se aqui uma lacuna na perspectiva temporal da relação, para se entender como foi a atuação do Estado e das empresas para a resolução desta implantação do canteiro de obras em terras públicas, bem como a problemática social e jurídica envolvida.

Torna público que recebeu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a Licença de Instalação do canteiro de obras avançado situado na Fazenda Quatro Irmãos, Gleba Novo Córrego, Poranguetê, loteamento Novo Oriente, Lote 8, Município de Açailândia - MA, conforme Processo 1680/2011, LI n 091/2011 de 25/07/2011, para o apoio às obras de Expansão da Estrada de Ferro Carajás - EEFC. (DOEMA, 2011).

O fato é que de acordo com a vistoria realizada pelo Ministério Público Federal (MPF), vinculada ao processo Nº. 1.19.001.000129/2012-22, constatou-se que “[...] o canteiro de obras da Odebrecht estava totalmente inserido em terras públicas federais.” (DMPF, 2014, p. 02). Mas na sessão realizada em abril de 2014, o colegiado da Procuradoria da República de Imperatriz – MA (PRI), aprovou por unanimidade o arquivamento do processo, pois o canteiro já estava em fase de “desmobilização”.

Deste processo tem-se que rapidamente toda a estrutura para o canteiro de obras foi montada. Todos os trabalhadores rurais das comunidades que ali transitavam, sabiam que a área era de poder da União, tanto que foi aberto o processo judicial. Como resultado, teve-se, além da demora no julgamento, a decisão pelo arquivamento do mesmo. Com isso, a estrutura da empreiteira recebeu duas significativas simbologias: primeiro, de que o mercado e o Estado trabalham juntos pela facilitação das atividades das grandes empresas; segundo, que havia uma extrema dificuldade em se enfrentar esta estrutura de poder, tendo-se que a burocracia tornava suas reivindicações meras “tentativas” de busca pela justiça. Processos que ilustram perfeitamente os mecanismos de colonialidade do poder e do saber citados por Mignolo (2008; 2005) e Quijano (2002).

O contexto social e jurídico acima é apenas um exemplo do poder político e financeiro exercido pelas grandes empresas na região. Como se percebe, a instalação do canteiro de obras foi comunicada e executada, pois todos os trâmites jurídicos e ambientais foram “seguidos”. Os resultados já foram citados e, como se percebe, tem-se o primeiro exemplo da forma de atuação da Odebrecht e, conseqüentemente, da Vale, tendo-se que a mineradora não se manifesta sobre o processo da ocupação indevida.

Enquanto a logística que possibilitaria a continuidade das obras da DEFC era instalada, disseminava-se que haveriam ganhos financeiros para as comunidades. Os dois principais eram: contratação direta dos trabalhadores rurais; e depois de estabelecida a relação de “diálogo”, ocorreriam os investimentos na produção agrícola nos assentamentos. Estratégias voltadas para um esmaecimento da possibilidade de conflito, considerando a polêmica gerada pela instalação

do canteiro de obras. Para isso, foram iniciadas as reuniões com os comunitários, coordenadas pelos representantes da Vale.

A empresa Odebrecht, em parceria com a Vale, inicia um processo de articulação dentro das comunidades, para ampliar seu poder “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989) dos assentados para aprovarem a obra. Para isso as duas empresas realizaram uma reunião, no mês de junho de 2011, numa igreja evangélica do Novo Oriente, com a participação de representantes das comunidades da região.

Neste momento da relação o principal agente foi a empresa Odebrecht, que o utilizou para conquistar a adesão das comunidades às suas demandas e aos seus interesses; que eram principalmente a amenização dos possíveis conflitos com as comunidades. O foco da reunião foi a apresentação da possibilidade da contratação de alguns trabalhadores da região para execução da DEFC. O que se concretizou ainda em julho de 2011, e resultou em diversos ganhos para a construtora e para a mineradora.

Estes ganhos estão baseados no seguinte processo: a) ao apresentar apenas os possíveis resultados “positivos” da DEFC, a empresa reduziu a ênfase aos aspectos negativos citados pelos assentados e pelas suas organizações parceiras; ao oferecer vagas de emprego na obra, se ampliou a visibilidade positiva desta; ao serem contratados, os assentados reduziram a organização e a articulação que existia, na medida em que se viram beneficiados diretamente pela obra; a empresa ainda ganha com certa divisão entre os trabalhadores rurais, pois apenas uma parte dos interessados foi contratada, ficando as vagas a critério da indicação das lideranças. Como resultado, a empresa Odebrecht, apoiada pela Vale, instala o seu canteiro de obras no Novo Oriente, e os comunitários permanecem contratados pela construtora por cerca de cinco meses; sendo que neste período não ocorreu nenhum ato de articulação contra a Vale.

É de conhecimento das empresas que o Estado não cumpre suas obrigações na manutenção dos investimentos nos assentamentos. Depois de conhecer o cotidiano, e principalmente as dificuldades comunitárias, etapa realizada pelas suas três representantes (RV01, RV02 e RV03), percebeu-se que não bastava ambicionar que seus antagonistas vislumbrassem ganhos indiretos, e a Vale agiu mais agressivamente em busca do principal resultado: a aceitação das obras.

Para as comunidades rurais, e sem perspectiva de retorno financeiro imediato com a terra, o emprego tornou-se um exemplo de que a DEFC traria benefícios. O problema foi que eles se desarticularam, afastaram-se da JnT, e o trabalho de formação/informação foi paralisado. Ocorreram desavenças com as lideranças, pois não havia vagas de emprego para todos.

Foram cinco meses de grandes ganhos políticos e simbólicos para a mineradora Vale. Mas, mesmo contratados pela Odebrecht, os trabalhadores rurais ainda recebiam os efeitos da DEFC em seus cotidianos. E as lideranças do AFR demonstravam aos demais assentados a necessidade articular ações contra os danos causados pelo uso da EFC, recebendo apoio, ainda que demonstrado apenas em conversas particulares.

Após os cinco meses citados, a empresa começou a demitir os trabalhadores das comunidades, sem informar as justificativas. Os comunitários se reaproximaram das lideranças da comunidade, e cobraram que novas ações de pressão sobre a Vale fossem realizadas. Disto resulta a realização de uma nova reunião na comunidade do Novo Oriente, desta vez com todas as lideranças da região. Dentre as pautas debatidas, enfatizou-se a demanda pela maior responsabilização da mineradora pelos impactos da EFC, e da obra da duplicação.

Com a contratação dos assentados pela Odebrecht, as lideranças se viram enfraquecidas, pois a empresa logrou êxito na sua estratégia. Com o fim dos contratos, os representantes das comunidades perceberam a oportunidade de se organizarem novamente. Realizaram os “atos de instituição” (BOURDIEU, 1998a; 1996b) necessários para fortalecer a identidade dos comunitários como entes dos movimentos sociais do campo, e como partícipes das lutas contra os grandes empreendimentos empresariais.

Realizou-se reuniões em todas as comunidades, mas desta vez sem o acompanhamento da JnT. Coube às lideranças dos assentamentos realizar o trabalho de “investimento social” (BOURDIEU, 1998b), visando a rearticulação da rede de relações entre as comunidades. Foram reiniciados os trabalhos de articulação contra a DEFC e os problemas socioambientais ligados a ela. Processos que ampliaram a possibilidade do estabelecimento de “resistências em rede” (CASTELLS, 2013) e de “redes de antidisciplina” (CERTEAU, 1998).

Enquanto isso, o RV03 atuava nas comunidades. Este agente empenhou-se na atualização dos dados sobre as lideranças, e sobre todos os processos cotidianos na comunidade do assentamento Francisco Romão, e as demais. O RV03 percebeu que a comunidade se reorganizou, e atuou apenas intermediando a relação, sem apresentar à comunidade possíveis investimentos da Vale.

Ao se organizar, os representantes do Francisco Romão e das demais comunidades cobraram ações da Prefeitura Municipal de Açailândia (PMA). Tinham dois objetivos: cobrar investimentos públicos necessários para a manutenção básica da comunidade, principalmente na área de saúde e educação; e solicitar a adesão dos representantes da prefeitura à luta política contra a mineradora.

Das demandas apresentadas à PMA, resultou uma reunião mediada pelo vice prefeito, e que foi realizada no mês de novembro de 2011. Estiveram presentes representantes do INCRA, da Vale, da comunidade do AFR, e das demais comunidades da região do Novo Oriente; além do prefeito e alguns secretários municipais. O foco da reunião foi exigir, em conjunto, investimentos da mineradora na redução dos danos causados pelo uso da EFC e pelas obras da DEFC.

Nesta reunião a empresa adotou uma “atitude defensiva” (MANCUSO, 2007), enfatizando que suas responsabilidades eram comerciais, e que as demandas sociais deveriam ser resolvidas pela PMA. Ainda assim, aceitaram, na forma de “colaboração” com o órgão público, apoiar as iniciativas das comunidades; desde que todos os agentes cumprissem as suas obrigações. Com isso, ela adotou uma “atitude ofensiva” (MANCUSO, 2007), para obter ganhos simbólicos, tornando-se a “promotora” das ações desejadas pelos trabalhadores rurais.

Os representantes da Vale estabeleceram uma luta política visando uma “significação ideal” (BOURDIEU, 2001), e que resultasse em “significados de consenso” (BOURDIEU, 1991b), que beneficiassem sua representada. Na leitura dos documentos referentes a esta reunião, os representantes da PMA (prefeito, vice-prefeito, e secretário de agricultura), se posicionam como parceiros das comunidades, e somam forças com elas nas exigências à mineradora⁷⁵.

Depois de discussões sobre as obrigações de cada organização, e do levantamento das principais necessidades das comunidades, decidiu-se nesta reunião pelo estabelecimento de um cronograma de ação. Dentre as etapas a serem realizadas citam-se⁷⁶: a elaboração de um projeto agrícola, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, com o objetivo beneficiar a comunidade do assentamento; e a cessão de máquinas da Vale para realização de atividades no campo agrícola.

A prefeitura de Açailândia elaborou o projeto agrícola e o entregou à comunidade. Com a posse deste, os representantes do Francisco Romão cobraram da Vale as benfeitorias nas estradas vicinais, e aguardaram o retorno da mineradora. Alguns meses se passaram, e a empresa Vale não cumpriu com o envio das máquinas, o que impossibilitou o andamento do projeto, pois a comunidade não tinha os meios para a execução.

⁷⁵ Sabe-se que, neste período, a própria prefeitura não realizava ações de fortalecimento da comunidade, e mesmo sendo as duas organizações, a Vale e PMA, parcerias em diversas ocasiões externas a essa, neste momento situam-se como antagonicas, pois os representantes da prefeitura se colocam como defensores das comunidades.

⁷⁶ São mencionadas as atividades a serem realizadas apenas no Assentamento Francisco Romão.

Com o descumprimento dos acordos por parte da mineradora, iniciou-se um novo momento na relação. Ao inviabilizar as máquinas para o AFR, a comunidade avaliou que, o “diálogo” buscado pela mineradora, não era viabilizado na prática. Os comunitários avaliaram que a cessão das máquinas não daria prejuízo para a Vale, considerando-se seu aparato logístico; bem como o maquinário das suas terceirizadas. Inclusive, considerando a grande quantidade de máquinas que trabalhavam na DEFC.

Se antes havia alguma possibilidade de negociação “pacífica” entre ambos, surge, por parte dos trabalhadores rurais, o debate sobre a necessidade da realização de estratégias mais adequadas à realidade da relação, que era a falta de compromisso da mineradora com as demandas dos assentados.

Neste momento as lideranças do AFR também reorganizaram a comunidade para avaliar os problemas socioambientais relacionados com a DEFC. Realizaram reuniões, visitaram os trabalhadores e ampliaram as discussões sobre as ações da Vale na região. Além disso, permaneceram na avaliação do EIA da obra, buscando indícios de descumprimentos pela mineradora, ou por suas terceirizadas. Com este novo trabalho de reorganização, as lideranças perceberam que havia um interesse dos demais comunitários em pressionar as empresas ligadas à obra.

As lideranças enfatizavam nas reuniões que, ao descumprir os acordos, a Vale ampliava os danos sociais a que estavam submetidos os trabalhadores. O RV03 passa a ser recebido com maior rispidez pelos assentados, pois tornou-se a personificação de que a empresa apenas coletava informações, sem cumprir os acordos idealizados por ela.

Há um distanciamento dos representantes da Vale; e quando as visitas acontecem, são apenas para informar sobre o andamento das obras da DEFC, mas sem grandes esclarecimentos. Todos estes fatores influenciaram na ampliação da simbologia negativa da empresa.

Essa prática da desconsideração das demandas e dos interesses comunitários integra o leque de ações das grandes empresas internacionais. Inicialmente, elas avaliam que o simples apoio das elites locais às possibilitará agir sem grandes problemas com as populações locais (COSTA; LOPES, 2017). Acreditam que as suas práticas materiais e simbólicas (CORRÊA, 2002) bastam para persuadir qualquer ação contrária aos seus investimentos. E que suas “entidades satélites”⁷⁷ (GERHARDT, 2014) complementarão o trabalho de pressão sobre os movimentos de reivindicação locais. Além de contarem, como destacam Sánchez (2007), Ohtake (2000) e Harvey (1989) que seu poder econômico representa uma forte estrutura de

⁷⁷ Processo detalhado no item 4.1.

“intimidação” às investidas comunitárias; mas, no caso do Francisco Romão, ampliou a articulação para a resistência.

Ao se afastar, a Vale possibilitou um grande crescimento da articulação no assentamento, pois não havia mais influências diretas dela ou da Odebrecht que dividissem a comunidade. As lideranças do AFR e das comunidades circunvizinhas se viram fortalecidas, e dialogaram, separadamente e/ou em grupo, ampliando a pressão social sobre a mineradora.

Após a mobilização interna em cada comunidade, as lideranças organizaram reuniões para avaliar estratégias e momentos de ação. Neste caso, utilizaram-se da estratégia do “discurso herético” (BOURDIEU, 2001;1983a), para desfazer toda a simbologia de “desenvolvimento” e “geração de empregos” que as empresas inculcavam nos trabalhadores.

Com o êxito deste novo momento de articulação, surgiu um “consenso”: apenas com a negociação, a empresa não reduziria sua atuação na comunidade, ou realizaria os serviços que reduzissem/compensassem os danos da DEFC. Surgiu então a ideia de uma grande manifestação para dar maior visibilidade à precariedade socioambiental das comunidades, bem como aos efeitos da DEFC em seus cotidianos/territórios.

Após dias de debates e avaliação dos pontos positivos e negativos de uma ação de grande visibilidade, decidiu-se, em conjunto, pela obstrução da principal estrada vicinal que permitia acesso às comunidades, e ao canteiro de obras da DEFC, que é utilizado pela empresa Odebrecht: a “Estrada da Sunil”. Também utilizavam esta vicinal as demais terceirizadas da Vale que trabalhavam na manutenção da ferrovia.

Devido a esta importância a vicinal foi escolhida para a manifestação. Este ato das comunidades teve grande repercussão na imprensa regional, nos meios de comunicação voltados para os movimentos sociais, e nos meios de comunicação ligados às empresas, principalmente sítios eletrônicos da *internet* (web blogs).

A principal reivindicação era a disponibilização de máquinas para a melhoria dos campos agrícolas, e das estradas vicinais de acesso a eles; além de melhorias nas ruas das agrovilas. Na Figura 35 apresenta-se um breve relato dos principais momentos da manifestação⁷⁸.

Os representantes do AFR destacam a organização comunitária em torno das suas reivindicações e desta manifestação, e além disso a maneira pacífica como cobraram respostas

⁷⁸ Como relata Ferreira (2013, p. 72): “Institucionalmente, a ação tinha o apoio do MST, do STTR, do Centro de Defesa dos Direitos da Vida⁷⁸, da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), e da Rede Justiça nos Trilhos.” Ferreira (2013) descreve detalhadamente sua análise sobre esta manifestação.

à mineradora. Não houve confrontos, e, segundo os relatos dos comunitários, alguns trabalhadores das terceirizadas da Vale mencionavam que entendiam as demandas comunitárias. Com esta manifestação os assentados conseguiram estabelecer importantes “lucros simbólicos” (BOURDIEU, 2005); e este ato tornou-se um importante “símbolo de poder” (BOURDIEU, 1989) para o estabelecimento de uma representação do mundo social, em que os grandes projetos não representam apenas ganhos econômicos, mas que causam danos a certos grupos sociais.

Figura 35. Principais momentos da manifestação do dia 19/01/2012.

MANIFESTAÇÃO DO DIA 19 DE JANEIRO DE 2012
Até o dia 18/01: a repercussão negativa do descumprimento dos acordos pela empresa Vale ampliaram a insatisfação dos assentados.
Dia 18/01: iniciou-se uma articulação para avaliação das estratégias a serem tomadas pela comunidade, decidindo-se por uma reunião no Francisco Romão.
Dia 18/01: a reunião começou por volta das 22:00h com a presença de representantes do assentamento João do Vale. Decidiu-se pela obstrução da estrada vicinal.
Dia 19/01 as 04:00h: os assentados fecham a estrada em três pontos.
Dia 19/01: durante todo o dia houve muita tensão nas comunidades. Representantes da Igreja Católica, do STTR e do MST começaram a chegar na comunidade.
Dia 19/01 as 18:00h: representantes da empresa se reuniram com os assentados e os outros agentes que já se encontravam na sede do assentamento (Igreja, STTR e MST).
Dia 19/01 em torno de 20:00h: os assentados apresentaram suas demandas. A Vale reassume os compromissos. A manifestação é finalizada.

Fonte: Relatos das lideranças e outros assentados. Elaborado pelo autor.

A divulgação da manifestação trouxe maior visibilidade para as comunidades atingidas pela EFC. Orientados pelas organizações que apoiaram a manifestação, os assentados buscaram apoio do MPF de Imperatriz; e foram acompanhados pela 2ª Vara da Subseção Judiciária de Imperatriz.

Enquanto isso, sabendo dos prejuízos relacionado à paralisação dos trens, dos riscos de acidentes, e da visibilidade negativa que este tipo de manifestação pode causar, a mineradora Vale entrou com um processo judicial com o número “431-04.2012.4.01.3701 REINTEGRACAO/MANUTENCAO DE POSSE”⁷⁹ contra as lideranças do AFR, e das demais

⁷⁹ Em 2016 o processo foi repassado ao “Juízo de Direito da Comarca de Açailândia”. Não há maiores informações sobre o andamento mais recente do processo.

comunidades que participaram da manifestação. Estas lideranças relatam que as comunidades não bloquearam a ferrovia. A empresa alega que os manifestantes se situaram na margem de segurança da EFC, o que impossibilitou a passagem dos trens. Foi expedida a seguinte decisão:

(...) ANTE O EXPOSTO, defiro a medida de urgência pleiteada, determinando aos réus que imediatamente se abstenham de praticar qualquer ato que possa dificultar, impedir, obstaculizar, turbar ou esbulhar a posse da empresa requerente sobre a Estrada de Ferro Carajás (EFC), desocupando prontamente todas as instalações e maquinários de propriedade da demandante, de sorte a que se permita o livre trânsito de suas composições ferroviárias e o pleno desenvolvimento de suas atividades. Expeça-se o competente mandado de reintegração. Fixo, para o caso de descumprimento da presente decisão, multa diária no valor individual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo das sanções penais cabíveis (CP, art. 330). Oficie-se à Delegacia de Polícia Federal requisitando-se o apoio necessário, bem como ao Comando do 3º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão, solicitando cooperação no cumprimento da diligência pelo Oficial de Justiça. Recomenda-se que sejam adotadas todas as cautelas no sentido de se evitar força desproporcional ou excessiva, em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III). Em tempo, concedo à parte autora o prazo de 5 (cinco) dias para que informe o endereço dos réus (CPC, art. 930), de 15 (quinze) dias para a juntada de procuração e atos constitutivos (CPC, art. 37) e de 30 (trinta) dias para a juntada das custas (CPC, art. 257). Citem-se. Ciência ao Ministério Público Federal (CPC, art. 82, III). Publique-se. Intime-se a União Federal. Cumpra-se com urgência. (DO/TRF1, 2012, p. 861 – 862).

Um resultado indireto desta ação judicial foi o estabelecimento de uma “censura” (BOURDIEU, 1996a; 1991a; 1991b) aos comunitários, principalmente às lideranças. Ao serem processados, eles tornaram-se símbolos de que, apesar dos possíveis ganhos, as grandes manifestações podem resultar em “problemas com a justiça”. Como resultado, as falas das lideranças voltadas para a busca do poder comunitário de reivindicar seus direitos através destas estratégias, tornam-se um “discurso neutralizado” (BOURDIEU, 1991b) pelas vias judiciais; e estrategicamente impostas pela empresa. Mas, ainda assim, as lideranças empenharam-se em um trabalho de reestruturação da sua “respeitabilidade” (BOURDIEU, 2001), insistindo na luta política contra as ações empresariais.

Um dos efeitos deste processo judicial, foi a divisão entre as lideranças do AFR, pois um grupo avaliou que era necessário “dialogar” com a empresa. Como não ocorreu um consenso, houve uma ruptura, e a comunidade passou a contar com duas associações: 1) Associação dos Agricultores e das Agricultoras do Assentamento Francisco Romão (AAAFR), com 60 associados; 2) e a Associação Frutos da Terra (AFT), com 40 associados.

Os representantes da AFT destacam que esta cisão ocorreu devido à forma de administração da presidente da primeira associação, que é mais voltada para o embate político mais rígido. Mas, destaca-se que a empresa Vale priorizou o diálogo com as lideranças da

AAAFR, pois esta já conduzia o processo. Não deve-se desconsiderar que, por ser uma forte entidade comunitária, e por conseguir agrupar maior quantidade de assentados para as manifestações, os representantes da Vale certamente priorizavam as reivindicações desta associação, pois visavam a redução dos riscos de embate direto.

A divisão citada fortaleceu a mineradora, por dois motivos: ao serem pressionadas judicialmente pela empresa, as lideranças do AFR foram fragilizados, em virtude da simbologia que uma ação judicial representa, ainda que estivessem buscando melhorias para a coletividade; percebeu-se que as lideranças da AAAFR não conseguiram “concentrar o capital social” (BOURDIEU, 1998b) comunitário, na medida em que a manifestação agregou pessoas, e até organizações, mas não resultou em benefícios imediatos, como esperavam grande parte dos trabalhadores rurais. Ainda assim, persistiu-se no trabalho de organização, de formação, e de informação da comunidade sobre a DEFC. O objetivo era concretizar as demandas apresentadas no dia 19 de janeiro de 2012.

No cotidiano comunitário, as obrigações e as responsabilidades da empresa para com os impactos gerados pela obra, bem como pelo uso da ferrovia, ainda eram pontos de destaque nas reuniões. Os assentados solicitaram que melhorias estruturais fossem realizadas pela mineradora. O benefício considerado mais urgente pelos trabalhadores rurais do Francisco Romão, foi a melhoria das ruas da agrovila e das estradas vicinais de acesso aos campos de cultivo (roças). Estas demandas foram repassadas ao RV03, que intermediou o início dos trabalhos e que foram acompanhados por funcionários diretamente responsáveis pela execução dos serviços.

A empresa Vale enviou máquinas para o assentamento. Estas máquinas eram de propriedade da empresa Odebrecht, e focalizavam, neste caso, “abrir” estradas vicinais para os lotes dos assentados, o que facilitaria o acesso e o transporte das produções agrícolas.

As comunidades decidiram que os trabalhos começassem pelos os assentamentos Francisco Romão e João do Vale, pois avaliou-se que estes deram maior contribuição à manifestação. Decisão tomada em conjunto, mas que afastou as demais comunidades dos debates em torno da DEFC; e os trabalhos nas estradas vicinais foram iniciados pela Odebrecht em fevereiro de 2012, e realizado de forma intermitente durante o ano.

Enquanto isso, o estreitamento da relação entre a comunidade e o Ministério Público Federal (MPF) deu fôlego às lideranças, que planejaram estratégias mais eficazes para a redução dos lucros simbólicos da Vale. Ao repassar ao MPF todos os problemas a que eram submetidos, o AFR com as demais comunidades da região, conseguem que o Procurador Federal estabeleça

a realização de uma Reunião Pública (RP)⁸⁰. Esta teve como objetivo debater os problemas relacionados principalmente ao trânsito dos trens. As comunidades cobraram a realização da RP e a Vale cedeu, organizando-a em junho de 2012, na área urbana de Açailândia.

Durante a RP, e após intensos debates entre os representantes diretos dos principais agentes (comunidade e Vale), além de diversas organizações⁸¹ envolvidas direta ou indiretamente na relação, decidiu-se que o principal problema a ser solucionado seria a falta de abastecimento de água. Ficou encaminhado que a empresa se responsabilizaria pela execução das obras para provimento desta necessidade nos assentamentos. Dias depois da RP, a comunidade do AFR percebeu uma presença maior do RV03 no seu território, mas até o momento não havia indicativos evidentes de que as demandas da RP seriam atendidas.

Há relatos indicando que o agente RV03 passou a utilizar as demandas apresentadas na RP, como estratégia de redução dos laços de atuação entre as comunidades. Este representante da mineradora intensificou as conversas com as comunidades, mas agora separadamente. Com isso reduziu a articulação das comunidades da região do Novo Oriente, mesmo sem garantias de que as demandas seriam atendidas⁸².

Se aproximando o fim do ano de 2012, nenhuma demanda da RP fora concretizada. A comunidade cobrou da Vale uma reunião para esclarecer a falta de informações para os assentados. Esta reunião ocorreu no dia 04 de dezembro no AFR, com a presença do RV03. Pela primeira vez surgiu o agente Representante Vale 04 (RV04), presente, a partir de agora, em todos os momentos da relação entre a Vale e o AFR. A partir de então se inicia uma nova etapa de estratégias entre os agentes.

Para complementar a análise das estratégias utilizadas neste momento da relação, utilizo os procedimentos adotados na reunião do dia 04 de dezembro de 2012. A fonte das informações é uma ata cedida pela empresa, além de relatos das lideranças do AFR. Dela participaram representantes das comunidades do Novo Oriente, do Planalto I, do Agroplanalto, do João do Vale, da Associação Boa Esperança, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e do assentamento

⁸⁰ Além disso, o MPF instaura o Processo Administrativo 1.19.001.000108/2012-15. O objetivo deste foi investigar as denúncias feitas pelos comunitários. Em dezembro de 2012 é convertido em Inquérito Civil Público (ICP). Este processo resultou na Ação Civil Pública (ACP), também movida pelo MPF/Imperatriz. As ações relacionadas a esta ACP são detalhadas no decorrer deste capítulo.

⁸¹ MST, JnT, STTR, CUT, MPF.

⁸² Há relatos citando que um agente da comunidade teria contribuído com as empresas, mas não existem evidências. Os representantes da AFT citam que tinham um grande diálogo com o RV03. Segundo relatos dos representantes da AFT, nos encontros eles tratavam sobre questões do cotidiano, sobre as lideranças do assentamento, e sobre as possibilidades de parceria entre esta associação, a comunidade e a Vale.

o Francisco Romão (AFR). O grupo constituído pelos representantes da empresa e da comunidade é denominado de Comitê de Interlocação (CI).⁸³

Esta reunião está relacionada com um levantamento realizado por funcionários da Vale, ao identificarem em campo a possibilidade de ampliação do conflito com as comunidades. Eles identificaram que, devido ao desencontro das informações entre a demanda apresentada pelos assentados e a execução pela empresa, principalmente sobre as obras de piçarramento das estradas vicinais, a comunidade poderia utilizar de novas manifestações para ter suas reivindicações atendidas. Com isso foram elaboradas propostas de investimentos em poços artesianos, quadras de esporte, e sistemas de distribuição de água. Todos também relacionados com os debates ocorridos na RP de junho de 2012.

Em um relatório denominado “Gestão de Issues no Maranhão – Mobilização de lideranças de Novo Oriente contra a Vale”, cedido pela equipe da empresa, recomendou-se a retomada dos processos de diálogo, e a realização de convênios que reduzissem a tensão entre as comunidades e a Vale. Neste documento foram citados como *stakeholders*⁸⁴ envolvidos: A Justiça nos Trilhos; lideranças comunitárias; o vice prefeito de Açailândia; o MST. Já previa-se neste documento um investimento de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) na região.

De acordo com a ata da reunião citada acima, as pautas foram: comunicação da obtenção da Licença de Instalação, referente à DEFC; apresentação das propostas da Vale; conversa com as lideranças; definição das próximas etapas, onde no texto cita-se “juntos”, passando uma ideia de integração e “corresponsabilização”. Os representantes do AFR participaram, mas neste momento, não receberam benefícios diretos, pois em outras reuniões entre as comunidades, definiu-se que as outras comunidades menos atendidas pelo Estado seriam beneficiadas primeiro. Isto considerando-se que a agrovila do assentamento já era abastecida por um poço artesiano já existente na fazenda, antes da ocupação pelos trabalhadores rurais.

Tem destaque na ata da reunião, que o piçarramento destinado aos assentamentos Francisco Romão e João do Vale não foi concluído. Onde uma liderança destacou que esta obra era importante para as comunidades, e que as 150 horas de trabalho financiadas pela empresa Vale não foram suficientes. Como explicação, um representante da empresa (e que não integra os representantes mencionados até este momento, e que também não atua diretamente neste

⁸³ O “Guia de Relacionamento com Comunidades (GRC)”, cedido por representantes da empresa, cita que estes comitês são fruto de uma determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBMA), para que fosse realizado o processo de licenciamento da obra da expansão da EFC. Neste GRC estes comitês são apresentados como “Melhores práticas” de diálogo social da empresa. Eles são analisados com maior detalhamento no item 3.3.

⁸⁴ No contexto das grandes corporações, são as partes interessadas.

campo) citou que uma nova solicitação seria encaminhada aos diretores. Ele mencionou que estas demandas seriam tratadas como produtos, ou seja, o serviço a ser realizado, e não mais como horas de trabalho. Neste momento os representantes da mineradora apresentaram a proposta de que as reivindicações de cada comunidade fossem apresentadas separadamente, devido às realidades de cada uma.

Um dos representantes do AFR citou nesta reunião que a região devia ser priorizada, pois esta sofria com os impactos da operação da EFC, e que com a duplicação os problemas piorariam. O mesmo solicitou que a Vale realizasse projetos de qualificação de mão de obra para os jovens. O representante da empresa solicitou o encaminhamento destas solicitações em forma de documento.

A Vale apresentou três possibilidades de investimento nas comunidades, a serem realizados através de Termos de Cooperação (TC)⁸⁵ entre a empresa, a prefeitura de Açailândia e as associações dos assentados: construção de quadras esportivas; perfuração de poços artesianos; doação de tubulação para distribuição de água. As responsabilidades nestes investimentos foram definidas como demonstrado no Quadro 07.

Quadro 6. Distribuição das responsabilidades na realização dos Termos de Cooperação propostos pela empresa.

Vale	Comunidade	Prefeitura
<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Termo de Cooperação (TC), sugerindo o texto e validando com as partes envolvidas, com avaliação do jurídico da empresa; - Solicitação de documentos necessários; - Assinatura do TC; - Repasse dos recursos; - Fiscalização dos pagamentos; - Acompanhamento do cumprimento do contrato entre a associação e as empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição dos beneficiários; - Levantamento de documentação; - Assinatura do TC; - Levantamento de três orçamentos com empresas cadastradas na Vale, caso não seja cadastrada, solicitar que a mesma providencie; - Assinar contrato com a empresa com menor valor; - Efetuar os pagamentos de acordo com o andamento da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura do TC; - Fiscalizar o andamento das obras; - Providenciar as licenças necessárias;

Fonte: Anexo da Ata da reunião do dia 04 de dezembro de 2012, cedido pela empresa. Elaborado pelo autor.

Ainda nesta reunião, foram levantadas problemáticas sobre a proximidade da DEFC em relação às casas; e também sobre os canteiros da obra em locais considerados indevidos, como citado nos relatos sobre a instalação do canteiro de obras da Odebrecht, no Novo Oriente; mas não há comentários sobre estes questionamentos. Encerra-se com o representante da empresa informando que os modelos dos Termos de Cooperação e dos contratos seriam disponibilizados

⁸⁵ Apesar do destaque dado pela empresa a este instrumento de gestão dos investimentos, o mesmo foi alterado para o “Termo de doação com encargos”. Este foi assinado apenas pelos representantes da empresa e pelos representantes da comunidade, e é detalhado nos itens a seguir.

à comunidade; além de citar que os assentados deveriam seguir as especificações técnicas dos poços artesianos e das quadras, para que a empresa pudesse atender às demandas comunitárias.

Dias após a reunião acima descrita, os possíveis serviços da Vale eram objeto de debates entre os assentados. Eles se mostravam duvidosos, pois não os viam como possíveis de realização. Além disso, ao vistoriarem os trabalhos de piçarramento, iniciados ainda em fevereiro de 2012 e que tiveram diversas pausas, as comunidades perceberam uma nova retirada das máquinas, sem a conclusão do que, na avaliação deles, foi acordado e deveria ser cumprido pela Vale e pela Odebrecht. Apenas o tratorista e um técnico de segurança eram os intermediadores do “diálogo” entre a construtora e a comunidade.

Em dezembro de 2012, a comunidade resolveu “reter” as máquinas em seu território, até que um esclarecimento fosse repassado pelos representantes das empresas⁸⁶. Ao ser comunicada da decisão dos assentados, a Odebrecht entra com o processo “359-74.2013.8.10.0022 REINTEGRAÇÕES/MANUTENÇÃO DE POSSE”, que foi executado em fevereiro de 2013, através do mandado 69686 (TJMA, 2013). Foram objeto deste mandado: uma motoniveladora; um trator de esteiras; um trator de pneus; e um arado.

Segundo informações dos representantes da Vale, o acordo inicial era de 300 horas de trabalho, o que se estendeu para 500, depois de negociações. Após mais demandas da comunidade, foram acrescentadas 150 horas, no “empiçarramento” das vicinais do AFR que dão acesso às comunidades do João do Vale e dos “Baianos”. Estes dois acréscimos de serviços resultaram em 650 horas trabalhadas. Para os representantes do assentamento, o acordo era a execução de todos os trabalhos, e não em “horas trabalhadas”. O resultado desta indefinição resultou no processo citado acima, onde as grandes empresas conseguem êxito, pois souberam utilizar do seu capital jurídico.

Destaca-se que o atendimento das demandas realizadas em janeiro de 2012, começaram a ser cumpridos apenas meses depois. Coube à comunidade enfatizar estes anseios. Isto simboliza que a visibilidade negativa impulsionada pela manifestação comunitária, não foi o bastante para pressionar a empresa a agir rapidamente. Mas, os apoios das organizações de fortalecimento dos movimentos sociais do campo, bem como a atenção do MPF, após esta manifestação, foram de grande importância para ampliar a capacidade pressão sobre a Vale.

Observa-se que, depois das novas cobranças, a empresa atua, mas de acordo com a sua avaliação do que “pode ser feito”, e não considerando as reivindicações dos trabalhadores. Nas duas situações, usa-se dos meios jurídicos para a resolução dos embates, e que, como

⁸⁶ Os representantes da AFT relatam que se colocaram contra esta ação das lideranças da AAAFR.

demonstrado, resultaram em ganhos imediatos para as empresas Vale e Odebrecht. Entretanto, ampliou-se a visibilidade negativa da Vale, pois além de não executar a reivindicação dos assentados, a mineradora entrou com processos contra as lideranças desta comunidade. Esta reincidência do intenso uso do capital jurídico contra os trabalhadores rurais, simbolizou o desinteresse da Vale em “dialogar” com o AFR.

Uma cuidadosa interpretação deve ser realizada, principalmente das estratégias adotadas pelas comunidades. Houve uma preocupação das lideranças do AFR, em agir sem correr riscos que trouxessem danos às comunidades? Segundo os relatos destes, sim. Eles acrescentam que sempre souberam da possibilidade de responderem a processos judiciais, mas que não identificaram outras possibilidades, se não o embate direto com estas grandes empresas.

Diante das sucessivas perdas dos trabalhadores rurais, onde se percebe o poder simbólico da empresa utilizando dos seus capitais cultural, jurídico, financeiro e simbólico nas lutas com os assentados, as lideranças comunitárias empenharam-se na ampliação sua rede de relações. Investiram na legitimação (BOURDIEU, 1998a; 1989) das suas ações, aperfeiçoando as estratégias contra a Vale e as suas terceirizadas. Reorganizaram a sua rede de relações, destacando a dificuldade em estabelecer um diálogo com os representantes empresariais.

Como resultado, retornou-se para a relação com um importante agente na luta contra a dominação simbólica da empresa: a Rede Justiça nos Trilhos. Esta se afastou desde que a empresa iniciou os trabalhos no AFR. Segundo os representantes da JnT, por observar que a comunidade priorizou, naquele momento, negociações diretas com a empresa. Mas, neste novo contato, já no início de 2013, o principal foco foi restabelecer a estratégia do fortalecimento do capital cultural da comunidade.

Com a orientação e o acompanhamento da “Justiça nos Trilhos”, a comunidade realizou avaliações do EIA/RIMA da DEFC. Em seguida a comunidade solicitou acesso às licenças expedidas pelo IBAMA para execução da obra, e eles identificaram falhas na execução do “Levantamento de Fauna – LF”. Com a posse destes documentos, os assentados buscaram e conseguiram o apoio do MPF para a execução correta do LF.

Sem nenhum comunicado formal da empresa, a comunidade percebeu funcionários da Vale e terceirizadas nos lotes do assentamento. Ao realizar vistorias nos lotes, os assentados identificaram que “estações experimentais” da empresa AMPLO⁸⁷ foram instaladas sem autorização. A comunidade informou à empresa AMPLO que buscaria seus direitos, pois não

⁸⁷ A empresa AMPLO (Engenharia e Gestão de Projetos LTDA), é a empresa terceirizada pela Vale responsável pela elaboração do Estudo Ambiental e do Plano Básico Ambiental da DEFC.

foram avisados sobre a instalação dos equipamentos. Não há relatos da continuidade dos levantamentos de fauna. Durante todo este processo as empresas Odebrecht e Vale não estabelecem relação com a comunidade do AFR.

Ainda no início de 2013, os representantes do AFR e do Novo Oriente ampliaram o apoio recebido do MPF de Imperatriz. Como resultado, foi movida por este órgão uma Ação Civil Pública (ACP) em desfavor da mineradora Vale S/A. O número do processo desta é 786-77.2013.4.01.3701, e movido na 2ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Subseção Judiciária de Imperatriz. Esta foi iniciada em janeiro de 2013, um ano após a grande manifestação contra a empresa e a DEFC. De acordo com os autos do processo o TJF de Imperatriz indefere os pedidos feitos pelo MPF (TJF1, 2013); e segundo TJF1 (2015), o MPF aduz que:

Requer em sede de tutela liminar: que a Vale, sempre que provocada que um dos moradores das comunidades ao norte referidas, avalie os danos ocasionados nas edificações respectivas, sob multa de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), por descumprimento ou alternativamente melhore a estrutura da habitação, para suportar a vibração da passagem dos trens. [...] No caso concreto, o documento elaborado pela Assessoria de Engenharia da Procuradoria da República averba que a infraestrutura das edificações é precária; algumas edificações são de madeira; o padrão construtivo é mínimo. Conclui que ‘com os relatos apresentados, com a proximidade da linha férrea e com a fraca estrutura existente nas edificações, pode-se concluir que as rachaduras, trincas, fissuras e/ou qualquer vício apresentados são decorrentes de vibrações/deformações/acomodações do solo adjacente a linha férrea, ocorrendo todas as vezes que as composições de trens passam pelas ruas’. [...] É necessário aferir o grau de influência da precariedade da estrutura das edificações em cotejo com as vibrações do solo ensejadas pela passagem das composições dos trens. Como não há suficiente cognição a respeito, não resta alternativa senão indeferir, no presente momento, o pedido urgente. (TJF1, 2013, p. 01).

a) a União concedeu à Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S.A.), em 1997, o direito de prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, compreendendo a expansão e o desenvolvimento da Estrada de Ferro Carajás, pelo prazo de 30 (trinta) anos; b) as comunidades próximas à EFC têm sofridos impactos, entre eles as rachaduras nas construções locais em razão da passagem das composições da Vale S.A.; c) solicitou parecer de engenharia, o qual esclareceu que a infraestrutura das edificações são precárias, com padrão construtivo mínimo, concluindo que as rachaduras, trincas, fissuras e/ou qualquer vício apresentado são decorrentes de vibrações/deformações/acomodações do solo adjacente à linha férrea, e ocorrem toda vez que as composições de trens passam pelas áreas; d) a ré deve reparar os danos materiais causados pela EFC, e indenizar as comunidades por danos morais coletivos e individuais. (TJF1, 2015, p. 01).

As duas citações acima exemplificam o complexo contexto desta ACP. Mas destaca-se que não houve finalização da mesma. Em 2015 o TRF/Subseção de Imperatriz decide que esta ação não era de competência da Justiça Federal, e a encaminhou ao Juízo de Direito da Comarca de Açailândia (TRF1, 2015). Desde então, não há documentos que comprovem o andamento

do processo. Mas o fato é que esta ACP serviu como estratégia de resistência contra a Vale, que passou a citar em seus documentos, o apoio do MPF ao AFR.

De acordo com o documento “Comunidades Críticas: Novo Oriente – Açailândia” (VALE, 2013), de 20 de maio de 2013, e cedido pela equipe da empresa, a Vale classificava a região como área “crítica” em termos de relacionamento. No mesmo documento se tem um “Plano de Ação” destinado às ações nas comunidades desta área, visando reduzir a possibilidade de conflitos.

Tem-se que: “A comunidade recebe impactos da Operação e Expansão. Em fevereiro de 2013 foi desinstalado um canteiro da Expansão EFC, que estava dentro da comunidade de Novo Oriente.” (VALE, 2013, p. 03). Neste documento também são citadas as seguintes informações de avaliação da região:

Devido à recente formação e a restrição⁸⁸ para receber investimentos do INCRA, boa parte destas comunidades possui acessos de má qualidade, escolas improvisadas com infraestrutura precária e dificuldades para acessos a serviços públicos básicos como água e saúde. É essencial apoiar algumas das solicitações desta comunidade que está solicitando o apoio da Vale desde 2011. A comunidade está crescendo próxima a ferrovia e como trata-se de assentamentos e em área rural vivem em condições de grande vulnerabilidade. Os investimentos devem ser suportados pelos canais de diálogo com as comunidades. O grupo não permite realizar o registro fotográfico das reuniões de lideranças. (VALE, 2013, p. 03).

Para classificá-la como “crítica”, a empresa considerou as seguintes características e acontecimentos:

A comunidade já interditou a ferrovia em Janeiro de 2012. Forte presença de movimentos sociais – MST, Justiça nos Trilhos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Comunidade já realizou manifestações contra Vale, na área rural e na sede do município, também participando de manifestações de outras comunidades contra a empresa. Retenção de maquinário da Expansão por conta da ...⁸⁹ Demandas para a Vale através de denúncias realizadas ao Ministério Público Federal e Estadual, que tem acatado e defendido a comunidade. (VALE, 2013, p. 05).

O “Plano de Ação” cita que para contemplar as demandas dos poços, das quadras e da distribuição de água citadas acima, foi aprovado um investimento de R\$ 950.419,14 (Novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e dezenove reais e quatorze centavos), proveniente

⁸⁸ Esta restrição se relaciona com à regularização da comunidade como assentamento.

⁸⁹ O restante da frase não consta no documento. Mas esta retenção é explícita nos parágrafos acima.

da verba do Programa de Capacitação Logística Norte (PCLN)⁹⁰. Cita-se que estava aguardando apenas assinatura do convênio. Na época o recurso destinado ao empiçarramento/melhoria de vias, que seria proveniente da DIRC ainda não fora aprovado. Seria um valor aproximado de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Apesar de não ser acatada pela Justiça Federal, durante o período em que a ACP era avaliada nas instâncias jurídicas, esta foi importante para a comunidade estabelecer uma relação onde os assentados estavam fortalecidos. Além disso, a RP (Realizada em 2012) também foi utilizada pelos trabalhadores rurais com o mesmo foco estratégico. Ambas serviram para o AFR estabelecer “atos de instituição” (BOURIDIEU, 1996b; 1991d), que apoiaram no restabelecimento da rede de relações comunitárias. Serviu também para ampliar o “lucro simbólico” (BOURDIEU, 1991a) da comunidade, pois foram utilizadas para demonstrar que a justiça estava reconhecendo os danos causados pela EFC; além de restabelecer a capacidade das lideranças em realizar o “trabalho tributário de sociabilidade” (BOURDIEU, 1998b), na medida em que o apoio do MPF foi destacado como demonstrativo de que as reivindicações comunitárias eram legítimas, ainda que existissem processos jurídicos contra elas.

Depois de três meses, outras reuniões do CI foram realizadas nos dias 19 de fevereiro, no Francisco Romão, e em 26 de março de 2013, no Planalto I. As listas de frequências e um resumo da ata foram cedidas pela empresa, e complementadas com relatos dos assentados.

Na reunião do dia 19 de fevereiro foram analisados os cronogramas para execução das obras, os orçamentos, e os textos dos convênios. No dia 26 de março foram analisadas as pendências, os documentos e a reelaboração dos cronogramas. A demora na execução das obras, bem como a burocratização da empresa para executar estes serviços resultou em aborrecimentos comunitários, pois esperava-se a realização dos serviços com maior brevidade.

Percebendo a demora da mineradora, as comunidades se organizaram para cobrar mais empenho da equipe que a representava. Isto ocorre numa grande reunião realizada na comunidade do Novo Oriente, no dia 04 de junho de 2013. Esta contou com a participação das comunidades e de representantes da empresa. Foram entregues reivindicações a serem executadas pela Vale, às quais se teve acesso através da cessão pelos representantes do AFR.

Dentre as principais demandas tinha-se: construção de túneis ou passarelas; proteção com alambrado nas áreas onde as residências ficam próximas à ferrovia; redução da poluição

⁹⁰ Termo utilizado pela Vale para se referir ao conjunto de obras voltadas para a ampliação da capacidade de exportação do minério da S11D (mina recentemente descoberta). Envolve as obras da expansão da Estrada de Ferro Carajás, DEFC, e a ampliação do Terminal Ferroviário de Ponta da Madeira (em São Luís), além de um Ramal Ferroviário Sudeste do Pará.

sonora do trem, principalmente da buzina; iluminação nos pontos de travessia; disponibilização dos documentos de licenciamento da obra da DEFC; disponibilização de máquinas agrícolas para terminar os trabalhos começados em 2012; trabalhos de pesquisa de qualidade do solo, prevenção de incêndios e recuperação de áreas degradadas. Mas, destaca-se que estas reivindicações tiveram importância apenas como ferramenta de pressão das comunidades sobre a Vale, pois esta destacou durante a reunião que não poderia atender a todas as demandas.

Depois de diversas cobranças feitas pelos comunitários, através de documentos e de reiteradas solicitações durante as reuniões, alguns serviços começaram a ser realizados entre 2013 e 2014. Na publicação “A Vale no Maranhão” (VALE, 2014c, p. 34), a empresa cita que a Fundação Vale “[...] implantou poços artesianos e sistema de distribuição de água [...]” nos assentamentos Francisco Romão e João do Vale. De fato esse serviço foi realizado em convênio com a “Associação dos Pequenos Produtores Rurais Boa Esperança do Assentamento Francisco Romão” (APPRBE-AFR). Este ocorreu em 2014, e foi resultado da manifestação ocorrida ainda em janeiro de 2012; além das reivindicações feitas durante a RP de junho do mesmo ano. Todas as demandas e o atendimento destas é acompanhado pelo RV04, assessorado pelo RV03.

Como citado no histórico da comunidade, e nos parágrafos acima, a Associação Boa Esperança compõe o AFR, mas eles localizam-se em outra agrovila, como ilustrado na Figura 23. Como citado anteriormente, este investimento foi direcionado para esta associação, pois na agrovila principal do assentamento já existia o abastecimento do poço existente na época da ocupação da fazenda. A aprovação desta ação pelas lideranças, e também pelos demais trabalhadores rurais, estreitou os laços entre as duas associações. Demonstrou a capacidade do AFR em dar suporte às demandas apresentadas pelos membros da comunidade.

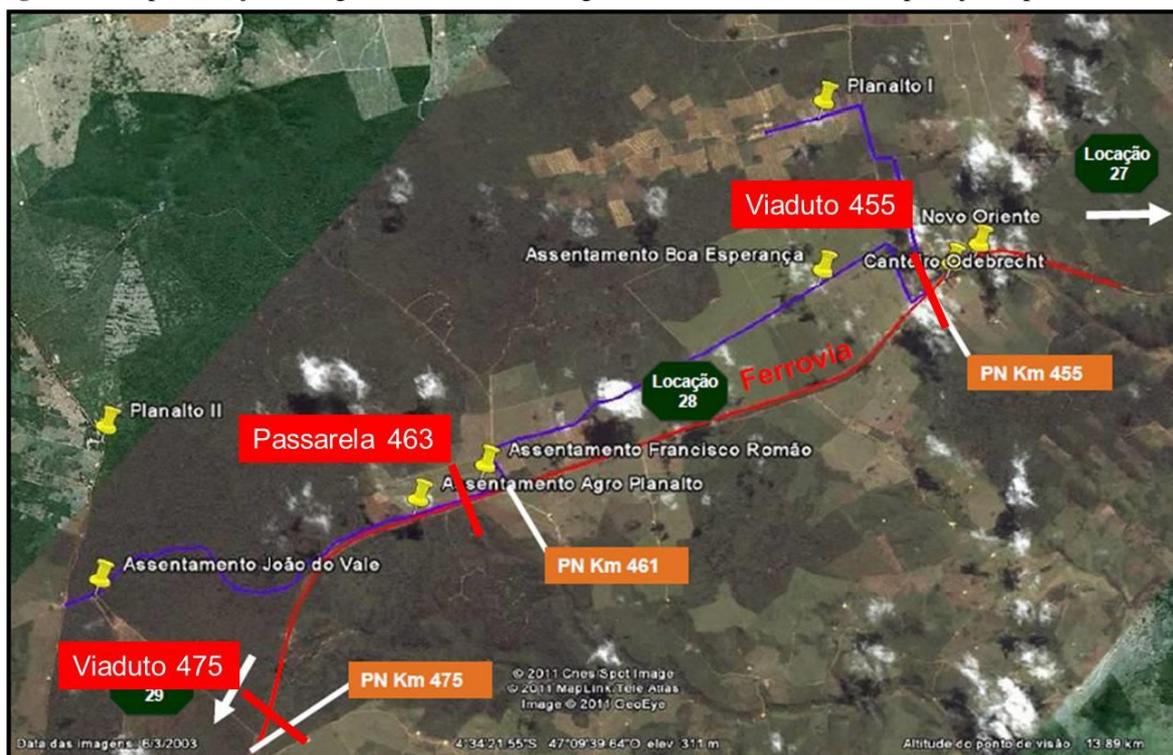
No documento “DIRC/EFC Comunidades Prioritárias” (VALE, 2015), cedido por representantes da empresa, se tem um demonstrativo dos investimentos realizados pela Vale na região do Novo Oriente. Estes são discriminados no Quadro 08. Algumas interferências a serem realizadas na região, como passarelas e viadutos, e a localização das comunidades, são observáveis na Figura 36.

Quadro 7. Investimentos realizados pela Vale na região do Novo Oriente.

Comunidade	Ano	Ação	Valor (em R\$)
Novo Oriente	2014/2015	Perfuração de poço e distribuição de água	267.472, 00
Planalto I	2014	Kit agrícola e abastecimento de água	176.026,00
João do Vale	2014/2015	Construção da quadra de esporte	400.000,00
Francisco Romão	2014/2015	Perfuração de poço e distribuição de água	286.983,00

Fonte: Vale (2015). Elaborado pelo autor.

Figura 36. Representação cartográfica destacando a região do Novo Oriente e obras planejadas pela Vale.



Fonte: Cedido pela equipe da empresa Vale.

A ilustração acima demonstra a complexidade da obra de DEFC na região do AFR. Como demonstrado nas Figuras 30, 31 e 32, a travessia da ferrovia influencia em parte do cotidiano comunitário; e já existe um local tradicionalmente utilizado pelos assentados do AFR. Mas a passarela mais próxima desta comunidade está prevista para ser construída a cerca de cem metros deste local, e os assentados são contrários a esta escolha.

Em relação ao serviço na principal agrovila do Assentamento Francisco Romão destaca-se que este iniciou em 2015. A AAAFR foi responsável para contratar a empresa de perfuração do poço, de receber os recursos financeiros da mineradora e repassá-las à empresa; além de selecionar o local de perfuração do mesmo, e de acompanhar a obra. À Vale coube apenas o financiamento, que foi liberado em etapas, sendo que, a empresa definiu valores a serem liberados para cada etapa da perfuração do poço⁹¹, que, ao serem concluídas, coube à associação comunicar a empresa e aguardar uma nova liberação para continuar os trabalhos.

Acompanhados pela RV04, e com a concretização da construção do poço artesiano e da distribuição da água, a relação entre a Vale e os comunitários do AFR ficou menos tensa, sem

⁹¹ Este poço e a distribuição da água foram concluídos em 2016. A influência desta obra na relação, e a inauguração deste são detalhados no item 3.3.

grandes manifestações contra a empresa. Mas enquanto isso, os processos judiciais contra as lideranças continuavam em andamento; mas ainda sem conclusão. Ainda assim, e seguindo os trâmites definidos pelo licenciamento da DEFC, os representantes da mineradora realizavam reuniões/visitas na comunidade. Numa delas, foi apresentada a possibilidade de investimento na área produtiva da comunidade, e que os assentados seriam os responsáveis pela avaliação e seleção das ações executadas pela mineradora.

Em 2016 a comunidade cobrou um trator de esteira para viabilizar o uso da terra do assentamento para a agricultura. No contexto da Vale, esta solicitação foi enquadrada como parte do “Plano de Relacionamento com Comunidades (PRC)”, gerenciado pela Diretoria de Relacionamentos com Comunidades (DRC) situadas nas proximidades da EFC. Este investimento foi realizado em parceria com o SEBRAE, que fez a avaliação para implantação de programas de geração de renda.

Segundo informações da empresa, este trator soma-se aos recursos financeiro enquadrados como um “Kit Agrícola”. O recurso é próprio da empresa e classificado como “investimento voluntário”. Em princípio a comunidade entregou um orçamento no valor de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais), mas este não foi aprovado. Após uma avaliação da equipe da empresa, acertou-se o valor de R\$ 83.250,00 (Oitenta e três mil e duzentos e cinquenta reais). O recurso foi repassado à AAAFR ainda em julho de 2016, e um trator foi adquirido⁹²; e já é utilizado pela comunidade.

Nos documentos cedidos pela empresa ou pela comunidade, não são citadas as fontes dos recursos. Cita-se apenas que são originários da Vale S/A, mas não são explicitados se foram direcionados pela Fundação Vale, ou pelos investimentos do projeto da Capacitação Logística Norte (CLN).

O fato é que, diante das estratégias comunitárias, a empresa utilizou seus capitais jurídico, financeiro e simbólico para reduzir os prejuízos, conter manifestações e “apaziguar” a relação. Adota estratégias ofensivas e defensivas na defesa da sua reputação e dos seus investimentos financeiros. Processos que contribuem para o estabelecimento do *nomos* da relação.

Com isso, o *nomos* da relação entre a Vale e o AFR é caracterizado por: o estabelecimento de uma relação voltada para a redução dos danos socioeconômicos. Chega-se a essa interpretação, considerando-se que a empresa e os assentados mantêm relações, iniciadas

⁹² Os relatos dos comunitários citam que o trator adquirido não tem contribuído para a atividade agrícola como esperado, pois o mesmo é de médio porte, e não é adequado ao relevo acidentado do assentamento. Segundo informações da RV04, a seleção do equipamento adquirido foi decisão dos comunitários.

sem o interesse de que elas ocorram, posicionando-se como contrários a continuidade destas, exceto por questões obrigatórias. Obrigações relacionados com temáticas jurídicas e econômicas, no caso da empresa, obrigada a dialogar com os comunitários para cumprir as determinações das legislações ambientais e das licenças da DEFC⁹³; ou reivindicatórias, no caso da comunidade do assentamento, que sente os problemas relacionados com o uso da EFC, e nos últimos anos, com a DEFC. Se não fossem essas condicionantes, esta relação não seria estabelecida.

A crença que pauta a existência desta relação é a necessidade de relacionamento para reduzir problemas socioeconômicos; mas como a análise desta é complexa, e a interpretação considera informações detalhadas, há uma subdivisão. Tem-se, portanto, como crenças estabelecidas neste campo entre a Vale e o AFR:

- Primeira: os dois agentes têm relações pautadas em objetivos diferenciados, mas ambos empenham-se na concretização de resultados econômicos e simbólicos positivos;

- Segunda: ambos consideram-se detentores de poder de influência nos órgãos estatais, e consideram que sua relação, com ou sem a participação destes, deve ocorrer para que seus objetivos sejam alcançados;

- Terceira: se não estabelecerem relações entre si, nenhum dos agentes pode obter resultados positivos, caso se empenhem-se em apenas nas pressões ao Estado;

- Quarta: resultados simbólicos positivos só serão conseguidos se ambos aplicarem estratégias aprovadas por suas redes de relação, no caso da comunidade, e dos *stakeholders*⁹⁴ no caso da Vale; do contrário nenhum dos agentes conquistará resultados positivos;

- Quinta: ambos devem ceder em seus embates, caso contrário, os conflitos críticos, que são repudiados por ambos devido aos danos, principalmente jurídicos, podem trazer resultados simbólicos extremamente negativos.

Algumas situações são destaque nestas crenças. Os trabalhadores do AFR e os representantes da Vale sabem exatamente o objetivo do seu antagonista, e por isso, agem para reduzir a possibilidade de que ele o concretize; eles agem simultaneamente pelo êxito das suas estratégias. Como resultado, há perdas e os ganhos para ambos, e que, o “lucro simbólico” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1996a; 1996b; 1989) é exercido conforme os ganhos tornam-se superiores.

⁹³ Ainda que as comunidades não realizassem atos reivindicatórios, a empresa é obrigada a realizar investimentos nos territórios da Área de Influência Direta da DEFC.

⁹⁴ Neste grupo encontram-se as comunidades.

3.2 Histórico da relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco

Com o levantamento dos possíveis problemas de relacionamento em que a empresa poderia ser envolvida⁹⁵, os representantes da Suzano iniciaram um levantamento das principais comunidades da região (Abrangidas pelos projetos industrial e florestal, como demonstrado na Figura 01). Priorizaram-se as da Área de Influência Direta (AID), e, em segundo plano, as localizadas Área de Influência Indireta (AII) dos dois projetos. Após este levantamento, eles iniciaram as reuniões com as comunidades prioritárias para a empresa.

No início de 2010, o MPF acionou a equipe da silvicultora, com o processo 01.19.000101.2010-23, solicitando que a Suzano ampliasse a área de abrangência das comunidades onde ocorreriam estas reuniões. Como destaca SysFlor⁹⁶ (2013):

[...] verificou-se que há um inquérito civil público (01.19.001.000101.2010-23) para área de Porto Franco, que apura a regularidade do licenciamento do empreendimento conhecido como Polo Porto Franco, que se trata de uma área fora do escopo de certificação. Este ICP originou uma ação civil pública (ACP), recentemente apreciada pelo juiz federal que, em sede preliminar, determinou que a Suzano realize, no prazo de 120 dias, audiências públicas nos municípios de Riachão e Grajaú, bem como que o EMF, em conjunto com a SEMA, realize a oitiva dos seguintes povos indígenas: Krikati, Governador, Araribóia, Morro Branco, Urucu-Jurú e Bacurizinho. (SYSFLOR, 2013, p. 25).

Esta primeira solicitação foi atendida, e as oitivas⁹⁷ foram ampliadas para as regiões da área de abrangência do projeto na Amazônia maranhense. No momento da apresentação do cronograma e da metodologia destas reuniões para o MPF, este solicitou que as reuniões com comunidades rurais também ocorressem nas situadas na região conhecida como “Estrada do Arroz”⁹⁸. Região que abrange a RESEX Ciriáco, além de outras comunidades da AII.

⁹⁵ Esse levantamento foi realizado na elaboração do EIA/RIMA, quando foram identificadas as comunidades da AID e da EII, do projeto industrial e do projeto florestal.

⁹⁶ SysFlor Certificações Florestais. “A SYSFLOR é uma certificadora credenciada pelo CGCRE para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. Sob o sistema de certificação do CERFLOR, os EMFs que cumprirem os padrões de manejo florestal podem ser certificados e, assim, poderão usar o endosso do INMETRO e o logotipo para fins de mercado, sujeitas à supervisão regular da SYSFLOR.” (SYSFLOR, 2013, p. 02).

⁹⁷ Denominação utilizada pela equipe da empresa em referência às reuniões prévias à instalação da fábrica. Tinham o objetivo de apresentar os investimentos a serem realizados na empresa e as suas áreas econômicas de atuação; além de ouvir as reivindicações das comunidades urbanas e rurais.

⁹⁸ Após os trabalhos de recuperação realizados com recursos do Governo do Estado do Maranhão, em 2016 esta rodovia foi denominada de Rodovia Padre Josino; mas nos documentos oficiais também consta como rodovia MA 386.

Iniciou-se então o reconhecimento da Reserva Extrativista do Ciriáco no município de Cidelândia – MA, enquadrada pela equipe da Suzano como Unidade de Conservação (UC). Para a empresa, a Ciriáco integra um “conjunto comunitário” que são as comunidades Petrolina, Altamira, São Félix, Coquelândia, Olho D’Água dos Martins, Açaizal, São José da Matança. Nesta tese consideraremos apenas as que se localizam dentro dos domínios do território da reserva, que são as comunidades Ciriáco e Vila Fiquene.

Diferente da relação Vale x Assentamento Francisco Romão, a relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco foi impulsionada pelo MPF, e não por obrigações diretas da empresa. Apesar de situar-se nas proximidades dos plantios da silvicultura, esta UC não era prioridade para os investimentos sociais da empresa, pois haviam comunidades da AID que naquele momento receberiam maior atenção para que não ocorressem conflitos.

No EIA/RIMA apresentado pela empresa, previam-se diversos dispositivos para favorecer a relação com as comunidades, como o Programa de Comunicação Social (PCS). De acordo com a Suzano (2010):

O objetivo deste programa é estabelecer um canal de comunicação com as comunidades próximas às unidades de plantio, visando o repasse de informações relevantes sobre os aspectos da implantação e operação do projeto (dados técnicos, licenciamento, impactos, medidas e programas ambientais), buscando identificar e minimizar potenciais conflitos e desentendimentos. Efeito esperado: benefícios para a sociedade, sensibilização e conscientização da população. (SUZANO, 2010, p. 97).

Este PCS adequa-se à avaliação realizada durante a elaboração do EIA/RIMA (SUZANO, 2010), onde os representantes da empresa perceberam a possibilidade de conflitos com as comunidades locais. Ele foi elaborado para ampliar a capacidade dos seus representantes na identificação de danos à “imagem” da empresa. Nas reuniões buscava-se “inculcar” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989) os ideais de desenvolvimento econômico, da geração de empregos e renda, e de possíveis investimentos nas comunidades, como estratégia para “cooptar” (BOURDIEU, 2001), e obter a aprovação do projeto; e tornarem-se disseminadores de uma simbologia positiva. Esta estratégia foi utilizada para ampliar o “lucro simbólico” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1991a) já recebido pelas classes empresariais e políticas da região, mas que, como observado pelos representantes da silvicultura, não ocorria nas comunidades rurais, como é o caso da RESEX Ciriáco.

Em 2009 os representantes da Suzano começaram as visitas, apresentações e reuniões sistemáticas nas comunidades, já atuando nos moldes do PCS. O objetivo era destacar os possíveis benefícios a serem obtidos pelos trabalhadores rurais com a instalação da indústria.

A aproximação às quebradeiras de coco foi pautada por um “estranhamento”, pois a silvicultora tem suas atividades econômicas baseadas em projetos de monocultura, que para a maioria das comunidades rurais representava a disseminação de diversos impactos negativos⁹⁹. Mas o próprio ICMBio colaborou para reduzir esta recusa comunitária em se aproximar da empresa, pois contava com os possíveis investimentos financeiros da Suzano nos projetos de geração de renda da Ciriáco¹⁰⁰.

Neste mesmo ano foi organizada uma reunião pelo ICMBio, atual responsável do Estado pela área da RESEX Ciriáco, com a colaboração dos representantes da Suzano. O objetivo foi propor um diálogo com a silvicultora. A comunidade demonstrou-se extremamente receosa com este estreitamento de relação, sobretudo as trabalhadoras mais ligadas ao MIQCB.

Surge um agente importante neste campo, e que nesta tese foi denominado de Representante Suzano 01 (RS01). Este agente tem um poder de influência muito grande na comunidade da RESEX, pois tem ligação histórica com os movimentos sociais, e com a luta política e institucional para a instalação e regularização da Ciriáco. Depois de anos afastado, aparece novamente na comunidade, agora como representante da empresa.

O RS01 foi de grande importância para que a Suzano inicia-se um processo de entrada na comunidade, sem gerar grandes conflitos. Ele foi o primeiro ponto central de ampliação do poder simbólico da empresa junto às quebradeiras de coco da reserva. Este representante da silvicultora apresentou às trabalhadoras rurais a possibilidade de conseguirem benefícios estruturais e logísticos com a parceria.

Durante as reuniões o RS01 enfatizava a possibilidade de requerer à empresa que os recursos financeiros destinados aos “investimentos sociais” fossem realizados também na reserva¹⁰¹. Este representante utilizava os discursos “neutralizado” (BORUDIEU, 2011; 1991b) e “legítimo” (BOURDIEU, 1996a; 1991a), para identificar-se prioritariamente como um parceiro da comunidade, e não como um representante da silvicultora.

Com o tempo surgem novos agentes da empresa na comunidade, em destaque Representante Suzano 02 (RS02). Este anuncia a possibilidade de doações, e estabelece contato

⁹⁹ As comunidades ainda citam os problemas ocorridos com a empresa Indústria de Papel e Celulose do Maranhão S/A (CELMAR), que nos anos de 1980 implantou projetos de monocultura de eucalipto na região, onde ocorreram conflitos por conta do processo de concentração de terras para o plantio.

¹⁰⁰ A proximidade entre antigos funcionários do ICMBio e a representante da Suzano para a área ambiental (RS01), e que foi diretora do IBAMA, foi primordial para esse movimento em favor da empresa.

¹⁰¹ Sabe-se que todo grande projeto de financiamento de bancos públicos, principalmente o BNDES, deve constar ações de responsabilidade social.

direto com as quebradeiras de coco. Atualmente o RS02 é o principal contato entre as duas organizações (SUZANO e ATARECO); além de acompanhar diretamente as reuniões com as quebradeiras de coco.

No ano de 2010 uma parceria entre a Suzano e o curso de Tecnologia de Alimentos do campus de Imperatriz (UFMA), fortaleceu esta entrada da empresa na RESEX Ciriáco. O objetivo desta parceria tripartite foi avaliar a possibilidade da implantação de uma fábrica de extração de óleo, e de aproveitamento do mesocarpo do coco babaçu. Previam-se uma ação colaborativa de diversas comunidades da AID dos projetos empresa. Com isso a silvicultura ampliou sua participação na comunidade a partir da intensificação destas parcerias entre seus representantes RS01/RS02, e as organizações do Estado como a UFMA e o ICMBio.

Em 2012 o Conselho Deliberativo da RESEX passou por um processo de renovação. No mês de março foi realizada a posse dos novos conselheiros e das novas organizações que integraram o conselho (UFMA e IFMA). Foram distribuídas 100 camisetas aos conselheiros, e que são resultado de uma parceria (patrocínio) com a empresa Suzano, como destacado no Boletim Informativo Nº 186 do ICMBio (ICMBIO, 2012, p. 09).

No mesmo ano (2012), a empresa implantou o projeto “Extrativismo Vegetal” com o objetivo de ampliar o extrativismo na região, complementando ainda com os “[...] demais sistemas produtivos de agricultura familiar, proporcionando aos grupos participantes – em especial povos e comunidades tradicionais – condições de desenvolvimento local e fortalecimento da produção rural.” (SUZANO, 2012, p. 83). Projeto implantado na Ciriáco e em demais comunidades da AID da empresa. A maneira como esta atuou nas comunidades é descrita da seguinte forma:

Além de a matéria-prima ser totalmente coletada em nossas áreas, apoiamos o projeto com a promoção de reuniões para a definição de ações de fortalecimento da produção, como a doação de máquina forrageira para trituração do coco e reforma e ampliação da sede da entidade, onde a comunidade se reúne e participa de curso de capacitação e treinamentos. (SUZANO, 2012, p. 83).

Como resultado deste momento ocorreu entre os anos de 2012/2013 a construção de uma Unidade de Beneficiamento do Babaçu (UBB), e que também é utilizada para as reuniões com os demais associados, ou apenas entre as quebradeiras (Figura 10). Este se tornou um símbolo positivo da relação com a empresa, ampliando o processo de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1989) da Suzano como “parceira”, enquanto se observava uma falta de priorização financeira do Estado na RESEX.

Segundo informações dos representantes do ICMBio e da Suzano, não existem documentos tratando da construção da UBB. Há apenas os documentos de compra dos materiais necessários, que estão em posse da empresa, e não foram disponibilizados para esta pesquisa. Esta obra não teve nenhuma relação com o Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC) citado a seguir, pois este conselho foi criado apenas em 2014.

De acordo com os representantes do ICMBio, para a construção UBB a Suzano disponibilizou equipamentos como um computador, uma balança de precisão, lona, bombonas, mesa e cadeira; além de materiais de construção como areia, esquadilhas, pilares de ferro, cimento, telhas, piso, portas e janelas. A empresa também depositou R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) na conta da ATARECO, para pagamento de serviços com pedreiros e ajudantes; houve ainda a doação de uma secadora de amêndoas do babaçu. Os valores não citados são de responsabilidade da empresa, e não foram disponibilizados.

Uma importante característica do campo de relação entre a comunidade da Ciriáco e a Suzano, é o fato da empresa ter incentivado a formação de um “Conselho de Desenvolvimento Comunitário – CDC)”¹⁰². Este conselho foi apresentado como mecanismo de ampliação da relação entre a silvicultora e as comunidades da chamada região da “Estrada do Arroz”. Com a formação e formalização deste, em 2014 a empresa priorizou que qualquer tipo de relação com as comunidades ocorresse através do CDC, acompanhado pelas associações das comunidades. Como citado por um executivo da empresa no dia do lançamento deste conselho, tem-se que:

Colocado em prática já na Bahia e no Maranhão, os Conselhos Comunitários da Suzano abordam um modelo participativo de relacionamento com as comunidades onde atuamos e têm como principal objetivo transformar a realidade socioeconômica dessas comunidades, criando nelas uma cultura empreendedora. Para tanto, a empresa organiza espaços de discussão e diálogo que permitam criar projetos que estejam diretamente relacionados à cultura local, de modo que se leve o desenvolvimento sem exigir que estas comunidades abram mão de suas tradições e costumes. (CARLOS ALBERTO GRINER¹⁰³, 2014 *apud* PÁGINASUSTENTÁVEL, 2014).

Da citação acima identificam-se duas circunstâncias em relação ao CDC. A primeira é a do estabelecimento de uma relação colonizadora, nos moldes destacados por Sousa Santos (2006), Mignolo (2005), Quijano (2002) e Bhabha (1992), pois empenhou-se em “criar” uma nova mentalidade, nos padrões do que a silvicultora acredita como ideais para as comunidades.

¹⁰² A RESEX Ciriáco tem duas quebradeiras de coco na coordenação deste conselho, representando as demais da reserva.

¹⁰³ Carlos Alberto Griner era o Diretor Executivo de Recursos Humanos da Suzano.

A segunda relaciona-se à busca pela disseminação dos ideais do “empreendedorismo”, que segundo Casaqui (2015; 2014) e Costa, Barros e Carvalho (2011) englobam uma estratégia discursiva e mercadológica, visando transformar os contrários às ofensivas corporativas, em disseminadores dos ideais do mercado como o lucro, a competição, e o almejado “desenvolvimento econômico”.

Cada reunião deste conselho é realizada numa das comunidades que o compõem. A data e a comunidade a receber a reunião são definidas pela equipe da Suzano, que disponibiliza a logística necessária para que as representantes participem. As reuniões também são coordenadas por esta equipe, principalmente a RS02. Sempre é destacado pelos representantes da silvicultora que o objetivo é apenas organizar as primeiras atividades do CDC, ficando a continuidade deste sob a responsabilidade das quebradeiras de coco, o que ainda não ocorreu.

O estreitamento da relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco da Ciriáco causou danos à rede de relações destas trabalhadoras. O MIQCB, que até então era um dos principais parceiros da comunidade, empenhou-se em divulgar aos comunitários que esta relação poderia ser danosa. Os representantes da organização elaboraram documentos cobrando o afastamento do então diretor do ICMBio, ainda no ano de 2009. A relação entre o MIQCB e a ATARECO também tornou-se praticamente impossível, devido à avaliação paradoxal dos dois em relação à Suzano.

Devido à imagem de empresa disseminadora da monocultura de eucalipto, e principal beneficiada por esta atividade, os representantes do MIQCB na Ciriáco se afastaram das quebradeiras que estabeleceram uma relação com a empresa. Algo que, segundo os representantes da comunidade, enfraqueceu a relação entre elas, pois houve uma clara divisão entre os dois grupos; mas que não trouxe danos à relação com a Suzano.

Um exemplo importante do conflito simbólico envolvido neste campo é apresentado pelo PNCSA (2014) ao mencionar a fala de uma quebradeira de coco da reserva, representante do MIQCB, que se afastou das demais quebradeiras da RESEX:

[...] É uma parceria da Suzano, ICMBio com a ATARECO e tem outra em Petrolina, que vão construir, que é de mesocarpo. Somente eu fui contra essa parceria que sei ser complicada, pois a Suzano é a mesma Celmar e comprou as terras, está comprando tudo aqui, então a situação é essa carvão queimando direto, de coco inteiro (...) todo mundo tem conhecimento de que a Suzano não é diferente, é a mesma Celmar, e nos aqui somos prejudicados pela Celmar que é a mesma Suzano, aqui nós estamos tomados, então a gente... já teve audiência sobre essa questão da Suzano e ela é a mesma Celmar que a gente tem conhecimento, ela só veio nos prejudicar [...] (PNCSA, 2014, p. 06).

Numa reunião realizada em fevereiro de 2015 (CDC, 2015), com as representantes comunitárias do CDC, foi solicitado o apoio à Suzano para a realização de oficinas de artesanato para as quebradeiras de coco, e para os seus familiares. Os representantes da Suzano solicitaram que cada comunidade identificasse os interessados para a elaboração de um projeto com a demanda.

No mês de fevereiro de 2016 é informado às trabalhadoras que o instituto “A Gente Transforma”¹⁰⁴ foi selecionado para identificar as potencialidades artesanais nas comunidades. No caso da Ciriáco, programou-se o dia 12 de maio para que representantes deste instituto os visitassem, para identificar a “[...] capacidade dos grupos locais para a produção de artesanato” (CDC, 2016)¹⁰⁵. Em 2017, numa reunião na sede da Suzano em Imperatriz, os representantes do instituto contratado pela Suzano apresentaram a proposta de “transformá-las” em “microempresárias”, para ampliar a cadeia produtiva do óleo de babaçu; processo que está em avaliação pelas quebradeiras de coco.

Para Milezzi (2016), Domingues e Barros (2015) e Marquezan e Figueiredo (2014), ao implantar programas de fortalecimento do artesanato, utilizando-se de agentes ligados às lógicas do mercado, pode-se resultar nas perdas dos referenciais simbólicos importantes para as culturas das populações tradicionais. Há a ameaça da perda dos referenciais tradicionais, pois ao “capitalizar” a atividade, transforma-se o artesanato em mercadoria e o artesão em empreendedor, devendo este adaptar-se às regras do mercado como o individualismo, a concorrência e a busca por lucratividade (SERAINÉ, 2009); e busca-se a implantação dos ideais de qualidade e lucratividade adotados pela produção em larga escala e de alto consumo (PAES, 2009). Processos que podem ser adicionados à busca da Suzano pela implantação de uma simbologia positiva, na qual os grandes projetos econômicos são “impulsionadores do desenvolvimento econômico” e do empreendedorismo.

¹⁰⁴ Este instituto é ligado ao escritório do *designer* Marcelo Rosenbaum. “Fruto do aprendizado das nossas imersões pelo Brasil profundo, através dos projetos do A Gente Transforma, vimos a oportunidade e o potencial de proteger e salvaguardar os valores culturais e saberes tradicionais. Por isso criamos o Instituto A Gente Transforma, para acionar uma rede de instituições, associações e parceiros que viabilizam a transformação de comunidades a partir do produto artesanal.” (ROSENBAUM, s.d.a). “A Gente Transforma é um projeto que usa o design para expor a alma brasileira, um mergulho na cultura dos povos que formam o nosso país. É um resgate de histórias do passado para recriar o presente e construir o futuro sob novas bases, livre e sustentável. O projeto é uma criação coletiva, que envolve muitas mentes e almas, cheias de fé, esperança e criatividade.” (ROSENBAUM, s.d.b). A primeira experiência foi na comunidade de Várzea Queimada, no município piauiense de Jaiacós.

¹⁰⁵ Não foram cedidas mais atas das reuniões do CDC. Os representantes da Suzano enfatizam que são disponibilizadas atas destas reuniões às representantes da Ciriáco, e que o acesso a elas deve ser feito através destas lideranças. O fato é que as representantes da RESEX não estavam com essas cópias, ou não as encontraram.

A empresa aplica estratégias visando a reversão da avaliação negativa por parte das quebradeiras de coco, estabelecendo uma relação classificada pelos representantes corporativos como “parceria”. Através dos investimentos citados, a silvicultora potencializou a sua participação junto às trabalhadoras rurais. Se antes se percebia uma significativa reprovação do projeto da Suzano na região, com o estreitamento da relação ocorreu uma ampliação do poder da corporação. Mas, apesar disso, ainda são visíveis as resistências comunitárias, pois há quebradeiras de coco que ainda percebem a Suzano como degradadora do meio ambiente; além das que reprovaram as alternativas apresentadas pela empresa, através do “A Gente Transforma”, em “transformá-las” em microempresárias.

Com relação à essência do campo de relações entre estes dois agentes, cita-se que desde as primeiras especulações sobre a possibilidade de instalação de uma fábrica da Suzano no município de Imperatriz, duas vertentes simbólicas cresceram na região: de um lado os representantes do poder executivo municipal e estadual, amparando positivamente a vinda da empresa, obviamente visando ganhos políticos e econômicos; na outra vertente os movimentos sociais e ambientalistas, preocupados com os impactos do empreendimento no ambiente e na sociedade local.

Os grupos políticos e econômicos que defendem este grande projeto de “desenvolvimento econômico”, utilizam-se das suas posições para propalar discursos “legítimos” (BOURDIEU, 1996a), “autoritários” (BOURDIEU, 1991c) e “performáticos” (BOURDIEU, 2011), impondo uma avaliação positiva a esta empresa. Quando alguém demonstra recusa a esta imposição, são classificados como contrários ao “crescimento econômico” da região, ainda que a atuação desta empresa silvicultora esteja relacionada a diversos problemas socioambientais.

O *nomos* deste campo é definido pela relação imposta por instituições do campo jurídico e político, ou seja, os principais agentes reguladores dos dois agentes centrais do campo, sendo o MPF para a Suzano, e o ICMBio para a comunidade. Chega-se a esse entendimento, pautando-se nas seguintes situações: a empresa não considera a RESEX Ciriáco como um território impactado direta/indiretamente por seus empreendimentos industriais e/ou florestais; a Suzano incluiu a RESEX Ciriáco em suas principais áreas de atuação, devido à demanda do MPF; a comunidade recebe os serviços da empresa, devido à falta de acesso aos recursos financeiros do Estado, seja do ICMBio ou da prefeitura municipal de Cidelândia, e considerando a confiança que as quebradeiras têm na representante da Suzano (RS01), que foi diretora da RESEX. Caso contrário, a relação entre estes agentes não seria estabelecida.

Das situações citadas resultam como regras do campo: uma certa passividade “teatralizada” (BOURDIEU, 2001; 1999; 1998; 1991b; 1989) das quebradeiras de coco diante ações da empresa; as ações dos dois agentes realizadas no território da RESEX devem seguir a intermediação do ICMBio, por questões organizacionais e jurídicas do território; a relação deve resultar em ganhos para os dois agentes principais; diante dos ganhos de ambos, são proibidos os momentos críticos/conflituosos de relação.

A crença deste campo é: ainda que estabelecida para atender às orientações do MPF ou do ICMBio, esta relação pode trazer ganhos simbólicos e financeiros a ambos; principalmente pela redução da possibilidade de conflitos críticos. Resultado que transforma-se no principal critério de avaliação, tendo em vista que o MPF orientou a Suzano para ampliar suas atividades de “investimento social” para as comunidades da Estrada do Arroz, dentre elas a RESEX Ciriáco; e a equipe do ICMBio apresenta este “diálogo” como uma possibilidade para a melhoria da capacidade produtiva das quebradeiras de coco. Com a aplicação destes critérios, o produto deste campo deve ser o ganho simbólico e o ganho econômico aos dois principais agentes. Mas como se sabe, a Suzano, assim como a mineradora Vale, conta com bases de fortalecimentos das suas estratégias, visando ampliar a capacidade ofensiva destas empresas frente às comunidades rurais.

3.3 A essência das ofensivas empresariais contra os assentados e as quebradeiras de coco

Como demonstrado nos subcapítulos anteriores, as empresas Vale e Suzano empenham-se para estabelecer seus poderes na relação com as comunidades rurais. O interesse destas corporações é reduzir qualquer possibilidade de resistência comunitária que resulte em confrontos, e que se tornem mecanismos de redução dos lucros das suas atividades de mineração e silvicultura. Para apresentar com maior profundidade analítica e interpretativa a atuação destas empresas, são destacadas a seguir as essências das ofensivas mais meticulosamente pensadas, e, extremamente nocivas aos assentados e às quebradeiras de coco.

Estes trabalhadores rurais são pressionados a “perceberem/apreciarem” (BOURDIEU, 2001) os “ritos” (LACLAU, 1996; BOURDIEU, 1991d) de representação dos setores de relacionamento com comunidades, com a finalidade de aprovarem as ações da Vale e da Suzano em seus territórios. Avaliação que não corresponde ou não é conciliável com as identidades “coletivas” (ARAÚJO; NÓBREGA, 2014) e “instituídas” (BOURDIEU, 1989; 1989) observáveis nas ações comunitárias.

Considerando as fundamentações teóricas sobre a questão agrária, sobre os movimentos sociais do campo, sobre os investimentos públicos e privados em atividades produtivas; e considerando ainda as avaliações da atuação das grandes corporações multinacionais, citam-se as seguintes pressões externas, e que favorecem as estratégias da Vale e da Suzano:

a) a falta de acesso dos assentados e das quebradeiras de coco aos investimentos básicos do Estado, tanto em políticas públicas básicas, quanto aos meios econômicos de viabilização dos seus processos produtivos; em contraste têm-se os grandes investimentos públicos nas empresas multinacionais, que têm suas atividades direcionadas à exportação de *commodities*, neste caso, as minerais e as “florestais”;

b) a visão divergente entre os movimentos sociais voltados para as problemáticas sociais e ambientais, e as organizações públicas que financiam os grandes empreendimentos econômicos. Os primeiros defendem os direitos das comunidades rurais, e estabelecem redes para que estes trabalhadores sejam respeitados; citam-se aqui a CUT, a JnT e o STTR/Açailândia. Já os entes do Estado, principalmente os relacionados com os poderes executivo e legislativo, independente da instância, empenham-se em disseminar simbologias positivas, para que as corporações, e seus aparatos logísticos e industriais, sejam aprovados pela grande maioria da população;

c) a burocracia e a morosidade dos órgãos do campo judiciário no andamento dos processos que envolvem conflitos socioambientais. Em destaque as ações com repercussões sociais complicadas, como reassentamentos involuntários e impactos socioambientais diretos e indiretos. Considera-se que o colhimento de provas exige trabalhos árduos, custosos e de difícil aplicabilidade jurídica. Citam-se também as divergentes avaliações sobre a responsabilidade de cada instância jurídica, onde não há consenso ao que seja de responsabilidade dos tribunais federais ou estaduais. A demora no julgamento/enceramento destes processos, na maioria dos casos traz danos principalmente às comunidades rurais, que se veem desencorajadas para agir diante do capital jurídico das grandes empresas.

d) a formação de estereótipos negativos dos integrantes de movimentos como o dos trabalhadores sem-terra; contraditoriamente, as empresas recebem um preconceito extremamente positivo pela maioria das comunidades não impactadas diretamente pelos projetos logísticos ou industriais corporativos. Além disso, a população em geral aprova os investimentos em grandes projetos econômicos, pois estes são vinculados à geração de empregos e renda; e normalmente não são avaliados pelas populações que serão impactadas, antes de serem implantados. Enquanto isso, os investimentos na agricultura familiar são considerados “prejuízos” pelas classes beneficiadas pelas grandes empresas. Resta aos

trabalhadores rurais, o apoio de uma parcela dos movimentos sociais que conhecem a problemática das comunidades impactadas.

Ressalva-se que os assentados podem escolher suas atividades agrícolas, já as quebradeiras de coco devem seguir as regras ambientais estabelecidas pela legislação e pelas normas do CONAMA, que são acompanhadas pela equipe do ICMBio, responsável pela Ciriáco. Caso não cumpram as exigências do órgão, ampliam-se os estereótipos pelos grupos que estudam ou que visitam a RESEX. Além dos paradoxos citados, caso não respeitem as regras estabelecidas, estas trabalhadoras rurais são classificadas como degradadoras do meio ambiente, como produtoras ilegais, e como beneficiadas financeiramente por uma área “cedida” pelo Estado.

As interferências externas acima citadas já caracterizam-se como importantes impulsionadores das estratégias das empresas. A DEFC recebe a aprovação dos políticos, e da grande maioria da população local, pois considera-se que ao ser realizada, gera empregos e movimentação a economia local. Já os trabalhadores do AFR veem-se envolvidos numa complicada trama de interesses, onde investir na comunidade torna-se símbolo de ações que não conduzem ao “desenvolvimento econômico” da região. Fatores que também influem no histórico da relação, resultando em lucros para a mineradora.

Os representantes da Vale estabelecem o *habitus* de antecipador das lutas comunitárias, impulsionadas pela instalação dos seus aparatos estruturais e logísticos. Sabendo que seus empreendimentos causam uma visibilidade negativa, devido aos impactos socioambientais, se empenham na antecipação destes, principalmente os referentes à DEFC.

No caso da relação com o AFR, o principal objetivo dos representantes da mineradora é fazer-se presente na comunidade. Isto como estratégia de resposta às reivindicações comunitárias, pois não interessa para a empresa que seus representantes façam parte do cotidiano dos assentados. Mas ao perceberem que distanciando-se, ampliavam a possibilidade de organização comunitária, avaliou-se uma maior atuação na comunidade como “estrategicamente necessária”. O foco da aproximação é destacar os ganhos que os assentados podem obter com os investimentos da mineradora, além de identificar possíveis indicadores de organização para manifestações que venham causar prejuízos à empresa.

Os representantes da Vale destacam que a DEFC figura num grande projeto de investimentos para ampliar a capacidade de exportação dos minérios. Busca-se interligar este crescimento dos negócios da empresa, à possibilidade de aumentar a destinação de recursos financeiros aos projetos sociais, inclusive aos reivindicados pelas comunidades rurais.

Como avaliador dos agentes e das suas potenciais estratégias, a Vale, como qualquer grande corporação, sempre realiza trabalhos de identificação de pessoas e de organizações que representam riscos e “influência negativa” na relação com as comunidades. Seus representantes consideram que, ao se aproximarem dos assentados, certas organizações podem ampliar a capacidade destes de pressionar a empresa. Portanto, além de realizarem constantes levantamentos sobre os cotidianos comunitários, os representantes da mineradora observam as parcerias do AFR com órgãos estatais, com organizações sindicais, ou até mesmo com os demais movimentos sociais.

A divisão da comunidade em três associações (AAAFR, AFT e ABE), ampliou a capacidade corporativa de antecipação das articulações dos assentados. Devido às divergências entre estas, os representantes da mineradora as utilizam para estreitar a relação com cada associação, separadamente. Buscam conhecer como estas pretendem atuar, identificando os atritos entre elas; e, além disso, coletando relatos sobre o andamento das suas atividades de organização, legalização e de parcerias. O fato de todas buscarem a obtenção de benefícios se relacionando com a Vale, amplia a capacidade desta em obter informações importantes.

A empresa utiliza dos capitais financeiro e cultural como meios para reduzir os embates. Obviamente que os representantes da mineradora sabem que suas grandes ferramentas para ampliar sua capacidade de ação são estes capitais. Com isso, buscam realizar serviços que ampliem a visibilidade positiva da empresa. Empenham-se em tornar os resultados positivos em referenciais simbólicos dos “ganhos da comunidade”, ao estabelecerem “parcerias” com a mineradora.

A temática financeira é importante, mas, neste caso, o capital cultural torna-se um alicerce para os reais ganhos da empresa. Os representantes da Vale empenham-se em conhecer as demandas prioritárias para a maioria dos assentados, independente da problemática que estes possam envolver. Busca-se constantemente engradecer os ganhos dos serviços realizados, visando a redução de conflitos. Lucra a empresa, que reduz seus prejuízos com a obstrução da EFC; além dos lucros simbólicos com a redução das manifestações contrárias às suas ações.

Como desarticuladora da rede de relações da comunidade, os representantes da mineradora se beneficiam da divisão interna entre os assentados, e ainda de problemas de relacionamento com os demais assentamentos. Sabem que a alternativa dos representantes do AFR é estabelecer uma importante rede de relações, com isso, o RV03/RV04 empenham-se em reduzir a capacidade de articulação desta, principalmente com as comunidades da região. Isto é feito através do uso do capital financeiro, pois a decisão das obras a serem realizadas em cada comunidade deve ser definida separadamente, de acordo com as normas da empresa. Sabendo

das dificuldades enfrentadas pelos assentados, sejam elas financeiras, de relacionamento interno e/ou entre os assentamentos, agem para que cada comunidade exerça seu “poder de decisão”, e não decidam por resoluções conjuntas.

A própria metodologia dos Comitês de Interlocução (CI), onde o andamento da DEFC é avaliado separadamente por cada comunidade, potencializa o feito da individualização. Isto, aliado à pressão jurídica empresarial sobre as lideranças, resulta no afastamento de certas organizações. Estas estratégias somadas visam desarticular a comunidade, internamente, e também dos seus tradicionais e potenciais parceiros.

O *habitus* de disseminadora de uma simbologia positiva da empresa nas comunidades tem destaque, pois a Vale investe na intensa divulgação das suas ações. Utilizam-se de cartazes, panfletos e vinhetas radiodifundidas para que esta seja reconhecida como uma empresa preocupada com a segurança dos assentados, e com a qualidade de vida deles.

As reuniões são utilizadas como meios para que seus representantes, habilmente, usem a permissão para os pronunciamentos como oportunidades para a aplicação de “discursos reacionários” (BOURDIEU, 1991b) às constantes reivindicações comunitárias. Posicionam-se, e agem posicionando a empresa representada, como agentes de “prestígio” (BOURDIEU, 1999; 1998; 1991b; 1989) e “respeitabilidade” (BOURDIEU, 1998a; 1991a; 1991b; 1991d; 1989), utilizando-se do carisma (BOURDIEU, 1996b; 1991b) proveniente do intercâmbio de serviços financeiros (BOURDIEU, 1991b); e aplicam discursos estrategicamente “neutralizados” (BOURDIEU, 1996a; 1991b; 1991c) e “legítimos” (BOURDIEU, 2001; 1996a; 1991c).

Sabe-se que o INCRA, como a maioria dos órgãos públicos destinados ao atendimento de comunidades rurais, não recebe grandes investimentos. Sabendo disso, os representantes da Vale obtêm “lucros simbólicos” (BOURDIEU, 1991a) em três estratégias: ao inculcar (BOURDIEU, 2001; 1991d; 1989) um ideal de que é responsabilidade do Estado investir financeiramente na resolução das pendências requeridas; ao se utilizarem da luta política, estabelecendo uma “significação” (BOURDIEU, 2001) do mundo social, favorecendo-a; e, como resultado das demais, ao se utilizarem dos serviços realizados para estabelecer referenciais simbólicos positivos (BOURDIEU, 2001; 1989), reduzindo os “riscos à reputação” (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2009), tornado os comunitários “gratos” (RAJAK, 2009) pelos investimentos.

A Vale realiza os serviços, pois percebe os lucros financeiros e simbólicos que obtém ao estabelecer uma relação sem grandes manifestações; principalmente quando destaca que estes serviços não são da sua responsabilidade, e que os realiza para beneficiar os assentados, e

atender suas demandas. Os representantes da Vale utilizam-se dos seus capitais financeiro e cultural, para demonstrar aos trabalhadores rurais que pode fortalecer o capital simbólico da mineradora, e, reduzir os usos deste capital pelo AFR. Além disso, a empresa não exerce influência sobre as organizações parcerias dos assentados (STTR, MST, JnT), mas consegue afastá-las da relação, ao ampliar o “diálogo” direto com os representantes do assentamento.

As demais comunidades são cooptadas a relacionarem-se diretamente e individualmente com a Vale, com a justificativa que desta forma os serviços são aprovados mais rápido. Em relação ao MPF, há um grande investimento da mineradora em elaborar contraprovas às denúncias comunitários, reduzindo a influência deste na relação.

Ao divulgar os investimentos em “projetos sociais” nos meios de comunicação da região, há um fortalecimento da visibilidade positiva de empresa; o que também interfere na relação com os assentados, pois alguns a percebem como “benfeitora”, fortalecendo as estratégias da corporação.

Dentre as estratégias da Vale destacam-se a “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983) aplicada por seus representantes. Estes se utilizam dos bens financeiros (recursos próprios, da Fundação Vale, ou dos financiamentos para a DEFC), logísticos (a própria EFC), e os estruturais (maquinários e canteiros de obra suas e das terceirizadas da DEFC), para estabelecer seus poderes sobre os trabalhadores rurais. A mineradora também aplica de processos de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989) direcionados para o AFR e para a sua rede de relação, pois os seus representantes estabelecem a “negociação direta e negociada” (ACSELRAD; BEZERRA, 2007) como mecanismo principal para a resolução dos conflitos.

Além das estratégias citadas acima, há o fato dos investimentos financeiros serem utilizados para ampliar estas habilidades do seu representante, neste caso o RV04. Ao observar a ação deste em campo, posso destacar que há uma evidente competência prática da linguagem nas suas ações. É possível observar uma importante habilidade deste em adaptar-se às situações de conflito ou de menor resistência comunitária, e também aos lugares onde estas ocorrem. Os investimentos da Vale são continuamente apresentados por este como uma importante iniciativa, e uma parceria entre os dois agentes. Este tipo de estratégia torna seu discurso compatível com a situação, ampliando a capacidade de uso dos investimentos nas obras e nos serviços como ampliadores da simbologia positiva da empresa; processo extremamente nocivo à comunidade.

Considerando a relação com as quebradeiras de coco, os representantes da Suzano destacam que seguem as orientações dos órgãos públicos que a fiscalizam. O destaque é dado ao MPF, considerando-se que os investimentos nesta RESEX são fruto da solicitação deste órgão, que requereu a inclusão dela nos seus investimentos sociais. Além disso, a Suzano utiliza

sua base do capital cultural para ampliar a eficiência dos serviços realizados na comunidade, através da ampliação da simbologia positiva destes.

Tem-se ainda que, sabendo de toda a problemática jurídica em atuar neste território, a empresa sempre busca, por obrigação ou resguardando sua imagem, atuar na comunidade em parceria com órgãos públicos como o ICMBio, a UEMA, a UFMA, o IFMA, dentre outros. Ao realizarem estas parcerias, reduzem possíveis pressões da comunidade, ampliam a sua identificação com “ações sociais” positivas, e estabelecem uma rede de cooperação para as suas atividades, reduzindo os custos, mas ampliando a visibilidade.

Favorecendo a silvicultura, tem-se principalmente o capital cultural, pois além do conhecimento técnico da área de “responsabilidade social”, e das estratégias de comunicação com comunidades, seus representantes conhecem o cotidiano e as formas mais adequadas de se contatar esta classe de trabalhadoras. Este contexto, aliado a um poderoso capital financeiro, ampliou a capacidade de ação da Suzano. Além disso, vincula-se a imagem da empresa à geração de empregos e renda na região, o que melhora significativamente seu capital simbólico.

Para estabelecer seu poder político, a Suzano utiliza-se da sua estrutura de comunicação para divulgar os efeitos positivos da sua implantação. Além disso, usa da reputação e do reconhecimento positivo que os seus representantes têm na comunidade, para trazer a incerteza sobre os reais objetivos da empresa, o que caracteriza o seu “poder absoluto” (BOURDIEU, 2005; 2001; 1989).

Em relação ao poder material, a silvicultura se utiliza do seu capital financeiro para influir e intensificar os demais poderes; contribuindo para o fortalecimento do seu poder simbólico. A medida que a empresa ampliou a sua influência na comunidade, os movimentos sociais parceiros se afastaram de algumas lideranças; e a divulgação das “ações sociais” foi intensificada.

Aplicando uma estratégia de “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b), e conhecendo a problemática do relacionamento com comunidades, e sabendo que estas são extremamente carentes de recursos, os RS01/RS02 preferem que estas entendam que, às grandes empresas, cabe realizar investimentos apenas nos setores exigidos pelos órgãos reguladores. O objetivo é reduzir a pressão sobre a empresa, com cobranças para todas as carências comunitárias.

A Suzano empenha-se em disseminar no cotidiano comunitário a simbologia de empresa “socialmente justa” e “ambientalmente responsável”. O foco é alterar a leitura que as extrativistas realizam das suas atividades, que, antes dos serviços (UBB), eram citados como degradadores do meio ambiente, e torná-las mais propensas à avaliação positiva da empresa.

Seus representantes sempre “reconhecem” que a atividade da monocultura pode trazer certos problemas sociais, mas que a sua representada investe na prevenção destes; cumprindo suas responsabilidades jurídicas, ambientais e sociais. Ações pautadas no uso da “ação pedagógica” (ROSA; BRITO, 2009) e dos “signos distintivos” (BOURDIEU, 1996b) para “diferenciar” a Suzano das empresas que já causaram problemas socioambientais com a implantação de atividades degradadoras.

No caso da Suzano, há o tradicional uso dos bens financeiros e logísticos para defender sua atuação na região, e não somente na RESEX, utilizando-se da estratégia de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983); e que o melhor meio para concretizá-los é através do “diálogo”, como meio para ampliar os resultados da estratégia de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989).

Há uma constante ampliação da força simbólica positiva dos representantes da empresa, devido à uma relativa transitabilidade destes no território da comunidade. Não existem regras específicas a serem seguidas pela Suzano, que tem liberdade para realizar reuniões com as quebradeiras de coco. Além disso, a equipe de representantes da Suzano destaca em todas as reuniões, o esforço realizado por eles para atender às demandas da RESEX. Processo que se instaura constantemente como um discurso “reacionário” (BOURDIEU, 1991b) às iniciativas das quebradeiras de coco contrárias aos investimentos da Suzano, e que divulgam um discurso “herético” (BOURDIEU, 1991b) para reduzir o poder empresarial no seio da comunidade.

As estratégias utilizadas pela Vale e pela Suzano nas duas comunidades, são destacadas por estas corporações como “ações sociais”; e são inclusive gerenciadas pelos setores de comunicação social e de responsabilidade social, respectivamente. Há um empenho destes setores em elevar os ganhos simbólicos dos investimentos financeiros realizados, e ainda: obter “lucros” financeiros e políticos (FERREIRA; AFONSO; BATHOLO, 2008b); ampliar a competitividade no mercado (ALTMAN, 1998a; 1998b); reduzir os riscos à reputação (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2009); e a busca pela “gratidão” à empresa (RAJAK, 2009). Para isso se utilizam dos ritos, dos elementos arquitetônicos, e em certa medida, das imagens.

Nos ritos são utilizados diversos referenciais simbólicos para estabelecer suas regras; e para isso são aplicados gestos, palavras, e objetos (dentre eles as grandes obras arquitetônicas). O objetivo destes usos é influenciar os agentes a perceberem o mundo social pelas lentes dos dominantes (BOURDIEU, 1991c; 1989).

Em relação aos elementos arquitetônicos, são consideradas quaisquer construções/serviços que tenham como objetivo ampliar os resultados das estratégias dos agentes que buscam estabelecer seus poderes; mas que, primordialmente, tenham a capacidade

de enfatizar o poder de um indivíduo, de um grupo ou de uma organização. Todos estes elementos contribuem para que certas percepções da realidade sejam enfatizadas. Trata-se de relações de poder, e poder utilizado para a representação ideal, visando o fortalecimento das empresas multinacionais aqui analisadas.

No caso da Vale e sua relação com o Assentamento Francisco Romão, devem ser considerados: os mecanismos adotados no início do relacionamento com a comunidade; os procedimentos adotados nos Comitês de Interlocação (CI); e as regras estabelecidas no contrato de perfuração do poço e da distribuição da água deste, bem as regras aplicadas na concretização destes serviços.

Em relação à Suzano e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, são considerados: a parceria estabelecida entre o ICMBio e a empresa; os procedimentos adotados no Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC); e o estabelecimento das regras para a construção da Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB), bem como demais ações da empresa na comunidade.

Como citado nos itens anteriores, esta tese tem como referência temporal o período a partir de 2010, quando as empresas começaram a atuar diretamente nas proximidades das comunidades aqui estudadas. Nas análises/interpretações sobre as estratégias adotadas pelas empresas, todas as ações foram consideradas.

A avaliação da grande maioria das comunidades rurais sobre a ação das grandes empresas mineradoras e agrofloretais é extremamente negativa. Isto é conhecido pelos executivos destas, que buscam reverter tal situação. O maior receio dos representantes das empresas é que os conflitos com estas comunidades gerem danos financeiros, principalmente quando há danos às estruturas logística e industriais; e ainda quando as comunidades conseguem relacionar a imagem das multinacionais aos danos socioambientais causados por suas atividades.

As estratégias aplicadas no início dos dois processos de relação, entre 2010/2014, também contribuíram para a eficácia dos referenciais simbólicos positivos. Influenciaram positivamente para que as empresas conseguissem instalar os Comitês Interlocutores (CI) e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC); além das construções, que são o poço artesiano do Assentamento Francisco Romão, e a Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB) da RESEX Ciriáco, que ampliaram a capacidade de ação das corporações.

Nos dois casos os representantes empresariais são os mesmos desde que os resultados positivos das suas ações foram observados. No caso da Vale, o representante que obteve melhor

resultado está em campo desde 2012 (RV04)¹⁰⁶, depois da manifestação da comunidade; já no caso da Suzano, o representante (RS01) é o mesmo desde 2010¹⁰⁷. A única mudança é que no segundo caso, a representante passou a contar com uma equipe específica de Responsabilidade Social, coordenada pelo RS02, mas as ações continuam sob sua supervisão até a saída do RS01 da empresa, em julho de 2017.

Observando a atuação dos representantes empresariais em campo, bem como as falas dos comunitários sobre a ação destes, é importante considerar que: a ação do representante da Vale é pautada numa interação carismática¹⁰⁸. No caso da Suzano, cita-se que este carisma também conta positivamente para a empresa, mas além disso, há uma estreita relação entre o representante (RS01) e a comunidade, em anos anteriores.

Ressalta-se que os representantes do ICMBio foram importantes, pois citam como positivas as contribuições estruturais da parceria entre a comunidade e a Suzano, considerando os baixos investimentos do poder público. Mas, enfatiza-se que a relação direta entre os representantes empresariais e as comunidades foi primordial para o estabelecimento das visibilidades positivas. A constituição de uma relação direta com os comunitários, utilizando-se da “neutralidade” (BOURDIEU, 1996a; 1991b; 1991c) e da “legitimidade” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989), integra os ritos estrategicamente aplicados pelas empresas.

Enfatizando a questão dos ritos, identificou-se que, ao selecionarem os representantes para atuarem nas comunidades, certamente foi considerada a capacidade destes em ampliar uma avaliação positiva da mineradora e da silvicultura aos comunitários. O fato da Vale selecionar uma pessoa mais experiente nesta questão, e da Suzano em contratar alguém com larga experiência na região e no tratamento de questões socioambientais, demonstra claramente esta estratégia. Os resultados positivos obtidos confirmam o investimento como “adequado às situações” (BOURDIEU, 1996a; 1996b; 1991a), e aos objetivos empresariais.

Sabe-se que o principal objetivo de qualquer organização financeira é multiplicar seus lucros. Este êxito pode não ser alcançado nos seus níveis ideais se a imagem da empresa estiver relacionada com problemas socioambientais, principalmente conflitos com comunidades pobres. Da necessidade de prevenção ou de uma resolução mais rápida, é que elaboraram-se as

¹⁰⁶ No fim de 2016, e com os problemas de relacionamento mais críticos já resolvidos, esta é transferida para atuar em outra região do Maranhão, mesmo que continue acompanhando a relação com a região do Novo Oriente, Açailândia.

¹⁰⁷ A mesma deixou de integrar a equipe da Suzano em julho de 2017. Não foram disponibilizadas informações.

¹⁰⁸ Pesquisas como as de Freitas (1997) e D’Araújo (1996) demonstram como o carisma é utilizado em diversos ramos de organizações, sejam elas empresariais ou políticas.

seguintes estratégias: demonstrar poder, seja ele financeiro ou simbólico, sem ampliar a visibilidade negativa, ou até reduzindo-a.

Ao se colocarem nas situações de instituição/organização, as empresas perseguiram o ideal de que seus representantes estivessem de fato aptos a defendê-las; além do empenho em representar uma ampliação da visibilidade positiva.

A ação dos representantes da Vale e da Suzano sempre é estratégica, e como tal, devem se tornar, do ponto de vista empresarial, um referencial simbólico positivo de atuação. Para isso as corporações utilizaram-se da “ação política” (BOURDIEU, 1991b), das “crenças” ideais (BOURDIEU, 1996b), da “concentração do capital social” (BOURDIEU, 1998b) e dos “atos de autoridade/autorizados” (BOURDIEU, 1991c).

Para ampliar suas influências sobre as comunidades, a Vale e a Suzano buscaram, dentre outras estratégias, cooptar e inculcar visões “ideais” das empresas. Visando ampliar o poder sobre os comunitários, priorizaram-se os investimentos no estabelecimento de referenciais simbólicos. As empresas se utilizaram de ritos cuidadosamente pensados para que novas referências de ação fossem estabelecidas. Processo que ocorreu logrando êxito para a mineradora e para a silvicultora, pois estes ritos contribuíram para que a avaliação negativa das empresas fosse parcialmente reduzida.

Tentando estabelecer como referências os procedimentos ditos “democráticos”, a Vale realizou reuniões para que os assentados “selecionassem” os serviços a serem realizados na agrovila. A Suzano fez investimentos seguindo as demandas apresentadas pela equipe do ICMBio, considerando as demandas das quebradeiras de coco. As equipes das empresas enfatizam estes procedimentos, como base de uma relação adequada para a concretização dos serviços. Como “momentos adequados” (BOURDIEU, 2011; 1999; 1996b) para a aplicação destes ritos estratégicos empresariais, os representantes da Vale e da Suzano se utilizaram das reuniões do Comitê de Interlocação (CI) e Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC).

Como citado nas análises das estratégias das corporações, elas estabeleceram mecanismos de relação com as comunidades. Sejam eles originários de demandas da legislação ambiental para concessão de licenças, no caso do CI da Vale, ou como uma estratégia bem sucedida em outras localidades, como é o caso do CDC da Suzano.

No CI, as regras básicas não são estabelecidas pela empresa. As reuniões são realizadas para atender às exigências do IBAMA. São montadas atas e relatórios com fotografias e relações dos presentes. A Vale os utiliza para que as demandas das comunidades sejam recebidas e “votadas”, seguindo os trâmites classificados como “democráticos”. Ainda que os

serviços feitos pela Vale não sejam diretamente vinculados à obra da DEFC, estes são debatidos nestas reuniões.

O CDC se trata de uma estratégia adotada pela Suzano em diversas localidades. Os representantes da empresa apoiam a formação do conselho e orientam sobre os trâmites a serem seguidos pelos componentes. Para a equipe da empresa, o ideal é que este conselho se torne independente da Suzano¹⁰⁹. Mas é importante ressaltar que mesmo com a saída destes do gerenciamento das atividades, o CDC já tem estabelecida a referência simbólica da empresa nos ritos a serem seguidos.

Nos dois casos, identificou-se que o CI e o CDC se tornaram os principais mecanismos de relacionamento entre as comunidades e as empresas. Tem-se, com isso, o estabelecimento de mais um referencial simbólico. As reuniões podem ser regulares ou não, mas sempre são agendadas pelos representantes das empresas. A Suzano ainda viabiliza o transporte das extrativistas para as reuniões, pois estas são itinerantes nas comunidades da “Estrada do Arroz”.

De acordo com o relatório do “Programa de Comunicação Social – PCS” (VALE, 2014a), que divulga as ações realizadas entre abril e setembro de 2014, ocorreu uma reunião do CI no assentamento Francisco Romão em agosto de 2014¹¹⁰. No “Relatório de Atendimento às Condições” (VALE, 2014b), referente à Licença de Instalação 752/2010, a própria empresa ressalta o CI como “[...] instrumento de informação e diálogo sobre o empreendimento nas áreas de influência.” Tem-se ainda que estes objetivam: “[...] compartilhar com as comunidades o andamento das obras do projeto no território, bem como entender necessidades, demandas, captar sugestões e construir em conjunto soluções sustentáveis.” (VALE, 2014b, p. 18).

No cronograma de execução das ações que seriam realizadas entre outubro de 2014 e abril de 2015 (VALE, 2014a, p. 15), tem-se as regras a serem seguidas nos CI: as reuniões devem ser periódicas; e contar com pautas pré-estabelecidas. Cita-se que “[...] nas quais se apresentem o cronograma de obras com as intervenções previstas por locação¹¹¹ da EFC, e se discutam os aspectos relacionados às localidades afetadas.” (VALE, 2014a, p. 15). As reuniões do CI são propostas pela equipe da Vale.

¹⁰⁹ Questão constantemente destacada pelos representantes da empresa.

¹¹⁰ São citadas apenas as atas disponibilizadas pela comunidade ou pela empresa; ou as obtidas através do site do IBAMA.

¹¹¹ Locações são divisões da EFC realizadas pela Vale para fins de planejamento da logística para a manutenção da ferrovia. Atualmente são 58 locações. O Assentamento Francisco Romão está situado no percurso da locação 26.

A partir da análise das atas disponibilizadas, destacam-se como principais processos: o representante da empresa inicia as reuniões; apresenta as propostas de investimentos e os contextos burocráticos; os representantes das comunidades votam; o representante da empresa estabelece as regras a serem seguidas para concretização dos investimentos. Dentre estas regras estão: a regularização das associações; regras para abertura das contas bancárias para recebimento dos recursos; além da obrigação de prestar contas à empresa de todo o recurso recebido.

Os documentos analisados sempre tratam de “Temos de Cooperação”, no qual seriam estabelecidas parcerias entre a Vale, a prefeitura e as associações. Mas o que de fato ocorreu com o assentamento Francisco Romão foi a assinatura de um “Termo de doação com encargos”, onde são estabelecidas apenas obrigações da empresa e da associação do assentamento.

Outra estratégia da Vale é o uso dos CI para a divulgação das vagas de emprego na obra da DEFC. Mesmo que esporádicas, e vinculadas diretamente às empresas terceirizadas, e não propriamente à Vale, estas “vagas” contribuem para a reduzir a resistência de alguns assentados. Como se observa no relatório do “Programa de Comunicação Social (PCS), a própria Vale cita que: “A divulgação das vagas é feita por meio de cartazes e das reuniões dos Comitês de Interlocação.” (VALE, 2014b, p. 08).

Em relação ao CI, cita-se o relato da “Maria Farias”, que caracteriza as reuniões com os representantes da Vale como momentos importantes para serem ouvidos, e com isso, vislumbram a possibilidade do atendimento às suas reivindicações. Como destacam a “Maria Silva”, a “Maria Gomes”, e o “José Pereira”, a Vale alerta os assentados sobre os problemas de segurança na passagem sobre a ferrovia; e “coopera” com os moradores mais próximos à EFC.

Através das reuniões a gente pode falar nossas vontades, para que eles possam nos ajudar. (Maria Farias - AFR).

Quando ela pode nos ajudar, ela ajuda. (Maria Silva - AFR).

Sempre ajuda e alerta a gente sobre a ferrovia. (Maria Gomes - AFR).

Ela ta cooperando com os moradores que moram perto da ferrovia. (José Pereira - AFR).

Em relação aos relatos de “Maria Gomes” e “José Pereira” é importante expor duas questões que ampliam a visibilidade positiva da mineradora: o serviço de alerta aos perigos da ferrovia; e o sentido de cooperação. No primeiro caso, a empresa está cumprindo uma obrigação legal, social, e também comercial. Cita-se o fator comercial, pois há uma cobrança por parte dos acionistas da empresa e também de organizações fiscalizadoras, que os acidentes

diretamente relacionados com a ferrovia sejam prevenidos. Em se tratando de comunidades rurais, e considerando-se a pequena quantidade de passarelas, resta às equipes locais realizarem trabalhos de sensibilização e menções dos perigos deste tipo de travessia. Ganha a empresa, que recebe avaliações positivas como esta, pois mostra-se preocupada com a segurança dos comunitários. Como exemplo tem-se as Figuras 39 e 40, que ilustram os informes distribuídos pela empresa relacionados com a segurança na travessia da EFC; ainda que em formato de calendário.

Figura 37. Calendário de 2015 distribuído pela Vale aos assentados do AFR com informes sobre segurança.



Fonte: o autor (2015).

Figura 38. Calendário de 2016 distribuído pela Vale aos assentados do AFR com informes sobre segurança.



Fonte: o autor (2017).

Em relação ao sentido de cooperação relatado pelo “José Pereira”, precisa-se retornar às reuniões do CI, momento em que os representantes da Vale sempre destacam que estes

serviços são obrigações do poder público, mas que a empresa “atende às demandas comunitárias”. Há sempre a necessidade de que estas obras sejam vinculadas às “ações sociais” da mineradora, e seus representantes esforçam-se em relacioná-los às “parcerias”.

Os CI da Vale tornam-se referenciais simbólicos no processo de representação da empresa, pois: ainda que seja uma exigência legal para a concessão e/ou renovação de licenças, a Vale consegue utilizá-los como mecanismos de disseminação de poder, na medida em que elabora as pautas e os procedimentos a serem seguidos nas reuniões; as reuniões são transformadas em momentos de aproximação entre a empresa e a comunidade, visando introduzir uma simbologia de empresa que dialoga e analisa as demandas comunitárias. Além disso, tona-se um momento valioso para que a empresa dissemine os ideais de desenvolvimento econômico, e de ampliação da capacidade de convencimento de que as obras da DEFC trazem desde benefícios socioeconômicos locais, a nacionais.

No caso do CDC do qual as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco participam, percebe-se que se trata de uma estratégia mais eficiente do ponto de vista da ampliação da simbologia positiva. Isto se considerando que: o CDC é apresentado como um conselho das comunitárias, onde todo o processo de organização do mesmo deve ser validado pelas representantes das comunidades que o compõem, passando uma ideia de que a empresa é apenas uma “entusiasta” do conselho; a empresa é apresentada como mobilizadora e fomentadora das atividades, demonstrando seu interesse na continuidade do mesmo como estratégia de estreitamento de “diálogo” com as comunidades; a empresa se apresenta como um agente disposto a contribuir para a “qualificação” das quebradeiras, visando fortalecer o ganho financeiro destas através do coco babaçu.

Nos dois casos, CI e CDC, as empresas buscam desvincular suas ações como estratégia, ou empenham-se em classificá-las apenas com uma “intenção” de pacificar sua relação com as comunidades. Mas o fato é que a Vale destaca em seus relatórios que o CI é um importante mecanismo de diálogo com a comunidade, dissimulando-se favorável à participação comunitária em suas decisões. A Suzano menciona que o CDC não é de sua responsabilidade, e que busca apenas beneficiar a comunidade. A questão é que os seus representantes destacam em todos as oportunidades possíveis o quão importante é esse conselho para disseminar ideais de empreendedorismo e desenvolvimento econômico junto às comunitárias, apresentando a Suzano como uma fortalecedora da cadeia produtiva do babaçu.

Além do CI e do CDC, outras duas situações merecem destaque: o Programa de Fortalecimento da Organização Comunitária (PFOC) e o curso “Negócio Certo Rural” da relação entre a Vale e o assentamento; e a parceria da Suzano com o “Instituto A Gente

Transforma”, para o desenvolvimento do artesanato na Ciriáco. Os dois casos surgem nestas relações de maneiras diferenciadas.

O curso “Negócio Certo Rural”¹¹² é ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Em Açailândia ele é ministrado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A realização dele na região do Novo Oriente foi uma iniciativa da Vale, com a justificativa de ampliar a capacitação dos assentados da região para a produção e comercialização da produção comunitária. Mas apenas três pessoas do Francisco Romão participam, e sem uma frequência regular nos encontros.

O PFOC é um compromisso da Vale com o IBAMA, pois integra o seu processo de licenciamento. As reuniões são realizadas em Açailândia, com a participação de representantes das comunidades da AID. Não são disponibilizados dados sobre estas reuniões, mas representantes da empresa informaram que não há participação do Francisco Romão. Os assentados relatam que decidiram não participar para não ampliar o conhecimento da Vale sobre o cotidiano do assentamento. Como se pode ver na citação abaixo, há grande intenção da mineradora em estabelecer mecanismos de “organização” comunitária, pois os objetivos deste PFOC são:

Estimular a formação de lideranças comunitárias com vistas ao aprimoramento da compreensão acerca de seu papel no diálogo com a comunidade representada, poderes instituídos, organizações e sujeitos das diversas esferas sociais; Estimular o fortalecimento de lideranças e associações comunitárias das localidades integrantes da AID; Apoiar tecnicamente a constituição e/ou a regularização de organizações comunitárias de representação dos moradores onde essas não existirem, desde que se observe o expresse interesse e a vontade dos moradores e lideranças locais (VALE, 2014d).

Em relação ao instituto “A Gente Transforma”, sua entrada na relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco da Ciriáco foi vinculada à uma demanda apresentada por representantes da comunidade da RESEX, ainda em fevereiro de 2015 durante uma reunião do CDC. Com isso, a silvicultora solicitou a este instituto um estudo de viabilidade financeira para a realização de cursos de artesanato para as quebradeiras, e seus familiares interessados. Uma equipe deste instituto visitou as comunidades, já no mês de maio de 2016, com os custos pagos pela Suzano; e depois de um tempo apresentou uma proposta de trabalho.

¹¹² “O programa “Negócio Certo Rural”, é voltado para pequenos produtores rurais e suas famílias. Com ferramentas simples de gestão eles aprendem a desenvolver e melhor administrar a pequena propriedade rural. O programa tem 46 horas, sendo 2 horas de consultoria na sala de aula e 4 horas de consultoria na propriedade (de forma individual). O Negócio Certo Rural também é oferecido na modalidade à distância, no portal EaD-SENAR.” (SENAR, s. d.).

No início de 2017 os representantes do “A Gente Transforma” organizaram uma exposição/comercialização dos principais produtos das quebradeiras de coco. Este evento ocorreu na sede da Suzano¹¹³. Os organizadores solicitaram o envio dos produtos, e as trabalhadoras da Ciriáco foram representadas por uma senhora do povoado “Coquelândia”. Foram enviados: sabão e óleo de babaçu e poupas de fruta que foram comercializados, e os recursos arrecadados repassados às comunitárias.

Em julho de 2017 as quebradeiras de coco da Ciriáco e as demais da “Estrada do Arroz” foram convidadas para dois dias de reunião na sede da Suzano, em Imperatriz. O objetivo foi apresentar propostas de trabalho, e sugestões de organização e de gerenciamento das atividades. Os representantes do “A Gente Transforma” foram os principais agentes deste encontro. O destaque foi a orientação dos representantes do instituto para que as trabalhadoras não divulgassem seus produtos através de uma cooperativa, mas que se “tornassem” microempresárias. Segundo relatos das lideranças da Ciriáco, foi citado que esta é uma estratégia de mercado mais viável. A proposta está em avaliação pelos representantes do ICMBio e pelas quebradeiras de coco participantes da parceria com a Suzano.

A forma como os representantes empresariais atuam, e de como se utilizam do CI e do CDC, enquadram-se nos entendimentos de Castro (2014), Mignolo (2008; 2005), Sousa Santos (2006), Quijano (2002) e Bhabha (1995) sobre as relações coloniais/colonialidade, onde: os assentados e as quebradeiras de coco devem seguir os trâmites burocráticos estabelecidos pelas empresas; os representantes das corporações atuam como se os comunitários necessitassem de qualificação para adequarem-se às normas de investimento das empresas; e aplicam mecanismos de “qualificação de mão de obra”, com a finalidade de divulgar nos meios de comunicação da região, e nas publicações direcionadas aos seus *stakeholders*, que as empresas realizam serviços nas comunidades, mas também os “qualificam” para o trabalho e para a atuação no mercado. Estratégias que demonstram claramente que a Suzano e a Vale buscam alterar o entendimento destes comunitários sobre o mundo social, mas, claro que nos moldes que favorecem as duas grandes corporações.

Para complementar todo este processo, há os elementos arquitetônicos, que trazem uma visibilidade maior e mais perceptível desta nova representação buscada pelas empresas.

¹¹³ No “Relatório de Sustentabilidade 2016” (SUZANO, 2017) da Suzano é citado um “Festival Criativo do Coco da Estrada do Arroz”. Não foram obtidas informações sobre este evento com os representantes da empresa e do ICMBio; e as representantes das quebradeiras de coco da Ciriáco não têm informações sobre este “festival”. Citam apenas que seus produtos foram expostos e comercializados na sede da Suzano, e que elas foram representadas por uma quebradeira de coco de outra localidade.

Sabendo-se das fragilidades comunitárias, investe-se em construções e serviços que tornem-se símbolos dos benefícios relacionados aos grandes projetos econômicos.

Nas duas relações, tanto o poço artesiano quanto a UBB, não podem ser enquadrados apenas como obras de engenharia, e não podem ser analisados separados dos procedimentos adotados até a aprovação destes investimentos. Deve-se considerar também os ritos que são utilizados pelos representantes das empresas, para que estas construções sejam realizadas nas comunidades.

Em se tratando de documentos relacionados com as obras, tem-se o “Termo de doação com encargos” para o poço no Francisco Romão. No caso da construção da UBB, não existem documentos assinados pela Suzano, pela ATARECO ou até mesmo pelo ICMBio.

Em relação ao poço do assentamento Francisco Romão, é importante considerar, primeiramente, que todos os ritos estabelecidos na etapa prévia à perfuração deste já demonstravam o empenho estratégico da equipe da Vale no estabelecimento do poder empresarial. Identificou-se que, para iniciar os investimentos, a comunidade seguiu as regras estabelecidas pela empresa, como: regularização da associação para receber o recurso; abertura de conta bancária para movimentação dos investimentos da empresa; e assinatura de uma espécie de contrato, denominado neste caso de “Termo de Doação com Encargos”.

O termo foi assinado pelos representantes da Vale e por representantes da Associação dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Francisco Romão (AAAFR), em outubro de 2014; e foi disponibilizado pelos representantes da empresa em meio digital. Teve como objetivo transferir recursos da Vale para a associação (AAAFR), visando a execução do “Projeto de Instalação do Poço Comunitário e Rede de Distribuição de Água”.

O simples fato de ser um termo de doação com encargos já caracteriza o processo. Caso as regras estabelecidas ao “beneficiário” não sejam seguidas, este pode ser rescindido. E dentre as principais regras tem-se que: o valor total do recurso é repassado em 04 parcelas iguais, de acordo com o cumprimento das etapas de execução das obras; a comunidade deve entregar relatórios sobre o andamento da obra, seguindo as orientações constantes no termo. Caso ocorra alguma denúncia em desfavor dos assentados, a comunidade é obrigada a devolver os recursos recebidos. À Vale cabe apenas repassar o recurso, e fiscalizar a aplicação deste.

Esta descrição do termo utilizado para a liberação do recurso, demonstra um processo onde um agente com maior capital financeiro estabelece as regras a serem seguidas. Tem-se a aplicação do conceito de “rivalidade das precedências” (BOURDIEU, 1989), onde a Vale visa aplicar mecanismos que tornam os assentados constantemente pressionados por suas regras.

Como citado nas análises sobre a relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco, a Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB) sempre foi muito almejada pelas comunitárias. Mas os baixos investimentos do Estado em todas as suas instâncias, nunca possibilitou a concretização deste anseio. Nem mesmo os esforços da equipe do ICMBio, que empenharam-se durante anos para a concretização deste investimento pelo governo.

Com a chegada da Suzano na região, e a conseqüente contratação de pessoas anteriormente ligadas à RESEX, viu-se essa possibilidade. O planejamento financeiro para a construção da UBB foi realizado por equipes do ICMBio e da Suzano, contando com as observações das quebradeiras de coco. Estas também acompanharam as obras, pois os materiais necessários e os recursos foram repassados para a associação da RESEX, que recrutou a mão de obra. Esta UBB é constantemente utilizada pelos representantes da silvicultura como um símbolo da “nova forma” de atuação da Suzano.

Na placa de identificação do galpão da UBB se tem a informação de que a obra foi realizada pela Suzano, com financiamento do BNDES (Figura 39). A menção do banco público demonstra que a obra integra as obrigações da empresa em investir parte do financiamento em ações sociais. Consta inclusive que houve o apoio do ICMBio e da ATARECO na concretização desta obra.

Figura 39. Placa de inauguração da UBB da RESEX Ciriáco, financiada pela Suzano.



Fonte: o autor (2017)

Não há muitos informes (impressos ou digitais) que enfatizem o uso destes serviços pela Suzano para enfatizar-se como empresa sustentável. Mas ainda assim é possível encontrar

documentos destinados a públicos específicos, como é o caso da publicação do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Nesta cita-se a parceria com o ICMBio, e as obras na RESEX são destacadas como exemplos de parcerias que visam gerar renda e garantir a segurança alimentar nas comunidades (CEBDS, 2012). Como exemplo cita-se a “[...] compra de equipamentos para beneficiamento de babaçu (*Orbignya phalerata*) e a capacitação dos extrativistas em técnicas sustentáveis de manejo.” (CEBDS, 2012, p. 33).

A UBB foi construída no centro da vila Ciriáco e conta com um espaço maior, onde instalaram-se as máquinas de extração de óleo. Inclusive, a empresa também “doou” uma balança de precisão, uma secadora do babaçu, e outros equipamentos que são utilizados na UBB; neste espaço também são realizadas algumas reuniões do CDC. Além de uma sala para escritório e um banheiro. Toda a estrutura disponível para as quebradeiras, e, caso necessário, para reuniões com toda a comunidade.

A placa de identificação da UBB não cita informações detalhadas, apenas que a obra foi realizada pela Suzano e financiada pelo BNDES. Mas a estratégia utilizada é o uso da própria logomarca da empresa em todas as ações na comunidade em que é solicitado seu apoio financeiro, como o caso do patrocínio de camisetas distribuídas na posse no Conselho da RESEX. O objetivo é estar presente em todos os momentos importantes.

Ainda que sejam solicitações da ATARECO, do ICMBio, ou das próprias quebradeiras de coco, esses “patrocínios” não poderiam ser realizados sem o uso da logomarca? A resposta é não. Vislumbra-se com essas solicitações a possibilidade de tornar-se um parceiro “legítimo” (BOURDIEU, 1998a), convertendo essa “parceria” em um “símbolo legítimo” (BOURDIEU, 2001) desta “nova representação” almejada.

Há relatos das quebradeiras de coco que ilustram alguns dos resultados das estratégias utilizadas pela Suzano. Como exemplo foram selecionados os seguintes:

Porque o que a gente tem precisado ela tá ajudando. (Maria Nascimento - RC).

Ajuda, dá apoio a comunidade. E ela está sempre disposta a ajudar. (Maria Soares - RC).

Porque quando eles vêm, eles fazem reunião e busca fazer alguma coisa pra comunidade. (Maria Silva - RC).

Por que a gente tá vendo o que ela já fez aqui dentro. (Maria Moraes - RC).

Nos relatos de “Maria Nascimento” e “Maria Soares” há o destaque para o sentido de “ajuda”, o que está relacionado com a estratégia de “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b) estabelecida pela empresa. Identifica-se claramente que as quebradeiras de coco

colocam-se na posição de agentes que necessitam de apoio, demonstração do *habitus* das trabalhadoras, e a Suzano é caracterizada como o realizador dos seus anseios. A aproximação entre os representantes da silvicultora e as quebradeiras de coco é citada por elas como uma importante característica da ação da empresa, pois como destaca a “Maria Silva”, eles se fazem presentes na comunidade, e demonstram empenho na concretização das suas solicitações.

Estas características podem ser observadas nas atas das reuniões do CDC, onde os representantes da empresa sempre se colocam a disposição para ouvir as demandas comunitárias, e destacam o empenho da equipe e dos seus superiores no atendimento delas. Estes processos estão vinculados às estratégias de “cooptação” (BOURDIEU, 2001) e “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983), que, acrescido às “pressões do ambiente” (ARAÚJO, 2004) favorecem o estabelecimento e a manifestação do poder da silvicultora.

O destaque destes relatos é o proferido pela “Maria Moraes”. Ela cita uma condição importante para que a comunidade avalie a relação com a Suzano como positiva, que é perceber concretamente os investimentos realizados pela silvicultora. A UBB exerce esta finalidade, pois ela é estrategicamente transformada num referencial positivo das ações empresariais no território comunitário, sendo resultado da estratégia de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983) dos capitais financeiro e simbólico da Suzano.

O poder corporativo passa a ser representado às comunitárias através deste “benefício”, e que compõe parte do cotidiano das quebradeiras de coco. E a comunitária acrescenta ainda que é “aqui dentro” onde os investimentos são realizados. Com isso, os lucros simbólicos são ampliados, e observa-se que, ao investir em obras arquitetônicas, se estabelece um patamar favorável à empresa, que é fazer parte constante do cotidiano comunitário. Se instaura, da mesma forma que ocorre com alguns dos assentados, os sentimentos de “gratidão e respeito” (MINAYO, 2004) à multinacional, ilustrando uma referência das ações empresariais que aliam “estratégias materiais e simbólicas” (CORRÊA, 2002).

No poço do assentamento Francisco Romão é possível observar uma placa que foi fixada no dia 10 de junho de 2016¹¹⁴ (Figura 40). Esta é um exemplo importante para se compreender como a Vale se utiliza de palavras com o intuito de tornarem-se símbolos da sua capacidade de articulação, e de resolução dos problemas cotidianos das comunidades. Isto demonstra que os representantes da Vale esperam aplicar uma “competência prática da linguagem” (BOURDIEU, 1996a), pois empenham-se em estabelecer um discurso adequado à situação e aos objetivos da corporação; e “honrar” (BOURDIEU, 1998a) a sua representada.

¹¹⁴ Esta placa foi fixada na construção para a “entrega oficial” da obra aos comunitários.

Figura 40. Placa localizada no poço do assentamento Francisco Romão, financiado pela Vale.



Fonte: o autor (2017).

Três fatores merecem destaque sobre as estratégias de comunicação praticadas com esta placa: por saberem das dificuldades do Estado em resolver os problemas de abastecimento da água em assentamentos, utiliza-se do “fazer acontecer”, colocando a Vale como um agente que consegue realizar as aspirações da comunidade; se utilizam do termo “parceria”, o que denota uma relação de reciprocidade entre ambos; além do símbolo das ações da mineradora, que são as mãos dadas, acrescentando mais valor de coletividade, de relacionamento pacífico e de mútua colaboração entre ambos.

O objetivo desta placa é torná-la um importante símbolo da busca pela concretização da crença da relação entre estes dois agentes. Busca-se ampliar a “confiança” e a “legitimidade” (BOURDIEU, 1989) aos representantes da empresa, para que esta relação torne-se possível sempre que for necessária à mineradora. As palavras escolhidas visam ampliar a “eficácia simbólica” (BOURDIEU, 1991d) que espera-se alcançar com a relação; e além disso, espera-se que ela se torne um “emissor legítimo” (BOURDIEU, 1996a) dos resultados positivos alcançados “pela” comunidade.

Há relatos que ilustram alguns lucros simbólicos da Vale ao implementar os serviços do poço e da distribuição da água. Alguns assentados relatam que apesar dos momentos de conflito com a Vale, há resultados positivos. Ao analisar os relatos dos trabalhadores rurais, se tem uma demonstração de como alguns avaliam as ações da mineradora no seu território. Como o relato

do “José Silva”, que cita os investimentos como “benefícios”, e ainda estende sua avaliação como positiva para toda a comunidade. Isso demonstra que a realização destes serviços, possibilitou à mineradora demonstrar estrategicamente o seu “interesse” em melhorar a estrutura do assentamento. Processo ilustrado através dos relatos das assentadas “Maria Pereira” e “Maria Álvares”.

Traz benefício para todos os moradores. (José Silva - AFR).

Ela trouxe essa água pra gente e ficou mais fácil. (Maria Pereira - AFR).

Nós tinha muita necessidade por água e ela nos deu. (Maria Alvares - AFR).

Observa-se uma grande influência dos resultados das estratégias de “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b), e de “constrangimento” (BOURDIEU, 1989), considerando-se que: os representantes da Vale persistem na associação dos serviços financiados aos supostos “benefícios”, e não às “obrigações” corporativas. O poço e a distribuição da água também são utilizados visando reduzir a possibilidade de mobilização contra a corporação, funcionando como “constrangimentos econômicos” (COLETTI, 2003).

Nos dois casos, os representantes da Vale e da Suzano empenham-se em estabelecer “signos distintivos” (BOURDIEU, 1996b), que as apresentem como financiadoras de projetos sociais. Utilizam-se dos discursos “neutralizado” (BOURDIEU, 1996a; 1991b; 1991c), “reacionários” (BOURDIEU, 1991b) e “legítimos” (BOURDIEU, 2001; 1996a; 1991c), fortalecendo o poço artesiano, a UBB, e CI e o CDC como referenciais de sustentação das “crenças” (BOURDIEU, 2001; 1996b; 1989), visando a ampliação dos poderes empresariais frente aos/às trabalhadores (as) rurais.

Não se pode desconsiderar, como demonstrado nos relatos comunitários, que as empresas aplicam estratégias diversificadas, e logram preocupantes êxitos na relação com as comunidades rurais. Mas, embora os ritos, os elementos arquitetônicos e as imagens, sejam os principais referenciais simbólicos a serem explorados pelas empresas na aplicação das suas estratégias, existem comunitários que avaliam negativamente as ações da Vale e da Suzano. Ainda que os investimentos tenham se tornado elementos estratégicos na relação, há assentados e extrativistas que as percebem como danosas para suas respectivas comunidades, e resistem cotidianamente contra as estratégias da mineradora e da silvicultora.

3.4 As resistências comunitárias contra a dominação empresarial

Como demonstrado na descrição das relações entre as empresas e as comunidades, para todas as estratégias da Vale e da Suzano, há sempre resistências comunitárias. Se os assentados e as quebradeiras de coco não se submetem aos “esquemas de percepção e de disposições” (BOURDIEU, 2001) da Vale e da Suzano, isso indica que estes trabalhadores rurais não compartilham e não são cúmplices às estratégias de dominação empresariais. Ao contrário, estas comunidades lutam contra os “efeitos de intimidação” (BOURDIEU, 1989) da mineradora e da silvicultora, demonstrando suas “resistências cotidianas” (SCOTT, 2013).

Nas análises sobre as essências das estratégias empresariais, observa-se um grande empenho da Vale e da Suzano em estabelecer referenciais simbólicas que ampliem suas capacidades de ação contra as manifestações comunitárias. De fato as empresas logram preocupantes lucros com os serviços realizados nos territórios do assentamento e da RESEX; mas, há importantes demonstrações de resistências comunitárias, que atestam a existência de estratégias de luta e de reação às investidas corporativas. Não se tratam de grandes manifestações, mas de “resistências cotidianas” (SCOTT, 2013), que demonstram que a reprovação dos danos socioambientais, e a articulação contra a mineradora e a silvicultora pulsam no seio comunitário, fortalecendo a “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989) dos assentados e das quebradeiras de coco.

No processo de resistência dos assentados, eles avaliam/analisa todos os procedimentos da Vale, e identificam que o objetivo da mineradora é reduzir a ocorrência de manifestações que atrapalhem o andamento da DEFC. Chegam a este resultado, pois a comunidade sabe que os representantes da empresa só estabelecem contato com o AFR, por recearem a ocorrência de entraves ao prosseguimento da obra. Com isso, identificam como a DEFC pode impactar seu cotidiano, e como podem solicitar que estes problemas sejam prevenidos, e, em último caso, ressarcidos.

Ao se estabelecerem como impulsionadores da simbologia negativa da empresa, estes levam em consideração o contato e o aprendizado que historicamente estabelecem com outras organizações, principalmente ligadas aos movimentos sociais do campo. Os assentados percebem que há uma visibilidade negativa da Vale, e que esta pode ser explorada; principalmente em se tratando dos danos causados às comunidades; além dos impactos ambientais impulsionados por suas atividades de mineração, problemática evidenciada durante as reuniões entre os assentados.

As lideranças do AFR divulgam no assentamento que a Vale tem diversas responsabilidades com as comunidades do entorno da EFC. Questões que recebem destaque, principalmente quando o objetivo é mencionar que estas responsabilidades não são devidamente cumpridas no AFR, e em outras comunidades da região do Novo Oriente.

Ainda que ocorram visitas dos representantes da mineradora, é destacado nas reuniões que estes visam, acima de tudo, divulgar os possíveis benefícios da obra, e conhecer o cotidiano comunitário. Situações que ampliam a visibilidade negativa da Vale, pois destaca-se que os seus representantes têm como objetivo principal nesta relação: defender os interesses econômicos empresariais.

O *habitus* de articulador de outros agentes para auxiliarem nas lutas, pauta-se no fato de que os representantes do AFR, considerando a experiência junto aos movimentos dos trabalhadores do campo, ou outros movimentos sociais¹¹⁵, conhecem a importância da agregação de forças para lograr êxito nos embates contra a Vale. Estes se empenham na articulação, tanto de outras comunidades rurais, quanto na busca pelo apoio de organizações que se apresentam como defensoras das causas sociais. Tem-se o ímpeto de demonstrar à mineradora que a comunidade não luta sozinha.

As organizações do campo jurídico não se colocam como parceiras da comunidade, mas em alguns momentos há o suporte destes órgãos judiciais, neste caso o MPE e o MPF, pois a comunidade utiliza este apoio como estratégia de pressão à empresa. Isto considerando as decisões do MPF a favor da comunidade, quando este analisou os danos causados pelo uso da ferrovia (RP e ACP).

As ações do MPF são constantemente mencionadas pelos assentados aos representantes das organizações parceiras, com a finalidade de demonstrar a complexidade dos danos causados pelo uso da EFC, e, conseqüentemente, pela DEFC. O objetivo é tornar suas ações “legítimas” (BOURIDEU, 1996a), ampliando a visibilidade da problemática, e, somando as adesões destas organizações aos seus anseios comunitários; estratégias voltadas para o “trabalho tributário de sociabilidade” (BOURDIEU, 1998a). Parcerias utilizadas como “símbolos” (BOURDIEU, 1999) de que suas reivindicações são justificadas e devem ser atendidas.

Os assentados também se posicionam estrategicamente como receptores de benefícios financeiros e estruturais como compensação para a redução das lutas. Como se sabe, os serviços e as obras (poço e distribuição de água) são a principal estratégia da empresa para reduzir a ocorrência de conflitos. Mas a comunidade não é totalmente passiva a esta ação da mineradora.

¹¹⁵ Principalmente os do STTR, CUT e MST.

Os trabalhadores rurais sabem que o maior interesse da Vale é tornar a DEFC “aprovada pacificamente” pelos comunitários; e que eles não causem danos ao uso desta ferrovia, o que geralmente resulta em perdas financeiras para a empresa.

Para obter êxito na relação com a Vale, os assentados demonstram que a concretização dos investimentos financeiros pela empresa pode representar os ganhos que a Vale espera obter. Eles empenham-se em “teatralizar” (BOURDIEU, 2001; 1999; 1998; 1991b; 1989) que a passividade na relação entre ambos está vinculada às obras e serviços financiados pela mineradora; ainda que saibam que o uso da EFC continuará causando danos. Por isso, demonstrar uma “passividade” é considerada como importante, mesmo que vinculada às estratégias de “blefe” (BOURDIEU, 2005), de “dissimulação” (BOURDIEU, 1996b; 2001), e principalmente de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 2011), pois caso sintam-se prejudicados, os assentados deixam claro que realizarão novas reivindicações/manifestações.

Os assentados “associam” para os representantes da mineradora, a concretização das reivindicações à uma relação sem conflitos. Mas, internamente, o objetivo é reduzir que outras comunidades, organizações parceiras, ou até mesmo componentes do AFR, avaliem as obras e os serviços como benefícios recebidos, o que resultaria em ganhos simbólicos para a empresa. Ao contrário disso, empenham-se na vinculação destes serviços aos constantes danos socioambientais causados pela Vale, e ao interesse da mineradora em estabelecer a submissão/passividade da comunidade.

Como citado, o capital social da comunidade tem influência direta na estruturação dos demais capitais, e estes na estruturação do capital simbólico, que é um dos principais focos deste estudo. O capital jurídico é primordial para que a comunidade consiga obter êxitos no campo; sendo um dos mais ampliados pela rede de relações dos assentados, considerando-se o apoio recebido de organizações como a JnT, do STTR ou a CUT, mas principalmente pelo MPF.

As demais comunidades são de grande importância, pois juntas sempre tiveram maior capacidade de organização e de mobilização durante as manifestações, resultando numa maior visibilidade às suas reivindicações. Apesar das discordâncias entre as lideranças, principalmente em relação à aproximação com a Vale¹¹⁶, elas sempre buscaram manter as mesmas estratégias. Com o início dos serviços financiados pela mineradora, e com a aplicação das estratégias da empresa, estas se distanciaram.

¹¹⁶ As divergências são referentes aos benefícios a serem cobrados da empresa, ao cronograma de realização das obras, e à ordem cronológica de comunidades a serem atendidas.

O MPF tornou-se um dos agentes que agregam capital jurídico, e, conseqüentemente, de capital simbólico; além da capacidade de influenciar nas decisões da empresa. Em destaque a Procuradoria da República no Município de Imperatriz (PRM/Imperatriz), que propôs uma Ação Civil Pública (ACP) cobrando uma reparação por danos nas residências, devido à movimentação dos trens. Esta ACP deu base jurídica para a comunidade ampliar sua capacidade de negociação com os representantes empresariais.

O Movimento dos Sem Terra (MST), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a JnT participam, em diversos momentos do processo de relação instalado. Estes agentes atuam de forma diferenciada, pois existem momentos com maior proximidade, mas, na maioria dos acontecimentos, participam apenas quando são solicitados pelas lideranças do AFR. Além disso, há um distanciamento de algumas lideranças com relação ao MST¹¹⁷.

Considerando-se os agentes citados, pode ocorrer o processo de transformação da rede de relação do AFR em “obrigações duráveis” (BOURDIEU, 1998b). A principal característica da “alquimia das trocas” (BOURDIEU, 1998b) entre agentes ligados por estas “obrigações” é a troca de informações sobre a empresa em momentos de articulação de ações; e das ações realizadas em cada uma das comunidades. Dentre os “signos de reconhecimento” (BOURDIEU, 1998b), os que influenciam no fortalecimento da rede de relações da comunidade são: a “capacidade argumentativa” (BOURDIEU, 2001; 1996a) para agregar forças contra a empresa; a “capacidade dialógica” (*op. cit.*) para acionar agentes que complementam os capitais necessários; e a capacidade de transformar essa rede estabelecida, em “signos de adesão” (BOURDIEU, 1996b).

Os missionários combonianos da JnT tiveram importante contribuição para a articulação no AFR. Estes agentes religiosos se apresentam como articuladores do fortalecimento do capital jurídico e social da comunidade do Francisco Romão, sem interesse em intervir nas decisões comunitárias. Segundo eles, caso percebam que os assentados preferem negociar diretamente com a Vale, a JnT se afasta da relação para manter a liberdade de decisão dos trabalhadores. Este tipo de apoio às comunidades rurais é citado por Martins (2000), ao destacar que umas das características das ações as pastorais da Igreja Católica, principalmente da Comissão Pastoral da Terra, é o apoio aos movimentos pela reforma agrária.

¹¹⁷ Existe um movimento nacional de distanciamento entre os componentes do MST e da CUT. Isso tem se refletido no assentamento.

Nos processos de resistência, a comunidade do assentamento conta com: a) o histórico de parceria com as comunidades circunvizinhas, ampliando seu capital social, que detém maior valor para os assentados; b) mesmo com menor capacidade que o social, os assentados se utilizam do seu capital político, considerando-se que a Prefeitura Municipal de Açailândia tornou-se parceira nas cobranças à Vale¹¹⁸.

Pesando negativamente contra a comunidade, há o baixo capital cultural, visto que demonstram força para a organização dos movimentos, mas baixa capacidade no embate discursivo contra a empresa. Ainda assim, estes processos resultaram em ganhos comunitários na relação com a mineradora, pois em contrapartida, desfavorecia a Vale: um capital simbólico enfraquecido, devido principalmente à visibilidade negativa que os comunitários têm das suas ações, e das repercussões destas em seu cotidiano.

Como dito, o capital simbólico torna-se a principal ferramenta utilizada pela comunidade. Os trabalhadores rurais utilizam dos seus capitais social e da sua rede de relações para estruturar o seu capital simbólico, ampliando seu reconhecimento como comunidade que pode intervir diretamente em seu favor.

Em relação ao poder político, busca-se o apoio da sua rede de relações para obter reconhecimento, e divulgar os problemas que sofrem por conta das ações da empresa. O agravante é que o seu poder estrutural comunitário é bastante reduzido, pois há uma grande dependência aos agentes mobilizados, para que os seus capitais jurídico e social tornem os efeitos das suas estratégias, além de positivos, mais intensos e imprevisíveis pela empresa. Esta característica também é observada na relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco.

A estrutura dos capitais das quebradeiras de coco da Ciriáco também tem uma grande dependência da rede de relações destas trabalhadoras rurais. A complexidade burocrática e organizacional da gestão da RESEX, interfere para que a comunidade não consiga, sozinha, ampliar sua capacidade de relação e de aplicação de estratégias. Esse processo complexo pressiona as trabalhadoras rurais a recorrerem aos seguintes “signos de reconhecimento” (BOURDIEU, 1998b): a demonstração de uma comunidade que recebe poucos benefícios do Estado, em suas três instâncias, mas principalmente do poder local; empenham-se em atestar que caso tenham suas demandas atendidas (estruturação da UBB), terão ferramentas para realizar processos produtivos sociais e ambientalmente mais sustentáveis.

¹¹⁸ Sabe-se que as demandas apresentadas durante reunião realizada na PMA, ainda em 2011, não foram concretizadas pela Vale. Mas esta tornou-se importante mecanismo para cobrança de investimentos à empresa, e que, por não ocorrerem, foram decisivos para a manifestação de janeiro de 2012.

Considerando toda a estrutura de poder estabelecida pela Suzano, as quebradeiras de coco percebem-se pressionadas ao diálogo, tendo como segunda alternativa aguardar os recursos financeiros do Estado. Estas sofrem os “constrangimentos” (BOURDIEU, 2001) impostos pelos grupos dominantes (vinculados ao Estado e ao Mercado), caso encorajem-se na luta contra estes grandes projetos empresariais. Considerando também o caso do AFR, a única defesa destas comunidades é a atuação de alguns representantes do campo jurídico, neste caso do MPF.

Em relação à “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b) ao divulgar os danos socioambientais causados pelo uso da EFC, bem como pela DEFC, os assentados recebem apoio de diversas organizações que já são sensíveis a esta temática. Os assentados utilizam-se do “trabalho simbólico” (BOURDIEU, 1996b; 1989) e da “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989) para fortalecer as suas influências sobre a rede de relações. Os trabalhadores rurais divulgam nas reuniões que suas demandas são justificadas, e que organizações como a JnT, o STTR, a CUT e o MPF os apoiam. Com isso, enfatizam que suas ações, apesar de duramente questionadas pelos representantes da mineradora, têm sua validade e sua justificativa.

Em relação às estratégias de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983) e de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989), resta aos assentados utilizar o território do assentamento, que é cortado pela ferrovia, e as casas localizadas nas proximidades desta, para pressionar a mineradora a ressarcir os danos.

Contra a ação da Suzano há apenas a avaliação negativa que alguns movimentos sociais ainda fazem desta, como é o caso do MIQCB. Além do acompanhamento do MPF, solicitando constantes esclarecimentos e informações. Isto realizado através dos processos: 7814-33.2012.4.01.3701, que pleiteou a suspensão do licenciamento ambiental da unidade industrial da Suzano, em Imperatriz (processo em andamento); e o processo 0054607-36.2016.4.01.0000, cuja numeração inicial era 17872-59.2016.4.01.3700, onde, segundo o MPF/MA (2016):

[...] a Justiça determinou que a Suzano interrompa o processo de desmatamento do cerrado maranhense e de implantação de novas florestas de eucalipto, com ressalva à manutenção dos plantios já existentes. O Ibama deverá fiscalizar a execução das medidas impostas à Suzano e o estado do Maranhão deverá suspender a licença de operação caso a Suzano não cumpra as determinações. Além disso, será aplicada uma multa diária no valor de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da decisão. (MPF/MA, 2016, p. 01).

Considerando o enfraquecimento da rede de relações da comunidade e seus respectivos enfraquecimentos das estruturas de capitais e de poderes, as extrativistas da RESEX Ciriáco viram-se pressionadas a modificar suas estratégias. Estas intensificam a “legitimação”

(BOURDIEU, 2001; 1989) de uma classificação/caracterização como marginalizadas pelos praticamente inexistentes investimentos nas suas atividades produtivas; o que de fato é uma realidade. Esta estratégia é potencializada utilizando-se do “blefe” (BOURDIEU, 2005), de “dissimulação” (BOURDIEU, 1996b; 2001), e de “submissão falsa” (SCOTT, 2002).

Em relação à “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b) as quebradeiras de coco, prejudicadas pelo baixo investimento público nas suas atividades, decidem disseminar que cabe às empresas, beneficiadas pelos grandes financiamentos públicos, colaborar para que as pequenas comunidades rurais também cresçam financeiramente. Ao avaliar que a Suzano ampliou seu relacionamento com a Ciriáco devido à influência dos representantes locais do setor de relacionamento com comunidades, as quebradeiras de coco empenham-se em demonstrar a eles que são gratos pelos investimentos. Para isso utilizam-se da estratégia de “cooptação” (BOURDIEU, 2001), e empenham-se em aplicar o “carisma” (BOURDIEU, 1996b; 1991b) para convencê-los desta “aprovação”.

O maior bem das quebradeiras de coco é a riqueza natural da RESEX. Elas a utilizam como símbolo da necessidade de conservação da área, e que por isso precisam de apoio financeiro para que as atividades degradadoras não sejam implantadas na Ciriáco, o que enquadra-se na estratégia de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983). Esta, somada à busca pela “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989), pautada na propagação da necessidade de investimentos para que ações produtivas sustentáveis sejam realizadas.

Dos 50 assentados entrevistados, 42 estão no Assentamento Francisco Romão há mais de 7 anos; apenas oito estão há menos de sete anos. Um total de 36 informaram que participam ativamente das atividades da comunidade, e 14 citam que suas participações são esporádicas. Já no caso das quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, todas estão na reserva há mais de doze anos; e todas relatam que participam das ações da comunidade com boa frequência.

A maioria dos assentados tem histórico de estreito relacionamento com os movimentos sociais do campo. As extrativistas também integram este contexto social, mas numa escala ainda maior, pois a maioria delas integram famílias ligadas ao extrativismo comunitário. Os dois grupos passam por intensos processos de articulação e formação política promovidas pelos sindicatos e pelas organizações não governamentais.

Há relatos ilustrando a percepção de alguns assentados sobre os reais motivos que influem nos serviços realizados pela Vale no assentamento. Alguns trabalhadores conhecem e exemplificam que a Vale não age em benefício das comunidades. Cita-se que:

Ela só faz o que nós cobra. (Maria Santos – AFR).

Ela não nos ajuda em quase nada. Só o poço. (Maria Sousa – AFR).

Não faz quase nada. Fica mais enrolando. Tem outras comunidades mais ajudadas. (José Moraes – AFR).

Ela sempre tem um interesse maior. (Maria Moraes – AFR).

Muitas vezes ela só quer trazer somente o que pode trazer benefício pra ela. (Maria Costa – AFR).

O que eu vejo ela fazer aqui é só lucrar. (José Pereira – AFR).

Nos relatos acima observa-se que a assentada “Maria Santos” ilustra perfeitamente que eles conhecem a estratégia da mineradora de se relacionar com os comunitários apenas quando requerida. A trabalhadora “Maria Sousa” e o trabalhador “José Moraes” demonstram que as estratégias de construção do poço e da distribuição da água serviram para ampliar o poder empresarial não logrou o êxito esperado pelos representantes da mineradora, pois há assentados que consideram estes serviços insuficientes diante das necessidades da comunidade. Mas, a melhor ilustração da capacidade de “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989) dos assentados são os relatos da “Maria Moraes”, da “Maria Costa” e do “José Pereira”, que demonstram uma importante percepção da ação estratégica da Vale. Percepção relacionada com o processo de “infrapolítica” (SCOTT, 2013), utilizando-se do “discurso oculto” (SCOTT, 2002) para demonstrar conhecimento sobre os reais interesses da mineradora.

Como citado no histórico dos dois campos, o relacionamento foi iniciado a partir do cumprimento de obrigações do licenciamento, no caso da Vale, e por demanda judicial para a Suzano. Considerando-se esta característica, buscou-se entender como os assentados e as quebradeiras de coco avaliam a obrigatoriedade das corporações em realizar os serviços nas comunidades rurais. Para os trabalhadores do AFR, não se pode definir se eles consideram como dever da empresa, pois apenas 58% citam que a Vale tem a obrigação de investir nas ações sociais; justificam esta opinião com os problemas que a empresa causa à comunidade. Têm destaque os seguintes relatos:

Eles tão passando dentro do que é nosso. Traz alguns prejuízos pra nós, por isso eles tem obrigação. (Maria Farias - AFR).

Por que além da linha do trem que passa aqui dentro, ela ainda vai fazer outra. (Maria Moraes - AFR).

Nós sentimos os impactos que ela traz pra nossa comunidade. (Maria Oliveira - AFR).

Por que ela detona muita coisa nossa. Animais que morrem. (Maria Vieira - AFR).

Mais do que obrigada. Ela usufrui do Brasil inteiro. Ela tem a obrigação de retribuir. (José Pereira - AFR).

Por que ela tem concessão com o governo federal. E quando se tem o governo, tem a obrigação com nós. (José Oliveira - AFR).

Identifica-se que há uma ligação com o sentido de “uso” do território do assentamento, como citado pelas trabalhadoras “Maria Farias” e “Maria Moraes”; além dessas colocações, uma característica da Vale é lembrada pelos assentados, que são os benefícios que a mineradora obtém ao “usufruir” das riquezas naturais, como mencionou o “José Pereira”. Além da estreita relação da empresa com o Estado, e os benefícios conquistados com a influência sobre ele, como relata o “José Pereira”. Como produto desta estratégia de “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b), os assentados conseguem demonstrar capacidade de reduzir os lucros simbólicos da mineradora, ainda que estes exerçam grande influência na relação.

Os relatos dos assentados demonstram que, apesar dos lucros simbólicos obtidos pela Vale, a EFC ainda é relacionada com os problemas socioambientais causados à comunidade. Apesar das investidas dos representantes da mineradora em relacionar a ferrovia aos serviços de “melhoria” na estrutura do assentamento, percebe-se no cotidiano comunitário os danos impulsionados por ela, como relatado por “Maria Oliveira” e “Maria Vieira”.

Apesar da maioria dos trabalhadores rurais, assentados (62%) ou quebradeiras de coco (75%), considerarem que as empresas não são obrigadas a investir nas comunidades, estes também destacam o dever destas corporações em apoiar na concretização das suas necessidades cotidianas. As quebradeiras de coco enfatizam que ainda é pouca a atuação da Suzano; e destacam algumas ações a serem realizadas na reserva, como a “Maria Farias” que cita a necessidade de melhoria nas estradas vicinais. Quando elas não têm exemplo de algo a ser feito, citam que esta relação pode ser melhor explorada pelas trabalhadoras, citando:

Porque precisa arrumar a estrada dos lotes que são ruins e estreitas. (Maria Farias - RC).

Porque a gente quer sempre mais um pouco. (Maria Lima - RC).

Pelo grande porte que ela é, e a grande renda que ela tira daqui das redondezas, ela podia vir ajudar mais. (Maria Nascimento - RC).

Porque a única coisa que ela fez foi a fábrica de óleo. Podia ajudar mais agente. (Maria Silva - RC).

Os assentados do AFR também mencionam que a empresa deve realizar mais serviços. Os relatos abaixo do “José Moreira” e do “José Gonçalves”, ilustram bem duas importantes avaliações comunitárias: 1) eles destacam que a Vale já realiza diversos serviços em outras

comunidades, e se colocam no direito de requerer que estes também sejam realizados no Francisco Romão; 2) por saber que a mineradora é detentora de um grande poder econômico, consideram que ela “pode” ampliar seus os trabalhos estruturais no assentamento. Dentre os serviços que ainda são almejados pelos comunitários são citados as passarelas para a travessia da EFC, os cursos para a profissionalização comunitária, e a recuperação das casas próximas à ferrovia, citados por “Maria Gonçalves”, “José Andrade”, e “José Oliveira”, respectivamente.

Em outros lugares ela tem feito muito mais. (José Moreira - AFR).

Ela é muito grande e pode fazer mais” (José Gonçalves - AFR).

Por que eu acredito que ela pode investir na estrutura da comunidade. Ela poderia fazer pelo menos uma passarela na linha do trem, que é uma coisa que prejudica bastante. (Maria Gonçalves - AFR).

Falta fazer muitas coisas. Gerar mais empregos. Cursos profissionalizantes. (José Andrade - AFR).

A única coisa que ela fez foi o poço, mas temos casas degradadas aqui, devido a vibração do trem. (José Oliveira - AFR).

A menção da passarela e da recuperação das casas demonstra que os assentados conhecem as principais problemáticas da comunidade. Eles também destacam as principais polêmicas envolvendo a ação da empresa na comunidade, que são os efeitos do trânsito dos trens, da travessia da ferrovia e da necessidade de qualificação para as atividades produtivas. Eles avaliam que podem concretizar estas melhorias, caso as solicitem à empresa. Mas como se pode observar nos relatos a seguir, há assentados que não vislumbram a concretização destes investimentos, pois como destaca a trabalhadora “Maria Costa”, eles são vinculados aos possíveis ganhos da empresa. Para “José Pereira”, a relação resultou em ganhos para a empresa, que ele os classifica como “lucro”.

Muitas vezes ela quer trazer somente o que pode trazer benefício pra ela. (Maria Costa - AFR).

O que eu vejo ela fazer aqui é só lucrar. (José Pereira - AFR).

Duas estratégias das lideranças do Assentamento Francisco Romão destacam-se entre as “resistências cotidianas” (SCOTT, 2013; 2002) de formação de “redes de indisciplina” (CERTEAU, 1998): a formação do Grupo de Trabalho para análise criteriosa do EIA/RIMA da DEFC, ainda em 2009, resultado da parceria com a JnT; e a persistência em incentivar os assentados a organizarem atividades de pressão contra a empresa, mesmo no momento mais

difícil, que foi no período da contratação dos trabalhadores rurais pela Odebrecht. Estas duas estratégias tornaram-se importantes articulações mantenedoras e fortalecedoras das relações comunitárias, e se tornaram importantes processos de “investimentos social” (BOURDIEU, 1998b), para as lideranças, e para os demais assentados, possibilitando-os “subverter” (BOURDIEU, 1991b) as ofensivas empresariais.

A principal manifestação de resistências das quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco é a constante luta destas trabalhadoras para fortalecer suas raízes identitárias. Elas persistem na luta cotidiana pela manutenção dos seus principais referenciais simbólicos de acesso aos babaçuais, de coleta do fruto, da quebra e do beneficiamento. Para além de uma estratégia, esse processo integra as bases de uma luta histórica destas trabalhadoras por seu reconhecimento social, pela continuidade da sua cultura, e pelo seu direito de ampliar a renda familiar sem grandes impactos ao ambiente. Não há “orientação”, ou “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1989), e nem mesmo “cooptação” (BOURDIEU, 2001) de grandes empresas, que às induzam a declinar destas lutas, sejam elas políticas ou simbólicas, e até em defesa do seu território, e destes direitos que fundamentam as suas vivências cotidianas.

Ainda assim, é notório que a Vale e a Suzano veem alterando suas estratégias de relacionamento com comunidades rurais, articulando um emaranhado de “símbolos”, visando ampliar os seus poderes sobre aos trabalhadores rurais. Esta constante busca pela imposição de “[...] esquemas de percepção e de apreciação [...]” (BOURDIEU, 2001) da realidade social, observável nos históricos das duas relações aqui analisadas, pautam-se em trágicas estruturas de poder, engendradas por agentes de atuação internacional, e entrelaçadas aos interesses dominantes locais. Há resistências a estas estratégias corporativas, mas é importante que as críticas a essas bases sejam fortalecidas, e que revelem os perversos alicerces destes poderes corporativos.

CAPÍTULO 04. Críticas às bases de fortalecimento das estratégias de dominação empresarial

O intenso uso de estratégias que visam a dominação empresarial tornou-se habitual, principalmente em regiões pressionadas por investimentos em Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD); ou que são alvo dos investimentos de grandes empresas. Nos capítulos anteriores demonstrou-se como a Vale e a Suzano utilizam-se dos seus capitais e dos seus poderes, buscando estabelecer seus poderes sobre comunidades rurais.

Ainda que existam significativas resistências comunitárias, e que demonstram, como comprovado nesta tese, a coragem dos assentados e das quebradeiras de coco para lutarem cotidianamente contra as investidas corporativas, percebe-se que as empresas persistem com o uso dos capitais financeiro e simbólico, e intentam em estabelecer sua força sobre estes trabalhadores rurais. Diante disso, deve-se ampliar a escala de análise sobre estes processos de relação entre empresas e comunidades, entendendo melhor quais as forças, as pressões e as articulações que possibilitam à mineradora e à silvicultora agirem diariamente pela dominação dos trabalhadores rurais.

As comunidades travam uma luta cotidiana contra estes grandes empreendimentos. Os assentados e as quebradeiras de coco sabem do quão grandes e poderosas são a Vale e a Suzano, mas, ainda assim, empenham-se para que as bases que sustentam os movimentos sociais do campo permaneçam vivas, como citado em diversos momentos nos capítulos anteriores. Há a resistência, e esta demonstra-se cotidianamente, pois as empresas realizam serviços nas comunidades, como o poço artesiano e a UBB, mas os trabalhadores rurais ainda têm em suas mentes todo o processo de degradação e de favorecimentos políticos e financeiros que as duas multinacionais recebem para tornarem-se tão poderosas.

Como citam Marques (2016), Pantoja e Pereira (2016), Ribeiro Júnior (2014), Ribeiro Júnior, Oliveira e Costa (2014), Taveira (2014), Kröger (2013), Oliveira (2011), Reynaud (2007), as ações da Suzano pautam-se em mecanismos de mercado adotados pelas empresas deste setor. O que também é relacionado à Vale por autores/organizações como Castro e Rodrigues (2016), Santos (2016), AIAV (2015), Vitti (2014), Aquino (2013), Clemente e Jeuno (2013), Faustino e Furtado (2013), Ribeiro Junior e Marinho (2013), Pantoja (2012), Ribeiro Junior e Sant'Ana Junior (2011), Carneiro (2010), Bismarchi e Soares (2009), Bossi *et al.* (2009), e Godeiro (2007). Todos os autores aqui citados interligam as estratégias locais à estrutura internacional de afinco corporativo pelo lucro, pela concentração de terras e riquezas, e pelo estabelecimento do poder empresarial.

Mencionei no Capítulo 3 que as grandes empresas contam com “pressões externas” (BOURDIEU, 2005) que ampliam suas forças para estabelecer a dominação diante das comunidades rurais. Elas não foram detalhadas anteriormente, pois a complexidade delas é tamanha que merece um capítulo explicitando as tramas estabelecidas, e que alicerçam as estratégias corporativas. O objetivo deste capítulo é contribuir com os debates de questionamento das ações empresariais, considerando que é necessário desnudar as bases que servem de proteção e de impulso às empresas, e que tentam encobrir, ou ao menos reduzir a divulgação dos diversos danos causados por suas atividades industriais e logísticas.

Neste sentido, inicia-se explicitando as funções das principais organizações internacionais e nacionais, que servem essencialmente para proteger os interesses das suas representadas; bem como para propagar os ideais de mercado e de “desenvolvimento econômico” que ampliam os poderes da mineradora e da silvicultura.

4.1 As redes de fortalecimento das corporações empresariais da mineração e da silvicultura

Há toda uma estrutura de apoio às empresas dos setores da mineração e da silvicultura. Citando o conceito de “entidades satélites” de Gerhardt (2014), as organizações que fazem parte da rede de relações da Vale e da Suzano, têm como objetivo estruturar uma rede de agentes na defesa dos grandes empreendimentos econômicos, atuando principalmente nas escalas mundial e nacional. Para Rist (2003), a crença no “desenvolvimento” é elaborada e enraizada nas mentes dos agentes dominantes, tornando-se uma violência simbólica aos agentes sem poder econômico, e que conta com toda a rede de organizações voltadas para a sua disseminação/imposição.

Sabe-se que organizações como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fazem defesas às atividades econômicas primárias. O objetivo é apresentá-las como soluções para as crises econômicas dos países “pobres”, porém ricos em minerais e solos férteis. Este apoio já é uma importante alavanca para que toda uma logística de transporte, extração, plantio e comercialização de riquezas naturais seja viabilizada, e, juntamente com elas, as pressões sobre as comunidades rurais sejam legitimadas; e conseqüentemente justificadas pelas danosas “necessidades” econômicas.

As três organizações citadas já representam uma importante estrutura de fortalecimento destas indústrias em nível mundial. Mas, por atuarem em diversos campos econômicos e

sociais, os setores da mineração e da silvicultura criaram, há mais de cinquenta anos, uma série de associações e conselhos empresariais/patronais voltados exclusivamente para a defesa dos seus interesses. Todos fundados para legitimar a ação predatória do mercado, principalmente dos setores mais impactantes; neste caso os de extração de bens naturais em regiões com populações pressionadas pelas grandes empresas do setor primário.

Estas organizações atuam, em escala mundial, em duas principais frentes: agindo ofensivamente, divulgando as empresas associadas como melhores alternativas para investimentos, e, com isso, melhorando seus lucros; e defensivamente, acionando órgãos judiciais, quando as resistências dos movimentos sociais travam lutas políticas e simbólicas contra os grandes impactos socioambientais das atividades destas empresas. As entidades mais empenhadas na defesa das suas representadas são: o International Council on Mining and Metals (ICMM)¹¹⁹ e a Extractive Industries Transparency Initiative (EITI)¹²⁰, que agrega grandes empresas de diversos setores, dentre eles as de extração mineral; e o Conselho Internacional de Associações de Indústrias Florestais e de Papel (ICFPA¹²¹, do inglês International Council of Forest & Paper Associations), que tornou-se a principal representante das multinacionais da indústria florestal monocultora.

Para Whitmore (2006) o ICMM tem se destacado entre as organizações que agem para melhorar a avaliação da mineração por seus críticos. Como uma das estratégias do ICMM, Sethi (2005) cita o “Sustainable Development Framework (SDF)”¹²², que para o autor, não passou de um reconhecimento dos problemas gerados pelo setor, mas que não resultou em alteração das ações degradadoras do ambiente. Para Owen e Kemp (2013) o ICMM é uma das organizações que mais defendem a cessão da “licença social” (GAVIRIA, 2015; ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2010), como meio para aprovação das suas atividades nocivas às comunidades urbanas e rurais.

A força econômica das mineradoras é constantemente utilizada para mascarar os desastres socioambientais ocasionados por suas atividades. Como exemplo disso, Whitmore (2006) cita que estas, através do ICMM, conseguiram estabelecer “diálogos” com organizações

¹¹⁹ Fundado em 2001, tem 24 empresas de mineração e metais filiadas, além de mais de 30 associações vinculadas.

¹²⁰ Criado em 2002, é uma organização prioritariamente de empresas do setor de commodities, que visa estabelecer regras aos governos de países com riquezas naturais, voltadas para a divulgação dos impostos recebidos com as atividades do setor, principalmente petróleo, gás e mineração.

¹²¹ Criado em 2002, tem o objetivo de congregiar associações e de indústrias ligadas ao setor de madeira e florestas.

¹²² Marco do Desenvolvimento Sustentável (MDS), tradução nossa.

como a World Wildlife Fund (WWF)¹²³ e com a International Union for Conservation of Nature (IUCN)¹²⁴. Toda esta estratégia visa disseminar o discurso do ICMC de que a mineração pode ser uma atividade econômica de apoio ao desenvolvimento sustentável, mesmo sabendo que isso é, até hoje, um paradoxo (PIMENTEL; GONZALEZ; BARBOSA, 2015). Neste sentido, o ICMC tornou-se a organização de maior destaque na defesa das empresas mineradoras filiadas, pois suas recomendações são pautadas na adoção “voluntária” de técnicas menos impactantes, ainda que elas sejam apenas paliativas. Na contramão disso, a organização empenha-se para reduzir a visibilidade negativa da atividade para as populações mais esclarecidas e com maior poder econômico (SETHI; EMELIANOVA, 2006).

O objetivo da EITI é pressionar os governos de países com grande quantidade de riquezas naturais, a disponibilizarem informações sobre o recebimento dos recursos financeiros das indústrias extrativas, dentre elas a mineração. Para Ölcer (2009), esta organização serve mais para disseminar um ideal de que as mineradoras preocupam-se com o bem-estar da população, do que como um instrumento que reduza a corrupção nos países onde atua. Neste sentido, David-Barret e Okamura (2013) acrescentam que é uma estratégia da EITI disseminar uma visibilidade positiva dos países membros, tornando-os mais propícios à recepção de recursos de organizações internacionais. Sovacool e Andrews (2015) destacam que a EITI cobra dos governos maior transparência na aplicação dos recursos, mas não empenha-se na mesma medida em tornar as empresas filiadas menos impactantes ambiental e socialmente.

Tratando da temática socioambiental, Sequeira *et al.*, (2016) menciona que a EITI não detalha os benefícios da adoção dos seus critérios de gestão, principalmente por não deixar claro para a sociedade civil como as empresas da mineração solucionam estes problemas nos países onde atuam. Para Andrews (2016) há o agravante de que a EITI não demonstra sério empenho na resolução dos problemas ocasionados às comunidades atingidas pelas indústrias da mineração, e que são pressionadas pelas corporações empresariais.

No caso das empresas silvicultoras, a principal organização em escala mundial que as defende é o Conselho Internacional de Associações de Indústrias Florestais e de Papel (ICFPA, em inglês). A principal estratégia do ICFPA é relacionar as vastas áreas de monoculturas, principalmente a de eucalipto e pinus, às reduções de emissões de Gases do Efeito Estufa

¹²³ Em português “Fundo Mundial da natureza). Criado em 1961, tornou-se uma das ONG mais destacadas como defensoras de questões ambientais, principalmente a defesa de espécies de animais ameaçados de extinção.

¹²⁴ Em português União Internacional para a Conservação da Natureza. Foi criado em 1948, agrega mais de 1300 organizações para a realização de projetos socioambientais com parcerias entre ONG, empresas e governos.

(GEE)¹²⁵; bem como às ações de sustentabilidade socioambiental. Para Boiral e Heras-Saizarbitoria (2017), assim como o ICMM atua em defesa das mineradoras diante das questões ambientais, o ICFPA desempenha esta função para as indústrias do setor florestal. Pandey e Rishi (2016) destacam que o ICFPA apresenta a indústria de papel mundial como potencial receptora de investimentos que resultem em ganhos contra as mudanças climáticas.

Como demonstrado, o ICMM e o ICFPA integram uma rede internacional de organizações para legitimar as ações de mineradoras, silvicultoras e demais empresas filiadas. O foco é fortalecer a imagem das empresas em nível mundial, e possibilitar que elas ajam sem perdas de lucro relacionadas aos problemas de imagem causados por todos os danos socioambientais atrelados às suas atividades. Mas, acima de tudo, estas organizações servem para demonstrar aos movimentos sociais contrários aos seus investimentos, que as empresas destes setores não medem esforços para defender seus lucros; e para pressionar qualquer agente que aja para reduzir os poderes empresariais, e consequentemente suas estratégias de dominação diante das populações atingidas. Elas realizam este processo aliadas às organizações nacionais.

No Brasil, as entidades de maior destaque, e que representam as empresas da mineração e da silvicultura são, respectivamente o Instituto Brasileiro de Mineração¹²⁶ (IBRAM), e o Instituto Brasileiro de Árvores¹²⁷ (IBÁ). Para Oliveira (2013, p. 12) o IBRAM: “Trata-se de uma associação privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de congregar, representar, promover e divulgar a indústria mineral brasileira, a fim de aumentar sua competitividade nacional e internacional.” E nesta busca pela “competitividade”, o IBRAM se empenha em pressionar o Estado brasileiro, principalmente em relação às normas a serem seguidas pelas empresas do setor.

Há um intenso movimento pela ampliação da contribuição das mineradoras à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais¹²⁸ (CFEM), e a organização

¹²⁵ São gases que, segundo cientistas especialistas, aumentam os efeitos do aquecimento global.

¹²⁶ Fundado em 1976, é uma organização sem fins lucrativos, e que visa empresas e instituições que atuam no setor mineral.

¹²⁷ Criado em 2014, tem como associadas as empresas anteriormente vinculadas à Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa), da Associação Brasileira da Indústria de Piso Laminado de Alta Resistência (Abiplar), da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Tem como objetivo representar as empresas que atuam na cadeia produtiva de árvores plantadas.

¹²⁸ A CFEM já é prevista desde a Constituição Federal de 1988, e trata-se de uma contraprestação paga à União de acordo com a quantidade de minério extraído e aproveitado economicamente.

travou uma luta para reduzir a carga tributária das mineradoras, caso esse aumento seja concretizado (MILANEZ; SANTOS, 2013). Como estratégia de defesa, o IBRAM destaca que o “funcionamento da sociedade” está relacionado com o processo de industrialização dos minérios (VIEIRA, 2011).

Lançado em 2014, o Instituto Brasileiro de Árvores (IBÁ) é hoje a organização com maior poder de representação e de defesa nacional dos interesses das empresas do setor de silvicultura. Para Cunha (2017), o problema é que há uma intensa defesa da ampliação das áreas cultiváveis para as *commodities* florestais, mas não há esclarecimentos sobre a ação destas empresas sobre o ambiente e sobre as comunidades rurais diretamente atingidas por esta atividade. Pinto Neto (2017) acrescenta que o IBÁ vem se destacando entre as representantes do agronegócio que empenham-se nas disputas políticas e econômicas que influem na regulação jurídica destas atividades.

Na escala nacional, as organizações de representação das corporações mineradoras e silvicultoras defendem a expansão das suas atividades, mas também tentam legitimar as ações das suas representadas diante das constantes manifestações dos movimentos sociais. Estes movimentos conseguiram ampliar a articulação comunitária em diversas regiões do Brasil, como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)¹²⁹, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (AIAV)¹³⁰, o Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania¹³¹ (FLTTC), o Movimento Alerta Contra o Deserto Verde¹³² (MACDV), e outras diversas resistências locais, como a Rede Justiça nos Trilhos. Todas estas organizações empenhadas na defesa dos direitos comunitários, mas principalmente lutando contra o devastador avanço da mineração e da silvicultura nos territórios destinados às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais. Enquanto isso, IBRAM e IBÁ ingressam em todas as esferas possíveis, principalmente a jurídica e a política, para paliar todos os graves danos sociais e ambientais causados pelas atividades das suas representadas; e além disso, retardar as punições que tragam riscos às operações financeiras e industriais das multinacionais.

¹²⁹ O MAM começou a ser organizado em 2002, agrega comunidades e atores contra os problemas socioambientais relacionados às atividades da mineração.

¹³⁰ Iniciado em 2010, o movimento articula comunidades atingidas pelas atividades da mineradora Vale em diversos países.

¹³¹ Iniciado nacionalmente em 1997, este fórum agrega diversas iniciativas que visam discutir e mobilizar agentes contra a ampliação do poder empresarial sobre a sociedade.

¹³² Lançado em 2006, integra mais de cem organizações brasileiras, principalmente dos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. O foco é a luta contra a grande expansão da monocultura do eucalipto.

São diversos os danos socioambientais causados pelas indústrias mineradoras e silvicultoras, e que causam sérios transtornos às comunidades rurais e urbanas pelo mundo. Estes são destacados por Teisserenc, Sant’Anna Junior e Esterci (2016), Zhouri, Bolados e Castro (2016), AIAV (2015), Almeida (2015), Bruzaca e Sousa (2015), Bittencourt, Bossi, Santos (2012), dentre outros.

Para reduzir esta visibilidade negativa, em 1997 foi criado o Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Este segue as orientações do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), do qual a entidade brasileira é representante no Brasil.

O CEBDS defende os interesses das empresas filiadas em importantes eventos internacionais como as Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e a de Diversidade Biológica. Como citado por Soares (2016), muitos “dirigentes” do CEBDS vinculam a questão socioambiental às estratégias de ampliação do desempenho econômico empresarial. Um ótimo exemplo é a publicação “Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos: a experiência das empresas brasileiras” (CEBDS, 2012), que, na sua introdução, explicita e ilustra os reais objetivos do CEBDS:

Antecipando-se às possíveis regras e aos mercados regulatórios, empresas que conhecem suas relações com a biodiversidade e serviços ecossistêmicos também podem ser pioneiras no desenvolvimento de novos produtos, marcos regulatórios, mecanismos de monitoramento e até mesmo na definição das melhores estratégias e abordagens metodológicas para o setor empresarial. (CEBDS, 2012, p. 07).

Como visto, uma das estratégias das grandes empresas é atuar sobre os mecanismos de regulação das suas atividades, seja através de ação direta das corporações, ou com o significativo auxílio das entidades representantes destas classes patronais. Dentre as opugnações contra o estabelecimento de normas e leis mais duras contra a mineração e a silvicultura, está a busca pela ampliação do poder sobre os entes do Estado, resultando em apoio às suas estratégias de dominação.

4.2 As estratégias de poder sobre os “postos decisórios” do Estado

Os “postos decisórios” (MARX, 2012) representam a estrutura de controle utilizada pelos “níveis dominantes” do Estado, para controlar as ações a serem executadas pelos demais grupos da sociedade. Neste sentido, as investidas do empresariado para influenciar nas ações

governamentais, principalmente as voltadas para o desenvolvimento econômico, são corriqueiras. Cita-se o caso da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base¹³³ (ABDIB) que historicamente utiliza seus “homens de negócios” para disseminar os caminhos que mais favorecem as indústrias filiadas (BRANDÃO, 2008).

As mineradoras e silvicultoras brasileiras agem através das alianças provisórias entre as empresas, políticos, e entidades de classe dos setores econômicos, como o IBRAM e IBÁ, para impor os interesses corporativos nos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) (GERHARDT, 2014). Para Milanez e Santos (2013) o patrimonialismo e a ingerência de empresas extrativas contribuem para o fortalecimento das empresas do setor, inclusive influenciando na elaboração de legislação. Como destacam Araújo e Belo (2009), o IBRAM dissemina o discurso da “vocação mineral” e da “balana mineral da Amazônia”, para pressionar entes públicos e comunitários   aceitao das atividades das mineradoras, ainda que causem sérios danos socioambientais.

Em relao às investidas das indústrias silvicultoras para a reduo de barreiras às suas atividades produtivas, o próprio IBÁ (2017, p. 05) cita o empenho da organizao na “[...] desburocratizao de processos como o licenciamento ambiental [...]”. Outro exemplo de autodefesa e de pressão sobre o Estado brasileiro, é a constante demonstrao de insatisfao da indústria da minerao em relao ao aumento nas alíquotas da Compensac o Financeira pela Explorao de Recursos Minerais (CFEM). Como demonstrado pelo Portal da Minerao (2017a; 2017b), os representantes deste segmento, principalmente do IBRAM, se empenham para que emendas aditivas sejam propostas de acordo com os interesses das mineradoras, explicitando que:

Eles¹³⁴ pediram aos parlamentares que não apoiem o aumento da CFEM ao votarem a MP 789. Justificaram que, do contrário, haverá queda na atividade mineral no Brasil, com reduo ainda maior dos investimentos no setor. Os efeitos negativos desses fatores, acrescentaram, irão impactar a economia nacional. (PORTAL DA MINERAO, 2017a, p. 02).

Do total de 492 emendas, 58% “paralisam a atividade”, na avaliao da advogada Solange Costa, Gerente Jurídica Minerária da Vale,. Para ela, “  importante a união do segmento para assegurar a proposio de emendas aditivas que atendam aos anseios do segmento”. (PORTAL DA MINERAO, 2017b, p. 01).

¹³³ Fundada em 1955, é uma entidade privada, e que agrega as indústrias relacionadas aos setores de infraestrutura e de indústrias de base. O foco desta organizao   fortalecer e defender os interesses das indústrias filiadas.

¹³⁴ Representantes da indústria da minerao que participaram de uma Audiência Pública realizada no dia 03 de outubro, na Comissão Mista do Congresso Nacional, e que teve como objetivo analisar a Medida Provisória (MP) 798. Esta MP altera o cálculo de receita decorrente da CFEM.

Como ilustrado nas citações acima, há um poderoso empenho destas empresas em pressionar o campo político para agregar significativos benefícios às suas atividades. Na luta contra este processo, os movimentos sociais, e parte dos pesquisadores das áreas socioambientais, criticam severamente a atuação dos entes públicos na relação com as empresas mineradoras. Como destaca Marques (2012, p. 43) a atuação do Estado é secundária, “[...] deixando nossas riquezas diretamente, e sem intermediários, nas mãos das grandes multinacionais, ainda que pintadas de verde e amarelo, como é o caso da Vale.”

Em relação às questões ambientais, CABRAL (2010, p. 18) destaca que o fortalecimento da representação do setor corporativo ampliou a articulação dos empresários da indústria, e “[...] potencializou o seu poder de influência nas decisões concernentes à política ambiental”. Horochoviski *et al.*, (2016) demonstram que há uma relação entre as propostas dos deputados federais, e o recebimento de apoio financeiro nas suas campanhas eleitorais por empresas ligadas aos setores da mineração e do setor florestal; propostas que visam o favoreceram jurídico, normativo e financeiro destas empresas.

Dois outros exemplos marcantes das ofensivas empresariais, visando demonstrar força e poder econômico e político na elaboração das regras a serem seguidas pelos setores da mineração e das monoculturas florestais, são as recentes grandes alterações no Novo Código Florestal (NCF)¹³⁵ e no Novo Código de Regulação da Mineração¹³⁶ (NCRM). Em relação ao NCF, Roriz e Fearnside (2015) destacam que, ao resguardar os interesses econômicos, principalmente por tornar-se um objeto de “premiação pela contravenção legal”, este instrumento legal veio ampliar a possibilidade de degradação ambiental e de perda dos direitos sociais de muitas comunidades rurais. No caso do NCRM, Coelho (2015b) cita que há relações entre os agentes públicos mais destacadamente defensores das alterações, e as empresas mineradoras a serem beneficiadas pelas mudanças requeridas por estes agentes. Segundo Pedro e Sant’Ana Júnior (2016), o NCRM:

Trata-se de uma estratégia legislativa de gerar mudanças que atendam ao mercado e a ampliação de lucros por parte das empresas, mas que não discute a lógica exploratória das riquezas naturais e sociais do país e o esgotamento desses recursos naturais não-renováveis à custa, principalmente, de direitos sociais e ambientais dos atingidos por esses empreendimentos. (PEDRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2016, p. 149).

¹³⁵ Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Tem como objetivo estabelecer regras para a proteção da vegetação, principalmente em áreas de preservação permanente, áreas de proteção ambiental, e demais áreas de interesse socioambiental.

¹³⁶ Trata-se de três Medidas Provisórias assinadas pelo presidente Temer. Elas tratam de: 1) criação da Agência Nacional de Mineração (ANM); 2) alteração de 23 pontos do atual código, lançado em 1960 e que foi alterado em 1996, com destaque para o aumento do teto para multas e do tempo de pesquisa numa área para extração; 3) ampliação das alíquotas de *royalties* do setor de minérios.

Com as pressões sobre os entes do Estado, estas grandes multinacionais somam êxitos, pois contam com vultosos benefícios que devem ser entendidos segundo dois processos: primeiro, conseguem aprovar grandes financiamentos públicos, a partir da aliança com políticos com poder de decisão sobre a aprovação destes pelos bancos públicos, principalmente o BNDES; a partir do fortalecimento dos seus poderes financeiro e simbólico por conta dos bilhões recebidos, partem para a cooptação de lideranças partidárias, com mandato ou não, para reduzir barreiras legais e “sociais” à sua devastadora atuação. Como destacado por Antonino (2017, p. 09), o recurso financeiro que atende aos interesses industriais e logísticos destas grandes empresas, e que é fruto da arrecadação de toda a população brasileira, entre eles as comunidades impactadas pelas atividades da mineração, [...] é o mesmo que serve para disponibilizar as informações que viabilizam a mineração dos territórios de muitos povos e grupos tradicionais do campo brasileiro.

Outros exemplos da força das empresas mineradoras e silvicultoras sobre agentes do Estado são citados por Ribeiro Junior e Marinho (2013), Sousa (2012), Castro (2010), Fonseca e Monteiro (2008), Acelrad e Bezerra (2007), Lima (2006), Bittencourt e Carrieri (2005), Acelrad e Mello (2002). O que há de comum entre estes autores é a demonstração de que as grandes empresas extrativas brasileiras empenham-se, financeira e simbolicamente, em impor seus interesses. Uma evidência disso é o alto volume de empréstimos concedidos nos últimos anos, principalmente para a expansão da Vale e da Suzano, como observado nos dados divulgados pelo BNDES (2014; 2011). O objetivo destes altos empréstimo é ampliar a participação das indústrias do setor primário na economia, principalmente para atender à demanda dos países industrializados por matérias-primas. Como resultado disso, tem-se que: “A Amazônia foi transformada em uma fronteira de *commodities*” (CASTRO, 2012, p. 55).

Como uma salaz demonstração prática de todos os benefícios e favorecimentos recebidos, destaca-se que a mineradora Vale e a silvicultora Suzano acumularam em 2016 lucros líquidos de US\$ 3,9 bilhões (VALE, 2017) e R\$ 1,6 bilhão (SUZANO, 2017), respectivamente. Enquanto isso, as comunidades rurais são relegadas à perda de capacidade produtiva, pois não recebem aporte financeiro e/ou instrucional que as possibilitam melhorar suas condições de vida.

Como resultado desta devassidão do dinheiro e do poder públicos, somadas às “pactuações” do mercado e do Estado, e que são danosas ao bem comum, tem-se, como destaca Pereira (2013), a redução dos impostos, a rapidez na emissão de licenças ambientais, além de políticas públicas e subsídios. Privilégios que somados, transfiguram-se em “constrangimento” (BOURIDEU, 1989) e em “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989), fortalecendo a

“violência simbólica” (BOURDIEU, 2001; 1996b; 1991a; 1989) contra todo movimento desfavorável a esses projetos de desenvolvimento, no caso desta tese, as comunidades rurais.

4.3 A “crença” do desenvolvimento e a dominação corporativa

A terceira vertente da atuação corporativa, e que tem como foco principal ampliar a aprovação local para os grandes empreendimentos, é a disseminação dos ideais do “desenvolvimento econômico”. Sabendo que em qualquer lugar as populações anseiam pela melhoria da qualidade de vida, as grandes corporações econômicas agem aliando-se às classes dominantes locais, no mesmo sentido em que Rist (2008, p. 74) chama de “deputy manager”¹³⁷. As classes locais, como empresários e políticos, servem a elas apenas como “meras bases de operação” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), considerando-se que as grandes corporações representam uma das principais formas de atuação do mercado, que é a “concentração do poder” (TRAGTENERG, 2005).

Os representantes da Vale e da Suzano propagam a aprovação dos grandes financiamentos públicos em suas redes industriais e logísticas, vinculando-os a um “crescimento econômico” que pode beneficiar a todos. Atuam, nos moldes da ação pós-colonial, “hibridizando” (BHABHA, 1995) a ascensão econômica e a respectiva ampliação do poder corporativo, ao que seriam os ganhos das “regiões pobres” onde estas empresas atuam. O objetivo é ampliar o poder sobre as comunidades, principalmente através das estratégias de relacionamento definidas por Burkle (1999) como eficazes para uma “relação sustentável”, e que se baseia no fortalecimento da imagem “social e justa” das empresas.

No sentido de “crença do desenvolvimento” citado por Rist (2008), as corporações não precisam que todos os cidadãos de uma região sejam convencidos de que elas são a chave para a melhoria de vida. Nos casos desta tese, a mineradora e silvicultora querem apenas que os grupos que os interessam joguem o jogo do mercado; e que apoiem-se nos ritos e símbolos (RIST, 2008) que as favorecem.

A Vale e a Suzano não precisam que todos apoiem a mineração ou a silvicultura, mas que se percebam como “beneficiários” destas atividades. As duas empresas trabalham para que suas imagens sejam relacionadas a um suposto crescimento econômico das regiões onde atuam, o que amplia seus poderes, e conseqüentemente a dominação sobre os agentes locais. Para isso

¹³⁷ Para Rist (2008) essas classes são enquadradas como subgerentes, pois são encarregadas de disseminar os ideais econômicos das grandes empresas. Essas classes dominantes locais fazem isso, ambicionando que sejam elas as detentoras do poder local, a partir do “desenvolvimento” impulsionado pelas grandes corporações.

elas utilizam os repasses de recursos às “ações sociais”, como estratégia de disseminação de uma visibilidade positiva, como detalhado nos capítulos anteriores.

O principal objetivo da disseminação da “crença” do desenvolvimento regional, e destes “El Dorados” (CASTRO, 2010), é justamente pressionar, e até mesmo abolir os agentes que reprovam as ações destas empresas. Além de toda a repressão causada pelos setores jurídicos destas corporações, acionados em momentos mais críticos, elas atuam junto às classes de poder local, cooptando-as, para que sejam interlocutoras e difusoras das “benesses” trazidas pelos empreendimentos minerários e florestais.

O foco é receber uma “validação” das ações empresariais, que é realizada pelas organizações que recebem estes recursos financeiros (ROSSETI, 2007), e melhorando a “reputação empresarial” (FERREIRA, 2011). Para Gerhardt (2014), as estratégias corporativas pautam-se em diferentes escalas de ação, pois

Como a verticalidade em relação às decisões sobre GPDs repercute nos três níveis éticos, “entidades-satélites” atendem e fabricam demandas definidas na esfera da macropolítica, reforçam justificações universalizantes e reiteram o discurso neodesenvolvimentista. Deslocando zonas de conflito para o ambiente morno da cooperação, visam garantir, junto à população local, o que o jargão empresarial define como “licença social” para que empresas possam “operar”. (GERHARDT, 2014, p. 75).

Uma importante estratégia das corporações para vincular suas imagens ao “desenvolvimento econômico” de onde atuam, é o financiamento de pesquisas em universidades, institutos e fundações de amparo à pesquisa. Como principais exemplos cita-se: o Columbia Center on Sustainable Investment¹³⁸ (CCSI), apoiado financeiramente pela mineradora Vale; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que recebe recursos e lança chamadas para pesquisas nas áreas de interesse da mineradora; além das Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados do Maranhão (FAPEMA), Minas Gerais (FAPEMIG), Pará (FAPESPA), São Paulo (FAPESP), dentre outras.

A Suzano se destaca por parcerias com importantes instituições de pesquisa como a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), a FAPESP, a Universidade Federal de Viçosa (UFV); além de investir em cursos de formação técnica nos Institutos Federais da Bahia (IFBaiano), do Maranhão (IFMA), de São Paulo (IFSP), do Tocantins (IFTO), dentre outros. Toda esta estratégia de “parceria” com organizações de ensino e

¹³⁸ Criado em 2008 a partir de doações da mineradora Vale S/A, o CCSI é um centro de pesquisa vinculado à Escola de Direto da Columbia e ao Instituto Terra da Universidade de Columbia. Sediado nos Estados Unidos da América, tem uma equipe dedicada à realização de pesquisas direcionada para investimentos internacionais sustentáveis.

pesquisa, ampliam a visibilidade positiva destas empresas, e conseqüentemente aumentam a influência da Vale e da Suzano nas regiões onde atuam.

Vem aumentando no meio acadêmico um discurso que menciona a recepção destes recursos como importantes contribuições para o conhecimento, e para o desenvolvimento de pesquisas científicas. Mas, é de conhecimento que é necessário considerar duas principais problemáticas: os editais “patrocinados” por estas empresas sempre objetivam pesquisas que tragam importantes informações e resultados para a Vale e para a Suzano; os pesquisadores tornam-se preocupantes disseminadores de uma “simbologia positiva” destas empresas, muitas vezes desconsiderando todos os danos ambientais e sociais causados pelas atividades da mineração e da silvicultura.

Passa-se para às demais instâncias e ou organizações da sociedade, que, se as universidades, institutos federais, e outras entidades de ensino e pesquisa recebem esse dinheiro, e divulgam as ações destas corporações, significa que todos podem se beneficiar destes recursos. Afinal, se parte do campo acadêmico pormenoriza toda a cadeia de impactos socioambientais que viabilizam o “dinheiro” das suas pesquisas, as associações, os sindicatos e as ONG avaliam que também podem ser beneficiados com estas “parcerias” com as grandes corporações empresariais.

Amparadas por organizações internacionais, nacionais e locais, públicas e privadas, a Vale e a Suzano agem com a certeza de que suas estratégias de “constrangimento” (BOURIDEU, 1989), “cooptação” (BOURDIEU, 2001) e de lutas “políticas e simbólicas” (BOURDIEU, 2001; 1996b; 1991a; 1989) serão lucrativas. Através da aplicação do capital financeiro, e da transfiguração desse em capital simbólico, elas ampliam a capacidade de disseminação de uma “crença” que impõe as suas atividades minerárias e monocultoras florestais como os “El Dorados” (CASTRO, 2010) para os problemas sociais e econômicos das populações atingidas por seus empreendimentos.

Contam com as mídias locais, e que recebem vultosas quantias para divulgá-las como grandes mantenedoras da segurança financeira de “áreas pobres”. Como destacam Misoczky e Böhm (2013):

Nessas representações midiáticas, a mineração geralmente é apresentada como parte da evolução da humanidade, como uma expressão de evolução e do progresso, como sinônimo de desenvolvimento. Sustentam que a mineração teria muitos impactos positivos sobre as economias locais, particularmente aquelas situadas em territórios vazios, em regiões economicamente enfraquecidas sem quaisquer outras oportunidades. Para essas regiões, os projetos de megamineração seriam a única maneira de sair da pobreza. Esse discurso político, disseminado por empresas e governos, define todas as atividades anteriormente existentes como inúteis e afirma a ausência de qualquer futuro sem a mineração. (MISOCZKY; BÖHM, 2013, p. 329).

Dentre as estratégias adotadas pelas multinacionais está a manipulação de símbolos, e de “[...] oxymores récemment forgés (développement humain, social, équitable, durable, etc.)”¹³⁹ Estes são minuciosamente pensados pelos seus setores de comunicação.

Na luta pela dominação empresarial, cabe aos representantes das corporações, se apropriarem destes “oximoros forjados” (RIST, 2003), principalmente os que visam desvincular a imagem da Vale e da Suzano às atividades impactantes ao ambiente e à sociedade. Eles visam atender uma demanda das corporações pela diminuição da avaliação negativa, investindo financeira e simbolicamente no mascaramento dos danos socioambientais causados por suas representadas.

Para ilustrar esta estratégia, são apresentadas a seguir algumas frases retiradas dos últimos Relatórios de Sustentabilidade da Vale e da Suzano, referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016:

Estamos em processo de transição, avaliando novas estratégias de relacionamento com as comunidades de nosso entorno e buscando, cada vez mais, identificar e potencializar as iniciativas regionais. Assim, por meio de um desenvolvimento territorial essencialmente participativo, passamos a trabalhar sob o modelo de Conselhos Comunitários. A ideia é atuar de maneira harmoniosa, deixando cada vez mais de lado medidas reativas, fiscalizatórias e de inteligência patrimonial. (SUZANO, 2016, p. 36).

Nosso propósito é atuar como facilitadores de processos de desenvolvimento territorial. A transformação cultural que vivenciamos internamente reflete de forma positiva no relacionamento com as comunidades do entorno de nossas operações. Nosso propósito agora é passarmos a participar das decisões relacionadas ao desenvolvimento territorial e, nesse contexto, atuar como facilitadores e mobilizadores de processos. (SUZANO, 2015, p. 35).

A participação em organizações internacionais que apoiam o desenvolvimento sustentável atesta nosso compromisso com um futuro mais justo e igualitário e integra nossa busca contínua de licença social para operar em um mercado que envolve grandes responsabilidades. Entendemos que temos um importante papel na sociedade, e buscamos sempre focar nossas ações de hoje no legado que queremos deixar amanhã. (SUZANO, 2014, p. 39).

As equipes de relações com comunidades e especialistas tratam diretamente com lideranças locais. O relacionamento com algumas comunidades requer especial atenção devido ao histórico de conflitos e vulnerabilidade social. Assim, a empresa prioriza o gerenciamento dos conflitos por meio do diálogo. Eventualmente é necessário conduzir o processo na esfera judicial – situação na qual a Vale busca a conciliação e age com respeito aos direitos dos envolvidos, negociando acordos que viabilizem o apoio e a preservação às identidades cultural e social, assim como ao desenvolvimento territorial. Todos os casos são devidamente acompanhados visando à resolução da situação. (VALE, 2017, p. 105).

¹³⁹ “[...] oximoros recentemente forjados (humano, social, equitativa, sustentável, etc.)” (RIST, 2003, p. 148).” Tradução nossa.

Pela dimensão de suas operações e em razão dos grandes investimentos que realiza, a Vale mantém diálogo contínuo com órgãos governamentais, preferencialmente por meio de instituições e entidades de classe, visando à participação proativa na formulação de políticas públicas, buscando a compreensão de seus pontos de vista, com o objetivo de estabelecer ou manter um ambiente favorável ao setor mineral. Estimula e adota ainda parcerias com instituições governamentais e empresas e organizações da sociedade civil para potencializar o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde opera. (VALE, 2015, p. 26).

[...] procuramos sempre estabelecer uma relação forte e aberta com as comunidades das áreas em que atuamos, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes. A sustentabilidade é um dos nossos pilares estratégicos, fundamentada no conceito de que o desenvolvimento só é sustentável quando a empresa e a sociedade crescem juntas, compartilhando o valor gerado. (VALE, 2014, p. 13).

Nas citações acima observa-se que há um empenho no uso dos “oximoros forjados” (RIST, 2003), buscando, principalmente, “legitimar suas ações sociais” (OLIVEIRA; LIMA; MONTEIRO, 2011, p. 571). A Vale e a Suzano buscam se posicionar no mercado, através de uma “diferenciação competitiva” (AFONSO, 2012) que as favoreçam nas regiões onde atuam.

Em destaque nas citações tem-se: a demonstração clara de que a Suzano busca a “licença social”, e que para isso, age para conseguir o apoio de organizações que validem as suas ações; além disso, tenta inculcar nos leitores que a empresa tem modificado suas estratégias de ação. Mas o destaque é a sua autodenominação de “facilitador e mobilizador” dos processos de “desenvolvimento territorial” (SUZANO, 2015; 2016). Empenha-se em demonstrar que, devido a toda a sua estrutura financeira, industrial, logística e simbólica, “merece” ser identificada como uma propulsora do “desenvolvimento econômico” das regiões onde atua.

No caso da mineradora Vale, observa-se claramente que o objetivo é “[...] estabelecer ou manter um ambiente favorável ao setor mineral” (VALE, 2015, p. 26). Percebe-se que a intenção é se relacionar “[...] diretamente com as lideranças locais [...]” (VALE, 2017, p. 105), certamente por considerar que a “cooptação” (BOURDIEU, 2001) das comunidades é mais eficaz sem a influência dos movimentos sociais do campo apoiando os trabalhadores rurais. Mas, novamente o destaque se deve à estratégia de autodenominação de “contribuidora” e “potencializadora” de um certo “desenvolvimento socioeconômico/territorial” (VALE, 2014) das regiões onde instalam seus aparatos industriais e logísticos.

Para complementar a estratégia de comunicação, e principalmente para atingir os públicos das mídias sociais, as empresas investem em vídeos e informes publicitários digitais. Nas redes sociais, a Vale e a Suzano divulgam as “atividades culturais” e de pesquisa que recebem os seus patrocínios; além de divulgarem os projetos socioambientais financiados por elas.

No seu canal de vídeos (YouTube)¹⁴⁰, a mineradora Vale publica uma série de vídeos que complementam toda a estratégia de comunicação estabelecida, que é voltada para a aprovação das suas atividades; estratégia também utilizada pela Suzano Papel e Celulose¹⁴¹. Além disso, para chegar com maior força, e simular maior proximidade com as comunidades, principalmente as rurais, há inserções diárias nas rádios locais, pagas pela mineradora e pela silvicultora. O objetivo é divulgar os “serviços/ações sociais” executados por elas, ou por organizações que recebem o apoio financeiro da mineradora e da silvicultora. Como destaca Halliday (1987), instaura-se uma estratégia de defesa midiática, para reduzir o efeito dos discursos “deslegitimadores” das suas ações “empreendedoras”.

A Vale e a Suzano investem numa estratégia de comunicação que visa relacionar as atividades cotidianas da população às suas atividades industriais e produtivas. Com o lema “Com a mineração a história é outra”, a mineradora relaciona diversos dos seus produtos, como o manganês, o cobre, o níquel, e outros, com atividades realizadas cotidianamente por profissionais de diversas áreas. Destacam a importância destes produtos para a “melhoria de vida” das pessoas que precisam destes materiais para realizar seus trabalhos. Com o lema “Esse é o nosso jeito, essa é a nossa Suzano”, a silvicultora age para que seus interlocutores se percebam como beneficiários das suas atividades, e que a reconheçam como uma empresa impulsionadora de “transformações do hoje e do amanhã”.

Nos dois casos identifica-se uma intensa “luta política” (BOURDIEU, 2011), na medida em que as empresas intensificam suas estratégias de comunicação para estabelecerem-se como “referenciais simbólicos positivos” no cotidiano da população. Além disso, busca-se legitimar suas ações, mascarando os impactos socioambientais causados por suas atividades, ampliando os poderes de atuação da Vale e da Suzano.

Aumentando o poder da mineradora e silvicultora, amplia-se a possibilidade de dominação empresarial. Ainda que a resistência comunitária esteja viva, e atuando para reduzir a influência das empresas nos seus cotidianos, não se pode desconsiderar que há nocivas bases que ampliam as forças e as estratégias corporativas.

Assentados e quebradeiras de coco devem lutar, mas compreendendo que o empenho dos movimentos sociais deve atingir as mesmas escalas de proteção e de força estabelecidas pelas multinacionais. Isto deve ser realizado através do fortalecimento da rede de relações comunitárias com organizações que somem forças às resistências locais; estratégia que amplia

¹⁴⁰ Canal de vídeos da Vale S/A: <https://www.youtube.com/user/Vale/videos>

¹⁴¹ Canal de vídeos da Suzano Papel e Celulose S/A: <https://www.youtube.com/user/Suzanovideos>

a “rede de antidisciplina” (CERTEAU, 1998) e a “resistência em rede” (CASTELLS, 2013). Este processo deve tornar ainda mais notórios todos os problemas socioambientais impostos às comunidades rurais do Maranhão, do Brasil, e do mundo.

Como cita Rist (2003), não há como reduzir as desigualdades “querendo melhorar” as condições de vida das populações “pobres”, deve-se reduzir o poder dos poderosos. Deve-se enfraquecer as “crenças do desenvolvimento” (RIST, 2008), desmistificar a mineração e a silvicultura como os “El Dorados” (CASTRO, 2010) da Amazônia maranhense, e, acima de tudo, fortalecer a capacidade dos trabalhadores rurais na resistência às estratégias corporativas, realizando cotidianamente uma “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989), que agregue forças às lutas políticas/reivindicatórias das comunidades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois casos de relação entre as empresas e as comunidades rurais aqui analisados/interpretados, demonstram o quão complexa é esta temática. Para acessar a todos os meandros destes processos, evidenciando os resultados das estratégias dos agentes, principalmente na dimensão simbólica, adotei a teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Mas, pode-se dizer que esta base teórica de fato apoiou no entendimento das relações aqui analisadas? Depois de identificadas e analisadas/interpretadas as características das relações, a resposta certamente é positiva. Cheguei a este entendimento considerando que: 1) aplicar os conceitos de campo, de estratégia e de capital, e toda a base conceitual que os apoiam, possibilitou a identificação das principais características das relações, e de como os agentes aplicam suas estratégias; 2) ao esmiuçar estas características aos detalhes mais nublados, identifiquei como as estratégias são pensadas e aplicadas pelas empresas para ampliar o poder sobre os territórios comunitários, visando uma “licença social” aos seus empreendimentos; e que pulsa no seio comunitário a resistência contra as estratégias empresariais, devendo ser identificadas e cuidadosamente estudadas para desconstruir a interpretação de certa “passividade” dos trabalhadores rurais.

O problema desta tese foi tratado, considerando-se, além dos conceitos de Pierre Bourdieu, as contribuições teóricas que apoiaram principalmente no entendimento das resistências comunitárias. Os conceitos de “rede de antidisciplina” de Certeau (1998), de “resistência em rede” de Castells (2013), e de “resistências cotidianas” de Scott (2013; 2002), foram valiosos para a compreensão das estratégias de resistência dos assentados e das quebradeiras de coco; além das contribuições recentes sobre as lutas comunitárias contra os grandes empreendimentos, como as de Teissetenc, Sant’ana Júnior e Esterci (2016) e Zhouri, Bolados e Castro (2016). O entendimento desta base teórica contribuiu para aprofundar o eixo da hipótese, que indicava uma da redução das resistências dos assentados e das quebradeiras de coco às ações empresariais.

Em relação às ofensivas empresariais, colaboraram para o entendimento das estratégias, principalmente os estudos sobre: as “ações sociais” como estratégia corporativa (SROUR, 2012; 2000; SCHOMMER, 2000); o uso de levantamentos socioeconômicos como “antecipação de conflito” (BURKLE, 1999); as estratégias de relacionamento “ofensivas” e “defensivas” (MANCUSO, 2007); e as estratégias de comunicação (ALTMAN, 1998a; 1998b), visando a “dependência” e a “gratidão” comunitárias (RAJAK, 2009), e a disseminação da “crença do desenvolvimento” (RIST, 2008).

As características das relações se baseiam principalmente numa intensa luta política entre as empresas e as comunidades. A Vale e a Suzano investem em se estabelecerem como “benfeitoras”, ou até mesmo como “parceiras” das comunidades. A mineradora e a silvicultora trazem para o “diálogo” com os comunitários, uma visão de que o mercado pode se tornar um parceiro “legítimo” dos movimentos sociais. Busca-se, inclusive, desfazer o entendimento geral de que as grandes corporações têm apenas interesses na ampliação do seu lucro. Tentam classificar suas ações como de “responsabilidade social”, mas na verdade as suas estratégias visam, acima de tudo, reduzir qualquer possibilidade de conflito com as comunidades, e ampliar uma simbologia positiva junto às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais.

As empresas buscam, com suas estratégias de luta política, a desarticulação das redes de relação das comunidades. A dependência dos trabalhadores rurais às políticas públicas e aos investimentos privados, são “pressões” (BOURDIEU, 2005; 1989) que enfraquecem os movimentos sociais do campo envolvidos na relação com grandes empresas. O Estado não cumpre suas obrigações de orientação e de acompanhamento destas comunidades; resultando na pouca, ou até mesmo inexistente, capacidade técnica e financeira destes de manter suas atividades produtivas, e até mesmo de subsistência.

A “inoperância” do Estado abre uma grande lacuna para que as empresas multinacionais adentrem no cotidiano comunitário. Oportuniza-se à mineradora e à silvicultora a possibilidade do estabelecimento de mecanismos de “dependência” (BOURDIEU, 2001, 1991a), e, conseqüentemente, de “desmobilização” (BOURDIEU, 2001; 1989) dos assentados e das quebradeiras de coco.

Nos dois casos analisados nesta tese, as empresas buscam ampliar seus poderes “manipulando” (BOURDIEU, 2001): os referenciais simbólicos estabelecidos no cotidiano comunitário, sejam as reuniões e a organização destas, sejam as estruturas construídas ou os serviços realizados com recursos privados e/ou públicos; e os ideais de sociedade disseminados nas comunidades, onde são destacados os conceitos de empreendedorismo, concorrência, lucro, hierarquia no trabalho, e os grandes projetos de “desenvolvimento”. Com todos estes mecanismos, pretende-se influenciar diretamente nas comunidades, apoiando o estabelecimento dos processos de inculcação (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989).

A Vale e a Suzano se utilizam das fragilidades econômicas dos assentados e das quebradeiras de coco, e iniciam, com a construção do poço artesiano e da UBB, uma busca por uma representação empresarial que as beneficie. Investem numa representação que amplie o poder empresarial nos territórios comunitários, somando-a ao uso estratégico das obras arquitetônicas e dos procedimentos/ritos empresariais.

Interligando os conceitos citados por North (2006), Goffman (2001) e Bourdieu (1999; 1991c;1991d; 1989), demonstrei que a mineradora e a silvicultora visam disseminar que prevalece uma “passividade” na relação com as comunidades rurais. A Vale e a Suzano se utilizam dos “oximoros forjados” (RIST, 2003), como “empresa socialmente justa”, “impulsionadora do desenvolvimento regional”, e “ecologicamente sustentável”, para divulgar interna e externamente, ideias que resultem em vitórias nas lutas políticas e simbólicas contra os assentados e as quebradeiras de coco. Na medida em que a Vale e a Suzano adotam a estratégia da realização de serviços estruturais nas comunidades rurais, especificamente para reduzir a possibilidade de conflitos, elas disseminam que os interesses destas grandes empresas são também os interesses da população local.

Observou-se uma modificação nos ritos de relação com comunidades, principalmente no caso da Suzano, mas que também é observável na atuação da Vale. Elas investem em levantamentos socioeconômicos, para identificar as melhores estratégias de comunicação e de relacionamento a serem aplicadas nas relações com assentados e quebradeiras de coco. Em todos os casos, o objetivo é colocar em prática o conceito de ritos voltados para o estabelecimento de “redes de relacionamento duráveis” (BOURDIEU, 1999), e que resultem na ampliação dos seus lucros, pois com estes “novos ritos”, vislumbra-se a redução dos gastos com “ações sociais”.

Mas, a partir do momento em que os comunitários resistem às ofensivas representacionais das empresas, os serviços estruturais são utilizados para cooptar as comunidades, tornando-as exemplos de uma “boa parceria” entre o mercado e os movimentos sociais. Cheguei a esta interpretação, considerando, que após a realização dos serviços, e percebendo que estes podem trazer uma “visibilidade positiva”, as empresas os divulgam em todos os meios de comunicação.

Por mais que as lideranças do Assentamento Francisco Romão e da RESEX Ciriáco se mostrem em diversos momentos, reticentes na relação com as empresas, elas ainda persistem neste “diálogo”, pois avaliam os resultados destes como positivos; sejam estes ganhos políticos, pois amplia a sua visibilidade como liderança, ou, em maior medida, pelos serviços realizados na comunidade. Neste sentido, considera-se importante realizar trabalhos de fortalecimento do “capital cultural” (BOURDIEU, 2011; 1999; 1996b) destas lideranças, principalmente apresentando-as todos os labirintos e sinuosidades que envolvem este tipo de relação; buscando, acima de tudo, ampliar a capacidade destes em realizar uma “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989) e fortalecer as “resistências cotidianas” (SCOTT, 2013).

Sabemos que as políticas públicas direcionadas para a educação brasileira têm suas graves fragilidades. Estas são ampliadas quando direcionam-se às análises mais críticas para a realidade das comunidades rurais. Portanto, de maneira mais imediata, é importante que as comunidades ampliam suas redes de relações, e que resultem no fortalecimento do seu capital cultural. Torna-se fundamental que as lideranças do assentamento e da RESEX viabilizem momentos de esclarecimento aos trabalhadores rurais, enfatizando todas as estratégias relacionadas à instalação dos momentos de “diálogo/parceria” (CI/CDC) vinculados aos ritos e aos serviços realizados pelas corporações.

Fundamentando-se nos resultados e nas análises/interpretações apresentados no decorrer desta tese, duas questões sobressaem-se: a contribuição dos escritos de Pierre Bourdieu, para a compreensão das estratégias nas relações; e, principalmente, que os estudos sobre as relações entre corporações empresariais e pequenas comunidades rurais, devem adentrar nas essências mais tênues das estratégias empresariais, que visam estabelecer influências nos cotidianos comunitários. Em consequência disso, deve-se esmiuçar atentamente todas as demonstrações/estratégias “infrapolíticas” (SCOTT, 2013) de resistências comunitárias, para que não ocorram análises/interpretações equivocadas e reducionistas da capacidade dos trabalhadores rurais em enfrentar as ofensivas empresariais.

Em relação aos assentados e às quebradeiras de coco, destaca-se que é preciso fortalecê-las para as lutas políticas, jurídicas, e principalmente simbólicas. Para isso duas estratégias tornam-se emergenciais são enfatizadas: reestruturar a rede de relações comunitárias, principalmente com as organizações e os agentes historicamente ligados aos movimentos sociais do campo, ampliando suas capacidades de resistência (considerando os entendimentos de Castells (2013), Scott (2013; 2002) e Certeau (1998)); e, a partir disso, todos empenharem-se para ampliar a possibilidade de “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989), e de afirmação destes trabalhadoras e trabalhadores rurais como “[...] sujeitos capazes de pensar sobre seus desejos, seus direitos e sua existência.” (CASTRO, 2014, p. 117). Ainda que haja empenho da Vale e a Suzano em aplicar estratégias de dominação, as comunidades têm acesas nas suas práticas as essências das resistências cotidianas na defesa dos seus direitos. E isso deve ser disseminado na região para que se desfaça a interpretação de algumas organizações, de que a luta comunitária contra os grandes empreendimentos é enfraquecida. O que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais esperam são “centelhas” de luta que saltem das organizações que historicamente os apoiam, e que também são pressionadas por estas grandes empresas.

Espero que esta tese venha contribuir com um maior entendimento sobre a preocupante relação crescente entre empresas e comunidades rurais, e que contribua na somatória de forças

contra as “crenças” que o mercado tenta impor cotidianamente na Amazônia maranhense. “Crenças” de “desenvolvimento”, de “sustentabilidade econômica” e de “geração de renda”, mas que servem, prioritariamente, para atender à presunção dos altos executivos das corporações empresariais, que as encenam como responsáveis pelo “teatralizado” desenvolvimento regional. Deste complexo contexto, a única certeza que sobressai é a necessidade de ampliação dos investimentos públicos nas comunidades rurais. Estas não carecem apenas do recurso financeiro, mas, acima de tudo, de investimento em educação, e não apenas formal.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **A Amazônia**: do discurso à práxis. 2ª ed. São Paulo EdUSP. 2004.

ABELÉM, A.; HÉBETTE, J. Assentamentos da reforma agrária na fronteira amazônica e meio ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1998. p. 1497 – 1519. Disponível em: <https://goo.gl/HHBTwx>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª Ed., São Paulo: EdUSP, 2007.

ACSELRAD, H.; BARROS, J. GIFFONE PINTO, R. Estratégias de controle territorial: confluências autoritárias entre práticas militares e empresariais. In: GEDIEL, J. A. P.; CORRÊA, A. E.; SANTOS, A. M.; SILVA, E. F. (Org.). **Direitos em conflito**: movimentos sociais, resistências e casos judicializados. Curitiba: Kairós Edições, 2015. p. 103 – 118. Disponível em: <https://goo.gl/t3TSka>. Acesso em 18 jun. 2015.

_____.; GIFFONE PINTO, R. A gestão empresarial do "risco social" e a neutralização da crítica. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 51 – 64, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://migre.me/vruCn>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____.; BEZERRA, G. N. Inserção Econômica Internacional e “Resolução Negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: REUNIÃO DO GRUPO DE TRABAJO ECOLOGÍA POLÍTICA DEL CONSEJO LATIANOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, I., 2007, Quito. **Anais eletrônicos...** Quito: CLACSO, 2007. p. 01 – 28. Disponível em: <https://goo.gl/FuY8XB>. Acesso em: 12 jul. 2014.

_____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

_____.; MELLO, C. C. A. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: ALIMONDA, H. **Ecología política**: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: <https://goo.gl/vazSND>. Acesso em: 18 ago. 2015.

AFONSO, R. C. M. **Jogo de sombras**: um estudo sobre diálogo entre empresas e comunidades no Brasil. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/uo1UAR>. Acesso em: 28 abr. 2015.

AIIV. Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. **Relatório de Insustentabilidade 2015**. 2015. Disponível em: <http://migre.me/uUPJR>. Acesso em: 30 jul. 2015.

AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. (Tradução de Arakcy Martins Rodrigues e Luciano Gaino). In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo na organização** – dimensões esquecidas. Vol. II, São Paulo: Atlas, 1993. p. 39-79.

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro : Relume Dumará/Brasília, DF : SEBRAE, 2004. p. 23 – 70.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 826f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB, Brasília, 2002. Disponível em: <https://goo.gl/uJ3Adc>. Acesso em 12 fev. 2015.

ALEXANDRE, A. F. A política que se apreende: avaliando o processo de implementação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 3, n. 25, p. 2-19, ago. 2002. Disponível em: <http://migre.me/vrDhQ>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. (Tradução de Maurício Waldman). 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ALMEIDA, A. L. C.; NUNES, D. A. Mensagens corporativas e a construção de sentido sobre as organizações. **Organicom**, São Paulo, n. 7, p. 259-179, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://migre.me/vrDqc>. Acesso em: 13 fev. 2015.

ALMEIDA, A. W. B. Arqueologia da Tradição: uma apresentação da coleção “Tradição e Ordenamento Jurídico. In: SHIRAISHI NETO, J. **Leis do babaçu Livre**: Práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: PPGCA-UFAM/Fundação Ford, 2006. p. 7-12.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio, 2004a. Disponível em: <http://migre.me/vrDAU>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004b. p. 89 – 105.

_____. **A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 1994.

ALMEIDA, D. **Infográfico apresenta dados sobre aumento de manifestações no Corredor de Carajás**. Açailândia: Justiça nos Trilhos, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/7Voktu>. Acesso em: 12 de nov. 2016.

ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 390f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP. Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <https://goo.gl/XK9fNx>. Acesso em: 25 jul. 2015.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, n. 2, p. 49-86, jan./jun., 2009. Disponível em: <http://migre.me/vrDM4>. Acesso em: 13 fev. 2015.

ALTMAN, B.W. Corporate community relations in the 1990s: a study in transformation. **Business and Society Review**, Chicago, v. 37, n. 2, p. 221-227, jun. 1998a. Disponível em: <http://migre.me/vrDZ3>. Acesso em 12 jan. 2016.

_____. Transformed Corporate Communitt Relation: a management tool for achieving corporate citizenship. **Business and Society Review**, Chicago, v. 102, n. 103, p. 43 – 51, apr. 1998b. Disponível em: <http://migre.me/vrEaS>. Acesso em: 13 jan. 2016.

ALVAREZ, J. M. **Arquitetura monumental e vontade de potência**. Rio de Janeiro: Oficina Letras & Artes, 1991.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 82 – 97, ago. 2007. Disponível em: <http://migre.me/vrEiJ>. Acesso em: 22 nov. 2014.

ANDERSON, A. B.; CLAY, J. W. (Org.). **Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2002.

ANDRADE, A. **Horizontes Urbanos Medievais**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ANDRADE, G. P. A Amazônia e o Projeto Grande Carajás: entre as tentativas de desenvolvimento da região e os problemas causados às populações indígenas. **Mundo Amazônico**, Bogotá, v. 6, n. 2, p. 05 – 19, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v6n2.52950>. Acesso em: 22 jan. 2016.

ANDREWS, N. A Swiss-Army Knife? A Critical Assessment of the Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) in Ghana. **Journal of the Center for Business Ethics**, Malden, v. 121, n. 1, p. 59- 83, dez., 2016. Disponível em: <https://goo.gl/i9mjbb>. Acesso em: 15 set. 2017.

ANTONINO, L. Z. A participação do Estado no processo mutiescalar e territorial da mineração. In: SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, II, 2017, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2017. p. 1 – 13. Disponível em: <https://goo.gl/k76qA7>. Acesso em: 18 set. 2017.

ANTUNES, F. M. Educação, cidadania e comunidade: reflexões sociológicas para uma escola (democrática) de massas. **Revista Portuguesa de Educação**, Gualtar, v. 8, n 1, p. 191-205, jan./jun., 1995. Disponível em: <http://migre.me/vrEGM>. Acesso em: 15 jun. 2015.

AQUINO, F. Hegemonia da ecoeficiência: a construção da responsabilidade ambiental na publicidade da mineradora Vale. **CoMTempo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1 – 16, dez. 2013. Disponível em: <http://migre.me/vrEND>. Acesso em: 12 jan. 2015.

ARAÚJO, H. F. A.; NÓBREGA, M. L. C. Empreendimentos agroindustriais, ações coletivas de povos e comunidades tradicionais, conflitos territoriais e ocioambientais. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, VI., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: DG/USP, 2014, p. 2189 – 2204. Disponível em: <http://migre.me/vrF07>. Acesso em: 12 fev. 2016.

ARAÚJO, M. A. T.; BELO, P. S. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 265-277 jul./dez. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/R9AT1y>. Acesso em: 19 set. 2017.

ARAÚJO, M. J. A violência simbólica: uma difícil percepção. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 6, n. 2, p. 101-106, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://migre.me/vrF3m>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ARAÚJO, R. S. B. **Vozes dissonantes**: Estado, discurso e conflito no Oeste do Pará. 157 f. Dissertações (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento/NAEA/UFPA, Belém, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/uVKPZR>. Acesso em: 22 jun. 2015.

ARGUEDAS, A. G. Identidade étnica, movimento social e lutas pelo território em comunidades quilombolas, o caso de Acauã (RN). **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 70 – 84, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://goo.gl/3fVTQk>. Acesso em: 20 jun. 2017.

AXELROD, R. **A evolução da Cooperação**. (Tradução de Jusella Santos). São Paulo: Leopardo Editora, 2010.

AZAR, Z. S.; ARAÚJO, F. E. As relações de trabalho no Maranhão: expressões da dinâmica do desenvolvimento dependente. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, Número Especial, p. 245-251, nov., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp245-252>, Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. **Relações de trabalho e resistência camponesa do desenvolvimento dependente no Maranhão**: o assentamento Califórnia como uma expressão. 2013. 326 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, São Luís. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/rQrfuY>. Acesso em: 20 de out. 2014.

BANDEIRA, M.; FERNANDES, R. **A vida entre a reserva extrativista e a educação**. Entrevista com a pesquisadora Vanusa da Silva Lima (Vanusa Babaçu). 2010. Disponível em: <http://migre.me/uUPMz>. Acesso em: 05 set. 2016.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. Responsabilidade e sensibilidade social. **Reserachgate**, Berlim, jan. 2010. Disponível em: <http://migre.me/vrH2k>. Acessado em: 18 jul. 2015.

BARBOSA, V. O. **Mulheres do babaçu**: gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão. 2013. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFF, Niterói. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/ps8zNd>. Acesso em: 17 fev. 2016.

BARBOSA, Z. M.; MESQUITA, U. J. S. Movimentos sociais indígenas em transformação: a estruturação política das lutas étnicas e suas organizações na Amazônia maranhense. **Revista Brasileira de Sociologia**, Aracaju, v. 5, n. 9, p. 59-85, jan./abr., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.191>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 01, n. 01. p. 113 – 128, out. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n1p113-128>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BARKIN, D. Who are peasants? **Latin American Research Review**, Austin, v. 39, n. 3, p. 270-281, oct. 2004. Disponível em: <http://migre.me/vrFXO>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BATISTA, A. F. A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina Sudamérica. **NERA**, Presidente Prudente, a. 17, n. 24, p. 51-70, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://migre.me/vrHqe>. Acesso: 12 jan. 2016.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. (Tradução de Pedrinho A. Guareschi). 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.

BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, 2009. p. 201-228. Disponível em: <https://goo.gl/eZMAzy>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BEHR, M. Descrição das reservas extrativistas do Extremo Norte do Estado do Tocantins, da Mata Grande e do Ciriáco. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. **Reservas Extrativistas**. Suíça/Reino Unido: UICN, 1995. p. 105 – 115. Disponível em: <https://goo.gl/wDx8Uj>. Acesso em: 21 fev. 2015.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37 - 49, set./dez. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000300003>. Acesso em: 28 fev. 2015.

BERNARDES, J. A. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 155-167, jul./dez.2003. Disponível em: <http://migre.me/vrHPy>. Acesso em: 07 out. 2015.

BERREDO, E. S. A. **O MIQCB**: aspectos organizativos e o processo de organização do movimento. 2017. 110f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas/UFMA, São Luís, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/JeXRgE>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste Semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/wxjbfQ>. Acesso em: 14 set. 2015.

BEZERRA, M. O. Política, representação política e órgãos públicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 62 – 85, jul., 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832001000100008>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BHABHA, H. Sings takes for Wonders. In: ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (Edited). **The post-colonial**: studies reader. London/New York: Routledge, 1995. p. 29-35. Disponível em: <https://goo.gl/3kHRds>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. A questão do “outro”: diferença, discriminação e discurso do colonialismo. (Tradução de Francisco Caetano Lopes Júnior). In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 177 – 203.

BISMARCHI, L. F.; SOARES, M. C. A Vale, a Amazônia e a Mudança do Clima. In: MARCOVITCH, J. (Org.). **Pioneirismo e Sustentabilidade na Amazônia**. São Paulo: FEA-USP, 2009. p. 11-35. Disponível em: <https://goo.gl/C8rfXB>. Acesso em 18 mar. 2016.

BITTENCOURT, C.; BOSSI, D.; SANTOS, R. Crescimento cruel. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 12 - 15, jan./dez. 2012. Disponível em: https://issuu.com/ibase/docs/dv_48. Acesso em: 23 jan. 2015

BITTENCOURT, E.; CARRIERI, A. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. SPE, p. 10-22, set./dez. 2005. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902005000500001>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **BNDES aprova financiamento de 6,2 bilhões para projeto de expansão da Vale**. 2014. Disponível em: <http://migre.me/vThWs>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. _____. **Relatório Anual 2011**. 2011. Disponível em: <http://goo.gl/UNaueT>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BOGO, A. Lições históricas das lutas e dos movimentos pela reforma agrária. In: **MST – Caderno de Formação nº 31**. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. São Paulo, 1999. p. 28 – 39. Disponível em: <http://migre.me/vrI50>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BOIRAL, O.; HERAS-SAZARBITORIA, I. Managing biodiversity through stakeholder involvement: why, who, and for what Initiatives?. **Journal of Business Ethics**, Netherlands, v. 140, n. 3, p. 403-421, apr., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2668-3>. Acesso em 18 set. 2017.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADAD, P. R. (Org.) **Economia Regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB – ETENE, 1989. p. 589 694.

BOJE, D. M. Resistência carnavalesca ao espetáculo global. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 11-28, out./dez. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902002000400003>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. (Tradução de Ivone Castilho Benedetti). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BORGES, J. P. S. Impacto social decorrente da alocação da mão de obra qualificada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Imperatriz – MA. **Revista de Administração Geral**, Macapá, v. 1, n. 2, p. 170 – 180, jan./dez. 2015. Disponível em: <http://migre.me/vrIpa>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BORLINA FILHO, V. Commodities – Florestas avançam por novas fronteiras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <http://goo.gl/kgJAnG>. htm. Acesso em: 12 mar. 2014.

BORON, A. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires : Clacso, 2003.

BOSSI, D. Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão. In: FÓRUM CARAJÁS. **Mineração na Amazônia**: Estado, Empresas e Movimentos Sociais. São Luís (MA), 2010. Disponível em: <http://migre.me/vrIvn>. Acesso em: 29 jan. 2015.

_____. GAZZINELLI, G.; KATO, K.; MILANEZ, B. A face agressiva da Vale. In: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. (Org.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: um debate necessário. São Paulo Expressão Popular, 2009. p. 159-174. Disponível em: <http://migre.me/vrIyG>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BOTELHO, A. C.; ALMEIDA, J. G.; FERREIRA, M. G. R. O avanço dos “eucaliptais”: análise dos impactos socioambientais em territórios camponeses no leste maranhense. **Revista Percursos**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 79-94, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/revpercurso.v4i2.17776>. Acesso em: 17 jun. 2015.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. (Tradução de Fernando Pinheiro). **Novos Estudos/CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, jul., 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. **A dominação masculina**. (Tradução de Maria Helena Kühner). 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. O campo político. (Tradução de André Vilalobos). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. (Tradução de Pedro Eloí Duarte). Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. (Tradução de Daniela Kern e Guilherme F. Teixeira). Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. O campo econômico. (Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi). **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 06, p. 15 – 57, abr. 2005. Disponível em: <http://migre.me/vrJ6l>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Meditações Pascalianas**. (Tradução de Sérgio Miceli). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Las formas de capital**. (Tradução de Rubén Urbizagástegui Alvarado). Editorial Piedra Azul, 1999.

_____. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. (Tradução de Lucy Magalhães). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998a.

_____. O capital social: notas provisórias. (Tradução de Denice Catani e Afranio Catani). In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 67-69.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. (Tradução de Sergio Miceli). São Paulo: Edusp, 1996a.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. (Tradução de Mariza Corrêa). Campinas: Papirus Editora, 1996b.

_____. Censorship and the Imposition of Form. In: _____. **Language and Symbolic Power**. Edited and Introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991a. p. 137 – 161.

_____. Description and Prescription: The Conditions of Possibility and the Limits of Political Effectiveness. In: _____. **Language and Symbolic Power**. Edited and Introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991b. p. 127 – 136.

_____. Authorized Language: The Social Conditions for the Effectiveness of Ritual Discourse. In: _____. **Language and Symbolic Power**. Edited and Introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991c. p. 107 – 116.

_____. Rites of Institution. In: _____. **Language and Symbolic Power**. Edited and Introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991d. p. 117 – 126.

_____. **O Poder Simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

_____. Esboço de uma teoria da prática. (Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmend). In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia – coletânea. São Paulo: Ática, 1983a.

_____. O campo científico. (Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmend). In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. (Tradução de Sergio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL. Decreto S/N, que amplia os limites da Reserva Extrativista do Ciriáco. **Diário Oficial da União**, nº 115, Seção I, página 4, de 17/06/2010. Disponível em: <https://goo.gl/babGnd>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. Decreto S/N, de 11 de outubro de 2000. Declara de interesse social para fins de desapropriação, os imóveis incluídos nos limites da RESEX Ciriáco. **Diário Oficial da União**, de 11/10/2000. Disponível em: <https://goo.gl/FiyVrT>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. Decreto Nº 534, de 26 de maio de 1992 da Presidência da República. Cria a Reserva Extrativista do Ciriáco. **Diário Oficial da União**, Seção I, página 6315, de 21 de maio de 1992. Disponível em: <https://goo.gl/LkQUWd>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. Lei Federal Nº 4.132, de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre aplicação. **Diário Oficial da União** de 07/11/1962. Disponível em: <https://goo.gl/8jg4E6>. Acesso em: 16 ago. 2015.

BRANDÃO, R. V. M. Estado, Política Industrial e Organização Empresarial no Brasil: em estudo de caso sobre a atuação da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (1974-1977). **H-industri@**, Buenos Aires, v. 2, n. 2, 1 – 24, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/jtDZWK>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. (Tradução de Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BREDARIOL, C. S. **Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente**. 2001. 276 p. Tese (Doutorado em Planejamento) - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/7wimTd>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRITO, E.P.; ALMEIDA, M. G. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. **GeoSul**, Florianópolis, v. 32, n. 63, p. 229-248, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://goo.gl/MfSxzX>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRUMER, A.; SANTOS, J. V. T. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX). **Nera**, Presidente Prudente, a. 9, n. 9, p. 49-73, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://migre.me/vs1eC>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BRUZACA, R. D.; SOUSA, M. T. C. Conflitos socioambientais no contexto desenvolvimentista da Amazônia brasileira: proteção de direitos de comunidades quilombolas no Maranhão frente à duplicação da Estrada de Ferro Carajás. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 147-173, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://migre.me/vs1vQ>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BUENO, W. C. A Comunicação como espelho das culturas empresariais. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 1, n. 1, p. 50 – 59, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://migre.me/vs1zJ>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BUNKER, S. G. Da Castanha do Pará ao ferro: os múltiplos impactos do projeto de mineração na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Mineração e reestruturação da Amazônia**. Belém: Editora NAEA, 2007. p. 105 – 140.

BURKLE, E. M. **Corporate community relations: The principle of the neighbor of choice**. London: Greenwood, 1999. Disponível em: <https://goo.gl/6pYrnY>. Acesso em: 22 de abr. 2015.

CABRAL, E. R. Participação e influência do empresariado industrial em processos de produção de regras ambientais no âmbito do CONAMA. IN: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE, II, 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. p. 1 – 28. Disponível em: <https://goo.gl/41R6dd>. Acesso em: 19 jul. 2017.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, set./dez., 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>. Acesso em: 22 fev. 2015.

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, Á. E. M. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no alto Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 3, p. 437 – 450, set./dez., 2007. Disponível em: <https://goo.gl/Eiy9qP>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; BRITO, M. J. Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 3, p. 356-369, jan./jun., 2005. Disponível em: <https://goo.gl/Ys8ou1>. Acesso em: 26 fev. 2016.

CARDOSO, O. O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, nov./dez., 2006. Disponível em: <https://goo.gl/TUCd7f>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CÁRITAS. **Cáritas Brasileira: quem somos**. 2016. Disponível em: <http://caritas.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2016.

CARNEIRO, M. D. S. A exploração mineral de Carajás: um balanço trinta anos depois. In: JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Não Vale**. São Luís: Justiça nos trilhos, 2010. p. 16-30. Disponível em: <https://goo.gl/uAAMvj>. Acesso em 20 mar. 2014.

CARVALHO, F. C. **Gestão do Território, Lugar e Conflitos Socioambientais: O caso da Usina Termelétrica Porto do Itaqui em São Luís, MA**. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –PPGG/UnB, Brasília, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/gPfMb1>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CASAQUI, V. A invenção de um país de empreendedores sociais: “Imagina

na Copa” e seu projeto de Brasil. **E-Compós**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 1 – 17, jan./abr., 2015. Disponível em: <https://goo.gl/rewck4>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Ideologia do empreendedorismo social: representações do trabalho em tempos de crise do Estado Social português. **Rumores**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 19 – 36, dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2014.89636>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. (Tradução de Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **A Era da Informação: o poder da identidade**. (Volume 2). (Tradução de Klauss Brandini Gerhardt). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. M. R.; ALONSO, S.; NASCIMENTO, S. Mineração na Pan-Amazônia: neoextrativismo, colonialidade e lutas territoriais. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. M. R. C. (Org). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2016. p. 155 – 180.

_____. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. Desenvolvimento, planejamento e governança: expressões do debate contemporâneo. Recife: Editora UFPE, 2015. p. 225 – 246.

_____. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, E; CASTRO, E. M. R. **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 100 – 118.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45 – 61, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>. Acesso em: 26 abr. 2015.

_____. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E. M. R.; VEJMEKKA, M. **Amazônia: Região Universal, teatro do mundo**. São Paulo: Ed. Globo, 2010. p. 105- 122.

_____. Dinâmica socioeconômica e desmatamento da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-40, dez. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i2.51>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, p. 31 – 51, dez., 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i1.200>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Industrialização, Transformações sociais e mercado de trabalho. **Papers do NAEA**, Belém, n. 23, p. 01 – 21, maio., 1994. Disponível em: <https://goo.gl/7J9MRz>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. Grande Carajás: Nascimento de um Pólo Guseiro em Açailândia, Maranhão. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)**, Salvador, n. 142, p. 74-85, nov./dez., 1992.

CASTRO, R. A. Os grandes projetos econômicos, a ação estratégica de dominação empresarial e as comunidades rurais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 193, p. 113-124, jun., 2017. Disponível em: <https://goo.gl/LUXigJ>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. As ferrovias como instrumento para territorialização empresarial em comunidades rurais. In: CASTRO, E. M. R. (Org.). **Territórios em Transformação: saberes, rupturas e colonialidade**. Volume 01. 1ª ed. Belém: Editora do NAEA, 2016. p. 239-260.

_____. RODRIGUES, J. C. A Responsabilidade Social Corporativa e o relacionamento com as comunidades rurais: o caso da Suzano Papel e Celulose e da Vale, no estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 13, n. 23, p. 1717 – 1731, jun. 2016. Disponível em: [10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2016_138](https://doi.org/10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2016_138). Acesso em: 17 out. 2016.

_____.; SANTOS, O. C. O. S. Atividades econômicas e alterações no uso e ocupação do solo na bacia do córrego Água Branca, Açailândia (MA). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 57, p. 212-221, mar., 2016. Disponível em: <https://goo.gl/iwQYr3>. Acesso em: 22 abr., 2016.

CDC. Conselho de Desenvolvimento Comunitário Quebradeiras de Coco Babaçu – Estrada do Arroz RESEX do Ciriáco e Mata Grande. **Ata de Reunião: 20 de abril de 2016**. 2016. (no prelo)

_____. _____. _____. **Ata de Reunião: 26 de fevereiro de 2015**. 2015. (no prelo).

CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos: a experiência das empresas brasileiras**. Rio de Janeiro: CEBDS, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/4rvvKV>. Acesso em: 10 set. 2017.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. (Tradução de Ephraim Ferreira Alves). 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

CHEIBUB, Z. B.; LOCKE, R. M. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: KIRSCHNER, A.; GOMES, E.; CAPPELLIN, P. (org.), **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: FAPERJ e Relume Dumará, 2002. P. 190-210.

CIDELÂNDIA. Estado do Maranhão. **Câmara Municipal de Cidelândia**. Lei nº 01/2005. Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no Município de Cidelândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências. 2005.

CLEMENTE, F. A. S.; JEUNON, E. E. A percepção dos jovens sobre a imagem organizacional da companhia Vale e o poder simbólico manifesto nos discursos. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 56-85, jul., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/HYCWGw>. Acesso em: 25 de ago., 2015.

COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Mineração e reestruturação espacial na Amazônia**. Belém: NAEA, 2007.

_____.; COTA, R. G. **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: Editora do NAEA/UFPA, 1997.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Rio de Janeiro: IBASE/FordFoundation, 2015a. Disponível em: <https://goo.gl/P8Wim8>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

_____. Impactos e mineração da Vale S/A em Parauapebas. In: BARROS, J.; GUTERRES, A.; SILVA, E. B. (Org.). **BRICS: tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais**. FASE: Rio de Janeiro, 2015b. p. 47 – 62. Disponível em: <https://goo.gl/DPPy1s>. Acesso em: 02 ago. 2017.

COELHO-DE-SOUZA, C. H. **O “Espaço da Resistência” na Serra do Gandarela: Instrumentos, Contraposições e a necessária Utopia**. 2015. 374 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – NPGAR/UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/BZPEFU>. Acesso em: 22 abr. 2016.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American journal of sociology**, Chicago, v. 94, n. 1, p. 95-120, dez., 1988. Disponível em: <https://goo.gl/6TL5mR>. Acesso em: 10 nov. 2014.

COLETTI, C. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. 297f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Campinas, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/URw6iW>. Acesso em: 27 de maio. 2015.

_____, C. Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes. In: SEOANE, J. (Org.). **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 279-285. Disponível em: <https://goo.gl/CEziqR>. Acesso em: 20 mar. 2016.

COMMODITY FLORESTAL. **Suzano Papel e Celulose investirá US\$ 100 milhões em base florestal no Nordeste (BOV:SUZB5)**. 2009. Disponível em: <http://goo.gl/A5FEah>. Acessado em: 02 mar. 2015.

CORDEIRO, R. R. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão**. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). PPPCS-UFMA. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/H9A1E3>. Acesso em: 16 set. 2016.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um reflexo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 213-220.

COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 179 – 187, mar./abr., 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552011000200002>. Acesso em: 20 jun. 2017.

COSTA, D. P.; LOPES, A. P. A territorialização do capital do agronegócio e a agroindústria do município de Araguaína (TO). **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, a. 06, n. 10, maio./ago., 2017. Disponível em: <https://goo.gl/gUoyX9>. Acesso em: 29 jun. 2017.

COSTA, S. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COUTINHO, A. F.; MUNIZ, R. S. L.; NASCIMENTO, R. C. G. Luta pela terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação. **Revista Aurora**, Marília, v. 5, p. 55-68, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://goo.gl/zwKAHs>. Acesso em: 30 maio. 2015.

COUTO, X. C. S.; ALVES, L. F. N. Aspectos históricos relacionados à adoção de práticas agroecológicas: análise retrospectiva no Oeste maranhense. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19, n. 1, p. 123-142, jan./abr., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i1.2282>. Acesso em: 16 mar. 2017.

CRUZ, S. H. R.; CASTRO, E. M. R.; SÁ, M. E. R. Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: modernização e conflito. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 86-116, dez., 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v14i2.742>. Acesso em: 19 set. 2015.

CUNHA, J. S. Governo Temer: relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, Salvador, n. 241, p. 301-326, abr., 2017. Disponível em: <https://goo.gl/mpc9qb>. Acesso em: 25 set. 2017.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>. Acesso em: 16 out. 2016.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 103 – 115.

DAL POZZO, C. F. Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. **NERA**, Presidente Prudente, a. 15, n. 21, p. 50 – 58, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://migre.me/vsMQG>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr., 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000100005>. Acesso em: 06 de jul. 2015.

D'ARAÚJO, M. C. **Sindicatos, carisma e poder**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DAVID-BARRET, L.; OKAMURA, K. The Transparency Paradox: Why do Corrupt Countries Join EITI? **ERCAS**, Berlin, Workin Paper n. 38, nov., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/8H6qd2>. Acesso em: 02 set. 2017.

DEUS, J. A. S.; MIRANDA, R. L.; CASTRO, H. M. Sociedades indígenas sitiadas pelo agribusiness na Amazônia meridional: uma abordagem etnopolítica dos processos de submissão ou resistência das comunidades tradicionais a tentativas de aliciamento e cooptação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI., 2012,

Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU. 2012. p. 1-13. Disponível em: <https://goo.gl/gWtYaz>. Acesso em: 20 fev. 2015.

DIAS, P. T. M. **Movimentos sociais em áreas da mineração na Amazônia brasileira:** ressonâncias e dissensos de um modelo de desenvolvimento alternativo. 2016. 240 f. Tese (Doutorado Sustentável do Trópico Úmido) – PPGDSTU/NAEA/UFPA, Belém, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7788>. Acesso em 22 mar. 2017.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec. 2000.

_____. (Org.). **Desmatamento e modos da vida na Amazônia.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), 1999. Disponível em: <https://goo.gl/FvwT2G>. Acesso em: 19 out. 2014.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: Collective rationality and institutional isomorphism in rganizational fields. **American Sociological Review**, Indiana, v. 48, n. 2, p. 147-160, apr., 1983. Disponível em: <https://goo.gl/ktS5nE>. Acesso em: 16 fev. 2015.

DMPF. **Diário do Ministério Público Federal.** Biblioteca Digital. ATA DA QUADRIGENTÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2014. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/FXWCQJ>. Acesso em: 15 abr. 2015.

DOEMA. **Diário Oficial do Estado do Maranhão.** Publicações de Terceiros. Ano XXXV. N. 160, São Luis. Quinta feira, 18 de agosto de 2011. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/DYuHq9>. Acesso em: 14 de jun. 2015.

DO/TRF1. **Diário Oficial. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.** Seção Judiciária do Maranhão, Subseção Judiciária de Imperatriz, 2ª Vara Federal, de 24 de janeiro de 2012. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/hMVVTu>. Acesso em: 16 fev. 2017.

DOMINGUES, B. R. C.; BARROS, F. B. A produção artesanal de brinquedo de miriti e suas transformações frente as exigências do mercado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, IX., 2015, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: UFPA/EMBRAPA/UFRA, 2015. P. 01-05. Disponível em: <https://goo.gl/JmCw3w>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DOURADO, J. A. L. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohídronegócio:** conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA). 2015. 366 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/asVFKa>. Acesso em: 16 out. 2016.

DROULERS, M.; TOURNEAU, F. M.; NASUTI, S.; KOHLER, F.; MARCHAND, G.; GREISSING, A.; LÉNA, P.; DUBREUIL, V. DURAMAZ, um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. **Sustentabilidade em debate**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 165-185, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18472/SustDeb.v2n1.2011.3916>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. BIAGGI, L.; CHARTIER, D.; NASUTI, S. La réserve extractiviste de Ciriaco: babaçu durable pour les petits producteurs? **Hal**, Paris, s/n, p. 1-14, fev. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/c3LDaJ>. Acessado em: 19 de setembro de 2015.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. (Tradução de Vera Ribeiro). Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

_____. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. V. 2. (Tradução Ruy Jungman). Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998a.

_____. **Sobre o Tempo**. (Tradução de Vera Ribeiro). Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998b.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; DRUMMOND, J. Socialenvironmental certification: sustainable development and competitiveness in the mineral industry of the Brazilian Amazon. **Natural Resources FORUM**, London, v. 31, p. 71–86, feb. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/tETKV2>. Acesso em: 16 jun. 2016.

ESTERCI, N. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. **Boletim do MPEG**, Belém, v. 5, n. 1, p. 59-77, jan./abr., 2010. Disponível em: <https://goo.gl/7kxhB9>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. **Escravos da desigualdade** (um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje). Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994. Disponível em: <https://goo.gl/LcHwtX>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAGNANI, E. F. Fragmentação da luta política e agenda de desenvolvimento. **Revista IE/Unicamp**, Campinas, n. 241, p. 01-29, jul., 2014. Disponível em: <https://goo.gl/JNhRho>. Acesso em: 12 abr. 2016.

FARINACI, J.; FERREIRA, L. C.; BATISTELLA, M. Transição florestal e modernização ecológica: a eucaliptocultura para além do bem e do mal. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 25-46, abr./jun., 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2013000200003>. Acesso em: 12 abr. 2015.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. **Mineração. Violações de Direitos**: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale AS. Relatório da Missão de Investigação e incidência. Açailândia: Plataforma DHESCA, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/NcwP55>. Acesso em 14 jan. 2015.

FELIX, G. A. Atração de trabalhadores numa área de expansão da mineração industrial no Brasil. In: MARÍN CORBERA, M.; DOMÈNECH SAMPERE, X.; MARTÍNEZ i MUNTADA, R. (eds.). **International Conference Strikes and Social Conflicts, III**: Combined historical approaches to conflict. Proceedings, Barcelona, CEFID-UAB, 2016, p. 726-736. Disponível em: <https://goo.gl/7W1Nvg>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FERNANDES, A. C.; NEGREIROS, R. Desenvolvimento econômico, divisão de trabalho e mudanças na rede urbana. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M. (Org.). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad. 2004. p. 25 – 56.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAUNAUI, A. M. (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008a p. 173-224.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273 – 302.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL - Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, a. 6, n. 16, p. 273-285, jan./jun., 2005. Disponível em: <https://goo.gl/yxxp7M>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, jan./dez., 2000. Disponível em: <https://goo.gl/nMPnqy>. Acesso em: 16 de fev. 2015.

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 75, p. 83-130, jan./jun., 1998. Disponível em: <https://goo.gl/FekW6a>. Acesso em: 28 de mar. 2015.

FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (Editores). **Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas**. Rio de Janeiro: CET EM/MCTI, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/8cnawT>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FERNANDES, R. B. Pierre Bourdieu e a noção de liderança política. **Revista Ensaios**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 35-38, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/UUcKpE>. Acesso em: 26 nov. 2016.

FERRANTE, V. L. S. B.; SILVA, M. A. M. A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, Araraquara, v. 11, n. 1, p. 33-51, jan./dez., 1988. Disponível em: <https://goo.gl/ufd8MC>. Acesso em: 26 de jun. 2015.

FERREIRA, C. C. **Vozes da Terra: o diálogo como tática para a construção de relações em rede**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – ICA/UFC, Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/oX92kn>. Acesso em 03 mar. 2015.

FERREIRA, E. G. M. **Diálogo social: A comunicação na construção dos relacionamentos das organizações com as comunidades vizinhas: o caso Ampla**. 2011. 363f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação/ECAUSP, São Paulo, 2011.

FERREIRA, G. S.; AFONSO, R. C. M.; BARTHOLO, R. Diálogo e responsabilidade social. In: SIMÕES, C. P.; FERNANDES, G. S.; AFONSO, R. C. M.; BARTHOLO, R. **Responsabilidade Social e Cidadania: conceitos e ferramentas**. Brasília: SESI, 2008a. p. 21 – 37.

_____.; _____.; _____. Implantação da Responsabilidade Social. In: SIMÕES, C. P.; FERNANDES, G. S.; AFONSO, R. C. M.; BARTHOLO, R. **Responsabilidade Social e Cidadania: conceitos e ferramentas**. Brasília: SESI, 2008b. p. 65 – 80.

FETASE. Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Sergipe. **Marcha das Margaridas**. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/jysWK4>. Acesso em: 16 fev. 2016.

FIGUEIREDO, L. C. S. Comércio e sustentabilidade na Amazônia: efeitos da parceria entre empresa e comunidades no uso tradicional de recursos naturais. 67f. 2005. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ecologia). Instituto de Biociências/UNESP, Rio Claro. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/635uQr>. Acesso em: 15 out. 2015.

FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 28 – 46, jan./mar., 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572008000100002>. Acesso em: 25 abr. 2016.

FREITAS, J. S.; RIVAS, A. F. Unidades de Conservação promovem pobreza e estimulam a agressão à natureza na Amazônia. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 18-34, set./dez., 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v8i3.969>. Acesso em: 18 mar. 2015.

FREITAS, M. E. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 05-10, abr./jun. 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902000000200002>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. **Cultura organizacional: sedução e carisma?** 1997. 323f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/4J137U>. Acesso em: 12 fev. 2016.

FUNDAÇÃO VALE. **Quem somos**. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/mn3uiT>. Acesso em: 25 jan. 2016.

GARCIA, A. S. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: **Empresas Transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. et al. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.10-26. Disponível em: <https://goo.gl/fNsZwd>. Acesso em: 08 fev. 2016.

GAVIRIA, E. M. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 17, n. 2, p. 138-154, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/MuEk11>. Acesso: 18 fev. 2016.

GEMAQUE, A. M. C.; BELTÃO, N. E. L.; MESQUITA, M. O. B.; FERREIRA FILHO, H. R. Qualidade de vida do agricultor familiar e sua relação com a deidecultura: estudo de uma comunidade rural no município de Moju, Pará. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 13, n. 1, p. 174 – 197, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/o3ABxH>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GERHARDT, C. H. Grandes Projetos de Desenvolvimento e a produção estrutural da Insustentável Desigualdade Ambiental: das macroéticas e suas justificações às “Entidades-Satélite”. **Ruris**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 53 – 89, set., 2014. Disponível em: <https://goo.gl/DZoAbU>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas:** entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”. 2008. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do mundo rural). ICHS/UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/qy3AGw>. Acesso em: 09 jul. 2016.

GIFFONE PINTO, R. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 35, p. 307 – 324, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/qn1AFX>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas. 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GODEIRO, N. (org.). **Vale do Rio Doce. Nem tudo que reluz é ouro:** da privatização à luta pela reestatização. São Paulo: Sundermann, 2007.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. (Tradução de Dante Moreira). 7ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333 – 512, maio./ago.2011. Disponível em: <https://goo.gl/UwJoDc>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GOMES, A. N.; SOUZA, A. L.; COELHO G.; SILVA, M. Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. **Revista Árvore**, Viçosa, v.30, n.6, p. 951-960, jan./jun., 2006. Disponível em: <https://goo.gl/BW2Ghx>. Acesso em: 18 de fev. 2016.

_____. **Sustentabilidade de empresas de base florestal:** o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. 2005. 12f. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais/UFV. Viçosa, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/EZZixB>. Acesso em: 16 jul. 2016.

GONZALEZ, R. T. **Território quilombola Santa Rosa dos Pretos:** a produção do comum às margens do desenvolvimento. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/HJ59wM>. Acesso em: 22 nov. 2016.

GONÇALVES, M. N.; FURTADO, F. S.; SANCHES, S. L. R.; TONIN, J. M. F.; OLIVEIRA, N. C. Evidenciação das informações socioambientais nas demonstrações contábeis: o caso da Vale S/A. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p.83-92, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/pAQ1Ub>. Acesso em: 10 out. 2016.

GREISSING, A.; NASUTI, S.; MARCHAND, G. Criação de áreas protegidas, uso sustentável de recursos naturais emblemáticos, e valorização do patrimônio cultural: uma síntese bem sucedida na Amazônia brasileira? In: CONGRESO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, VIII, 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: UFRPE, 2010. p. 1 – 14. Disponível em: <https://goo.gl/mYF9yM>. Acesso em: 20 nov. 2015.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 45, n. 2, p. 301 – 328, abr./jun., 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>. Acesso em: 8 fev. 2015.

_____. ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; BABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

GUEDES, R. C. **Responsabilidade social e cidadania empresariais: conceitos estratégicos para as empresas face à globalização**. 2000. 170f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração/PUC São Paulo, São Paulo, 2000.

GUMIER-COSTA, F.; MCGRATH, D. G.; PEZZUTI, J. C. B.; HOMMA, A. K. O. Parcerias institucionais e evolução do extrativismo de jaborandi na Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, n.3, p. 91-111, jul./dez, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18472/SustDeb.v7n3.2016.18955>. Acesso em: 16 fev. 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista ETC...**, n. 2, v. 1, p. 39 – 52, ago. 2007. Disponível em: <http://migre.me/vsN5I>. Acesso em 20 jun. 2016.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALLIDAY, T. L. **A retórica das multinacionais**. Rio de Janeiro: Summus, 1987.

HANNA, P.; VANCLAY, F.; LANGDON, E. J.; ARTS, J. Conceptualizing social protest and the significance of protest actions to large projects. **The Extractive Industries and Society**, Canadá, v. 3, n. 1, p. 217-239, jan., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2015.10.006>. Acesso em: 15 nov. 2016.

HARISSON, G. Bringing political struggle back in: African politics, power & resistance. **Review of African Political Economy**, Singapore, v. 28, n. 89, p. 387-402, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03056240108704547>. Acesso em: 25 set. 2015.

HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmanes. (Tradução de João Alexandre Peschuansk). In: _____. et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2012. p. 57 – 64.

_____. **A produção capitalista do espaço**. (Tradução de Carlos Szlak). São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Novo Imperialismo**. (Tradução de Adail Sobra e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Edições Loyola, São Paulo. 2004.

_____. **A condição pós-moderna**. (Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria. Stela Gonçalves). Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

_____. **The urban experience**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

HÉBETTE, J. (Org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____, J.; MARIN, R. A. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1980. Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1981. 2. v., v. 1, p. 187-241. Disponível em: <https://goo.gl/paKb3U>. Acesso em: 18 fev. 2016.

HENRIQUES, M. S. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus Editorial, 2007. p. 92 – 104.

HOFSTEDE, G. **Culturas e organizações – Compreender a nossa programação mental**. (Tradução de Antônio Fidalgo). Lisboa: Edições Sílabo, 1997.

HOLTZ, L.; SOUZA, J. A.; SALAROLI, A. R.; VARGAS, L. H. F. Divulgação de informações de caráter social e ambiental nos websites das maiores empresas com atividades no Espírito Santo. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 36, maio/ago., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5773/rgsa.v8i2.837>. Acesso em: 28 jan. 2016.

HOROCHOVSKI, R. R.; JUNCKES, I. J.; TIEPOLO, L. M.; CAMARGO, N. F.; MARQUES, P. H. C. As mudanças no Código Florestal Brasileiro: uma análise de gênero, ideologia partidária e financiamento de campanha das bancadas parlamentares. **Guaju, Matinhos**, v. 2, n. 2, p. 3-25, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://goo.gl/2Vu7h4>. Acesso em: 26 ago. 2017.

IBÁ. Indústria Brasileira de Árvores. **Indústria Brasileira de Árvores colhe três anos de importantes resultados**. 31 maio 2017. Canal da Presidência. Disponível em: <https://goo.gl/YjuwMH>. Acesso em: 25 set. 2017.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 66, de 06 de julho de 2004**. 2004a. Disponível em: <http://migre.me/uUOo9>. Acessado em: 02 de setembro de 2016.

_____. _____. **Portaria nº 67, de 06 de julho de 2004**. 2004b. Disponível em: <http://migre.me/uUOjT>. Acessado em: 02 de setembro de 2016.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 02, de 30 de outubro de 2015**. 2015. Disponível em: <http://migre.me/uUOce>. Acessado em: 05 de setembro de 2016.

_____. _____. _____. **Instrução Normativa nº 09, de 05 de dezembro de 2014**. 2014. Disponível em: <http://migre.me/uUOef>. Acessado em: 05 de setembro de 2016.

_____. _____. _____. **Boletim Informativo nº 186**. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/G285Y7>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. _____. _____. **Relatório de Gestão 2011**. 2011a. Disponível em: <http://migre.me/uUOf0>. Acessado em: 02 de setembro de 2016.

_____. _____. _____. **Portaria Nº 114, de 26 de dezembro de 2011**. 2011b. Disponível em: <http://migre.me/uUOfm>. Acessado em: 05 de setembro de 2016.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Créditos para a Reforma Agrária: Crédito de Instalação**. 2017. Disponível em: http://www.incra.gov.br/novo_credito_Instalação. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. Superintendência Regional Do Maranhão - SR (12). **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/HSk70t>. Acessado em 15 de mar. 2016.

_____. _____. _____. **Portaria nº 144, de 09 de agosto de 2005**. 2005. Disponível em: <http://migre.me/uUOgq>. Acessado em: 02 de setembro de 2016.

INSTITUTO ATKWH. **AS 8000 SAI: o que é e origem**. Disponível em: <https://goo.gl/3vhU4W>. Acesso em 12 abr. 2016.

IOKOI, Z. G. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.

ISPEN. Instituto Sociedade, População, Natureza. **Quem somos**. 2015. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/quem-somos/>. Acessado em: 19 de setembro de 2015.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Comunidades Impactadas – Assentamento Novo Oriente**. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/oD1rVm>. Acesso em: 17 abr. 2016.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 3ª edição, 1980.

KNEIPP, J. M.; GOMES, C. M.; BICHUETI, R. S.; MACCARI, E. A. Gestão para a sustentabilidade em empresas do setor mineral. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 14, n.33, p. 52-67, ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n33p52>. Acesso em: 25 abr. 2016.

KRIESI, H.; KOOPMANS, R.; DUYVENDAK, J. W.; GIUGNI, M. G. **New Social Moments in Western Europe: a comparative analysis**. Minneapolis e St. Paul: University of Minnesota Press. 1995.

KRÖGER, M. Grievances, agency and the absence of conflict: The new Suzano pulp investment in the Eastern Amazon. **Forest Policy and Economics**, Göttingen, v. 33, n. 5, p. 28-35, aug., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2013.02.005>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. Promotion of contentious agency as a rewarding movement strategy: evidence from the MST-paper industry conflicts in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, Haia, v. 38, n. 2, p. 435-458, mar., 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2011.559016>. Acesso em: 16 out. 2015.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

LACLAU, E. Poder e representação. (Tradução de Joanildo A. Burity). **Estudos Sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 7, p.7-28, dez. 1996. Disponível em: <https://goo.gl/UKzDX4>. Acesso em: 23 out. 2015.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEROY, J. P.; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATTNER, H. (Org.) **Brasil no limiar do século XXI: Alternativas para a construção de uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: EdUSP, 2000. p. 183 – 210.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, A. E. M. A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, a. 24, n. 45. p. 65 – 90, mar. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/yzFFwQ>. Acesso em: 14 jun. 2014.

LIMA, V. A. **Reserva Extrativista Ciriáco – Cidelândia (MA) e a festa de Santo Reis**. 2010. Disponível em: <http://migre.me/uUPLE>. Acesso em: 05 set. 2016.

_____. **Reserva Extrativista do Ciriáco: os extrativistas e a nova economia do babaçu**. 2009. Disponível em: <http://migre.me/uUPLZ>. Acesso em: 05 set. 2016.

LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade Socioambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 91-105, jan./jun., 2009. Disponível em: <https://goo.gl/KxMgVS>. Acesso em: 22 jun. 2015.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário antropológico (2002/2003), 2002. p. 251-290. Disponível em: <https://goo.gl/q5gZpz>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Geramond, 2001. P. 107 – 122.

LOPES, J. R. Movimentos sociais, negociação da realidade e modos de modernização na sociedade brasileira. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 16, n 31, p. 13 – 28, maio./ago., 2007. Disponível em: <https://goo.gl/SburCn>. Acesso em: 21 fev. 2016.

LOPES, L. O. C. **Conflito socioambiental e (re) organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista juruti velho, município de Juruti-Pará-**

Amazônia-Brasil. 2012. 270f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/ZMUQFR>. Acesso em: 20 fev. 2015.

LOSEKANN, C. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 20, p. 121-164, maio./ago., 2016. Disponível em: <https://goo.gl/1VeH65>. Acesso em: 22 out. 2016.

MACHADO, E. A (des)constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 17/18, p. 170-182, jun., 2007. Disponível em: <https://goo.gl/37HCMD>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MACHADO, M. R. I. M. **A subordinação das forças de trabalho dos assentados da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão (PE)**. 2013. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/vJCbdG>. Acesso em: 14 jun. 2015.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF: sobre o programa**. 2014. Disponível em: <http://migre.me/vsN9i>. Acesso em: 21 fev. 2015.

MADEIRA FILHO, W.; SILVA, E. C. B.; COSTA, R. B. M. L.; PINAUD, D. Z. Trilhos e trilhas: estratégias de resistência dos coletivos rurais em Açailândia (MA) no entorno da duplicação da estrada de ferro Carajás-São Luiz. **InterScience Place**, Campos dos Goytacazes v. 1, n. 10, p. 187-206, jan./mar., 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6020/1679-9844/2410>. Acesso em: 16 out. 2015.

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 28, p. 131-262, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a09n28.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2003.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 73 – 106, jul./dez., 2009.. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.110>. Acesso em: 19 fev. 2015.

_____.; _____. **Negros do trombetas: guardiões de matas e rios**. 2ª edição. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

MARQUES, G. Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral? **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, v. 21, n. 49, p. 32 - 45, jan. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/EQJde7>. Acesso em: 05 set. 2017.

MARQUES, M. I. M. A territorialização da empresa Suzano no campo em São Paulo e no Maranhão. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, v. 22, n. 2, p. 213-227, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://migre.me/wfBjq>. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, D. P. **Novos caminhos e antigas práticas**: acordos de Comunidades com empresas para o manejo Florestal, o caso da reserva extrativista rio Preto-Jacundá em Machadinho D'Oeste – RO. 2008. 163p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - PPGAA/UFGA, Belém, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/dwzvgQ>. Acesso em: 29 set. 2016.

MARTINS, J. S. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 268-278, jan./abr., 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000100015>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701999000200007>. Acesso em: 22 jun. 2015.

MARTINS, G. I.; CLEPS JUNIOR, J. As tramas da des (re) territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 7, n. 13, p. 134-168, fev., 2012. Disponível em: <https://goo.gl/ZnDNk7>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MARX, K. **As lutas de classe na França** (1848-1850). (Tradução de Nelio Schneider). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 01. (Capítulos I – XII). (Tradução Regis Barbosa; Flávio R. Kothe). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996a.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 02. (Capítulos XIII – XXV). (Tradução Regis Barbosa; Flávio R. Kothe). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996b.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. (Tradução Luis Claudio de Castro e Costa). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARQUEZA, F. F. S.; FIGUEIREDO, M. D. De artesão a empreendedor: a resignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 76-97, nov./dez., 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n6p76-97>. Acesso em: 18 abr. 2017.

MEDEIROS, R. M. V. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/Y88gRT>. Acesso em: 21 jan. 2016.

MELO, F. W. **Relatório técnico de avaliação do andamento das ações do plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade realizadas em 2010, referentes ao plano de ação para a cadeia do babaçu, contendo atividades, responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta junto aos gargalos identificados.** PNPSB/MDA, 2012. Disponível em: <http://migre.me/uUPC1>. Acesso em 02 set. 2016.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso de uma cooperativa de trabalhadores rurais do Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto (SP). **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 123-136, jan./jun., 2015. Disponível em: 0.11606/issn.1981-0490.v18n2p123-136. Acesso em: 26 de out. 2016.

MENDONÇA, B. R. Peregrinos do desenvolvimento: conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, XXIX., 2013, Chile. **Anais...** Chile: CLACSO, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/NXUR3y>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MENEZES, T. C. C.; BRUNO, A. C. Territórios indígenas na escola: língua e mobilização social no Sul do Amazonas. **Sures**, Foz do Iguaçu, n. 3, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/mYbZTd>. Acesso em: 15 fev. 2016.

MICHELOTTI, F.; SOUZA, H.; ALMEIDA, A. P. O. Estratégias de comercialização e reprodução camponesa no sudeste Paraense: a participação do Assentamento Palmares II na Feira do Produtor Rural de Parauapebas/PA. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/efKqdM>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. (Tradução de Ângela Lopes Norte). **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://goo.gl/PZexuq>. Acesso em 14 out. 2016.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/qGFJek>. Acesso em: 22 out. 2016.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoextrativismo no Brasil? uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista da Pós em Ciências Sociais**, São Luís, v.10, n.19, p. 119 – 148, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/69sTpc>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MILEZZI, M. P. **O artesanato guarani entre o encanto e o conflito.** A intervenção do design na produção de artesanato tradicional sob uma ótica descolonial. 2016. 186f. Dissertação (Mestrado em Design) – PPGD/UnB, Brasília, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/7yavmu>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **De ferro e flexíveis: marcas do estado empresário e da privatização na subjetividade operária e suas repercussões na saúde**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MISOCSKY, M. C.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 2, 311-339, jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512013000200008>. Acesso em: 02 set. 2017.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto de mineração é liberado em Carajás**. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/9JoVwe>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Bolsa Verde**. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/s6f9TL>. Acesso em: 14 fev. 2016.

MOMBELLI, R. Comunidade tradicional dos Arais da Ribanceira, Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 325-345, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/CXW9Kv>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

MONTEIRO, M. A. Mineração, siderurgia e desenvolvimento regional. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 64., 2012, São Luis. **Anais eletrônicos...** São Luis: SBPC/UFMA, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/WtEouY>. Acessado em: 26 mar. 2014.

_____. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 09, n. 02, p. 55 – 97, dez., 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v9i2.67>. Acesso em: 21 mar. 2015.

_____. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, jan./abr., 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100012>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Amazônia: mineração, tributação e desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 07, n. 2, p. 159 – 186, dez. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/XrBFYy>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia: drenagem energético- material e pauperização regional**. 1996. 206 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA, Belém, 1996. Disponível em: <https://goo.gl/soLkiB>. Acesso em: 14 maio. 2014.

MORELLI, L. A. S. **A Monocultura do eucalipto e a monopolização do território na metade sul do Rio Grande do Sul**. 2011. 210f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/fyYfEG>. Acesso em: 25 mar. 2016.

MORSELLO, C. Market Integration and Sustainability in Amazonian Indigenous Livelihoods: the Case of the Kaiapó. 2002. 301 f. Tese (PhD) - School of Environmental

Sciences, University of East Anglia, Grã-Bretanha. 2002. Disponível em: <https://goo.gl/QuwJcx>. Acesso em: 18 mar. 2015.

MOTTA, F. C. P. As empresas e a transmissão da ideologia. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 19-24, jul./set., 1984. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901984000300004>. Acesso em: 30 abr., 2015.

MPF/MA. Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Maranhão. **MPF/MA: empresa Suzano é proibida de desmatar cerrado maranhense**, 26 de outubro de 2016. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/tJHCKS>. Acesso em: 20 abr. 2017.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. A dendeicultura na Amazônia paraense. **GEOUSP**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 281 – 294, maio./ago., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.122591>. Acesso em: 14 fev. 2017.

NASCIMENTO, D. T.; BURSZTYN, M. A. A. A. Análise de conflitos socioambientais: o caso da comunidade rural de Rio Maior, município de Urussanga, Santa Catarina. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 157-190, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n2p157>. Acesso em: 23 fev. 2015.

NASSAR, P. Conceitos e processo de comunicação organizacional. In: KUNSCH, M. (Org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p. 61-76.

NASUTI, S. **Une situation de “ post-front pionnier ”: le cas de la region rurale de Ciriaco (ouest Maranhao – Bresil)**. 2010. 447f. Tese (Doutorado em Ciência Humanas e Sociedade) - Université de la Sorbonne nouvelle - Paris III, Paris, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/ZqY1FX>. Acesso em: 22 fev. 2015.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 86-93, jan./jun., 1997. Disponível em: <https://goo.gl/AqWcVJ>. Acesso em: 12 nov. 2016.

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 01, p. 05 – 28, out. 1999. Disponível em: <https://goo.gl/A7HwrD>. Acesso em: 14 nov. 2016.

NÓBREGA, M. L. C; LIMA, D. A. Resistência camponesa, batalhas por terra, território e bens naturais do Bico do Papagaio – Brasil. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL “TIERRAS Y TERRITORIOS EN LAS AMÉRICAS: ACAPARAMIENTOS, RESISTENCIAS Y ALTERNATIVAS”, I., 2016, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2016. Disponível em: <http://migre.me/uUPDF>. Acesso em: 01 de setembro de 2016.

_____. **Enfrentando a Sucuri-Verde: resistência camponesa e o território de uso comum – o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia maranhense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IG/UNICAMP, Campinas, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/FgEwRL>. Acesso em: 22 jun. 2016.

NOGUEIRA, A. T. B. **Assentamentos rurais do MST: práticas espaciais, representações e conflitos**. 2012. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP, São Paulo. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/YovHqR>. Acesso em: 02 dez. 2016.

NOGUEIRA, C. A análise do discurso. In: ALMEIDA, L.; FERNANDES, E. (Org.). **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática de investigação**. Braga: CEEP, 2001.

NORTH, D. C. **Custo de transação, instituições e desempenho econômico**. (Tradução de Elisabeth Hart). Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

NOVAES, J. S.; ARAUJO, H. F. A. Cartografia social na região ecológica do babaçu: estratégias de quebradeiras de coco e processos sociais atinentes aos babaquais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 179-188, nov.. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp179-188>. Acesso em: 18 mar., 2017.

OHTAKE, R. Os novos monumentos das metrópoles. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 111 – 119, dez. 2000. Disponível em: <https://goo.gl/Q36FXR>. Acesso em: 12 de fev. 2016.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFCHL/Labur Edições, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/PKMCvF>. Acesso em: 14 nov. 2015.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, C. R. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Rio de Janeiro: IBASE, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/vqJcA6>. Acesso em: 22 ago. 2017.

OLIVEIRA, I. L.; LIMA, F. P.; MONTEIRO, L. S. Movimentos comunicacionais na relação entre organização e comunidades: perspectivas teórico-metodológicas para apreensão do fenômeno. **Revista FAmecos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 557-575, maio./ago., 2011. Disponível em: <https://goo.gl/tgd3Dz>. Acesso em: 21 fev. 2015.

OLIVEIRA, J. E. Sobre a necessidade do trabalho antropológico para o licenciamento ambiental: avaliação dos impactos socioambientais gerados a partir da pavimentação asfáltica da Rodovia MS-384 sobre a comunidade Kaiowa de Nãnde Ru Marangatu. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 7, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/DznrMb>. Acesso em: 25 fev. 2016.

OLIVEIRA, R. O corpo que resta à política. **Analytica**, São João Del-Ray, v. 4, n. 7, p. 109-133, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://goo.gl/wFK1B2>. Acesso em: 06 de fev. 2017.

OLIVEIRA, P. A. **Estratégias de internalização da gestão ambiental: o caso da gestão hídrica na etapa industrial da produção na Companhia Suzano de Papel e Celulose**. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - PROCAM/USP. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/5SJLt8>. Acesso em: 14 maio. 2015.

ÖLCER, D. Extracting the maximum from the EITI. **OECD Development Centre**, Paris, Working Paper n. 276, feb., 2009. Disponível em: <https://goo.gl/vQ9jCv>. Acesso em: 29 jul. 2017.

OMETTO, M. P.; BULGACOV, S.; MAY, M. R. A efetividade dos estrategistas da responsabilidade social empresarial. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 74, p. 423 – 441, jul./set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230747>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ORO, I. M.; RENNER, S.; BRAUN, M. Informações de natureza socioambiental: análise dos balanços sociais das empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM & FBOVESPA. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 247-262, maio, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/nVppse>. Acesso em: 15 mar. 2015.

OSTROM, E. Social capital: a fad or a fundamental concept? In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social Capital: a multifaceted perspective**. Washington: The World Bank. 2000. p. 172 – 214. Disponível em: <https://goo.gl/4TeXDn>. Acesso: 20 nov., 2014.

_____. Constituting social capital and collective action. In: Workshop in Political Theory and Policy Analysis, I., 1993, Indiana. **Papers...** Indiana: Indiana University, 1993. p. 1 – 51. Disponível em: <http://migre.me/vsNfX>. Acesso em: 18 jan. 2015.

OTTATI, A. M. A. A. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão**. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/WbAuKK>. Acesso em: 15 out. 2015.

OUCHI, C. H. C. **Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: uma análise do setor de papel e celulose**. 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – IPGA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/Sf1Wtk>. Acesso em: 14 out. 2015.

OWEN, J. R.; KEMP, D. Social licence and mining: A critical perspective. **Resources Policy**, Berlin, v. 38, n. 1, p. 29- 35, mar. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.resourpol.2012.06.016>. Acesso em: 25 ago. 2017.

PAES, K. D. **Relações de poder no subcampo artesanal de Florianópolis e a tensão entre a dimensão cultural e econômica**. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – CPGA/UFSC, 2009, Florianópolis. Disponível em: <https://goo.gl/TztKZV>. Acesso em: 18 abr. 2017.

PÁGINA SUSTENTÁVEL. **Suzano fortalece a cadeia produtiva do coco babaçu**. Notícia Publicada em 18 dez. 2014. Disponível em: <http://goo.gl/VPVpSB>. Acessada em: 23 mar. 2015.

PAGOTTO, E. L. **Greenwashing: os conflitos éticos da propaganda ambiental**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/5qKqje>. Acesso em 25 jun. 2016.

PALHETA, J. M.; SILVA, C. N.; MEDEIROS, G. N. Territórios com mineração na região sudeste do Pará–Norte do Brasil. **Revista da ANPEGE**, Uberlândia, v. 11, n. 15, p. 281-308, jan./jun., 2015. <http://dx.doi.org/10.5418/RA.1115.0011>. Acesso em: 21 abr. 2016.

PANDEY, S; RISHI, P. Logical framework analysis of corporate social responsibility initiatives of indian paper industry. **Journal of Organisation & Human Behaviour**, Bhopal, v. 5, n. 4, p. 18 – 29, dez., 2016. Disponível em: <https://goo.gl/CiFNn6>. Acesso em: 22 set. 2017.

PANTOJA, I. **Planejamento Privado Social: Práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – PGPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/aqf6Pt>. Acesso em: 27 mar. 2015.

PANTOJA, V. M. L.; PEREIRA, J. M. Grandes projetos e populações tradicionais na Amazônia: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://goo.gl/EaGZgN>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PEDRO, V. V.; SANT’ANA JUNIOR, H. A. Do “pau-brasil” à siderurgia: lutas extrativistas no Pará e no Maranhão. In: TEISSETENC, M. J. S. A.; SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; ESTERCI, N. (Org.) **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EdUFMA, 2016. p. 129 – 161.

PENHA, L. R.; NOGUEIRA, A. P. F. Os impactos do desenvolvimento na área de influência da Estrada de Ferro Carajás. **InterEspaço**, Grajaú, v. 1, n. 1, p. 170-180, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v1n1p212-225>. Acesso em 23 jun. 2016.

PEREIRA, A. R. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. **Revista RURIS**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 99 – 136, set., 2008. Disponível em: <https://goo.gl/HnNRLQ>. Acesso em: 17 set. 2015.

PEREIRA, M. R. S.; CORONEL, D. A. A industrialização no estado do Maranhão: uma análise do plano estratégico de desenvolvimento industrial. **Latin American Journal Of Business Management**, Taubaté, v. 04, n. 1, p. 177 – 197. jan./jun., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/XTBiV7>. Acesso em: 19 abr. 2015.

PEREIRA, V. C. O Novo Código Florestal Brasileiro: dilemas da consciência ecológica em torno da proteção ambiental. **Ambiente & Educação**, Rio Grande v. 18, n. 1, p. 211-228, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/7EpgEH>. Acesso em: 12 set. 2017.

PÉREZ, M. S.; GONÇALVES, C. U. Desenvolvimento e conflito territorial-Primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo complexo industrial portuário de SUAPE-PE, Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, v. 29, n. 2, p. 167-179, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/YvyRBn>. Acesso em: 06 de set. 2015.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/F7CT6b>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PIMENTEL, B. S.; GONZALEZ, E. D. R. S.; BARBOSA, G. N. O. Decision-support models for Sustainable Mining Networks: fundamentals and challenges. **Journal of Cleaner Production**, Czech Republic, v. 32, n. 6, p. 1-13, oct., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.09.023>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social**. Rio de Janeiro: FGV; 2000.

PINTO NETO, G. M. **A solução é alugar o Brasil?** um estudo da atuação dos representantes do agronegócio na disputa normativa sobre a estrangeirização de terras no Brasil. 2017. 153f. Dissertação (Mestrado em Direito) – PPGD/UnB, Brasília, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Uiuaiw>. Acesso em: 29 ago. 2017.

PNCSEA. Programa Nova Cartografia Social da Amazônia. **A devastação dos babaçuais e a desestruturação de modos de vida dos povos e comunidades tradicionais**. Boletim Informativo, n. 1, junho de 2014. Disponível em: <https://goo.gl/excgxs>. Acesso em: 29 mar. 2015.

POMBO, F. R.; MAGRINI, A. Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 01- 10, jan./abr., 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2008000100002>. Acesso em: 22 jun. 2015.

PORTAL DA MINERAÇÃO. **Indústria mineral pede a parlamentares que não apoiem aumento de custos para o setor ao votarem a MP 789**. 04 out. 2017. 2017a, Disponível em: <https://goo.gl/2Bp2hu>. Acesso em: 06 out. 2017.

_____. **Mineração enfrenta risco de paralisia da indústria na votação de medidas provisórias**. 21 set. 2017, 2017b. Disponível em: <https://goo.gl/vcLpXc>. Acesso em: 25 set. 2017.

PRADO, M. M. N. P. A teoria de campo e o patrimônio cultural. **Revista Eletrônica do PPG-PMUS Unirio/MAST**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 127-147, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/ELbgZm>. Acesso em: 25 fev., 2015.

PREM. Procuradoria da República do Estado do Maranhão. **PRM/Imperatriz quer que Vale indenize comunidades atingidas com o impacto dos trens da EFC (05 de fev. 2013)**. Disponível em: <https://goo.gl/Mestzz>. Acesso em: 26. Jan. 2015.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of democracy**, Washington, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995. Disponível em: <https://goo.gl/mCMKPv>. Acesso em: 15 nov. 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, Marília, n. 17, n. 37, p. 1 – 25, jan./jun., 2002. Disponível em: <https://goo.gl/VxbC1v>. Acesso em: 16 nov. 2016.

RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 213-235, jul., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/FVyLjk>. Acesso em: 26 out. 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. (Tradução Maria Cecília França) São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S. Ação sindical, contestação política e siderurgia na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 1, p. 07 – 28, jun., 2013. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i1.1017>. Acesso em: 20 abr. 2015.

RAJAK, D. “I Am the Conscience of the Company”: Responsibility and the Gift in a Transnational Mining Corporation. In: BROWNE, K.; MILGRAN, B. **Economics and morality**: Anthropological approaches. Plymouth: ALTAMIRA PRESS, 2009. p. 211 – 232. Disponível em: <https://goo.gl/vQi3JZ>. Acesso em: 26 de mar. 2016.

REYNAUD, J. M. **As implicações dos programas de Responsabilidade social da empresa Suzano Papel e Celulose no IDH-M da sua região de influência no estado da Bahia – Brasil**. 2007, 123 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – PPGEP/UFSC, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/n4V9ta>. Acesso em: 22 fev. 2016.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. S.; MARINHO, S. C. O Estado brasileiro, a economia da Vale na Amazônia maranhense e a Rede Justiça nos Trilhos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n. 3, p. 34-53, set./dez., 2013. Disponível em: <https://goo.gl/Yr9FTv>. Acesso em: 18 maio. 2015.

_____. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. 2014. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - PPGGH/USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/D.8.2014.tde-01042015-112754>. Acesso em 18 jun. 2015.

_____; OLIVEIRA, D. M. V.; COSTA, S. B. Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na mesorregião Leste Maranhense. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 11-33, jul./dez., 2014. Disponível em: <https://goo.gl/cPqvCW>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____.; SANT’ANA JÚNIOR, H. A. A política de desenvolvimento sustentável da Vale. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 15, n. 3, p. 7-26, set./dez., 2011. Disponível em: <https://goo.gl/QTDT7p>. Acesso em: 26 set. 2015.

RIST, G. **The history of development**. from western origins to global faith. 3 Edition. (Translated by Patrick Camiller). London/New York: ZED books, 2008.

_____. Le « développement » : la violence symbolique d’une croyance. In : COMELIAU, C. (Hrsg.). **Brouillons pour l’avenir**. Cahiers de l’IUED | Nouveaux Cahiers 14. Genève: Graduate Institute Publications, 2003. p. 135 – 151. Disponível em: [10.4000/books.iheid.2401](http://dx.doi.org/10.4000/books.iheid.2401). Acesso em: 18 ago. 2017.

ROCHA, M. R. V. S.; SILVA, D. C. O; LOIOLA, E. Amazônia Oriental: impactos socioambientais em Pequiá de Baixo no Município de Açailândia-Ma. **Revista Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, v. 12, n. 1/2, p. 17-30, jan./dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24021/raac.v12i1/2.3224>. Acesso em: 29 mar. 2016.

RODRIGUES, C. M. Cidade, Monumentalidade e Poder. **Geographia**, Niterói, v. 3, n. 6, p. 01-11, dez., 2001. Disponível em: <https://goo.gl/tkJL9A>. Acesso em: 22 jun. 2016.

RODRIGUES, F. S. Traços da trajetória social e formas de resistência da população do assentamento Califórnia em Açailândia-Ma diante de um conflito ecológico. **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 18 n. 2, p. 306-336, jul./dez., 2014. Disponível em: <https://goo.gl/xAXti9>. Acesso em: 15 out. 2015.

ROS-TONEN, M. A. F.; ANDEL, A.; MORSELLO, C.; OTSUKI, K. ROSENDO, S.; SCHOLS, I. Forest-related partnerships in Brazilian Amazonia: There is more to sustainable forest management than reduced impact logging. **Forest Ecology and Management**, Amsterdam, v. 11, n. 5, p. 1-16, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.foreco.2008.02.044>. Acesso em: 22 mar. 2016.

ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999- 2002)**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/4UnD8X>. Acesso em: 26 de jan., 2015.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **O&S (Organizações & Sociedade)**, Salvador, v. 16, n. 51, p. 629-646, out./dez., 2009. Disponível em: <https://goo.gl/1J8t34>. Acesso em: 23 out. 2014.

ROSENBAUM. **A Gente é**. S.d.a. Disponível em: <http://rosenbaum.com.br/a-gente/>. Acessado em: 09 de setembro de 2016.

_____. **Sobre o projeto**. S. d.b. Disponível em: <http://rosenbaum.com.br/projetos/agtvarzeaquemada/sobre-o-projeto/>. Acessado em: 09 de setembro de 2016.

ROSSETI, G. Relações públicas das organizações com as comunidades locais. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSC, W. L (Org.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Sumus, 2007, p. 249-260.

RORIZ, P. A. C.; FEARNSIDE, P. M. A construção do Código Florestal Brasileiro e as diferentes perspectivas para a proteção das florestas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 2, ago./dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v18i2.1866>. Acesso em: 15 set. 2017.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 53-72, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/rco.v2i3.34713>. Acesso em: 26 nov. 2015.

RUSCHEL, V. B. **Pátria livre, meu roçado: sociabilidade e configuração social em assentamentos rurais**. 2010. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UNICAMP, Campinas, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/f73ZNS>. Acesso em: 14 jun. 2015.

SÁNCHEZ, F. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, E. G. W.; MALEQUE, M. R. **Espaços e cidade**: conceitos e leituras. 2ª edição. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 25 – 41.

_____. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, p. 31-49, jun. 2001. Disponível em: <https://goo.gl/YZ2R8q>. Acesso em: 5 out. 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. CARDOSO, R. M. O sistema mina-ferrovia-porto e as lutas territoriais no Maranhão. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. M. R. C. (Org). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2016. p. 181 – 201.

_____. Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 281-294, maio./ago., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000200006>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____.; MILANEZ, B.; SCOTTO, G.; BOSSI, D.; FATO, K. Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Org.). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. p. 175-205. Disponível em: <https://goo.gl/eSCcQo>. Acesso em: 27 abr. 2015.

_____. Conflitos socioambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, IV., 2009. **Anais eletrônicos...** São Luís: PGPP/UFMA, 2009. p. 01 - 09. Disponível em: <https://goo.gl/pAVXwe>. Acesso em: 16 fev. 2015.

_____. PEREIRA, M. J. F., ALVES, E. J.P., & PEREIRA, C. R. A. **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/NvYqrx>. Acesso em: 16 set. 2015.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis: ISA, 2005.

SANTOS, D. S. **Se o território não está livre nós também não estamos**: Processo de titulação e formas de resistências em Santa Rosa dos Pretos – MA. 2017. 120 f. Monografia (Graduação em Ciência Sociais) – Curso de Ciência Sociais/UFMA, São Luís, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/71fFdS>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SANTOS, M.; ANDRADE, M. P. **Fronteiras**: a expansão camponesa na Pré Amazônia maranhense. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, M. **Território, Territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª edição. Editora Lamparina, Rio de Janeiro, RJ. Brasil. 2007.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

_____. **A gênese da Geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, R. L. **O Programa Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz**, MA. 2010. 193f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFG, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/VLmUnx>. Acesso em: 16 ago. 2015.

_____. O Projeto Grande Carajás – PGC e algumas consequências regionais. Maringá – Paraná - Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, IV., 2009, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: PPH/UEM, 2009. p. 921-932. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/4cih.pphuem.110>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SANTOS, R. S. P. Desenvolvimento econômico e mudança social: a Vale e a mineração na Amazônia oriental. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 295 – 312, maio./ago., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000200007>. Acesso em: 25 mar. 2017.

_____. MILANEZ, B. The Global Production Network for iron ore: materiality, corporate strategies, and social contestation in Brazil. **The Extractive Industries and Society**, Canadá, v. 2, n. 4, p. 756-765, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2015.07.002>. Acesso em: 25 de jul. 2016.

SANTOS, R. S. O processo de territorialização das empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos. **Produção Acadêmica**, Porto Nacional, n. 1, p. 49-62, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://goo.gl/rEkL9p>. Acesso: 19 jun. 2016.

SANTOS, S. S. Movimentos sociais de luta por terra e moradia em Alagoas/Brasil: luta por reforma agrária e reforma urbana. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, v. 3, n. 3, p. 92-106, set./dez., 2014. Disponível em: <https://goo.gl/GiF1Hr>. Acesso em: 12 abr. 2015.

SARTRE, J. P. **A imaginação**. (Trad. Paulo Neves). Porto Alegre: L&M, 2009.

SAQUET, M; SINHORINI, J. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 183 – 197, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://migre.me/vsNkp>. Acesso em: 12 jun. 2015.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, jan./abr., 2003. Disponível em: <https://goo.gl/BeoADF>. Acesso em: 25 out. 2014.

SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. 2002. 461 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História Social/USP, São Paulo. 2002. Disponível em: <https://goo.gl/SuTHKA>. Acesso em: 22 fev. 2015.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais UNISINOS**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/csu.2010.46.1.03>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SCHOMMER, P. C. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. **Organizações & Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 9, p. 145-160, set./dez. 2000. Disponível em: <https://goo.gl/F3PhAC>. Acesso em: 15 de mar. 2015.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência** – Discursos ocultos. (Tradução de Pedro Serras Pereira). Lisboa: Letra Livre, 2013.

_____. Formas cotidianas da resistência camponesa (Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra). **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10 – 31, jan./jun., 2002. Disponível em: <https://goo.gl/5ccAFg>. Acesso em: 22 abr., 2017.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Negócio Certo Rural**. S. d. Disponível em: <http://www.senar.org.br/programa/negocio-certo-rural>. Acesso em: 09 set. de 2016.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. (Tradução de Marcos Santarrita). 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
SELZNICK, P. **A Liderança na Administração** – Uma Interpretação Sociológica. (Tradução de Arthur Pereira e Oliveira Filho). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

SEQUEIRA, A. R.; MCHENRY, M. P.; MORRISON-SAUDERS, A.; MTEGHA, H.; DOEPEL, D. Is the Extractive Industry Transparency Initiative (EITI) sufficient to generate transparency in environmental impact and legacy risks? The Zambian minerals sector. **Journal of Cleaner Production**, London, v. 129, n. 15, p. 427-436, aug., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.04.036>. Acesso em: 18 set. 2017.

SERAINÉ, A. B. M. S. **Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990**: o encontro entre artesanato e empreendedorismo. 2009. 256 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/LMLwY2>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SETHI, P. S.; EMELIANOVA, O. A failed strategy of using voluntary codes of conduct by the global mining industry. **Corporate Governance**, United Kingdom, VOL. 6 NO. 3 2006, pp. 226-238, dez., 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/14720700610671837>. Acesso em 21 ago. 2017.

_____. The effectiveness of industry-based codes in serving public interest: the case of the International Council on Mining and Metals. **Transnational Corporations**, Geneva, v. 14, n. 3, p. 56 – 100, dec., 2005. Disponível em: <https://goo.gl/zSTkuf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

SHIRAIISHI NETO, J. Quebradeiras de coco: “Babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n 28, p. 147-166, jan./abr., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v14i28.920>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Novos Movimentos Sociais e Padrões Jurídicos no Processo de Redefinição da Região Amazônica. In: SHIRAIISHI NETO, J.; LIMA, R. M. (orgs.). **Meio Ambiente, Território & Práticas Jurídicas**: enredos em conflito. São Luís: EDUFMA, 2011. p. 23-52.

SILVA, A. S.; FAGUNDES, L. F. Agroecologia e educação do campo. **NERA**, Presidente Prudente, (Artigo do mês), maio., 2011. Disponível em: <https://goo.gl/2fh2iD>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SILVA, J. R. S. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. 2006. 218 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, São Luís, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/hfGLk4>. Acesso em: 14 out. 2016.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, S. C.; RIBEIRO JUNIOR, J. A. S.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Projetos de desenvolvimento e conflitos territoriais no espaço amazônico maranhense: a duplicação dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás e os impactos socioambientais nas comunidades quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo em Itapecuru-Mirim. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, V., 2011, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/6RQG83>. Acesso em: 19 set. 2015.

SYSFLOR. SysFlor Certificações Florestais. Relatório da avaliação fase 2 para certificação de manejo florestal e cadeia de custódia desde a floresta até a saída do produto da empresa. **Suzano Papel E Celulose S.A., UNF Maranhão, Núcleo Cidelândia SYS-FM/CERFLOR-0001**. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/ERmCiL>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SOARES, A. P. F. M. **Desenvolvimento sustentável e gestão socioambiental empresarial: uma abordagem crítica sobre as concepções, políticas e práticas de sustentabilidade no mundo corporativo**. 2016. 105 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – FGV/EAESP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/wLD1dF>. Acesso em 18 jul. 2017.

SOUSA, C. F. M.; PEIXOTO, R. C. D. Expansão da dendeicultura e campesinato na Amazônia: cooptação e resistências. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA/REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS NORTE E NORDESTE, 2015, Maceió. **Anais...** Maceió: UFAL, 2015. p. 01-19. Disponível em: <https://goo.gl/VDSKJ8>. Acesso em: 15 de fev. 2016.

SOUSA, D. **Transformações nas vidas das populações tradicionais a partir da criação da RESEX do Extremo Norte do estado do Tocantins**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). PPGER/UFV, Viçosa, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/KWuNzF>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SOUSA, J. M.; SOARES, B. R. Os reflexos da urbanização amazônica na produção do espaço urbano de Imperatriz – MA. **Observorium**, Uberlândia, v.7, n.19, p. 92-111, jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/MRkZWd>. Acesso em: 26 set. 2016.

SOUSA, R. A. D. **O agro-hidronegócio no vale do São Francisco**: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. 2013. 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFS, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/EU2GrJ>. Acesso em: 25 jun. 2015.

SOUSA, R. V. **A influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010**. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico

Úmido/NAEA/UFPA. Belém, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/UTbYuH>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SOUSA SANTOS, B. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social** (encuentros en Buenos Aires). Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/e9Ee16>. Acesso em 16 fev. 2015.

SOUSA, Y. M.; VASCONCELLOS, A. M. A. Interação entre empresa e comunidades rurais na Amazônia: uma análise da relação entre a empresa natura e duas cooperativas fornecedoras. **Movendo Ideias**, Belém, v. 17, n. 2, p. 58 – 76, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/XFnVz7>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOUZA, A. S.; ELD, F. Migração de trabalhadores nordestinos a Parauapebas. **Revista Geonorte**, Manaus, Edição Especial 3, v. 4, n. 12, p. 1582-1599, abr., 2015. Disponível em: <https://goo.gl/qxx8f7>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SOVACOOOL, B. K.; ANDREWS, N. Does transparency matter? Evaluating the governance impacts of the Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) in Azerbaijan and Liberia. **Resources Policy**, Berlin, v. 45, n. 2, p. 183 – 192, apr., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.resourpol.2015.04.003>. Acesso em: 18 set. 2017.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**: o desafio das formas de gestão. (Tradução de Singular Tradução e Serviços Editoriais). 3ª Edição revista. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. **Ética empresarial**: Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. (Tradução de Paulo Roberto Shenyder). Rio de Janeiro: Ed. Campus. 2000.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária, 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/8CWBYb>. Acesso em: 15 abr. 2015.

STORI, F. T.; ABESSA, D. M. S.; NORDI, N. Análise das lógicas de ação de atores sociais em torno do licenciamento ambiental de um terminal portuário no estuário de Santos (Brasil). **Revista de Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 13, n. 3, p. 365-377, set., 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5894/rgci354>. Acesso em 12 ago. 2015.

SUTTON, A. **Trabalho escravo**: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. (Tradução de Siani Maria Campos), São Paulo: Loyola, 1994.

SUZANO. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. 2017. Disponível em: Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2012**. 2012. Disponível em: <http://goo.gl/R55IcX>. Acessado em: 20 de junho de 2014.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA da área de implantação do Projeto Florestal da Suzano, na região de Porto Franco, estado do Maranhão.** Curitiba: STCP. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/UVgTFc>. Acesso em: 17 fev. 2015.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum.** 2008. 756f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/USP. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/2XMsk5>. Acesso em: 16 set. 2014.

TAVARES, J. C. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco Babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 – 2000).** 2008. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSC, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/bA1ZXt>. Acesso em: 16 maio 2015.

TAVEIRA, M. R. **O cerco da empresa Suzano no assentamento Califórnia e na Vila Sudelândia: resistência frente ao agronegócio.** 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PPGSS/UFPA, Belém, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/w1JzKQ>. Acesso em: 28 set. 2015.

TEISSETENC, M. J. S. A.; SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; ESTERCI, N. (Org.) **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental.** São Luís: EdUFMA, 2016.

TEODÓSIO, A. S. S. **Parcerias tri-setoriais na esfera pública: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil.** 2008. 256f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/qkq4eB>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

TJF1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Seção Judiciária do Maranhão, Subseção Judiciária de Imperatriz, 2ª Vara Federal. **Processo N° 0000786-77.2013.4.01.3701. Despacho.** 2015. Disponível em: <https://goo.gl/U5tunX>. Acesso em 14 abr. 2016.

_____. _____. _____. **Processo N° 0000786-77.2013.4.01.3701. Decisão Liminar.** 2013. Disponível em: <https://goo.gl/hUxyhx>. Acesso em: 14 abr. 2016.

TJMA. Tribunal de Justiça do Maranhão. Consulta Pública. Processos de 1º Grau. **Processo número 359-74.2013.8.10.0022.** 2013 – Mandado de Reintegração de Posse. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/8gcrkG>. Acesso em: 15 jun. 2015.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia.** 3. Ed. Rev. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; MADEIRA, W. V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18468/pracs.2016v9n1.p37-54>. Acesso em: 21 fev. 2017.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2016.** 2017. Disponível em: <https://goo.gl/1NNGY4>. Acesso em 22 ago. 2017.

_____. Diretoria de Relacionamento com Comunidades. **Estrada de Ferro Carajás. Comunidades Prioritárias**. 2015. (no prelo).

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2015**. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/w7L6L8>. Acesso em 16 ago. 2017.

_____. Programa de Comunicação Social. **Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás**. 2014a. Disponível em: <http://goo.gl/U9OEb4>. Acessado em: 25 de maio de 2016.

_____. _____. **Relatório Semestral de Atendimento às Condicionantes**. 2014b. Disponível em: <http://goo.gl/67OvC6>. Acessado em 25 de maio de 2016.

_____. **A Vale no Maranhão**. 2014c. Disponível em: <http://migre.me/v2J2t>. Acessado em: 22 de setembro de 2016.

_____. _____. **Programa de Fortalecimento da Organização Comunitária**. 2014d. Disponível em: <http://migre.me/uWIPV>. Acessado em: 09 de setembro de 2016.

_____. Diretoria de Relacionamento com Comunidades. **Comunidades Críticas – Novo Oriente (Açailândia)**. 2013. (No prelo).

_____. **Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental referente à Duplicação da Estrada de Ferro Carajás**. Atlas Articulado. Folha 165/327. 2012. Disponível em: <http://goo.gl/T0ADLZ>. Acessado em: jan. de 2015.

_____. **Estudo Ambiental (EA) e Plano Básico Ambiental (PBA). Projeto De Capacitação Logística Norte 3ª e 4ª Etapa de Duplicação da Estrada de Ferro Carajás**. Linha Tronco – Fases 1 E 2 e Áreas de Empréstimo (Primeiro Lote) Informações Complementares. Volume 2. 2010.

VALLEJO, L. R. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 57-78, jul./dez., 2009. Disponível em: <https://goo.gl/F6qH2o>. Acesso em: 15 jan. 2016.

VEIGA, I.; PORRO, N. M.; MOTA, D. M. Movimento Social Contemporâneo e Processos e Territorialização por Comunidades Tradicionais: a construção da identidade política do movimento das quebradeiras de coco babaçu. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 17, p. 12 – 32, dez. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/aJY7tA>. Acesso em: 19 dez. 2016.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, maio./ago., 2007. Disponível em: <https://goo.gl/3xvgHo>. Acesso em: 14 jul. 2015.

VIEIRA, E. A. A (in) sustentabilidade da indústria da mineração no Brasil. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 1, n. 2, p. 01-15, ago./dez., 2011. Disponível em: <https://goo.gl/VsX84f>. Acesso em: 25 ago. 2017.

VILLELA, F. F. Comunidades tradicionais e preconceito: subsídios para a formação de professores. **Contrapontos**, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 78 – 97, jan./abr., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14210/contrapontos.v16n1.p78-97>. Acesso em: 18 nov. 2016.

VITTI, G. S. **Territorialização da empresa Vale S. A:** populações atingidas e conflitos sócio-espaciais. 2014. 144 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - IGC/ UNESP, Rio Claro, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/MU5qXS>. Acesso em: 25 set. 2016.

WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus. (Traduzido por José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira). **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 10, n. 16, p. 63-71, 2009. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1043/el>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. **Body and soul;** notebooks of an apprentice boxer. New York: Oxford University Press, 2003. Disponível em: <https://goo.gl/2uizB6>. Acesso em: 03 jun. 2015.

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. (Tradução de Andreia Galvão). In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. (Tradução de Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. A reestruturação capitalista e sistema mundial. (Tradução de José Flávio Bertero e Ana Maria de Oliveira Rosa e Silva). **Perspectivas**, São Paulo, v. 20, n. 21, p. 249 – 267, 1998. Disponível em: <https://goo.gl/k59tRw>. Acesso em: 19 mar. 2018.

WANDERLEY, L. J. Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira. **E-cadernos CES**, n. 17, p. 55-84, set., 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/eces.1117>. Acesso em: 10 jun. 2015.

WHITMORE, A. The emperors new clothes: Sustainable mining? **Journal of Cleaner Production**, London, v. 20, n. 14, p. 309 – 314, jun., 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.10.005>. Acesso em: 21 ago. 2017.

ZAGALLO, J. G. C. A “**privatização**” da Vale. Não Vale. São Luís: Justiça nos trilhos, 2010. p. 07-15.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. M. R. C. (Org). **Mineração na América do Sul:** neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2016.

_____. LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

_____. Justiça ambiental, diversidade Cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97– 194, out., 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>. Acesso em: 12 abr., 2017.

_____. Conflitos sociais e meio ambiente urbano. **Comunidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento/Série Documenta Eicos**, Belo Horizonte, n. 17, jun., 2005. Disponível em: <https://goo.gl/5e4fqc>. Acessado em: 20 jul. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. Questionário/Base utilizado no Assentamento Francisco Romão.



Pesquisador: Raifran Abidimar de Castro.

QUESTIONÁRIO

- 1) Há quanto tempo você está no Assentamento?
 - a. Menos de 2 anos
 - b. Entre 5 e 7 anos
 - c. Mais de 7 anos

- 2) Você participa ativamente nas ações da comunidade?
 - a. Sim ()
 - b. Não ()
 - c. Às vezes ()

- 3) Como você caracteriza as ações da Vale na região de Açailândia?
 - a. Degrada o meio ambiente ()
 - b. Protege o meio ambiente ()
 - c. Gera empregos e renda ()
 - d. Concentra renda e reduz a oferta de empregos ()
 - e. Ajuda a resolver os problemas sociais das comunidades pobres ()
 - f. Ignora os problemas sociais das comunidades pobres ()

- 4) Você sabe o que a empresa Vale tem feito no Assentamento?
 - a. Sim ()
 - b. Não ()

Explique: _____

- 5) Você considera que a relação entre a empresa Vale e a comunidade do assentamento :
 - a. Positiva ()
 - b. Negativa ()

Explique: _____

- 6) Você considera que a Vale é obrigada a realizar ações na comunidade?
 - a. Sim ()
 - b. Não ()

Explique: _____

7) O que a empresa realiza na comunidade:

- a. Muito ()
- b. O bastante ()
- c. Pouco ()

Explique: _____

8) Quem você acha que tem ajudado mais a comunidade:

(Nota 7 ajuda maior; Nota 1 menor ajuda)

- a. As lideranças comunitárias do assentamento ()
- b. Movimentos sociais parceiros da comunidade ()
- c. Poder público local: Prefeitura e Câmara Municipal de vereadores ()
- d. Poder Público estadual: Governo do Estado e deputados ()
- e. Poder Público Federal: INCRA ()
- f. A empresa Vale ()
- g. Outras empresas ()

Explique a nota 07:

Explique a nota 01:

9) Qual dessas formas você considera que podem vir a ajudar mais a comunidade:

(Nota 7 ajuda maior; Nota 1 menor ajuda)

- a. Através de convênios com o governo municipal ()
- b. Através de convênios com o governo estadual ()
- c. Através de convênios com o governo federal ()
- d. Através de parcerias com a empresa (Vale) ()
- e. Através de parcerias com outras empresas ()
- f. Parcerias com outras comunidades e movimentos sociais ()
- g. Iniciativas da própria comunidade ()

Explique a nota 07:

Explique a nota 01:

APÊNDICE 2. Questionário/Base utilizado na RESEX Ciriáco.



Pesquisador: Raifran Abidimar de Castro.

QUESTIONÁRIO

- 1) Há quanto tempo você está na RESEX?
 - a. Menos de 5 anos
 - b. Entre 6 e 12 anos
 - c. Mais de 12 anos

- 2) Você participa ativamente nas ações da comunidade?
 - a. Sim ()
 - b. Não ()
 - c. Às vezes ()

- 3) Como você caracteriza as ações da SUZANO na região de IMPERATRIZ?
 - a. Degrada o meio ambiente ()
 - b. Protege o meio ambiente ()
 - c. Gera empregos e renda ()
 - d. Concentra renda e reduz a oferta de empregos ()
 - e. Ajuda a resolver os problemas sociais das comunidades pobres ()
 - f. Ignora os problemas sociais das comunidades pobres ()

- 4) Você sabe o que a empresa SUZANO tem feito no a RESEX?
 - a. Sim ()
 - b. Não ()

Explique: _____

- 5) Você considera que a relação entre a empresa SUZANO e a comunidade da RESEX :
 - a. Positiva ()
 - b. Negativa ()

Explique: _____

- 6) Você considera que a SUZANO é obrigada a realizar ações na comunidade?
 - a. Sim ()
 - b. Não ()

Explique: _____

7) O que a empresa realiza na comunidade:

- a. Muito ()
- b. O bastante ()
- c. Pouco ()

Explique: _____

8) Quem você acha que tem ajudado mais a comunidade:

(Nota 7 ajuda maior; Nota 1 menor ajuda)

- a. As lideranças comunitárias da RESEX ()
- b. Movimentos sociais parceiros da comunidade ()
- c. Poder público local: Prefeitura e Câmara Municipal de vereadores ()
- d. Poder Público estadual: Governo do Estado e deputados ()
- e. Poder Público Federal: MMA, ICMBIO ()
- f. A empresa SUZANO ()
- g. Outras empresas ()

Explique a nota 07:

Explique a nota 01:

9) Qual dessas formas você considera que podem vir a ajudar mais a comunidade:

(Nota 7 ajuda maior; Nota 1 menor ajuda)

- a. Através de convênios com o governo municipal ()
- b. Através de convênios com o governo estadual ()
- c. Através de convênios com o governo federal ()
- d. Através de parcerias com a empresa (SUZANO) ()
- e. Através de parcerias com outras empresas ()
- f. Parcerias com outras comunidades e movimentos sociais ()
- g. Iniciativas da própria comunidade (ATARECO, E CONSELHO) ()

Explique a nota 07:

Explique a nota 01:

APÊNDICE 3. Modelo do TCLE utilizado.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa se refere à elaboração da tese de doutorado de Raifran Abidimar de Castro, aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA). Esta tese tem como **título provisório** “Os processos de dominação e territorialização empresarial frente às comunidades rurais.” Esta pesquisa tem como **justificativa** a necessidade de serem conhecidas as estratégias utilizadas pelas grandes empresas nos processos de relação com comunidades rurais na Amazônia brasileira, tendo-se como **objetivo** principal disponibilizar informações sobre os procedimentos adotadas nestas relações. Para isso são utilizados como estudos de caso a relação entre a mineradora Vale S/A e a comunidade do Assentamento Francisco Romão, e a relação entre a Suzano Papel e Celulose S/A e a comunidade da Reserva Extrativista do Ciriáco. Dentre os **procedimentos** destacam-se: entrevistas com representantes das comunidades e das empresas; entrevistas com representantes das organizações das redes de relações das comunidades, sejam elas privadas, públicas ou do terceiro setor; complementando-se com análises de documentos disponibilizados pelos entrevistados e de referências que tratem da problemática. Destaca-se que a sua participação é voluntária, e a sua recusa não acarretará em qualquer tipo de penalidade. Os **riscos e desconfortos** de participação desta pesquisa são baixos, considerando-se que sua identidade não será citada, será tratado apenas como representante da organização; mas caso seja necessário, sua participação, ou da sua organização, poderá ser confirmada em outros estudos ou por entidades de controle acadêmico, como as ligadas ao responsável pelo estudo. Destaca-se que como liderança da organização, sua entrevista tem grande peso nos resultados da pesquisa, tendo-se como **benefícios** da sua participação a oportunidade de contribuir para uma maior aproximação à realidade dos processos de relação estudados; além de utilizar o direito de expor a sua visão ou da organização que representa, sobre os casos citados. Não há **custos** para a sua participação e você poderá solicitar esclarecimentos quando desejar. Nenhum Os **resultados** desta pesquisa serão divulgados através do texto final, a tese, além da possibilidade de serem divulgados através de publicações em revistas especializadas e/ou eventos científicos, além de livros. Estes resultados serão enviados para você ou para sua organização, mantendo a confidencialidade da sua participação.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter assegurados meus direitos de receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa; de retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo; de não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade; **declaro** estar ciente do exposto; declaro de ter compreendido as informações repassadas; e declaro que aceito participar da pesquisa de tese acima especificada.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome do participante

Nome do pesquisador

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

ANEXOS

Anexo 01 – Autorização SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 48801-1	Data da Emissão: 18/04/2015 14:48	Data para Revalidação*: 16/05/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: RAIFRAN ABIDIMAR DE CASTRO	CPF: 905.820.833-53
Título do Projeto: Campo relacional entre empresas multinacionais e comunidades rurais na Amazônia maranhense	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.821.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Entrevistas com representantes da comunidade sobre a relação com a empresa Suzano Papel e Celulose	06/2015	12/2017

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo executadas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO estimo o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando de violação de legislação vigente, ou quando de inadequação, omissão ou falta de descrição de informações relevantes que subsidiarem a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos de legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento de legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/gen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso de infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	As atividades de campo deverão ser informadas à gestão da UC com antecedência mínima de 20 dias.
---	--

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	ERLENE SILVA OLIVEIRA DE CASTRO	Auxiliar de pesquisa	042.406.113-60	0333697720072 SSP-MA	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		MA	RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 81922524



Página 1/2

